

JAQUES MARIO BRAND

MAPEANDO O “HOSPITAL DAS LETRAS” (1657):
UM HIPERTEXTO DO BARROCO IBÉRICO
E SEUS ELOS HISTORIOGRÁFICOS

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação da Universidade Federal Fluminense, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre. Área de Concentração: História Social.

Orientador: Prof. Dr. Ronaldo Vainfas

NITERÓI
2008

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

À memória de meu velho pai,
Raul Leschaud Brand,
nos cem anos de seu nascimento
(1908-2008)

Ao Jorge, meu filho,
guerreiro do mundo novo.

Aos manos Raul e Ernesto,
pela eterna amizade.

Agradecimentos

À grande equipe de professores
do Departamento de História da UFF,
que não têm medo de distâncias
quando se trata de semear nos campos de Clio.

Aos amigos da Unicentro e de Guarapuava,
que me deram guarida e querência,
à hospitaleira moda antiga
dos velhos paranaenses.

Especial agradecimento: Ismênia de Lima Martins, Lúcia Maria Paschoal Guimarães, Márcia Motta, Evelina Verdelho, Margarida Maria Gomes de Oliveira, Cesare De Marchi, Dulce M. Gaio, Napoleão Côrtes Neto, Luísa Ferreira Caldas, Beatriz Olinto, Marco Aurélio Machado Fernandes, Aldo Nelson Bona, Edgar Gandra, Roberto Requião de Melo e Silva.

ÍNDICE DE MATÉRIAS

INTRODUÇÃO

Um grão de areia

As cerimônias da ciência

HDL, via de acesso ao conjunto da obra de DFM

Interesse do HDL para a história da historiografia

Recepção da obra meliana, sua fortuna e seus azares

História editorial do “Hospital das Letras”

Lugar do projeto na fortuna crítica

As partes da dissertação

Considerações metodológicas (Operações, conceitos, método e recorte do objeto)

Convenções adotadas na dissertação

Primeira Parte

Situação, reconhecimento, análise.

Primeira Parte, Primeira Seção.

Situação:

1.1 OS DADOS EXTERNOS

1.1.1 Datação, projeto e condições de escrita

1.1.1.1 Datação

1.1.1.2 O projeto da “Biblioteca Lusitana” e a Carta a Manuel Temudo

1.1.1.3 A escrita obsessiva

1.1.1.4 Reiteraões de caso pensado?

1.1.1.5 A escrita temperada

1.1.2 Invenção do espaço crítico

1.1.2.1 A Restauração e a (re)organização da vida literária

1.1.2.2 A opção dialogal: diálogo e dialética

1.1.2.3 Contexto, valoração literária e potencialização dos recursos expressivos

1.1.2.4 A tradição dialógica e possíveis modelos do HDL

1.1.2.5 Os modelos imediatos

- 1.1.2.6 Outros hospitais de ficção
- 1.1.2.7 O HDL como “delegação” da Corte de Apolo
- 1.1.3 Os “Apólogos Dialogais”
 - 1.1.3.1 Quatro, cinco ou seis “apólogos dialogais”?
 - 1.1.3.2 Os “Relógios Falantes”
 - 1.1.3.3 O “Escritório Avarento”
 - 1.1.3.4 A “Visita das Fontes”
 - 1.1.3.5 Esboços do “Hospital das Letras” na “Visita das Fontes”
- 1.1.4 Singularidade do “Hospital das Letras”
 - 1.1.4.1 Humanos ajuízam objetos determinados
 - 1.1.4.2 Apólogo ou simplesmente “diálogo moral”?
 - 1.1.4.3 A ficção dos livros falantes
 - 1.1.4.4 Na sala dos espelhos: o autor e o “Autor”
 - 1.1.4.5 Valor documental dos pronunciamentos
- 1.1.5 Os interlocutores na real
 - 1.1.5.1 Justo Lipsisio
 - 1.1.5.2 Traiano Boccalini
 - Influência de Boccalini na Península Ibérica
 - Boccalini e Quevedo
 - 1.1.5.3 Francisco de Quevedo
 - Primeira Parte, Segunda Seção**
 - Reconhecimento e Análise
- 1.2 OS DADOS INTERNOS
 - (Numeração das entradas, análise da estrutura e construção do Índice Analítico)
 - 1.2.1 Numeração e contagem das falas ou entradas
 - 1.2.1.1 Uma solução de Colomès
 - 1.2.1.2 O Autor fala duas vezes seguidas
 - 1.2.1.3 Quantificações: as medidas e os pesos
 - 1.2.1.4 O Exemplar Numerado em separata (Anexo I)
 - 1.2.2 Análise da estrutura: conceitos e operações
 - 1.2.2.1 A divisão por Estantes

- 1.2.2.2 A historiografia no horizonte da composição
- 1.2.2.3 Os “trunfos” e os “trunfos”
- 1.2.2.4 Módulos (MDs) e Sub-módulos (SMs) no reconhecimento dos núcleos temáticos
- 1.2.3 Análise da estrutura: as cinco Estantes
 - 1.2.3.1 As três seções da tradição
 - 1.2.3.2 Unidade ilusória da seção de Poesia
 - 1.2.3.3 O Julgamento do Autor como Terceira Estante
 - 1.2.3.4 Contra-prova estrutural
 - 1.2.3.5 Uma ou duas Estantes de Poesia?
 - 1.2.3.6 Visão de conjunto da estrutura
 - 1.2.3.7 A análise da estrutura e o Índice Analítico
- 1.2.4 Centralidade do Julgamento do Autor (reflexões sobre a estrutura do HDL)
 - 1.2.4.1 Espaço crítico e contextualização
 - 1.2.4.2 As vizinhanças significativas
 - 1.2.4.3 Um autor como os demais autores
 - 1.2.4.4 O leal súdito e servidor
 - 1.2.4.5 Um escritor para escritores
 - 1.2.4.6 O HDL como reconstrução do lugar social e carta de reabilitação política

Segunda Parte

GUIA DOS ELOS HISTORIOGRÁFICOS

Tentativa de reconhecimento, análise e interpretação

Segunda Parte, Primeira Seção

Os Elos Historiográficos Avulsos

Segunda Parte, Segunda Seção

Elos Historiográficos da Quinta Estante

BIBLIOGRAFIA

DIAGRAMAS

ILUSTRAÇÕES

ANEXOS I e II (Separata)

INTRODUÇÃO

Um grão de areia

O modesto esforço que se segue deve ser visto como a tentativa de levar um grão de areia à construção do edifício crítico que há séculos se vem erguendo em torno dos escritos de Dom Francisco Manuel.

É nosso propósito realizar um mapeamento das passagens de teor historiográfico do “Hospital das Letras” (HDL), o quarto dos “Apólogos Dialogais” (ADs), publicados postumamente em 1721 em Lisboa pela oficina de Matias Pereira da Silva.

Esse objetivo, como adiante se esclarece, acabará por implicar na elaboração de um detalhado índice e, “en passant”, na revisão estrutural do conjunto do diálogo.

Documento literário extraordinariamente rico em referências à historiografia e ao pensamento político, poético e retórico ibéricos dos séculos XVI e XVII, situado em posição-chave no conjunto da obra do grande clássico das duas principais literaturas da Península, o “Hospital das Letras” ainda carece dessa cartografia.

Dizendo a mesma coisa de outro modo: A revelação do que poderíamos chamar o seu índice oculto e o mapeamento de sua estrutura subjacente são etapas percorridas para alcançar o objetivo último do estudo – a elaboração de um Guia dos Elos Historiográficos do “Hospital das Letras”.

Espera-se que este Guia, desenvolvido ao longo do segundo capítulo, sirva como roteiro e ferramenta para ulteriores estudos sobre a obra de Melo e para a história da historiografia do período. Neste sentido, além do reconhecimento e tentativa de interpretação dos mesmos elos historiográficos, procura-se indicar algumas direções e possibilidades na pesquisa de seus materiais.

As cerimônias da ciência

Orientado, portanto, para a construção de um roteiro ou Guia dos elos ou teores historiográficos do quarto “apólogo dialogal” de Dom Francisco Manuel de Melo, o presente trabalho opera um recorte dentro de outro projeto de pesquisa, de maior âmbito, que se destina a construir uma visão de conjunto da obra histórica desse notável escritor dos Seiscentos.

Menos do que a tentativa de demonstrar alguma tese geral, e bem mais um esforço de gradual e atento reconhecimento dos materiais contidos no “Hospital das Letras”, a dissertação guarda, por isso, às vezes, o tom de ensaio, no sentido de excursão exploratório em terreno ainda a ser mapeado.

A vastidão da obra meliana, a riqueza de teores e perspectivas deste diálogo, em particular, reservam ainda surpresas, 350 anos depois do 10 de setembro de 1657 em que, talvez enfermo o seu autor em um leito, foi dedicado ao ainda incerto “Daniel Pinário”.

Descobri-las e revelá-las, por modestas que sejam no caso presente, parece ser a melhor das comemorações e homenagens. Se algum novo achado se encontrar nas linhas abaixo, que sirva ao propósito de chamar a atenção para a verdadeira festa da inteligência em que consiste esse escrito.

Ao mesmo tempo, é bom que nos “precautemos” contra um excesso de cerimônias – além daquelas, indispensáveis, que permitem fixar as certezas da ciência – na abordagem do “Hospital das Letras”.

Em Dom Francisco, a amizade não impede a crítica (a exemplo das altas loas que reserva ao clã dos Sousa Coutinho, no “ninho das águias”), e a admiração não cega para os reparos. É bem isso o que diz Lípsio (403), a propósito da poesia do príncipe de Esquilache: “Os engenhos são como os diamantes que, quanto um é mais subido, melhor se deixa conhecer nele a menor falta”.

Esta, aliás, é uma das heranças mais interessantes do quarto apólogo e, de resto, de todo o conjunto dos quatro “Apólogos Dialogais”, tanto mais quanto, por toda parte, vai-se impondo entre nós o “pensamento único”: o amor à dúvida e à controvérsia, o emprego cuidadoso mas destemido da negação criadora, o debate que não se detém diante das interdições dogmáticas e acha meios de superá-las, tudo isso dentro de um clima de camaradagem e de amistosa contradição que, ao criticar seus objetos, nisso mesmo demonstra por eles o maior respeito.

Antes de ingressarmos na matéria do estudo, vale assinalar, nesses umbrais, a expressão de nosso agradecimento a dois grandes Professores.

Ao Dr Osmar Ambrósio de Souza, da Unicentro, ficarei devendo a oportunidade desse estudo, pela coragem com que soube enfrentar obstáculos imaginários, de uma burocracia às vezes mais amiga da rotina do que do saber, e assegurar meu direito a concorrer a uma vaga no programa estabelecido entre as duas Universidades.

Ao Dr Ronaldo Vainfas, meu orientador, ficarei devendo a segura direção de pesquisa, a palavra oportuna e esclarecida que, no momento certo, nunca me faltou e, antes que tudo, a generosidade com que soube reconhecer, no modestíssimo projeto de pesquisa apresentado à seleção, a possibilidade de ser feita alguma justiça historiográfica ao extraordinário Polígrafo.

Em busca, portanto, dos Elos historiográficos do HDL, juntemo-nos logo à animada conversa dos quatro interlocutores, acompanhando-os no exame que vão fazendo dos males literários, pelos corredores e estantes de uma biblioteca lisboeta “convertida em hospital”.

HDL, via de acesso ao conjunto da obra de DFM

Trabalhamos com uma hipótese de fundo, a de que a cuidadosa leitura do diálogo entre o Autor e “os livros” de Justo Lúpsio, Trajano Bocalino e Francisco de Quevedo, importa decisivamente à compreensão do conjunto da obra meliana, sendo a via privilegiada de acesso a esse amplo conjunto.

Os motivos que a fundamentam são os seguintes:

a) trata-se do momento reflexivo de toda a obra; b) trata-se do fecho da obra, feito ao termo do principal da atividade literária de seu autor; c) consiste o HDL numa espécie de testamento ou inventário de suas posições poéticas, políticas e historiográficas, que ali estão explicitadas de modo claro, em primeira pessoa ou através dos interlocutores; d) nele elabora DFM um espaço crítico acompanhado de auto-julgamento em que oferece uma visão de seu tempo e uma interpretação da literatura poética, política e historiográfica nele produzida, ao mesmo tempo que e) alcança auto-criticamente, senão toda a obra editada em vida, nove dos dez principais trabalhos que veria impressos¹.

Não pretendemos, contudo, neste modesto esforço, demonstrar aquela hipótese – o que significaria propor uma visão do conjunto dos escritos de D. Francisco Manuel – nem tampouco

¹ Respondendo no “Hospital das Letras” a uma pergunta de Bocalino, o próprio Autor informa que até ali (1657) contava com apenas nove livros impressos: “Estampados, só esses nove” (ver entrada 686 no Exemplar Numerado). As “Epanáforas de Vária História Portuguesa” aparecem em 1660 e achavam-se ao menos esboçadas (pois são referidas no rol das obras de D. Francisco Manuel à entrada 694). O número das obras que vê impressas em vida será mais alto se somados os textos breves que compilaria nas publicações promovidas durante as andanças diplomáticas dos seus últimos anos – nas “Obras Morales” e nas “Cartas Familiares” (ambas de Roma, 1664) e ainda nas “Obras Métricas” (Lyon, 1665), esta última incluindo o auto “O Fidalgo Aprendiz”.

refazer os passos de sua vida (1608-1666) extraordinariamente movimentada e complexa de escritor, poeta, militar, historiador e diplomata, já exaustivamente rastreados pelos tratadistas da história literária, críticos e comentadores, na esteira da biografia escrita por Edgar Prestage. Dela (da mesma hipótese) emprestamos apenas a perspectiva e a finalidade, remetendo a demonstração para trabalho de maior escopo.

Interesse do HDL para a história da historiografia

Por dois motivos principais, para além da sua condição de fonte de conhecimentos acerca da própria obra historiográfica meliana e das concepções de D. Francisco Manuel na matéria, acreditamos deve o estudo do “Hospital das Letras” interessar ao historiador, particularmente o que se ocupa com a história da historiografia.

O primeiro está em que as referências nele contidas aos autores e livros de história e à arte historiográfica de seu tempo, remontando ao século XVI e pontualmente aos cronistas e aos humanistas, permitem aferir o estado-da-arte na altura de 1657 (data da dedicatória do HDL) tal como o representa o consumado historiador que foi D. Francisco Manuel de Melo.

Particularmente no que se refere às décadas finais do XVI e à primeira metade do XVII, temos no HDL o inventário de uma historiografia ainda hoje mal estudada e mal compreendida, possivelmente como efeito do despreço geral ao barroco produzido pelas Luzes e na esteira do classicismo francês; é verdade que já bastante revisto e revogado (esse desdém) graças também à renovação dos estudos estéticos da primeira metade do século XX². A revisão do barroco, que se estendeu das artes plásticas e da arquitetura para o campo crítico-literário, não parece ter alcançado, entretanto, a historiografia do período, que permanece como um continente perdido, uma *terra ignota*, situada entre Sarpi e Mabillon ou Vico; longo período de transição em que a história da historiografia enxerga apenas mesmice metodológica e redundância procedimental (para não dizer também temática) e quando muito um apurar da erudição filológica e maior rigor no tratamento das fontes, simples projeção da arte histórica do Renascimento.³

² Na “Introducción” a “La cultura del Barroco”, José Antonio Maravall expõe a gradativa revelação por Burckhardt, Gurlitt e outros, de que, ao Renascimento, sucedia uma fase com características muito próprias, de formas “descoyuntadas por el mismo torbellino”, visão que Wölfflin “atreveu-se” a estender à literatura. Ao melhor conhecimento sucede uma revalorização que, partindo da Alemanha, alastra-se à Itália e, em seguida, à Espanha, à Inglaterra e finalmente à França “donde el peso de la tradición, llamada de clasicismo – considerada hace aún pocos años incompatible con el Barroco –, dificultó la comprensión de éste”. Maravall, José Antonio. *La cultura del Barroco*, pp. 29-30. 7ª edição. Barcelona: Editorial Ariel, 1998 (1ª ed. 1975).

³ Cf. Tobella, Joan Estruch, editor, in “Introducción”, pp. 26 a 28, “Historia de los movimientos, separación y guerra de Cataluña” (Madri: Castalia, 1996), para uma formulação da visão da historiografia do período como rotineira e conformada aos cânones do humanismo e do Renascimento.

Ora, o segundo bom motivo para se estudar, em historiografia, as páginas do “Hospital das Letras” está em que nelas vem formulado com rara nitidez o que acreditamos possa ser um traço distintivo do período, a saber, o deslocamento da posição da retórica no interior da historiografia, a distância entre “res” e “verba”, que se traduz como desconforto em relação à retórica juntamente – em D. Francisco Manuel – com o domínio de seus meios, e que apontaria talvez na direção de um proto-realismo.⁴

Recepção da obra meliana, sua fortuna e seus azares

A lenta e atribulada recepção de D. Francisco Manuel ao longo de mais de três séculos, as circunstâncias que afligem sua fortuna crítica, o particular eclipse crítico de sua obra, agravados durante bom tempo pelo desfavor, despreço e abandono que para com o barroco resultam da hegemonia do racionalismo, do neoclassicismo e das Luzes francesas, não devem ser atribuídos ao simples descaso.

Vale rever aqui, resumidamente, os aspectos singulares dessa recepção.

O fato fundamental é a divisão da vida e da obra entre duas culturas e dois idiomas.⁵

Como se sabe, o autor nasce em Lisboa, em 1608, de mãe castelhana, em família da nobreza, os Melo Manuel, aparentada aos Bragança, sob o regime da União Ibérica. Na juventude, faz a carreira das armas e tem sua formação literária consolidada no valimento de Olivares, surpreendendo-o a Restauração em 1640 em plena campanha da Catalunha, quando atua como mestre-de-campo ao lado do marquês de los Vélez. Acaba por aderir ao Portugal restaurado, torna-se em 1644, talvez injustamente, réu em processo de homicídio, permanece preso por cerca de onze anos, cumpre desterro no Brasil entre 1655 e 58, regressa a Portugal, e vem a ser reabilitado. No consulado de Castelo-Melhor é incumbido de altas missões diplomáticas, vindo a falecer em 1666. Uma vida entre as armas e as letras, cujas balizas situam-se inteiramente na fase que Maravall considera o auge do barroco na Península⁶.

Conquanto adotasse, desde cedo, o castelhano como idioma de registro literário (já nos sonetos à morte de Inês de Castro, publicados em opúsculo em 1628), sem jamais, a rigor, abandoná-lo, a partir dos anos de encarceramento D. Francisco Manuel passa a escrever em

⁴ Em duas passagens do diálogo encontra-se a reivindicação de que o “discurso” sirva ao “caso”.

⁵ Prestage, Edgar. “D. Francisco Manuel de Mello. Esboço Biographico”, Coimbra: Imprensa da Universidade, 1914. A biografia escrita pelo professor de Literatura Portuguesa da Universidade de Manchester mantém-se como a referência principal para os dados da vida de D. Francisco.

⁶ “Barroco es, pues, para nosotros, un concepto histórico. Comprende, aproximadamente, los tres primeros cuartos del siglo XVII, centrándose con mayor intensidad, con más plena significación, de 1605 a 1650”. In Maravall, José Antonio. *La cultura del Barroco*. 7ª. ed. Barcelona: Editorial Ariel, 1998. Primeira ed., 1975.

português. A historiografia espanhola consagra a “Guerra de Cataluña” como um de seus momentos mais altos e, conquanto num segundo plano, sua poesia é posta entre os grandes nomes do Siglo de Oro. O conjunto de textos que deixa em vernáculo assegura-lhe, contudo, o lugar de grande clássico também da língua portuguesa.

Cinco monumentos literários avalizam essa posição. Além das citadas “Epanáforas de Vária História Portuguesa” (1660), escreveu em linguagem os “Apólogos Dialogais” (que saíram póstumos, em 1724), a “Carta de Guia de Casados” (1651), o “Auto do Fidalgo Aprendiz” (1665) e as “Cartas Familiares” (1664), além dos poemas reunidos nas “Segundas Terceiras Musas” (1648 e 1665), para não citar exercícios especulativos como o “Tratado da Ciência Cabala” (póstumo, 1724), entre outros.

Ora, a fortuna crítica meliana sofreu por vários séculos com a mencionada divisão entre dois idiomas. Os estudos de sua obra feitos na Espanha centraram-se na vertente castelhana dos escritos, e o mesmo se deu simetricamente em Portugal, com a crítica lusitana especializando-se na sua porção em vernáculo. Apenas breves espiadelas no terreno do vizinho se verificam até bem avançado o século XX, sendo as exceções ao particularismo nacional apenas sumárias e feitas “en passant”.

É o caso aliás da observação de Menéndez Pelayo a respeito do “Hospital das Letras”, que por seus teores predominantes chamava “obra espanhola”, como lembra Wilson Martins⁷. Reteve-se, a propósito, como autêntico lugar-comum na apreciação literária de Melo, o elogio que lhe faz o crítico castelhano na “Historia de las ideas estéticas en España” – “el hombre de más ingenio que produjo la Península en el siglo XVII, a excepción de Quevedo”, constantemente citado⁸ em abonamento do valor do escritor português.

Não sendo aqui o lugar adequado ao relato exaustivo de seu destino crítico, cabe anotar porém que, nas três décadas do século XVII que se sucedem à sua morte (em 1666) e ao longo de

⁷ Martins, Wilson. “História da Inteligência Brasileira”, vol. 1 (1550-1794), p. 220, 4ª edição. São Paulo: T.A.Queiroz, 1992. O breve desterro baiano de D. Francisco Manuel (entre 1655 e 1658) e o ter provavelmente escrito ao menos parte dos “Apólogos Dialogais” em terras brasileiras servem ao crítico Martins para incorporá-lo aos primeiros intelectuais brasílicos, vendo no “Hospital das Letras” o texto que melhor representaria, no seicentismo brasileiro, a inclinação da época para os manuais de cortesia e para os diálogos dos mortos.

⁸ O elogio ocorre no tomo III da “Historia de las ideas estéticas en España”, em meio à aproximação que faz Marcelino Menéndez y Pelayo entre o “Hospital das Letras” e a “Republica Literaria” de Diego de Saavedra Fajardo. Cf. Colomès, Jean. “Le dialogue “Hospital das Letras” de D. Francisco Manuel de Melo, texte établi d’après l’édition princeps et les manuscrits, variantes et notes”, p. XXXVII. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian e Centro Cultura Português, 1970. Pelayo considera o HDL “muy semejante a la ‘Republica’ en su objeto, traza y disposición, pero de crítica más viva, original y aguda”.

todo o século XVIII, a obra de D. Francisco tem antes uma historia editorial do que, propriamente, uma fortuna crítica.

No período, em relação ao segmento português da obra, cita-se o rápido surto de publicações melianas pela oficina de Mathias Pereira da Silva, que publica entre 1719 e 1724, entre outros inéditos, o “Tratado da Ciência Cabala” e os “Apólogos Dialogais”. Cita-se a anotação de um verbete sobre o escritor na compilação bibliográfica de Diogo Barbosa; e pouca coisa mais.⁹

O silêncio crítico não impede as reedições de itens localizados, como a “Carta de Guia de Casados”, um sucesso editorial de todos os tempos, que alcança versões nos vários idiomas da Europa (sendo traduzida por exemplo na Inglaterra, ainda ao final do século XVII, como “The Government of a Wife”). Sabe-se que várias obras circularam amplamente na forma de manuscritos, como atestam os censores no XVIII (ver edição *princeps* dos “Apólogos Dialogaes”).¹⁰

Somente no século XIX se assiste a um redespertar esporádico da atenção crítica para a obra meliana, geralmente no formato de ensaios avulsos e de introduções e apresentações a novas edições deste ou daquele livro, caso, por exemplo, do estudo que lhe dedica o historiador Alexandre Herculano, em 1840, e do ensaio introdutório publicado por Inocêncio Francisco da Silva em 1875, ao apresentar um “quinto apólogo” até ali inédito, a curiosa “Feira dos Anexins”, inteiramente construída a partir do adagiário e das locuções costumeiras da língua portuguesa.¹¹

As circunstâncias da vida, cheia de peripécias, combinando armas e letras, amores e banimentos, atraem escritores românticos como Camilo Castelo Branco, que faz circular, em prefácio de 1875 à “Carta de Guia de Casados”, com base no registro de genealogistas, uma versão capa-e-espada dos motivos de seu longo encarceramento (segundo a fantasiosa explicação,

⁹ Fontes para a fortuna crítica de D. Francisco Manuel são, até o início do século XX, o citado “Esboço Biographico” de Edgar Prestage; até cerca de 1980, Saraiva, A.J. e Lopes, Oscar, na “História da Literatura Portuguesa”, que dedicam ao autor todo um capítulo (o segundo, pp. 481-502) acompanhado de detalhada bibliografia. A edição crítica dos “Apólogos Dialogais” preparada pelo filólogo Pedro Serra para a editora Angelus Novus em 1998 e 1999 informa de novas publicações até essa data. Dados mais recentes sobre novos itens da fortuna crítica podem ser encontrados na última edição crítica de “O Fidalgo Aprendiz”, com introdução, notas e índice de formas de Evelina Verdelho (La Coruña: Universidade da Coruña, 2007).

¹⁰ É o caso dos “Apólogos Dialogais” que, no dizer do censor Lourenço Justiniano da Annuniação, do Santo Ofício, em licença de janeiro de 1720, “com grande universalidade justamente correm copiados”.

¹¹ Em suas “Paginas Preliminares” à primeira edição (Lisboa: A.M. Pereira, 1875) da “Feira dos Anexins”, Inocêncio Francisco da Silva se reporta ao ensaio de A. Herculano sobre Melo, publicado na revista “O Panorama”, vol. IV, 1840.

um duelo entre o escritor e D. João IV, travado nas sombras, em que ambos disputavam as graças ilícitas da jovem condessa de Vila-Nova).

Na Espanha, no XIX, sucedem-se com relativa frequência as reedições da “Guerra de Cataluña”, a primeira delas em 1808, no contexto das invasões napoleônicas da Península. O particularismo catalão, a propósito, sempre valorizou esse livro, que mostra os inícios da prolongada insurreição regional (1640-1654) contra os excessos do exército castelhano e, em última instância, a tentativa de centralização empreendida por Olivares. O retrato de um povo em armas contra o opressor estrangeiro deve ter servido de inspiração política nos dois casos.

A primeira visão unificada, digamos assim, da obra meliana, se dá pela via biográfica, o que não deixa de ser compreensível, sendo a vida, afinal, o critério unificador mais óbvio da obra dividida e dispersa. Será o inglês Edgar Prestage o mais conseqüente biógrafo de D. Francisco Manuel. Seu “Esboço Biographico”, editado em Coimbra em 1914, ainda hoje se considera válido e insuperado. Trabalha com documentos originais e resulta de demorada pesquisa pessoal, tendo sido Prestage uma espécie de aficionado permanente dos escritos e da personalidade de D. Francisco.¹² O biógrafo inglês se recusa a preencher os muitos claros e lacunas da documentação, e avança cautelosamente na narração dos fatos.

Entre essas lacunas está um período de particular interesse para os estudiosos brasileiros, o de seu desterro no Brasil entre 1655 e 1658, sobre o qual há quase completo silêncio historiográfico, a despeito das pesquisas tentadas por Jean Colomès nos anos 1960,¹³ e a despeito da visibilidade que deve ter acompanhado a presença de um “discreto” do Siglo de Oro na Bahia escravista e açucareira, como observou, em banca de qualificação de mestrado a que nos submetemos, a Professora Ismênia de Lima Martins.

Depois dos ensaios de abordagem vistos no XIX, aos poucos, no século XX, avoluma-se a fortuna crítica da vertente portuguesa da obra. O mesmo se dá com a face castelhana da mesma, sendo de se assinalar que na Espanha, em relação à sua história da insurreição catalã, e depois em relação à sua poesia, a leitura e a apreciação crítica do acervo meliano ganham intensidade já no XIX, quando aparecem ensaios biográficos (acompanhando a edição de 1808 da “Guerra de

¹² Em artigo no “Bulletin” da John Rylands Library da Universidade de Manchester, John F. Laidlar descreve a trajetória de Edgar Prestage como pioneiro nos estudos portugueses e refere-se ao amplo lugar de DFM entre as preocupações literárias do pesquisador.

¹³ Pessoalmente e por intermediários, Jean Colomès tentou em vão localizar na Bahia e no Rio de Janeiro um hipotético e desaparecido autógrafo do “Hospital das Letras”. Colomès, “Le dialogue ‘Hospital das Letras’ de D. Francisco Manuel de Melo”, p. XLI. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian e Centro Cultural Português, 1970.

Cataluña”) e estudos historiográficos (J. Narciso Roca, “El historiador Melo y la España del siglo XVII”, 1886), entre outros.

Também os historiadores da literatura, tratadistas e autores de manuais didáticos das letras nacionais, aquém e além-Guadiana, reservam passagens e às vezes inteiros capítulos aos escritos de D. Francisco Manuel de Melo. Será sob um prisma biográfico e literário que Teófilo Braga os aborda, por sinal longamente, no vol. III (Os Seiscentistas) da sua “História da Literatura Portuguesa” (1909-1918). Ocorre amiúde um curioso desmembramento da obra nos manuais de intenções didáticas, com os seus diversos gêneros tratados em capítulos separados.

A abordagem estritamente literária dos escritos de Melo, ao lado do interesse pela movimentada biografia, pode-se dizer que desde o XIX nunca arrefeceu, e prossegue num crescendo, tratando-se de um dos monumentos do barroco em língua portuguesa. Neste contexto, e embora a historiografia ocupe a sua maior extensão, a face historiográfica da obra será objeto de menor atenção crítica e de menor exposição ao público leitor, sendo considerada antes pelo seu valor estético.

Vejamos alguns momentos de relevo na sua fortuna crítica mais recente.

Em 1920 vem a lume no Rio de Janeiro a edição “quase-facsimilar” dos “Apólogos Dialogais”, minuciosamente anotada por Fernando Nery¹⁴, que tenta deslindar a floresta de nomes de autores e obras de segundo e terceiro planos inscritas nos quatro diálogos, entre eles e elas numerosos historiadores e obras históricas do período, numa primeira tentativa desse levantamento. O esforço de anotação teria prosseguimento na edição dos “Apólogos” por José Pereira Tavares (1959).¹⁵

Afrânio Peixoto, Rodolfo Garcia e Pedro Calmon (16) elaboram em 1940 o aparato crítico (introdução, informação e notas) para a edição do “Tácito Português. Vida e morte, ditos e feitos de el-rei Dom João IV”, pela Academia Brasileira, segundo apógrafo inédito, em castelhano, da Biblioteca Nacional. Quatro anos mais tarde, com prefácio de Antonio Casimiro, aparece no Porto a primeira edição (17) da biografia de “D. Teodósio II”.

¹⁴ Apologos Dialogaes. D. Francisco Manoel de Mello. Reproduccção fiel do texto da edição de 1721. Annotados e precedidos de um esboço bio-bibliographico do Autor, por Fernando Nery. Rio de Janeiro: Livraria Castilho, A.J. de Castilho – Editor, 1920. O volume integra a Bibliotheca de Clássicos Escolhidos.

¹⁵ Apólogos Dialogais. Prefácio e notas do Prof. José Pereira Tavares. Em dois volumes. Coleção de Clássicos Sá da Costa. Lisboa: Livraria Sá da Costa – Editora, 1959.

Em 1948, C. Nogueira de Castro (18) elabora, como tese de licenciamento na Universidade de Coimbra, “O conceito de História em D.F.M. de Melo”, obra arisca a que não tivemos ainda acesso.

Além do biógrafo Prestage, o século XX assiste a uma crescente atenção e valorização dos escritos melianos por estudiosos estrangeiros. É o caso de Georges Le Gentil, “maître de conférences” da Sorbonne, investigador da sociedade e da literatura ibéricas, que em “La littérature portugaise” (1935), obra de síntese¹⁶, dedica-lhe um capítulo, “Le goût espagnol”, no qual assinala a profunda influência que sobre os escritos de D. Francisco Manuel exerceu a literatura castelhana no período de seu maior esplendor. Le Gentil registra preferência pessoal pela “Carta de Guia de Casados” e pelas “Epanáforas”, destacando pelo valor de testemunho pessoal “superiormente dotado” as que se referem ao motim de Évora, ao naufrágio da Armada e à batalha naval das Dunas.

Exemplo da atenção pontual que em países não-ibéricos desperta a obra de D. Francisco aparece em “Boccalini in Spain”,¹⁷ estudo da influência do satírico italiano Traiano Boccalini (um dos interlocutores imaginários do “Hospital das Letras”) publicado em 1946, no estado norte-americano do Wisconsin. Seu autor, Robert H. Williams, professor de línguas latinas na Universidade do Texas, às páginas 81 e 82 comenta haver bom material sobre o italiano nos “Apólogos Dialogais” de DFM e destaca entre os diálogos o “Hospital das Letras”, que considera “one of the most interesting and comprehensive literary criticisms to be found anywhere”.

Acontecimento importante nas investigações melianas foi a descoberta, por Giacinto Manuppella, do autógrafo da “Visita das Fontes” (um dos quatro “Apólogos Dialogais”), que a Universidade de Coimbra vem a publicar numa edição facsimilada, com introdução e notas daquele erudito italiano, em 1962.¹⁸

As últimas décadas do século XX registram o gradual espessamento da fortuna crítica. Alguns raros estudos contemplam a historiografia, caso da introdução escrita em 1967 por Joel Serrão para a edição que preparou das “Alterações de Évora”,¹⁹ uma das cinco relações históricas

¹⁶ Le Gentil, Georges. *La Littérature Portugaise*. Paris: Librairie Armand Colin, 1935.

¹⁷ Williams, Robert H. *Boccalini in Spain. A Study of his Influence on Prose Fiction of the Seventeenth Century*. Menasha, Wisconsin: George Banta Publishing Company, 1946.

¹⁸ *A Visita das Fontes. Apólogo Dialogal Terceiro*. Edição fac-similada e leitura do autógrafo (1657), introdução e comentário por Giacinto Manuppella. *Acta Universitatis Conimbrigensis*. Coimbra: Por ordem da Universidade, 1962.

¹⁹ *Alterações de Évora (1637)*. Introdução, fixação do texto, apêndice documental e notas por Joel Serrão. Lisboa: Portugália Editora, s.d. (1967)

reunidas nas “Epanáforas de Vária História Portuguesa”, com foco nas bases sociais daquela revolta fiscal.

Benjamin Nicolas Teensma, estudioso da língua e das letras castelhanas, publica no formato de tese em 1966 (Groningen) o estudo “Don Francisco Manuel de Melo. Inventario General de suas Ideas”,²⁰ obra em três capítulos que versam respectivamente sobre a personalidade e os dotes psicológicos, a posição como autor, filólogo e lingüista, e seu pensamento político social (com destaque para as idéias jurídicas e econômicas). Por todo o estudo, o pesquisador holandês segue de muito perto a letra dos escritos, preocupado com resenhar os temas percorridos.

Jean Colomès, doutor em estudos ibéricos, discípulo de Le Gentil, adota procedimento semelhante, na sua tese de doutoramento pela Sorbonne, publicada em 1969 (Bordeaux), com a diferença de que realiza a leitura sob as categorias da sátira e da crítica, presentes já no título do estudo: “La Critique et la Satire de D. Francisco Manuel de Melo”.²¹ A historiografia meliana lhe merece extenso tratamento, com destaque para as “Epanáforas” e dentre elas a “Epanáfora Política”, mas também a “Guerra de Catalunha” e o “Tácito Português”. Busca em seguida a crítica social e a sátira na “Carta de Guia de Casados” e nos quatro “Apólogos Dialogais”, especialmente o “Hospital das Letras”. Os três últimos capítulos, dos quatorze que compõe a tese, versam, respectivamente, sobre os escritores italianos, espanhóis e portugueses “visitados” neste diálogo. Como ocorre com Teensma, Colomès não se desprende do texto, parafraseando-o continuamente, sem se atrever a maiores vãos teóricos.

Ainda melhor serviço ao conhecimento da obra meliana presta Jean Colomès na sua edição crítica do HDL, publicada em 1970 pelo Centro Cultural Português em Paris: “Le dialogue ‘Hospital das Letras’ de D. Francisco Manuel de Melo”,²² cujo texto estabelece a partir da edição princeps, consultando os apógrafos, anotando as variantes, e cujas menções a numerosos autores e obras investiga e esclarece, com base na pesquisa que realizou em bibliotecas dos dois continentes.

²⁰ Teensma, Benjamin Nicolaas. Don Francisco Manuel de Melo, 1608-1666. Inventario general de sus ideas. A certidão acadêmica de aprovação da tese data de 27 de junho de 1966. O local de nascimento de Teensma, anotado nesta “Academisch Proefschrift”, consta como Pematang Siantar, na Sumatra.

²¹ Colomès, Jean. La critique et la satire de D. Francisco Manuel de Melo. Thèse pour le Doctorat ès Lettres présentée a la Faculte des Lettres et Sciences Humaines de l’Université de Paris (Sorbonne), par Jean Colomès, Agrégé de l’Université, Docteur em Etudes ibériques. Bordeaux: Biscaye Frères imprimeurs, 1969.

²² Colomès, Jean. “Le dialogue ‘Hospital das Letras’ de D. Francisco Manuel de Melo”. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian e Centro Cultural Português, 1970. Doravante, as notas bibliográficas da edição crítica de 1970, por Jean Colomès, serão declaradas pelo sobrenome, nome da seção ou número da nota, e página.

Em 1977 vem a lume a edição facsimilar das “Epanáforas de Vária História Portuguesa”,²³ com nova introdução de Joel Serrão. Trata-se do ensaio “Uma cultura, uma mentalidade: D. Francisco Manuel de Melo”.

Nele, entre outras apreciações sobre vida e obra de D. Francisco, o erudito português anota, a propósito da figura da repetição ou “anáfora” inscrita no título, a hipótese de que as cinco relações nelas contidas, especialmente a primeira (do motim popular de Évora em 1637, “que a Restauração de 1640 veio a considerar como seu prenúncio”) e a última (“com a história da derrota dos Holandeses em Pernambuco em 1654”) podem ou devem ser consideradas “como que modulações anafóricas de um mesmo tema”. Leia-se “anafóricas” no sentido de “recorrentes”. Noutras palavras, um mesmo tema de fundo percorreria as “Epanáforas”, que poderiam ser vistas como fragmentos de um painel dotado de unidade e referenciado à formação do império português, do início da colonização ultramarina à União Ibérica, e desta aos prenúncios da Restauração e ao restabelecimento do império.

A publicação do fac-símile das “Epanáforas” pela Imprensa Oficial-Casa da Moeda (de Portugal) importou igualmente por ampliar o acesso a obra de relativa raridade (além das edições de 1660 e 1676, esta com muitos erros, circulava no mercado apenas a de 1931, também de difícil achamento).

Nos anos 1980, a historiografia meliana é objeto dos estudos de Maria Tereza Amado. Publica primeiro, com J.L. Lisboa, em Lousã, o ensaio (28) “Teoria da história em F.M. de Melo”. Em 1987, apresenta à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra a dissertação (inérita) (29) “A representação do poder em Francisco Manuel de Melo”.²⁴ A professora da Universidade de Évora centra-se nos aspectos epistemológicos e de história das idéias, na abordagem da obra.

O erudito catalão Joan Estruch Tobella, da Universidade de Barcelona, defende em 1983 a tese doutoral (30) “Vida y obra de F. M. de Melo”, a que não tivemos acesso. É dele também o aparato crítico da edição (31) de 1996 da “História de los movimientos, separación y guerra de

²³ Epanáforas de Vária História Portuguesa. Introdução e apêndice documental por Joel Serrão. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1977.

²⁴ Amado, Maria Teresa. A representação do poder em Francisco Manuel de Melo. Dissertação de Mestrado apresentada ao Curso de História Cultural e Política Moderna. Universidade de Coimbra. Coimbra, 1987.

Cataluña”.²⁵ Na “Introducción biográfica y crítica”, passa em revista os dados biográficos, relacionando-os à obra, e dedica especial atenção ao livro que prefacia.

Estruch Tobella vê na historiografia de D. Francisco Manuel, como de resto em toda a produção historiográfica do barroco, apenas a rotina retórica e a continuação dos cânones renascentistas:

El barroco hereda del renacimiento la concepción humanística de la historia, basada en la recuperación del modelo clásico. La historiografía del seiscientos apenas se distingue de la del siglo anterior por un mayor interés por la erudición y la crítica textual. También se destaca una preferencia por el tratamiento de sucesos particulares, contemporáneos, motivada por la conflictividad político-social de la época.²⁶

Reconhece Estruch Tobella o interesse da época pela história como gênero literário, refletido em obras como a de Luis Cabrera de Córdoba (“De historia, para entenderla y escribirla”, Madri, 1611), com preceitos e “esquemas” que teriam sido seguidos por DFM. Anota que “Melo, en su ‘Hospital das Letras’ demuestra tener un profundo conocimiento de los historiadores clásicos y modernos”, registra a citação elogiosa feita por Melo no mesmo diálogo, de outro tratadista da arte histórica, Agostino Mascardi (“Dell’arte istorica”, Roma, 1636), e acrescenta adiante que “(...) la historia era un género literario sometido a las normas de la retórica clásica, y la originalidad o mérito del historiador hay que buscarlos en el uso peculiar que haga de ellas”, para concluir que “Las ideas de Melo acerca de la historia no se apartan mucho de estos lugares comunes de la teoría y la práctica historiográficas del siglo XVII”.²⁷

Não sendo aqui o lugar adequado à contestação do estudioso catalão (que entre outros méritos tem o de interessar-se sistematicamente para vertente portuguesa da obra, em outros estudos), vale assinalar que a leitura de certos elos historiográficos contidos no “Hospital das Letras” autoriza uma visão divergente e menos conformada, particularmente as duas formulações (às entradas 734 e 958) que nos atrevemos a denominar, adiante, no Guia dos Elos (Segunda Parte), o “Teorema de Melo-Tácito”.

Pequenas inconsistências como a de supor que o tratadista preferido por Melo seria Cabrera de Córdoba (quando Melo apenas o cita como biógrafo de Felipe II no “Hospital das Letras”, registrando, em contraste, maior admiração como tratadista pela obra de Mascardi –

²⁵ Historia de los movimientos, separación y guerra de Cataluña. Edición de Joan Estruch Tobella. Clasicos Castalia. Madri: Editorial Castalia, 1996.

²⁶ Idem, p. 26.

²⁷ Ed. citada, pp. 26-27.

“livro de grande e bem logrado estudo”) apenas confirmam o enfoque rotineiro ou conformista que tem sido a tendência no tratamento da historiografia de DFM.

Anotar ainda, do espessamento da fortuna crítica meliana ao final do século XX e início do XXI, duas importantes evoluções, que ampliam as bases para o estudo historiográfico.

Primeiro, os estudos e análises que partem da retórica vista como arte do discurso posta em cânone, e que se valem da renovada atenção e autêntico renascimento dos estudos retóricos verificados nos âmbitos acadêmicos europeus e anglo-americanos na segunda metade do século passado, orientados, no caso, para a compreensão dos procedimentos de escrita em D. Francisco Manuel de Melo.

Tem-se em vista trabalhos como o de Pedro Serra, professor de filologia em Salamanca, que submete a extensa análise retórica os “Apólogos Dialogais”, na edição Angelus Novus de 1998-99, em dois volumes,²⁸ cujo texto estabelece com base em apógrafos distintos dos que serviram a Colomès; e de Maria Luisa Leal, da Universidade da Madeira, preocupada com as relações entre o relato historiográfico e a narrativa ficcional, no estudo que faz²⁹ da terceira das “Epanáforas de Vária História Portuguesa”, em que DFM narra o lendário descobrimento da Ilha da Madeira por um casal de ingleses com base no relato deixado por Francisco Alcoforado, escudeiro de Henrique o Navegador.

Outra linha de investigação, de grande valia para os estudos historiográficos em tela, por estabelecerem em sólida base lingüística os textos de D. Francisco Manuel, consiste nos esforços do Centro de Estudos de Lingüística Geral e Aplicada (CELGA), liderados por Evelina Verdelho, que vêm resultando em rigorosas edições críticas de vários itens da bibliografia meliana, de que fazem prova as “Concordâncias” e o “Índice directo de formas”³⁰ das “Epanáforas de Vária História Portuguesa”, ambos publicados no formato digital por aquele centro associado à Universidade de Coimbra; e ainda a edição crítica com introdução, notas e índice de formas de

²⁸ Apologos Dialogais. Vols. I e II. Introdução, fixação de texto e notas de Pedro Serra. Braga, Coimbra: Angelus Novus, 1998 e 1999.

²⁹ Leal, Maria Luisa. Le Fait et la Fiction dans un Récit Baroque de l’Histoire de la Découverte de Madère, in “Dedalus”, Revista Portuguesa de Literatura Comparada, Lisboa, número 2, dezembro de 1992, pp. 107-116.

³⁰ Índice directo de formas das “Epanáforas de Vária História Portuguesa” de D. Francisco Manuel de Melo. Corpus Electrónico do CELGA – Português do Período Clássico. Centro de Estudos de Lingüística Geral e Aplicada (CELGA). Faculdade de Letras. Universidade de Coimbra. 2007.

“O Fidalgo Aprendiz”,³¹ empreendida pela mesma lingüista e publicada em 2007 pela Universidade da Corunha.

História editorial do “Hospital das Letras”

Vejamos em detalhe, dentro da moldura maior da recepção do conjunto da obra meliana, a história do texto e das edições do “Hospital das Letras”.

Dos quatro “Apólogos Dialogais”, que são, pela ordem em que foram dispostos na edição *princeps*, seguindo provável indicação dos manuscritos, os “Relógios Falantes”, o “Escritório Avarento”, a “Visita das Fontes” e o “Hospital das Letras”, apenas o terceiro é conhecido a partir de original da mão do autor.

O autógrafo da “Visita das Fontes” foi descoberto por Giacinto Manuppella nos arquivos da Biblioteca do Palácio da Ajuda, em Lisboa, e publicado numa edição facsimilar em 1962 por ordem da Universidade de Coimbra.³²

Para a edição *princeps*, feita na oficina de Matias Pereira da Silva e João Antunes Pedrozo em Lisboa em 1721, foram “aproveitados quatro apógrafos mais ou menos correctos, que o Editor tratou de ‘modernizar’ segundo os bem conhecidos critérios ortográficos do século XVIII”, como declara Manuppella. “Além desta actualização, tem de se levar em conta uma ou outra intervenção (não declarada, naturalmente) das Mesas Censórias, do Ordinário e do Paço, e finalmente, ‘last but not least’, o elevado número de gralhas tipográficas que distinguem a primeira edição dos ‘Apólogos Dialogais’”.

Uma nova edição do conjunto apareceu apenas em 1900, em Lisboa, na “Bibliotheca de Clássicos Portuguezes”, dirigida por Luciano Cordeiro, tão mal feita, segundo o mesmo erudito, “que mais valia não a terem feito”, mas acompanhada de “uma notícia da vida e escriptos do author por Alexandre Herculano”.³³

A terceira edição dos quatro “diálogos morais”, como os denominou o próprio autor a certa altura do “Hospital das Letras”, apareceu no Rio de Janeiro em 1920, numa iniciativa da

³¹ O Fidalgo Aprendiz. Edição crítica. Introdução, notas e índice de formas de Evelina Verdelho. A Coruña: Universidade da Coruña, 2007.

³² A Visita das Fontes. Apólogo Dialogal Terceiro. Edição fac-similada e leitura do autógrafo (1657), introdução e comentário por Giacinto Manuppella. Acta Universitatis Conimbrigensis. Coimbra: Por ordem da Universidade, 1962.

³³ Apólogos Dialogaes por D. Francisco Manuel de Mello (com uma noticia da vida e escriptos do author por Alexandre Herculano. Volume II. Lisboa. A Liberal – Officina typographica, 1900.

Livraria Castilho, de A. J. Castilho, Editor, estabelecido à Rua São José, 114, que inaugurava com esse volume a “Bibliotheca de Clássicos Escolhidos”.³⁴

Foi organizada por Fernando Nery, com a intenção de servir de “reprodução fiel do texto da edição de 1721”, o que se vê já pelo título, que conserva as grafias “Apologos Dialogaes” e “D. Francisco Manoel de Mello” da edição *princeps*.

A edição Nery de 1920 reproduz, com efeito, além das folhas de rosto do conjunto e de cada um dos diálogos (exceção do primeiro, dos “Relógios Falantes”), todas as licenças do Santo Ofício, do Ordinário e do Paço, bem como os próprios erros e gralhas, e ainda as erratas da primeira edição.

Precedendo o texto dos diálogos, Fernando Nery escreveu um “esboço bio-bibliographico do Autor”, a lista exaustiva de suas obras impressas e inéditas e, sucedendo-o, em notável esforço de averiguação, as “Notas” com esclarecimentos da pletera de obras e autores citados nos apólogos, particularmente no “Hospital das Letras”.

Completam as notas de Nery as listas dos provérbios e sentenças, das locuções e dos assuntos (em que registra para o “Hospital” uma seção dedicada às “maneiras de escrever a História”) e ainda, em dezenove páginas, à guisa de índice remissivo – coisa rara nas publicações em língua portuguesa ainda hoje – utilíssimo “índice alphabetico dos nomes próprios, geographicos, mythologicos, históricos, e das obras literárias mencionadas nos Apologos Dialogaes”.

O pioneiro esforço editorial de Fernando Nery, incompreendido e desvalorizado por estudiosos que o sucederam, não é destituído de mérito, quando se conhecem as dificuldades da pesquisa ultramarina de temas históricos portugueses.

Ao sabor das conveniências das casas editoras, atentas à demanda das escolas, tendo em vista o valor também didático desses textos, os “Apólogos” ganham edições separadas, a exemplo da que contemplou os “Relógios Falantes”, cuidadosamente preparada com base num dos apógrafos disponíveis (o de número 8577 da Biblioteca Nacional de Lisboa) com prefácio e notas por Rodrigues Lapa, em 1939, a qual se achava em 1974 já na sexta edição ou tiragem.³⁵ Caso

³⁴ Apologos Dialogaes. D. Francisco Manoel de Mello. Reprodução fiel do texto da edição de 1721. Annotados e precedidos de um esboço bio-bibliographico do Autor, por Fernando Nery. Rio de Janeiro: Livraria Castilho, A.J. de Castilho – Editor, 1920. O volume integra a Bibliotheca de Clássicos Escolhidos.

³⁵ Relógios Falantes por D. Francisco Manuel de Melo. Prefácio e notas de Rodrigues Lapa. 6ª. Edição. Lisboa: Seara Nova, 1974.

também da edição do próprio “Hospital das Letras” em formato de bolso, que sai nos anos 60 pela Editorial Bruguera, do Rio de Janeiro, sem qualquer aparato crítico ou data de publicação.

Nova edição dos “Apólogos Dialogais”, em dois volumes, com prefácios e notas de José Pereira Tavares, professor, aparece em Lisboa, pela Livraria Sá da Costa Editora, em 1959.³⁶ Pela primeira vez a seqüência dos diálogos, tal como consta na edição *princeps* e também na listagem já referida do próprio autor, deixa de ser obedecida, com o primeiro (“Relógios Falantes”) acompanhando o terceiro (“Visita das Fontes”) no primeiro volume, e o segundo (“Escritório Avarento”) juntado ao quarto (“Hospital das Letras”) no segundo volume. O reordenamento deve ter obedecido à conveniência gráfica, de modo a produzir dois volumes de parecido tamanho.

Tavares faz em rodapé anotações de esclarecimento ao texto dos apólogos, prosseguindo o pioneiro esforço de Fernando Nery. A edição, ainda hoje encontrável no comércio de livros novos com a data de 1959, contém um primeiro esforço de localização das passagens, numerando de cinco em cinco as linhas de cada página. E traz um precário índice de matérias³⁷, além de suplemento de duas páginas reservado a “Particularidades vocabulares e flexionais dos textos”.

Como separata da Revista da Universidade de Coimbra, vem a lume em 1968 a edição crítica de dois dos apólogos, preparada por Maria Judite Fernandes de Miranda. A filóloga toma por base, para o estabelecimento do texto dos “Relógios Falantes” e do “Escritório Avarento”, um dos cinco apógrafos conhecidos, o de número 8577 da Biblioteca Nacional de Lisboa.

Em 1970, o Centro Cultural Português em Paris, com o apoio da Fundação Calouste Gulbenkian, publica a primeira edição crítica do quarto apólogo, realizada por Jean Colomès, que faleceu no ano anterior sem ter conseguido rever as provas finais do seu trabalho, como assinala Joaquim Veríssimo Serrão em “avant-propos”.³⁸

³⁶ Apólogos Dialogais. Prefácios e notas do prof. José Pereira Tavares. Volume I: Relógios Falantes, Visita das Fontes. Vol. : Escritório Avarento, Hospital das Letras. Coleção de Clássicos Sá da Costa. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1959.

³⁷ Constam do índice relativo ao segundo volume da edição Tavares, para o “Hospital das Letras”, os seguintes itens, depois da “Dedicatória do autor”: Camões e seus tradutores e comentadores; Autores; Poesia; Poetas antigos e modernos; Teatro; A comédia; Poesia épica; Variação dos gostos; A imitação; Traduções; Os mecenas; Os engenhos; A técnica do verso; Os livros; Tipografias; “Mulheres doutoras, autoras e compositoras”; A erudição; A História; Historiadores políticos; Autores antigos e modernos; Historiadores e maneiras de escrever a História; Elogio da cultura portuguesa”.

³⁸ Le dialogue “Hospital das Letras” de D. Francisco Manuel de Melo, pp-VII-IX. Avant-propos de Joaquim Veríssimo Serrão, diretor do “Centre Culturel Portugais”, com data de 14 de março de 1970.

Nascido em 1914, graduado em estudos hispânicos (“licence d’espagnol”) pela Sorbonne em 1941, professor no liceu Michel de Montaigne de 1942 a 1945, Jean Colomès foi “lecteur de français” em Coimbra entre 1945 e 1948, ocasião em que pesquisou a Restauração de 1640 e o hispanizante Agostinho Manuel de Vasconcelos, e deu início a longos estudos sobre Melo. Ao quarto apólogo dialogal dedica sua “thèse de troisième cycle”, defendida na Faculdade de Letras de Poitiers em 1966 – “Le dialogue ‘Hospital das Letras’ de D. Francisco Manuel de Melo”, contendo justamente os teores da edição em tela – para sustentar já em 1969 na Sorbonne a tese de “docteur ès-lettres” sobre “La critique et la satire de D. Francisco Manuel de Melo”, que sairia impressa no mesmo ano em Bordeaux.

Sem desconhecer os apógrafos disponíveis do “Hospital das Letras”, e reconhecendo no manuscrito 8577 o melhor dos cinco, optou Jean Colomès por adotar, como base de seu trabalho, o texto da edição *princeps* de 1721, transcrevendo-o segundo a ortografia portuguesa oficial do dia e pontuando-o “aussi comme on peut le ponctuer aujourd’hui”.³⁹

As variantes do texto do apólogo são anotadas em rodapé com as siglas “L”, para o já citado 8577, da Biblioteca Nacional de Lisboa; “L 1” para um segundo manuscrito, de número 3546, existente na mesma biblioteca; “Cad” para o manuscrito 1007 da Casa de Cadaval, propriedade rural dos duques de Cadaval em Muge, próximo a Santarém; e “Co” para o manuscrito 338 da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra. Um quinto manuscrito, de número 3763, também dos fundos da BNL, é abandonado como “le plus inutile”, juízo coincidente neste ponto com o de G. Manuppella.⁴⁰

A edição Colomès vem acompanhada de uma introdução com 40 páginas sobre data e lugar de redação; discussão do nome do “Hospital das Letras”; tema do apólogo; seus interlocutores; comparação do apólogo ou diálogo com a “Republica Literaria” de Diego de Saavedra Fajardo (a propósito de sua aproximação por Marcelino Menéndez y Pelayo na “Historia de las ideas estéticas en España”); destino da biblioteca pessoal de D. Francisco e de seus manuscritos; além da recensão das edições até ali disponíveis do HDL, dos manuscritos existentes e uma explicação dos critérios seguidos para a edição do texto.

Ao final do volume, das páginas 153 à 343, após o texto do “Hospital”, nas “Notes au texte”, Colomès expõe em 533 notas os preciosos resultados de sua pesquisa sobre os autores e

³⁹ Colomès, Introduction, Critères suivis pour la présente édition. LI.

⁴⁰ Colomès, Introduction, Manuscrits de l’Hospital das Letras. XLVI-L.

obras citados ao longo do diálogo. Completa o volume uma bibliografia de 441 itens reportados às suas edições originais, remontando ao século XVI; uma “Addenda a la Bibliographie” com mais dez itens; e a “Table des matières”.

O texto estabelecido por Jean Colomès estende-se por 152 páginas numeradas a partir da unidade, com as linhas numeradas de cinco em cinco por página, e traz em rodapé a anotação das variantes, localizadas pelo número da linha. A versão adotada para uma locução qualquer na edição *princeps* é registrada pela sigla “Ed” e as demais de acordo com as siglas já referidas. Assim, já na primeira linha, referente ao título:

“1 Ed.: Hospital / L.: O hospital / L.1 = L. / Cad. = Ed. / Co. = L.”

Tem-se aí, à primeira página, a solução adotada na edição *princeps*, “Hospital” contrastando com a do apógrafo L, que prefere “O hospital”, variante encontrada também nos apógrafos L1 e Co. O apógrafo da Casa de Cadaval coincide neste ponto com o da edição *princeps*.

A propósito da exata maneira de escrever os títulos de cada um dos quatro apólogos dialogais – com ou sem o artigo definido (vale dizer, por exemplo, “O Hospital das Letras” ou simplesmente “Hospital das Letras” como preferiu o editor de 1721) – deveríamos nos conformar com a primeira solução, a ser autêntico (e ninguém o contesta) o autógrafo de “A Visita das Fontes” descoberto por Manuppella. A tradição vem se formando, porém, no sentido da adoção da segunda solução, bem mais cômoda para as citações, por evitar a profusão de apóstrofes nas referências ao nome da obra.

A mais recente edição dos “Apólogos Dialogais”, iniciativa da editora Angelus Novus (Braga e Coimbra), surge em dois volumes, o primeiro com data de 1998 reunindo “Os Relógios Falantes” e “A Visita das Fontes”, e o segundo, “O Escritório Aparento” e “O Hospital das Letras”, em 1999; ambos acompanhados de “Bibliografia selectiva” (reiterada com variantes no segundo tomo) e precedidos de introduções. Seu organizador, Pedro Serra, doutor em filologia pela Universidade de Salamanca, constava já em 1996 como responsável pela preparação editorial de outra obra do corpus meliano, a “Carta de Guia de Casados”, publicada pela mesma casa editora,⁴¹ com estudo que relaciona a CGC à tradição moralística sobre o casamento na Península Ibérica nos séculos XVI e XVII.

⁴¹ Carta de Guia de Casados. Quadros Cronológicos, Introdução, Bibliografia Selectiva, Fixação do Texto e Notas de Pedro Serra. Coleção Letras Portuguesas, vol. 3. Braga, Coimbra: Angelus Novus, 1996. A introdução coincide com

A edição Serra, a exemplo da edição crítica dos primeiros dois apólogos por Maria Judite Fernandes de Miranda em 1968, acolhe como o melhor dos manuscritos o de número 8577, do acervo da Biblioteca Nacional de Lisboa, datado, como afirma, das duas primeiras décadas do século XVIII. Para os três primeiros diálogos, anota em rodapé também as variantes das edições de “A Visita das Fontes” por Manuppella em 1962 e d’“Os Relógios Falantes” e d’“[O] Escritório Avarento” registradas pela citada preparadora em 1968, demarcando pontualmente as próprias divergências. Para “O Hospital das Letras”, o filólogo faz cuidadoso registro das variantes da edição Colomès de 1970.

Observe-se que o número de manuscritos mobilizáveis no estabelecimento do texto dos demais apólogos⁴² é mais amplo que o que acima se anotou para o HDL. Assim, por exemplo, para os “Relógios Falantes”, estão disponíveis outros apógrafos na Biblioteca da Ajuda (Ms. 51-V-38), na Biblioteca Pública de Évora (CXXX/1-17) e na Biblioteca Municipal do Porto (751).

Lugar do projeto na fortuna crítica

Não seria ocioso reiterar que o quarto apólogo dialogal compartilha das circunstâncias que afligem o processo de recepção do conjunto da obra, dispersa entre múltiplos gêneros, dividida entre dois idiomas, e submetida ao eclipse, já mencionado, que encobre durante séculos a produção do barroco.

Vejamos imediatamente, de maneira concisa, das condições de sua recepção, alguns dados que servem à justificação de nosso projeto.

Uma das dimensões do HDL, a de primeiro e implícito inventário bibliográfico da literatura portuguesa, deve ter chamado a atenção, já no século XVIII, de Barbosa Machado.

No século XIX, a ele se referem com notas de reconhecimento e admiração figuras como um Menéndez Pelayo e um Alexandre Herculano, interessados no espaço crítico que instaura.

No início do XX, em sua história da crítica literária em Portugal, Fidelino de Figueiredo demora-se no aspecto de exercício crítico em situação fictícia.⁴³

o ensaio “A Carta de Guia de Casados e a tradição moralística sobre o casamento na Península Ibérica (sécs. XVI-XVII)”, pp. 19-70.

⁴² Ver “A tradição manuscrita e editorial dos Apólogos”, in Apólogos Dialogais, vol. II, ed. Pedro Serra, Introdução, pp XLIX-L

⁴³ Figueiredo, Fidelino de. *Historia da Crítica Litteraria em Portugal, da Renascença á Actualidade*. 2ª ed., revista e seguida de appendices documentários. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1916. A primeira edição é de 1910. Fidelino reconhece na formação de D. Francisco Manuel “um respeito conservador pelas literaturas clássicas e pelo gosto de sua imitação”, temperado contudo por fatores pessoais, uma vez que: “a maleabilidade do seu talento, a um tempo ironista e moralista, cambiantes sutis do espírito crítico, a largueza da sua cultura intelectual e a multiplicidade dos

Para a relação da vida do escritor, vale-se do HDL como referência em vários passos o principal e de certa forma único biógrafo de DFM, o inglês Edgar Prestage, no comemorado “Esboço Biographico”, de 1914.

Em 1920, no Rio de Janeiro, vem a lume, como já se disse, a edição quase-facsimilar dos “Apólogos Dialogaes” de Fernando Nery, o primeiro a tentar deslindar sistematicamente a multidão de nomes e livros visitados no “Hospital” por DFM. José Pereira Tavares leva um tanto adiante essa tentativa, nas notas que prepara para a edição Sá da Costa, do conjunto dos ADs, de 1959.

Na segunda metade do século XX, as pós-graduações universitárias voltam-se para a sua pesquisa no bojo de outros trabalhos. Na Espanha, em Portugal, no Brasil, e também no estrangeiro não-ibérico, avoluma-se a fortuna crítica de partes ou do conjunto dos escritos de DFM.

Nos anos 1960, o holandês Benjamin Nicolas Teensma e o francês Jean Colomès aventuram-se às primeiras tentativas sistemáticas de interpretação totalizadora daquele conjunto, o primeiro na tese “Don Francisco Manuel de Melo. Inventario general de sus ideas” (original em castelhano) e o francês na tese “La critique et la satire de D. Francisco Manuel de Melo”.

Será Colomès o primeiro, reiteramos, a empreender o estabelecimento do texto do HDL com base nos manuscritos disponíveis, todos apógrafos, dedicando-lhe a fundamental edição crítica de 1970, “Le dialogue ‘Hospital das Letras’ de D. Francisco Manuel de Melo”, que aparece em Paris sob os auspícios do Centro Cultural Português e da Fundação Calouste Gulbenkian. Vale-se dos acervos das grandes bibliotecas européias, pesquisa nos dois continentes, e praticamente exaure o problema da identificação de autores e livros citados no “Hospital das Letras”.

Nova edição crítica surge em 1999, pela Angelus Novus, de Braga e Coimbra, obra do filólogo Pedro Serra, que realiza à maneira de introdução uma pioneira análise retórica dos quatro “Apólogos Dialogais”.⁴⁴

A propósito do “Hospital das Letras”, o professor português cogita da possibilidade de estarmos “diante de um teatro íntimo em que as *dramatis personae* escondem mal uma mesma

meios sociais em que viveu, deram-lhe, em prejuízo desse conservantismo, um pendor crítico, uma rapidez de intuição com certo scepticismo de experiência, e dele fizeram a mais completa vocação crítica do seu tempo” (p. 41).

⁴⁴ Serra, Pedro, “Retratos arcimboldescos”, Introdução, pp. XLI-XLIII, Apólogos Dialogais, vol. II, O Escritório Avarento, O Hospital das Letras. Braga e Coimbra: Angelus Novus, 1999.

face”, com o que, “por detrás de uma superfície em modo de ilusão dialógica temos um monólogo”.

A partir dessa premissa, levanta a hipótese de o HDL ser visto sob o prisma de um “gesto implícito de auto-legitimação que organiza o texto”, para propor finalmente “que se leia o quarto apólogo como uma *compositio loci* da memória do autor, ou, por outra palavra, como uma *autobiobibliografia*.”

Serra, que trabalha no estabelecimento do texto com manuscrito diferente daquele preferido por Jean Colomès, como um filólogo interessado ademais em aspectos retóricos, naturalmente persegue os seus próprios fins na leitura do diálogo, e se deixa de extrair as conclusões que aquela hipótese implicaria para uma nova leitura da organização estrutural do HDL, tal não se lhe deve imputar como falta ou problema. Consideramos que a hipótese da legitimação vem corroborar nossos próprios achados em termos da estrutura (Primeira Parte, Segunda Seção).

Este é o sumário balanço que se pode fazer, em 2007, do processo de aproximação ao “Hospital das Letras” nos seus 350 anos: - é um texto há muito reconhecido como importante documento crítico para o conhecimento das literaturas ibéricas até meados do século XVII; como o primeiro inventário bibliográfico, “en passant”, das letras portuguesas; como uma poética do barroco, em que, também ao correr da pena e no fluir do diálogo, são contempladas as preocupações e posições estéticas do tempo; e ainda como uma “auto-biobibliografia” escrita em clave de auto-legitimação. Encontramos seu texto relativamente bem estabelecido, à falta do autógrafo; suas numerosas referências a autores e livros do período decifradas e identificadas, seja nas “Notas” de Jean Colomès, seja nas anteriores de Fernando Nery e José Pereira Tavares.

O projeto de estudo histórico dos elos historiográficos contidos no diálogo naturalmente impõe sobre o objeto HDL uma série de demandas distintas daquelas que se apresentam na crítica literária.

Para o historiador que pesquisa a historiografia do barroco e a de D. Francisco Manuel, o quarto apólogo é um documento, a ser abordado com outros rigores e cautelas, nem mais nem menos intensos que os da literatura, da lingüística, da filologia, mas apenas distintos.

Passa a ter importância para a investigação desses teores o seu ser-no-tempo, o seu estar-no-tempo, a sua historicidade – *o que, por assim dizer, nos informam do que está fora do texto*: um dado fidalgo-soldado-escritor que os escreve, uma determinada sociedade que o aprisionou e depois banuiu e na qual ele pede reingresso, uma época dilacerada por conflitos que assinalam o aparecimento do estado moderno e que se traduzem como experiência militar, política e diplomática para o nosso escritor – como a experiência de “ser castigo e [ser] castigado” (diz ele num verso, à entrada 649).

Na leitura histórica do “Hospital das Letras”, até mesmo a dimensão estética dos juízos que nele pronunciam os quatro interlocutores deve ser contemplada de uma perspectiva histórica e historiográfica. (Veremos por exemplo como a “proporcionada simetria de perfeições” (329) que *não* se encontra nos poemas de Miguel da Silveira serve-nos como indício de que o autor prezava essa configuração “proporcionada”, o que em seguida nos serve para avaliar a leitura estrutural do HDL como uma construção “simétrica”, com os significados históricos que se lhe associam no caso de Melo).

A proposta da dissertação visa e visava contudo a bem menos do que essa exaustiva pesquisa histórica. Queremos e queríamos apenas reconhecer os elos historiográficos; dizer quais são; onde estão; e se possível avançar na interpretação do que dizem sobre D. Francisco Manuel, sua leitura dos historiadores de seu tempo, o conceito que fazia da escrita histórica, a idéia que fazia da própria obra, do próprio lugar social, da sua posição no conjunto literário e historiográfico da época.

Nessa tarefa relativamente simples, deparamo-nos com a falta de um bom índice. Afinal, o Hospital das Letras estende-se por 100 páginas na edição Serra; 152 páginas na edição Colomès; 190 na edição Tavares; 169 na edição Nery e na *princeps* em que aquela se modelou. É preciso ter um índice para dar conta de matéria dessa extensão. Ora, para fazer o índice, inexistente até o momento (se considerarmos como mero ensaio a sumária tentativa de Tavares, na edição de 1959) convinha numerar as entradas de cada interlocutor, de maneira a localizá-las, contá-las, e a dimensionar cada pequeno episódio temático. O índice pressupunha igualmente o reconhecimento da estrutura do diálogo, vale dizer a identificação dos seus grandes blocos.

As tarefas vão se encadeando. Para chegar aos teores, fazer um índice; para chegar ao índice, contar as entradas, reconhecer as nucleações temáticas e as ramificações; reconhecer igualmente as grandes linhas estruturais, confirmando ou rebatendo a visão tradicional, que

sempre enxergou três grandes blocos no HDL. Chegamos assim ao Exemplar Numerado (Anexo I) e ao Índice Analítico (Anexo II).

Ora, nessa seqüência de tarefas às vezes bem modestas, praticamente *tropeçamos* num achado importante. D. Francisco Manuel camuflou os limites de seu próprio Julgamento para que parecesse apenas mais um episódio do grande bloco dedicado ao exame dos poetas. As frases lá estão, contraditórias, em 619 e 703. Avançando um pouco mais, chegamos ou pensamos chegar à conclusão de que esse Julgamento do Autor é uma parte autônoma do conjunto, por mais que o autor tentasse disfarçar, camuflar, despistar em sentido contrário. A partir daí, outras conclusões seguir-se-iam. O Julgamento afinal está no centro da estrutura, uma posição solar! E mais: a “ala” direita dessa estrutura se fraciona claramente em duas (um ovo-de-Colombo, pois o Autor só falta gritar em 458 que se está ingressando em novo departamento de livros). Em seguida, era preciso explicar por que castelhanos e portugueses se acham acotovelados (ou então “ombro por ombro” e “rés por rés”) no trecho que precede essa linha de ruptura, e por que apenas e tão-somente portugueses aparecem depois dela. A leitura é apenas estrutural, mas as explicações precisam agora ser históricas. A questão que se quer agora responder – e acreditamos que, tanto quanto os teores, a estrutura “responde” – é **como DFM articula a sua posição no panorama das letras poéticas, políticas e históricas** de seu tempo, armando por assim dizer a cena do próprio auto-julgamento e auto-defesa.

Este é portanto o lugar que modestamente propomos para a dissertação na fortuna crítica do “Hospital das Letras”. Elaborar-se aqui um Guia dos Elos Historiográficos, precedido e preparado por um Índice Analítico, e se apresenta uma solução para a numeração das entradas. No caminho para lá chegar, mediante a leitura estrutural do diálogo, pensamos ter encontrado algo de novo e de inédito nas leituras até agora feitas. É um trabalho de aprendiz de historiador, que se vale de operações elementares e da leitura atenta, cujas conclusões são submetidas com cautela e modéstia ao exame dos estudiosos.

Quanto ao Guia dos Elos, nosso principal objetivo além de cartografar os teores historiográficos consiste em apontar, tentativamente, possíveis direções de pesquisa. A tentativa, naturalmente, deve e tenta ser consistente, e apresentar argumentos a cada passo, trazendo à colação passagens do próprio texto e de fora dele, aproximando-as e cotejando-as, como é o caso das duas versões da fórmula de desacordo entre “caso” e “discurso” que se encontram às entradas

734 e 958, que ilustram-se reciprocamente como a prática ilustra a teoria e vice-versa – pois trata-se da aplicação de uma fórmula geral (734) ao um caso concreto (958).

As partes da dissertação

O trabalho está dividido em dois capítulos ou Partes.

O Guia dos Elos Historiográficos, principal objetivo e principal resultado do estudo, forma a Segunda Parte, dividida por sua vez em duas seções, relativas, primeiro, aos Elos Avulsos, vale dizer, àquelas passagens de teor historiográfico situadas fora da Estante dos Historiadores, as quais vão antecipando o debate que lá se concentra, sobre autores e livros de história; e em seguida aos Elos Historiográficos dessa Quinta Estante.

Na Primeira Parte, também em duas seções, procura-se, primeiro, situar o diálogo e reconhecer as condições externas de sua realização. Aqui são percorridas as questões que dizem com a datação; os indícios de que o autor contemplava um projeto bibliográfico, de levantamento da produção literária portuguesa coetânea; e as informações que se pode colher ou deduzir do manuscrito da “Visita das Fontes” sobre o modo gráfico de escrita de D. Francisco Manuel.

Também são vistos nessa primeira seção os tópicos “externos” que dizem com a invenção de um espaço crítico imaginário no contexto do Portugal restaurado; a tradição dialógica; e os possíveis modelos que o nosso autor observou para escrever o HDL. Examinam-se os demais “Apólogos Dialogais” em si mesmos e na sua possível relação com o “Hospital das Letras”, caso particular da “Visita das Fontes”, sendo contemplada a singularidade deste e o valor documental dos pronunciamentos dos interlocutores para o estudo histórico. Conclui-se a primeira seção da Primeira Parte com os perfis das personalidades historicamente existentes que inspiraram a criação das personagens do diálogo.

Na segunda seção da Primeira Parte, dedicada aos “dados internos”, apresentam-se os conceitos e as operações que resultam na elaboração do Exemplar Numerado e do Índice Analítico; procede-se à análise da estrutura e se justifica a leitura que propõe uma organização do “Hospital das Letras” em cinco Estantes, em contraste com a visão tradicional de três blocos apenas. Um breve ensaio interpretativo sobre o possível significado histórico-biográfico da centralidade do Julgamento do Autor encerra a segunda seção. Os Anexos I (Exemplar Numerado) e II (Índice Analítico), que acompanham a dissertação como separatas, a rigor integram esta segunda seção da Primeira Parte.

Antecipadas nesta introdução, e expostas reiteradamente no correr dos capítulos (ou Partes) seguintes, considera-se que seria desnecessário reservar para as conclusões do trabalho uma seção especial, ao final do Guia dos Elos Historiográficos.

Considerações metodológicas

(Operações, conceitos, método e delimitação do objeto)

As operações que correspondem às duas Partes do trabalho são, para a primeira, a fixação das coordenadas externas, com o objetivo de situar o objeto estudado e, em seguida, quanto aos dados internos, o reconhecimento e a análise da estrutura e das partes componentes (incluídas as unidades e sub-unidades temáticas).

Conceitos operacionais como o de Estante, Módulo e Sub-módulo são criados e definidos em termos práticos. No breve ensaio sobre a centralidade do Julgamento do Autor, há uma tentativa de interpretação dos dados encontrados. Nesta Primeira Parte, o objetivo principal, além de situar os dados externos, é construir o Índice Analítico, a partir de recursos intermediários, como a numeração das entradas, a análise estrutural, etc.

Para a Segunda Parte, contendo o Guia dos Elos Historiográficos, as operações são de reconhecimento, análise e, sempre que possível, interpretação. Na apresentação de cada unidade ou sub-unidade temática, correspondentes aos módulos e sub-módulos, segue-se uma seqüência de operações que visam, primeiro, ao reconhecimento literal da passagem, nas suas relações internas e no contexto; em seguida, quando possível, trazem-se outras informações que possam esclarecer ou aprofundar o sentido do segmento examinado; e finalmente, extraem-se ilações ou propõe-se interpretações, com a sugestão eventual de desdobramentos da pesquisa.

No correr de todo o trabalho, apoiamo-nos na orientação contida em “A Operação Historiográfica” de Michel de Certeau.⁴⁵ Os conceitos de lugar social, prática historiográfica e escrita pessoal expostos no ensaio do historiador francês se apresentam como apropriados aos objetos de estudo no “Hospital das Letras”.

A interpretação do possível significado da estrutura do diálogo, que se propõe seja organizada segundo um princípio de simetria, em particular, vale-se inteiramente do conceito de lugar social, que encontra, ademais, numerosas aplicações no reconhecimento e análise dos elos

⁴⁵ Certeau, Michel de. *A Escrita da História*. Trad. de Maria de Lourdes Menezes. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002. Primeira edição, Paris, Gallimard, 1975: “L’Écriture de l’Histoire”. O ensaio de Certeau forma o segundo capítulo da obra, e compreende três partes, sob o título de “A operação historiográfica”: “Um lugar social”, “Uma prática” e “Uma escrita”.

historiográficos (a exemplo dos que dizem da proximidade do historiador com os poderes estabelecidos).

Passagens relativas à historiografia como prática profissional ocorrem com nitidez, por exemplo, na comparação que se faz entre os historiadores Guido Bentivoglio e Famiano Strada, que competem entre si por serem “engenhos tão grandes, encerrados ambos na lei de um mesmo assunto”. As “maneiras de escrever a história”, o emprego de fontes, o esforço de observação, o valor do testemunho, da experiência e dos saberes técnicos, a historiografia como profissão, são temas incidentes no diálogo e abrangidos no conceito de prática. Em sentido amplo, toda a praxe historiográfica suposta nas relações entre a retórica (como coleção de preceitos) e a escrita da história na historiografia dos Seiscentos, ainda em pleno vigor (mas talvez já mudando), se apresenta como campo de aplicação deste instrumento analítico, por mais que Certeau estivesse pensando nos historiadores do século XX.

As modulações pessoais da escrita – um dos focos da abordagem propostos em Certeau – valem tanto para identificar espécies de “engenhos” como de estilos individuais, uma das constantes da análise crítica/clínica levada a efeito pelos interlocutores. A curiosa congruência entre o método de abordagem de nosso autor e do mestre francês é apontada no reconhecimento de SM do módulo 55 relativo a Tácito, ao Tacitismo e aos Tacitistas (724), quando o Autor interroga Lípsio nos seguintes termos: “*Ainda pergunto mais: que casta de engenho tinha? Que profissão? Que estudo?*”.

Importa anotar, quanto ao objeto e sua delimitação, que dois caminhos se oferecem à leitura analítica do “Hospital das Letras”, na perspectiva do conjunto da obra. O primeiro consiste em tomá-lo nos seus próprios termos, sem perseguir as conexões que levam àquele conjunto. O segundo, muito mais complexo, implicando o exaustivo conhecimento de todos os escritos melianos, conduz àquelas conexões.

Sem excluir inteiramente, quando inevitável, as referências ao corpo geral da obra meliana, parece-nos oportuna e, mais que isso, necessária, a abordagem autônoma do quarto “apólogo”, como uma primeira etapa. O levantamento detalhado de suas coordenadas históricas, estrutura, relações internas, e conteúdos, convém à própria perspectiva totalizadora, sendo a compreensão de seu aporte específico uma condição preliminar a quem se atreva a propor uma visão geral da obra.

Por essa razão, seguiremos o primeiro caminho, da abordagem autônoma, “isolada”, do “Hospital das Letras”, com as referências apenas pontuais que se fizerem necessárias a outros escritos.

Convenções adotadas na dissertação

O texto mais legível. Pela facilidade de leitura, o texto do “Hospital das Letras” acolhido no trabalho é o da edição crítica de 1970, de Jean Colomès,⁴⁶ preparado a partir da edição *princeps* de 1721 mediante o cotejo com os manuscritos disponíveis, e transcrito segundo as normas ortográficas portuguesas em vigor (que adaptamos à brasileira em detalhes). Pontualmente, adotam-se outras soluções, e nesses casos a variante vem registrada e justificada.

Citações de Colomès. Sendo a edição Colomès, com suas notas, a mais autorizada fonte sobre os autores e livros citados no diálogo, dela nos valem a cada passo para o esclarecimento dos teores tratados no “Guia dos Elos Historiográficos”. A citação da mesma edição será feita sumariamente, em rodapés, com o registro do sobrenome Colomès, seção do livro e página citada (ou do número da nota e então o da página, no caso de serem citadas as notas). Outras obras de Jean Colomès serão citadas da maneira convencional.

Número de entrada. Por outro lado, as citações do próprio diálogo serão registradas diretamente no texto da dissertação mediante a anotação do número de entrada ou entradas (vale dizer, o número correspondente ao(s) pronunciamento(s) dos interlocutores), dispensando-se neste caso as notas de rodapé. Os números de entrada podem ser conferidos no Exemplar Numerado, que toma por base a edição Colomès, e que constitui o Anexo I da dissertação, em separata.

Estantes, MDs e SMs. Quanto às Estantes, Módulos e Sub-módulos, cujo emprego se define e justifica mais à frente, no primeiro capítulo, segunda seção, serão utilizados desde logo, como recurso de localização das unidades temáticas, acompanhados dos números de entrada dos pronunciamentos. O Índice Analítico que integra a dissertação como seu Anexo II, também em separata, pode ser utilizado para a mais precisa localização das unidades temáticas, referidas por MDs e SMs.

Módulos numerados. Os módulos compreendem, portanto, as unidades temáticas identificadas no Índice Analítico (Anexo II da dissertação, em separata). São declarados por

⁴⁶ Le dialogue “Hospital das Letras de D. Francisco Manuel de Melo. Jean Colomès. Texte établi d’après l’édition princeps et les manuscrits, variantes et notes. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian e Centro Cultural Português, 1970.

extenso, ou pela sigla e número, e eventualmente referidos também pelos seus conteúdos. Exemplo: MD55 (refere-se ao módulo de número 55 no Índice Analítico). Outro exemplo: MD80 do Julgamento de Virgilio Malvezzi, 950-964 (refere-se ao módulo número 80 que se estende das entradas 950 a 964 e versa sobre o historiador bolonhês).

No caso dos SMs, dispensou-se o emprego de números de ordem, para evitar um excesso de números e siglas. Os sub-módulos serão localizados segundo os módulos em que se imbricam, e mediante o número de entrada dos pronunciamentos que contêm. Exemplo: entrada 733-734, SM do MD55, 717-737 (trata-se da passagem compreendida pelas entradas 733-734, que forma o SM relativo ao Teorema de Melo-Tácito, sub-módulo aliás do módulo número 55, relativo a Tácito, este compreendido pelas entradas 717 a 737).

Em todos os casos de citação de uma passagem, por medida de simplicidade, refere-se o número de entrada. As demais informações (sobre sub-módulos, módulos, números-limite de cada módulo, Estante) servem para a mais precisa localização do contexto.

Os nomes de Dom Francisco. Entre as diferentes fórmulas alternativas de tratamento de Dom Francisco Manuel de Melo, note-se que ele mesmo preferia assinar-se, nos anos de mais intensa produção literária (1640 a 1660, aproximadamente), “Dom Francisco Manuel”, sendo “Manuel”, no caso, como se sabe, nome de família.

Para os espanhóis, trata-se com frequência de “Melo”, forma que privilegia a brevidade. O editor de 1721 registrou “D. Francisco Manoel de Mello”. Em nossos dias, a tradição editorial tem favorecido o nome por extenso: “D. Francisco Manuel de Melo”. Na dissertação, usam-se todas essas variantes (menos a da edição *princeps*), e ainda a fórmula digamos familiar “D. Francisco”, além da abreviação pelas maiúsculas: DFM.

Há quem insista numa diminuição do “Dom” para “dom” com minúsculas, talvez como reverência a um sentimento republicano. O emprego do “Dom” com maiúscula, é bom esclarecer, não significa neste trabalho qualquer adesão a uma visão de mundo aristocrática ou afeita a privilégios e castas. No caso do nosso autor, o “Dom” tornou-se parte do nome e parece que inseparável da identidade⁴⁷. Motivo suficiente para empregar-se esse modo de nomear.

⁴⁷ Ver a propósito o “Episódio dos Franciscos de Portugal”, entrada 537, que dá conta de uma troca de agudezas entre o Autor e o poeta castelhano Antonio de Mendoza: “Mostrei-lhe eu (antes que ele de todo me soubesse as manhas, de que já suspeitava) aquele soneto que anda nas minhas obras, escrito ao Príncipe de Espanha, e começa: ‘No te ofrece aquel triunfo hoy solamente’. Viu-o e olhou-me e, depois de mostrar que folgava de o ver, me disse: ‘Yo pensé hasta ahora que de presente no se hallaba otro poeta em su tierra sino D. Francisco de Portugal’. Ao que

HDL e outras siglas. Também para o “Hospital das Letras” emprega-se, com comedimento, a sigla HDL. Eventualmente, referimo-nos ao “Hospital”, ao “quarto apólogo”, ao “quarto dos ‘Apólogos Dialogais’” e também, simplesmente, ao “diálogo”.

Os “Apólogos Dialogais” são eventualmente referidos como “ADs”.

Das demais obras de DFM, as “Epanáforas de Vária História Portuguesa” são referidas às vezes apenas como “Epanáforas”. A “Carta de Guia de Casados” torna-se às vezes “CGC”. A sua clássica relação do levante catalão de 1640, “Historia de los movimientos, separación y guerra de Cataluña”, vem apelidada de “Guerra de Cataluña” ou “Guerra de Catalunha”, fórmula empregada pelo autor no “Hospital das Letras” e alhures.

Elos. Considerado na sua condição não apenas de documento histórico, mas também de documento sobre documentos, o “Hospital das Letras” configuraria, no universo digital, um “hipertexto”, vale dizer, um texto sobre textos e, ainda, um texto que leva a textos mediante “elos” ou “links”.

A expressão “elos” aqui adotada, por exemplo, na denominação do “Guia dos Elos Historiográficos” ou nos “Elos Avulsos” do HDL, visa deliberadamente a acenar para essa possibilidade de tratamento digital do quarto apólogo.

Ao emprestar profundidade, vale dizer, ao procurar nas passagens ou “elos” de interesse historiográfico as referências secundárias e derivadas, ao segui-los nas suas ilações e ao tentar esclarecer camadas menos superficiais do texto, ensaiam-se aqui os passos preliminares para a construção de um “website” – um “sítio” que revelasse, como desde logo se quer fazer no “Guia de Elos”, o universo de autores, textos e temas “atados” pelo fio dessa longa conversa.

PRIMEIRA PARTE, PRIMEIRA SEÇÃO

SITUAÇÃO

1.1 OS DADOS EXTERNOS

1.1.1 Datação, projeto e condições da escrita

1.1.1.1 Datação

Além da dedicatória do “Hospital das Letras”, endereçada a “Daniel Pinário” com data de 10 de setembro de 1657, desde “um leito”⁴⁸, em que provavelmente convalescia, talvez ainda no desterro baiano ou talvez já na Ilha de São Miguel, nos Açores, como quer Jean Colomès⁴⁹, outras declarações inscritas no corpo do diálogo permitem inferir ao menos por aproximação as balizas do período em que o escreveu D. Francisco Manuel de Melo.

Da menção⁵⁰ feita na lista das suas obras⁵¹ a uma relação histórica sobre a “Recuperação de Pernambuco”, a qual seria publicada como a última das “Epanáforas de Vária História Portuguesa”, deduz-se que o “Hospital das Letras” não deve ter sido composto, ao menos em sua íntegra, antes de 1654, ano daquela reconquista.

⁴⁸ “Ao Sapiente Varão Daniel Pinário, Professor de Ciências Divinas e Humanas”. A dedicatória estende-se às pp. 2-4 da edição crítica elaborada por Jean Colomès e publicada postumamente em Paris, 1970, pelo Centro Cultural Português juntamente com a Fundação C. Gulbenkian: “Le dialogue ‘Hospital das Letras’ de D. Francisco Manuel de Melo. Texte établi d’après l’édition princeps et les manuscrits, variantes et notes”.

⁴⁹ COLOMÈS, Jean. “Date et lieux de rédaction de l’Hospital das Letras”, “Introduction”, p. XII e ss. in “Le dialogue ‘Hospital das Letras’ de D. Francisco Manuel de Melo”.

⁵⁰ Pronunciando-se como um dos interlocutores do “Hospital das Letras”, D. Francisco Manuel oferece extensa lista das próprias obras, incluindo as inéditas, ao final da seção que denominamos a “Terceira Estante”, ou “Julgamento do Autor”. A enumeração das mesmas se encerra justamente com os “apólogos morais”, que são seis nessa listagem. Veremos adiante que um deles, o “Cabido dos Coches”, jamais foi localizado, e um quinto apólogo, a “Feira dos Anexins”, publicado postumamente por Innocencio da Silva em 1865. Ver Exemplar Numerado, entrada 694. Ver também Colomès, Jean.. Le dialogue “Hospital das Letras” de D. Francisco Manuel de Melo”. Texte établi d’après l’édition princeps et les manuscrits, variantes et notes. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, Centro Cultural Português, 1970, Notas 374 e 375, pp. 285-286. A edição crítica do “Hospital das Letras” por Colomès será doravante referida nos rodapés em abreviação.

⁵¹ Citam-se na edição Nery, com base no levantamento de Edgar Prestage, 25 obras publicadas, incluindo as póstumas; outras 70 dadas como inéditas, muitas das quais constando da lista oferecida pelo próprio autor na edição de suas “Obras Morales”, além de outras sete que o autor alegou ter escrito; e ainda mais 13 mencionadas por Barbosa Machado e Innocencio da Silva (entre as quais uma “Descrição do Brasil” com o subtítulo “Paraíso de Mulatos, Purgatório de Brancos e Inferno de Negros”); e finalmente cinco outras que segundo Prestage, citado expressamente, “lhe são atribuídas”.

O poeta espanhol Francisco López de Zárate, que falece em 1658, é dado como “dos viventes o mais opinado poeta castelhano”(314). Donde se tem uma baliza ulterior: o HDL não deve ter sido retomado depois dessa data.

Declara-se no “Hospital” que Luis de Ulloa y Pereira estava ainda inédito: “Os homens que não têm publicado suas obras oferecendo-as ao exame universal não podem ter caixa com os autores ladinos” (316). Ora, acrescenta Colomès⁵², as obras de Ulloa aparecem em Madri em 1659, novo indício para a fixação do limite ulterior.

O silêncio de D. Francisco sobre as obras fundamentais do aragonês Baltasar Gracián seria incompreensível, para o editor francês⁵³, “si la rédaction du dialogue avait été retouchée après 1656, ou tout au moins, après le retour de Melo du Brésil”.

Silêncio com valor de indício é também o que recai no HDL sobre a “Suma Política”, publicada em 1649 em Lisboa e reeditada em Amsterdam em 1650, à qual refere-se DFM em termos elogiosos numa carta de 24 de agosto de 1650⁵⁴. Seu autor, o bispo e conde Sebastião César de Meneses esteve detido por dois anos a partir de 1654, tendo sido reabilitado e alçado a posição política de primeiro plano (compondo com os condes de Castelo Melhor e Atouguia o triunvirato que governou em nome de Afonso VI) quando Melo achava-se novamente em Portugal. Donde Colomès concluir⁵⁵ que, “si Melo avait retouché la rédaction de l’Hospital das Letras, après son retour d’exil, il n’aurait pas manqué d’y parler du traité politique du puissant S. C. de Meneses”.

Menção feita no diálogo ao escritor Jacinto Polo de Medina (348-354) o tem apenas como um dos “poetas cortesãos”, isto é, autor de matérias leves, sem dúvida com base na “Fábula burlesca de Apolo y Dafne”, de 1634, e em “El buen humor de las Musas”, de 1637. Ora, Polo de Medina, já então frade e reitor do colégio de San Fulgencio em Murcia, publica ali em 1657 o “Gobierno Moral a Lelio”, obra sisuda e grave que nosso autor, também ele moralista, não deixaria de incluir⁵⁶, talvez entre os “estadistas” (como denomina os autores de obras de política).

⁵² Colomès, Introd., Date et lieux de redaction, XIII.

⁵³ Idem ibidem. “Se a redação do diálogo fosse retocada depois de 1656 ou pelo menos depois da volta de Melo do Brasil.”

⁵⁴ Carta 414 ao Dr. Manuel Temudo da Fonseca, Vigário Geral do Arcebispado de Lisboa, p. 416 in Melo, Francisco Manuel de. Cartas Familiares. Prefácio e notas de Maria da Conceição Morais Sarmento. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, s.d. (1981). À localização das cartas por centúrias, feitas na edição princeps de 1664 (Roma), prefere-se a da edição citada, segundo a ordem cronológica reconstruída.

⁵⁵ Colomès, Introduction, Date et lieux de redaction, p. XIV.

⁵⁶ Colomès, idem, XV.

Em suma, para a baliza posterior, o mais plausível é que já estivesse o diálogo no estado em que perduraria, por ocasião do regresso de D. Francisco a Portugal, após cumprir o desterro no Brasil, de extensão também incerta quanto ao término.

1.1.1.2 O projeto da “Biblioteca Lusitana” e a Carta a Manuel Temudo

Outras inferências⁵⁷, quanto às condições de redação do “Hospital das Letras”, tomam por base o grande número de autores e obras citados no diálogo, que supõe um levantamento preliminar e a consulta ao acervo de uma boa biblioteca, além é claro da longa freqüentação da literatura posta em exame.

Ambas as condições do trabalho de escritura estariam dadas.

Quanto ao levantamento de autores e obras, duas mensagens inseridas no volume das suas “Cartas Familiares”, publicadas em Roma, registram a intenção de compor ampla bibliografia da produção literária em Portugal.

Em uma delas, enviada ao vigário geral do arcebispado de Lisboa, Manuel Temudo da Fonseca, aos 24 de agosto de 1650, declara⁵⁸: *“Levado deste pensamento, procurei por mim mesmo e depois persuadi a algumas pessoas doutas publicássemos uma Biblioteca Lusitana dos autores modernos, novamente estimulado da falta que padecemos nesta parte”*.

A carta a Temudo⁵⁹ se estende pelo terreno dos nomes nos vários campos das letras, com largo parágrafo dedicado aos historiadores. Jean Colomès se reporta, nas numerosas notas que acompanham sua edição crítica do diálogo, às coincidências entre as listas de nomes dessa carta e os escritores que aparecem no HDL.

A segunda, no formato de carta-circular, sem data⁶⁰, endereçada “Aos varões doutos de Portugal”, pede aos destinatários “informação dos autores que escreveram, para formar a Biblioteca Portuguesa”, e desce a detalhes que compõem uma espécie de formulário a ser preenchido, com vistas a formar um “Catálogo de todos os escritores deste Reino, em qualquer ciência, arte, faculdade e disciplina”.

⁵⁷ Ibidem, XV.

⁵⁸ Carta 414 in Cartas Familiares, ed. cit., p. 412.

⁵⁹ A carta a Manuel Temudo da Fonseca se estende das pp. 409 a 422 na ed. cit. O parágrafo sobre os historiadores está à p. 416.

⁶⁰ Carta 558, p. 533 in Cartas Familiares, ed. cit.

Quanto à possibilidade de consulta a bibliotecas, deduz o biógrafo Prestage⁶¹, de suas afinidades com a Companhia de Jesus e da existência, em Salvador, da excelente biblioteca do Colégio dos Jesuítas, com seus 3.000 livros, que ali, em seu desterro, teria completado a redação do “Hospital das Letras”, possivelmente a partir de rascunhos preparados no cárcere em Lisboa.

Como assinala Colomès, pesquisador que pessoalmente ou através de terceiros procurou indícios da presença de DFM na Bahia, “nous ne savons pas le détail de sa vie dans la colonie”⁶². Neste sentido, é de se lamentar⁶³ a perda do “Diario del Brasil” que inclui entre os seus inéditos, no rol das obras que acompanha as suas “Obras Morales” (Roma, 1664).

1.1.1.3 A escrita obsessiva

Sobre os hábitos de escritura de Melo, tem-se no próprio “Hospital das Letras”, em pronunciamentos quase vizinhos (695-702), a confissão de uma prática de tempo integral. Assim, ao cabo da enumeração de suas obras (694) publicadas e inéditas, ou ainda apenas em gestação, acoçam-no os interlocutores:

Quevedo. Valha-me Deus! Já não há quem possa com tanto! Tudo isto tendes feito?!

Autor. *Em verdade, que me não demasio e ainda mal, por que, gastando tantas horas em escrever, não gastasse uma só em me arrepender de ter escrito tanto.*

Bocalino. São, logo, conforme a esta conta quase sem conto vossos trabalhos.

Autor. Antes de tão pouco conto que, sendo somente nove os livros impressos por meus, e três que se encobrem à sombra de outros nomes, que eu dou por bem alheados, e três manifestos de molde, restam somente algumas obras muito em seus princípios, outras mal acabadas, nenhuma perfeita e infinitas medrosas de respectivas ao tempo e suas ocorrências.

Quevedo. Podeis logo pleitear, com Apeles, aquele dito de “nenhum dia sem linha”.

Autor. *Não demando a ninguém por competir com seus trabalhos; mas bem sabem os que me conhecem que quantas horas vivo, como escrevo; pois, porventura, não se poderão contar muitas de minha vida ociosas.*

Bocalino. Assim deve ser necessário, se é certo o que me dissestes, que, fazendo cômputo há mais de dez anos dos papéis familiares que nos cinco passados tínheis escrito, achareis o número de vinte e dois mil papéis.

Lípsio. Logo bem podereis dizer, por vós e vossa fortuna, aquilo do poeta: que a cópia vos empobreceu. (695-702)

⁶¹ Prestage, Edgar. “Esboço Biographico”, p. 285. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1914. “Não obstante ser dirigida do Brasil em 10 de setembro do mesmo ano (1657) a dedicatória do ‘Hospital das Letras’, custa acreditar que um estudo crítico que necessitava da leitura prévia de tantos livros, alguns raros, fosse redigido lá, a não ser que o autor, que era amicíssimo dos Jesuítas, se utilizasse da livraria do Colégio da Companhia na Bahia. Achamos mais provável que trouxesse consigo à América o borrão, e que lá limasse e acabasse a obra.”

⁶² Colomès, Introduction, p. XVI.

⁶³ Prestage, Edgar, op. cit., p. 281. “Seria interessante saber a impressão que D. Francisco fazia nos seus contemporâneos na capital da América Portuguesa; mas, ao que sabemos, não existe livro de Memórias escrito lá naquele tempo; e as cartas particulares para o reino, em que naturalmente se falava dele, agora não se encontram. A perda do seu ‘Diario del Brasil’, trabalho inédito mencionado no catálogo das suas obras no primeiro volume das ‘Obras Morales’, é irreparável. Mas é de presumir que ele, agora sem ocupação oficial, consagrasse a maior parte do seu tempo às letras, como de costume.”

Já na longa entrada 651 do HDL, em que descreve as circunstâncias em que escreveu a “Guerra de Catalunha”, oferece ele mesmo a explicação “natural” para essa inclinação ou costume:

Autor. Ora, tinha El-Rei de Espanha ordenado ao general daquela guerra fizesse, pela pessoa mais hábil que no exército se achasse, pôr em memória os progressos dela. *Não sei porque causa fui eu o escolhido para este efeito, não sendo o mais ocioso da companhia; mas foi sem falta porque nasci em signo de tabalião (...).* (651)

Sobre os hábitos gráficos de D. Francisco Manuel e, particularmente, sobre o modo de escrita dos “Apólogos”, o autógrafo da “Visita das Fontes”, descoberto por Giacinto Manuppella e disponível na edição facsimilar de 1962⁶⁴, bem poderia servir de objeto ao estudo grafológico sistemático.

Sem esse conhecimento especializado, pode-se deduzir da observação a olho nu uma certa disciplina e uma certa ergonomia. Em todas as páginas (ver amostras nas Ilustrações, ao final do volume da dissertação) vem o texto manuscrito ora à direita ora à esquerda dos fólhos, em bloco regular, alinhado nos dois extremos, não muito largo; e relativamente pouco rasurado, mas com emendas aditivas ou substitutivas em quase todos os fólhos, feitas à margem esquerda ou direita, conforme a posição do bloco manuscrito. As letras se inclinam moderadamente para a direita da vertical, e algumas palavras de apoio, como as preposições, aparecem com frequência emendadas às seguintes, a indicar certa fluência e velocidade. Vale dizer (somando o que se disse), a indicar um escritor já seguro, no ato de escrever, quanto à matéria e quanto à maneira.

1.1.1.4 Reiteraões de caso pensado?

A repetição do que o próprio autor denomina um “aforismo”, em regiões não muito distantes entre si, no texto do “Hospital das Letras”, indicaria, por outro lado, algum descuido na revisão ou mesmo revisão nenhuma; ou senão a reiteração de caso pensado.

A primeira menção vem na seqüência de um ponto de consenso entre os quatro interlocutores, sobre a semelhança entre a fé que se tem – quando se tem – nos médicos e nos autores:

⁶⁴ A Visita das Fontes. Apólogo Dialogal Terceiro. Edição fac-similada e leitura do autógrafo (1637). Introdução e comentário por Giacinto Manuppella. Acta Universitatis Conimbrigensis. Coimbra: Por ordem da Universidade, 1962.

Quevedo. Por isso eu e certo meu amigo éramos de opinião que, entre escritos e escritos, não havia outra diferença senão que, antes de vistos os do sábio, se podia jurar e dizer que naquele papel não haveria cousa má e haveria muitas cousas boas, e no do ignorante, ao revés, que não haveria cousa boa nele e haveria muitas cousas más; com que sempre acertávamos.

Bocalino. *Igual regra tinha o outro, para não errar nunca nos juízos da aparência.*

Lípsio. *Qual era?*

Bocalino. *Julgar parvos todos os que o pareciam, e ametade dos que o não pareciam.* (046-049)

A segunda incidência da mesma “regra” acontece a propósito de um dos poetas portugueses julgados na Segunda Estante:

Lípsio. Já que falais nesse apelido, vede se me achais aí as obras de D. Manuel de Portugal.

Autor. Aqui estão para um canto e tão dormentes que não terá pouco que fazer com elas a trombeta do Dia do Juízo.

Lípsio. Em canto estão, com muita justiça, porque são obras encantadas.

Quevedo. Direi por elas o que, com não menos graça que razão, disse o marquês de Alenquer, D. Diogo da Silva, quando lhe mostraram essas obras.

Autor. Que disse?

Quevedo. *Ello grande cosa es, no sé yo si mala, si buena.*

Bocalino. *Bem definiu o castelhano, mas, pela regra do outro, muito má cousa deve de ser essa.*

Autor. *Que regra?*

Bocalino. *Dizia um bargante que a regra geral, para se conhecerem os parvos, era somar todos os que o parecem e ametade dos que o não parecem.*

Autor. O aforismo é bom, mas não bem aplicado, porque este autor, sobre confuso poeta, foi científico e cuidou com profundidade; quanto mais que temos por experiência que do apelido Portugal não há pessoa indiscreta em o mundo. (522-531)

A favor da reiteração, pode-se argumentar que não são empregos fora de hora de um mesmo “aforismo”. Ambos vêm a calhar, no contexto da conversação. Indicariam, além disso, caso o autor estivesse consciente de que repetia o dito, a disposição de sacrificar estilo e realização estética em favor da substância e da oportunidade retórica. É aliás o teor aproximado de outra declaração, ao final do julgamento de sua hagiografia em dois volumes de Santo Agostinho, o “Fênix de África”:

Bocalino. Sofrei que vos diga desse pássaro o que se pragueja de outros: que *tem mais pena que corpo.*

Autor. Eu não sou dos que nos não querem deixar o entendimento, que é nosso, porque *também faço de melhor vontade sacrifício da vontade, que do entendimento (...).* (668-669)

Nova repetição, menos excusável, é a da crítica muito dura que faz por duas vezes, ambas próximas entre si, a um dos “portugueses enxertados em galos”, isto é, aclimatados na vida literária francesa.

Trata-se de Antonio Henriques Gomes, ou Antonio Enríquez Gómez,⁶⁵ autor de uma “Política Angélica” que lhe merece, primeiro (759), a qualificação de “desaproveitado e fantástico” e, depois, ao longo de nove entradas (883-892), na mesma Estante dos Estadistas, isto é, dos autores de obras de política, ataque arrasador, seja pela obra (“corrupta doutrina”), seja pelos títulos que diz ostentar, de cavaleiro das ordens de El-Rei (“como ele com pouca ordem se nos intitula”), seja pelo modo do discurso (“o que arrezoa, o que embrulha sobre nada, é cousa que me faz não só perder o gosto, mas a paciência”), seja até mesmo pela sua fecundidade literária (“não há ano que nos não venha com um parto”) com a sugestão final, ainda que irônica, de que lhe risquem a obra inteira.

De entremeio, Gomes sofre a crítica de Quevedo (890), por apresentar-se como seu próximo (“*A tudo se me põe diante e não olho para lugar donde o não veja ali muito meu amigo*”).

Lípsio acusa a temperatura emocional dessas diatribes, e sugere que o réu possa se defender (891): “*Oh! Também isso parece ramo de paixão, que é árvore bem copada. Havemos de deixar um ouvido ao ausente. Eu nunca vi escritos de Antonio Henriques. Eu os verei e lhe receiptaremos depois a emenda que lhe convier por mezinha*”.

1.1.1.5 A escrita temperada

Como se acaba de verificar pela visitação de Antonio Henriques Gomes, até mesmo nos momentos de mais impiedoso juízo os interlocutores consultam ou pelo menos sinalizam a consulta aos dois lados da balança.

Notável exceção seria o clã dos Sousa Coutinho, a quem endereça altas loas (563-568), à guisa de “agradecimentos” francamente confessados (565-566), e em cujo benefício chega a remeter para um futuro indefinido os castigos críticos ou “cura” (567-568).

Nesta passagem (que pode-se chamar o “Ninho das águias” ou “As águias do solar dos Sousa Coutinho”), o embaixador Francisco de Sousa Coutinho e seus irmãos são brindados com superlativos (“o alto engenho do nosso discreto e prudentíssimo embaixador [...] não pede senão um pai grandíssimo”) e outras afabilidades que se estendem às obras, sejam conhecidas (caso de

⁶⁵ Antonio Enríquez Gómez (1602-d. 1660), segundo José Manuel Blecua, que o inclui, assim como a DFM, entre os poetas da “Edad de Oro” em sua antologia do Barroco, “nació en Cuenca, aunque su padre era de Lisboa, de origen judío; vivió mucho tiempo en Francia, llegando a ser consejero y mayordomo ordinario de Luis XIV. Es también autor de ‘El siglo pitagórico’ y de la ‘Vida de Gregorio Guadaña’ (Roan, 1644), aparte de numerosas comedias”. “Poesía de la Edad de Oro”, vol. II, Barroco, p. 336. Madrid: Edit. Castalia, 1984.

Manuel, o historiador) ou nunca mostradas (caso de Lopo, autor de “agudos versos”), e ainda às pessoas (como o sobrinho Manuel Pereira Coutinho, “um livro vivo e inexausto de cortesarias”).

Ainda aqui (564), constata-se que os elogios são temperados com o reparo de ordem técnico-historiográfica, como no breve perfil de Manuel de Sousa Coutinho ou Frei Luís de Sousa (“ilustre cronista não só da família dominicana, donde recebeu o hábito, homem já de boa idade, mas de El-Rei D. João o III, *cuja grave história compôs, suprindo os defeitos e descuidos de Francisco de Andrade*”), critério que alcança, no início desse módulo temático (563), o pai do embaixador, autor de uma história da Ilha de São Miguel, “que me pareceu *bem principiada, se a causa fora maior*”.

Os dois casos extremos, de exasperada benevolência ou acidez na apreciação dos autores e obras, ilustram o equilíbrio e a isenção crítica que o autor procura guardar, ou fazer crer que guarda, nas visitas críticas ao longo do diálogo.

1.1.2 Invenção do espaço crítico

1.1.2.1 A Restauração e a (re)organização da vida literária

Uma das dimensões do “Hospital das Letras” a serem anotadas pelo historiador da obra de Melo, além de implícita e pioneira bibliografia da produção literária ibérica e particularmente portuguesa, é a de instância crítica construída por meios imaginários.

Se este aspecto sobressai já pelo nome do quarto apólogo e por seu argumento (a missão de avaliação a ser cumprida pelos quatro interlocutores, por mandado de Apolo, junto às estantes de uma biblioteca convertida em hospital), menos óbvias são as razões de ordem extra-literária que teriam movido seu autor a construí-la – razões pessoais, a serem deduzidas do próprio apólogo mas também do estudo do conjunto da vida e da obra; e razões objetivas, que devem situar-se no campo da sociologia da cultura.

Quanto a estas, uma dedução ou senão hipótese sugerida pelo próprio ato de escrevê-lo estaria em que Melo opera, no período do Portugal Restaurado, num vazio crítico ou, pelo menos, em campo literário desorganizado, vale dizer, desprovido sequer das formas institucionais mais embrionárias que organizam esse campo e que exercem funções como a recepção da obra nova, o arranjo crítico da produção literária coetânea e a reavaliação da tradição recebida, a exemplo dos salões à francesa, das academias literárias relativamente estáveis à italiana e de uma imprensa periódica dotada de certa assiduidade, como a que se dissemina pela Europa no século XVII.

À ausência de vida literária organizada em Portugal e do espaço crítico que acompanhá-la-ia parece responder a criação do “Hospital das Letras”, equivalente a uma invenção desse espaço, para o qual vai recrutar, como personagens, três nomes de grande eminência na crítica literária e de costumes de seu tempo.

Sabe-se que, durante os sessenta anos da União Ibérica em que os portugueses viveram sem corte e sem a presença imediata dos arranjos institucionais que acompanham a presença de um rei, multiplicaram-se as “cortes na aldeia”, como a que prosperou em Vila Viçosa, fenômeno bem estudado por Eduardo d’Oliveira França⁶⁶, de dimensões também intelectuais, com a reunião de poetas e escritores na órbita desses pequenos estados dentro do Estado.

Com a Restauração e concomitante esforço de reaparelhamento institucional do Estado português – à luz do qual deve ser lida uma das obras menos conhecidas e estudadas de D. Francisco Manuel, a “Aula Política, Cúria Militar”, elaborada no início dos anos 1650 como relatório sobre as instituições castelhanas, à guisa de subsídio ao regime dos Bragança – é de se supor que as mentalidades mais arejadas do Reino, versadas na vida literária das cortes europeias, como um Melo, aspirassem à construção institucional ou no mínimo à organização menos casual do campo das letras.

A propósito, já se fez menção à carta de D. Francisco a Manuel Temudo, que traduz a intenção de proceder ao levantamento bibliográfico da produção portuguesa (sendo uma bibliografia também instrumento daquela organização). O aparecimento ou reativação de uma academia – a dos Generosos, em 1647, da qual participa em posição de destaque, presidindo-a várias vezes, já na fase de sua reabilitação política – é outro sintoma da mesma aspiração. O esforço para renovar a dramaturgia em língua portuguesa em “O Fidalgo Aprendiz” acena para a mesma perspectiva.

1.1.2.2 A opção dialogal: diálogo e dialética

Merece consideração a opção de Melo pelo diálogo como a forma adequada à criação de um espaço crítico imaginário, nas condições históricas do Portugal pós-1640, e nas suas condições pessoais, de prisioneiro do Estado e em seguida de desterrado em Ultramar, ou então, abstraídas essas condições, na simples condição de alguém que se propunha a realizar a crítica exaustiva dos coetâneos, bem como da tradição que a essa altura importava aos portugueses.

⁶⁶ França, Eduardo D’Oliveira. Portugal na Época da Restauração. São Paulo: Hucitec, 1997. Consultar particularmente os caps. 1 e 2 da Segunda Parte (O Homem da Restauração): “A nostalgia da Corte” e “Uma Corte de Aldeia: a dos Braganças”.

Com efeito, no plano estritamente técnico, os recursos do gênero dialogal permitem-lhe a abordagem do objeto por diferentes e contraditórios aspectos, de maneira a realizar como que uma rotação desse objeto sob a luz dos diversos feixes críticos representados pelos interlocutores; ou seja, de maneira a obter ganhos epistêmicos que se traduzem no conhecimento, por vários ângulos e pontos-de-vista, de seus defeitos e qualidades; defeitos que de outro modo seriam de difícil nomeação, como é o caso da crítica em geral, fora do processo forense ou científico; e mais ainda na delicada situação em que se achava D. Francisco Manuel.

A aparente alteridade (ou a alteridade efetiva, isto é, atribuída) com que essa crítica se exerce permite-lhe, quando isso lhe convém, furtar-se da acusação frontal e direta feita em nome pessoal, mas sem deixar de fazê-la, ou então, ao contrário, apresentar-se como aquele que pronuncia a defesa de valores que lhe são caros.

Além dos dois casos extremos acima revistos, da vituperação de Antonio Henriques Gomes e da exaltação do clã dos Sousa Coutinho, no primeiro dos quais as críticas mais pesadas se fazem através de interlocutores que não o Autor, e, no segundo, ao contrário, sendo o próprio Autor o veículo do discurso de elogio daquele ilustre solar, numerosas outras passagens registram a personagem ora em posição segura, escudada nos demais interlocutores, ora em constante reivindicação das cores de Portugal ou de seus amigos pessoais.

Bocalino. Outro português se queixa, junto deste.

Lípsio. Dizei quem é, com pena de suspensão de vosso ofício, porque vos vejo semblante de vos escusardes de sua informação.

Autor. Também quem rodeia chega, e às vezes primeiro que os que atalham. *O suplicante é meu grande amigo Manuel de Faria.* (330-332)

Noutra passagem, já excluídos expressamente por Lípsio os manuscritos da apreciação da junta, o Autor insiste:

Autor. Bem melhor empregado seria o tempo em lastimar-nos deste elegante manuscrito em elegantíssimo latim, obra política de Frei Manuel do Espírito Santo, religioso agostinho, porque *ele é tal que eu vos fico que a todo o custo lhe busqueis remédio.*

Lípsio. Confesso, como afirmais, sua sublimidade, *crendo vos não enganaria o afeto de patrício e mestre.* Mas bem me podeis crer, Senhor Autor, pois também mereço presumais de mim que me não engane outro afeto. O mundo já hoje não recebe algum benefício por um livro mais que nele haja, nem perda de que o não haja. (...). (866-867)

E ainda, tipicamente, na Estante dos Historiadores:

Autor. *Mais queixa pudera eu agora ter, que todos, da parte da minha nação*, havendo-se passado tantos historiadores sem se nomear o famoso historiador português João de Barros, a quem uns e outros estudiosos chamam, sem medo, o segundo Lívio. (939)

Esse patriotismo reafirmado sempre que as coisas portuguesas são confrontadas com as de outras “nações” não o impede de fixar posição crítica quando os temas portugueses são vistos em si mesmos, como nas entradas que precedem o que se poderia denominar a vala dos cronistas lusitanos:

Autor. *Tende paciência, que eis ali vem entrando, dos nossos, essa esquadra de velhos, com que nos não autorizamos pouco.*

Bocalino. *Houvéreis (de) dizer: E nos enfadamos muito.*

Lípsio. *É obrigação ouvi-los.* (943-945)

Ou então, clamorosamente, quando, já ao final da Estante dos Historiadores, avizinhandosse o diálogo do final, a junta de interlocutores contempla o caso do cronista Lavanha:

Bocalino. *Esse homem não acabei de conhecer nunca; e, suposto que o nome me parece transalpino, nunca acabou de mostrar donde era; lá se enxeriu em Portugal e achou quem o favorecesse.*

Autor. *Não! Quanto é por aí, por onde ides, nesses sinais bem me parece estrangeiro, porque, a ser português, eu vos fico que, por mais que ele soubesse outro tanto do que sabia e por mais cego que fosse, não acharia em Portugal quem lhe fizesse carreira.*

Lípsio. *Teve em Castela boa opinião de suas letras e costumes.* (974-976)

1.1.2.3 Contexto, valoração literária e potencialização dos recursos expressivos

Adiantando um pouco mais de matéria a rigor pertinente à análise interna do “Hospital das Letras”, por interessar de imediato ao reconhecimento da espécie de espaço crítico instaurado por DFM, note-se que também o emprego de um cerrado contexto, produzido pela própria dinâmica dialogal, torna possível não apenas a sucinta ou tácita atribuição de valor a autores e obras, às vezes por simples contigüidade, como também possibilita as referências oblíquas, feitas “en passant”, como se casualmente, a fatos de mais difícil nomeação, a exemplo do assassinato do poeta Villamediana, nas ruas de Madri, em 1622, por presumida ordem real, na seqüência de celebrados amores seus pela rainha.⁶⁷

⁶⁷ Antonio Gallego Morell traça um perfil do poeta e conde de Villamediana e discute os supostos amores no capítulo dedicado à “La escuela gongorina”, da *Historia general de las literaturas hispánicas*, dir. Guillermo Díaz-Plaja, vol. III, pp. Renacimiento y Barroco. Barcelona: Editorial Barna, 1953.

Menção passageira à posição ou “prebenda” de “correo mayor de España”, ocupada por Villamediana, detalhe inteiramente secundário, serve como pivô nos dois tempos em que o crime é referido. A primeira ocorre no reconhecimento inicial da pessoa do poeta:

Quevedo. Oh Jesus! Que desfigurado me parece, que entreconheço ali ao Conde de Villamediana, D. João de Társis, poeta satírico.
 Autor. *Não lhe arrendo eu a prebenda.*
 Bocalino. ‘Sin discurso discurrid’.
 Quevedo. Assim o disse o epitáfio de sua morte.
 Lípsio. Não falemos aqui nos homens, mas nos talentos. (223-227)

Depois de analisados os seus males literários e encontrada a “contrapeçonha” que o curaria, a saber, a soma de seus talentos e obras aos do conde de Salinas, os quais juntos formariam um bom poeta (“Porque o Salinas era todo discrições sem adorno; e o Villamediana, todo adorno sem conceitos”), tem-se nova alusão ao crime, desta vez pelo viés literário. Anotar a metáfora postal ao cabo do episódio, atando fim e princípio:

Lípsio. Dizem que nas sátiras foi excelente.
 Bocalino. Como boas lhas pagaram.
 Autor. *Ou as pagou como ruínas.*
 Bocalino. *E ruínas novas devem de ser as que merecem tal porte.* (235-238)

1.1.2.4 A tradição dialógica e possíveis modelos do HDL

Como se sabe, o diálogo enquanto gênero literário, importando processo e forma prescritas, situa-se entre as heranças da Antigüidade clássica⁶⁸ que alcançam grande favor nos tempos modernos; favor que remonta aos primeiros tempos do humanismo e do Renascimento e se prolongaria pelo menos até as Luzes, para não dizer até o século XIX, quando ainda brilha em autores como Leopardi, Schelling e Renan.

O gênero aparece formalizado pela primeira vez na Sicília do século V a.C., com Sophron de Siracusa, embora já em Homero se encontrem, inscritos no corpo do épico, situações dialogais. Em Atenas, onde prospera e ganha autonomia em relação ao drama, dele se vale a vivacidade do espírito grego como veículo por excelência de confronto de idéias, de antagonismo entre posições políticas, retóricas e filosóficas.

⁶⁸ Verbete “Dialogo”, Enciclopedia Italiana di Scienze, Lettere ed Arti, vol. XII, pp. 735-737. Roma: Istituto della Enciclopedia Italiana, 1950. Ristampa fotolitica del volume XII pubblicato nel 1931. Participam da redação do verbete os professores Gino Funaioli, para o período clássico; Mario Niccoli, para a literatura cristã antiga; e Carlo Calcaterra, para o período moderno.

Ao mimetizar as conversações da vida da pólis, no cenário de simpósios, colóquios, encontros e visitas, lança raízes na realidade imediata, ao mesmo tempo que abriga a luta espiritual e a especulação filosófica de alto vôle. Será assim o formato privilegiado das operações de busca do conhecimento mediante a dissolução das certezas do senso comum, como na maiêutica dos grandes diálogos platônicos; mas também de persuasão e de repositório das técnicas do debate.

Nele se acham reunidas as três espécies de discurso que a retórica antiga desenvolveria separadamente – forense, voltado para a exposição e o julgamento dos feitos passados; epidéictico, do louvor ou vitupério, da honra e da detratção endereçadas “ad hominem”; e deliberativo, o discurso das assembléias, orientado para a vantagem ou desvantagem das alternativas que se abrem para o futuro.

Como tudo mais que aprendem com os mestres gregos, os romanos adaptam à sua maneira o gênero dialógico, que alcança nos diálogos ciceronianos o seu ponto mais alto. A perspectiva é a do proveito, da utilidade prática, a exemplo das amenas conversações do “De Oratore”, que reúne, no contexto do “ócio com dignidade”, destacadas figuras da atividade forense de uma geração anterior, para debater em amistoso antagonismo os pontos controversos da arte do discurso⁶⁹.

O exercício dialogal que reflete sobre a retórica teria outro momento notável na chamada idade da prata das letras romanas, com o “Dialogus de Oratoribus”, atribuído a Tácito, cujo estilo abrupto, conciso e lapidar parece desmentir-se nas frases distendidas e urbanas desse texto, claramente influenciado pelo diálogo ciceroniano, mas orientado em direção oposta, pois trata das razões da decadência da oratória na época do Principado.

Quando se procura nos tempos clássicos os modelos que serviriam como referência ao diálogo moderno, além de Platão e Cícero é de rigor citar, pela ampla influência que exerceu, Luciano de Samósata com os seus “Diálogos dos Mortos”.

Um dos nomes da chamada Segunda Sofística,⁷⁰ movimento que assiste ao renascimento da oratória e da retórica, como parte da tradição literária do período alexandrino, na periferia greco-oriental do Império, séculos I a III, em Luciano se espelham pelos tempos afora os escritores que exercitam a sátira e a ironia a partir de objetos alegóricos, dos mitos e da galeria de

⁶⁹ De L’Orateur (“De Oratore”). Cicéron. Texte établi, traduit et annoté par François Richard. Paris: Garnier, s.d.

⁷⁰ Diálogos dos Mortos. Luciano. Versão bilíngüe grego/português. Tradução, introdução e notas de Henrique G. Murachno. São Paulo: Palas Athena/Edusp, 1996.

pequenos deuses, de perfeito recorte para a crítica indireta ao poder e aos poderosos. Os “diálogos dos mortos” chegam a formar um subgênero, caso dos trabalhos de título idêntico por Bernard de Fontenelle (1683) e François Fénelon (1712).

Também o diálogo platônico, na esteira do interesse renascentista pelos clássicos, seria imitado amplamente, para finalidades menos abstratas, como no debate filológico de Juan de Valdés (“Dialogo de la lengua”, 1533), ou na discussão de teorias de pintura por Vincenzo Carducci (1633). Exemplos adicionais de diálogos no modelo de Platão são escritos, entre muitíssimos, por Giordano Bruno (“La cena de le ceneri”, 1584) e Galileo Galilei (“Massimi sistemi”, 1632). O próprio gênero torna-se no século XVI objeto de reflexão no “De dialogo liber” de Carlo Sigonio (1562), na “Apologia dei dialogi” de Sperone Speroni (1574) e no “Discorso dell’arte del dialogo” do Tasso (1585).

O século XVI seria, a propósito, “o século do diálogo por excelência”, com a plena recuperação dos modelos clássicos, a renovação do gênero em Erasmo e no “Cortegiano” (este citado no “Hospital das Letras”), e a difusão de sua prática na Península Ibérica e em Portugal, onde encontra representantes em João de Barros, Frei Heitor Pinto, Amador Arrais, Samuel Usque e Diogo do Couto.⁷¹

1.1.2.5 Os modelos imediatos

São escassas as referências diretas de Melo a lugares da tradição dialógica que pudessem trazer esclarecimentos sobre modelos seguidos na criação dos “Apólogos Dialogais”. A tradição crítica⁷² vai no sentido de aproximá-los da “Corte na Aldeia”, de Francisco Rodrigues Lobo, do “Coloquio de los perros” de Miguel de Cervantes (envolvendo a conversação de dois cães do hospital de Valladolid), e ainda dos “Sueños” de Francisco de Quevedo, estes citados na dedicatória da “Visita das Fontes” para contrastá-los ironicamente com os “delírios” do próprio autor.

A mais recente tentativa de radicar os diálogos melianos na tradição dialógica imediata se vale dessas sugestões e de analogias localizadas no próprio texto para reafirmar a aproximação com Cervantes e Quevedo. Trata-se das introduções do filólogo Pedro Serra à edição crítica que preparou, em dois volumes, para a Angelus Novus, editora estabelecida em Braga e Coimbra, nas

⁷¹ Apólogos Dialogais. Introdução, 1. Mimese dialógica, esp. notas de rodapé, p. XIII. Vol. I. Os Relógios Falantes. A Visita das Fontes. Edição de Pedro Serra. Braga e Coimbra: Angelus Novus, 1998.

⁷² Colomès, Introduction, XXI, vê proximidade entre os três primeiros apólogos dialogais e o “Colóquio de los perros” de Cervantes.

quais os textos dos quatro “Apólogos” são submetidos à análise informada pelos estudos retóricos dos últimos decênios.⁷³

Quanto ao “Hospital das Letras”, em particular, valorizam os comentadores⁷⁴ o paralelo feito por Marcelino Menéndez y Pelayo na “Historia de las ideas estéticas en España”, tomo III, com a “República Literaria” de Diego de Saavedra Fajardo, obra póstuma impressa em Madri em 1655:

Hay una obra española (sic) muy semejante a la “República” en su objeto, traza y disposición, pero de crítica más viva, original y aguda. Es el “Hospital das Letras” de D. Francisco Manuel de Melo (...). En Melo (el hombre de más ingenio que produjo la Península en el siglo XVII, a excepción de Quevedo) se dió un fenómeno contrario al que generalmente se observa en nuestros escritores de aquella edad. Empezó por el culteranismo y por el conceptismo, y acabo por el decir más llano y popular y por la más encantadora y maliciosa sencillez, como es de ver en estos “Apólogos” y en la “Guia de Casados”.

O paralelo com a obra de Fajardo, contudo, sustenta-se em precária analogia quanto ao objeto, e quase nenhuma quanto à “traza y disposición”, como deixa claro também Colomès, para quem “il ne saurait être poussé bien loin”.⁷⁵ Ali, por exemplo, os livros são examinados “en masse” e não, como no “Hospital das Letras”, um a um, o que já em si representa uma diferença substancial.

A dificuldade dos estudos de influência a respeito do “Hospital das Letras” parece residir na relação “lassa” que, observa Serra, o autor passou a ter com a praxe dos gêneros,⁷⁶ vale dizer, na originalidade com que retomou a tradição para refundi-la. Em todo o quarto apólogo, tem-se apenas uma menção explícita ao gênero dialógico e à tradição lucianesca, ainda assim rapidamente dispensada:

Bocalino. Aqui está João Rengifo, ‘Mingo Revulgo’ e D. Jorge Manrique.

⁷³ Para Pedro Serra, “Com ‘Os Apólogos Dialogais’, D. Francisco insere-se numa tradição de textos cujo modelo português das primeiras décadas do século XVII é a ‘Corte na Aldeia’, de Rodrigues Lobo. Por outro lado, é o próprio D. Francisco a estimular a aproximação comparativa com outros textos peninsulares afins. O nome que imediatamente se nos afigura comparável é o de Francisco de Quevedo, de resto amigo e correspondente de D. Francisco. Em ‘Os Relógios Falantes’, a Fonte Velha faz referência à ‘La hora de todos e fortuna con seso’ do autor espanhol (...)”. Introdução, vol. I, Apólogos Dialogais, ed. citada.

⁷⁴ A citação de Pelayo vem na Introduction de Colomès à edição crítica de 1970, pg. XXXVII. Segundo Antonio José Saraiva e Óscar Lopes, o HDL “Assemelha-se muito à ‘República Literária’ do contemporâneo espanhol Saavedra Fajardo (...)”. História da Literatura Portuguesa, p. 494.

⁷⁵ Colomès, Introduction, XXXVIII

⁷⁶ “(...) o autor de ‘O Fidalgo Aprendiz’ dá fortes indícios de uma relação com a categoria ‘género’, e com a ‘auctoritas’ dos que o cultivam ou dele são paradigmas, algo lassa. Um bom exemplo é a “Carta de Guia de Casados”, texto onde convergem a epistolografia, a tratadística – ou, talvez melhor, o ensaísmo – e, porque não, a autobiografia”. Pedro Serra, Introdução, Apólogos Dialogais, vol. I, Braga, Coimbra, A. Novus, 1998.

Quevedo. Mas venha também Garcí Sanchez e D. João Manuel com os seus ‘Cantares’.
Lípsio. Se vier com o seu ‘Conde Lucanor’, folgarei muito de ouvi-lo, porque não são mais morais
nem tão galantes os ‘Diálogos’ do célebre Luciano. (285-287)

As duas entradas seguintes merecem atenção, pelo que sugerem, primeiro, de frustração da hipótese de que Luciano seria um dos modelos imediatos de DFM, por mais que no “Hospital das Letras” se veja um “diálogo dos mortos”⁷⁷, e, em seguida, de reforço à hipótese de que DFM teria mantido à vista, na redação dos “Apólogos”, o diálogo cervantino, ou pelo menos associaria imediatamente o nome de Cervantes ao de Luciano e de seus “galantes” diálogos:

Quevedo. Deixemos já esse podricinho, porque, na idade presente, se nos oferecem casos e curas de maior consideração nos poetas modernos.
Bocalino. Entre quais há-de entrar Miguel de Cervantes Saavedra? (288-289)

1.1.2.6 Outros hospitais de ficção

Na introdução à edição crítica de 1970 do “Hospital das Letras”, oferece Jean Colomès uma lista exemplificativa de outras obras de ficção peninsulares que tiveram por cenário um hospital.

Para o século XVI, registra “El hospital de galanes enamorados” e “El hospital de damas de amor”, de Miguel Carvajal. Para o XVII, o entremez “El hospital de los podridos”, atribuído às vezes a Cervantes; “El Hospital Real de la Corte de enfermos heridos en el ánimo de vícios de Corte, su origen, malícia, preservación y medicina curativa de ellos”, de Francisco Bermúdez de Pedraza; e, bem mais próximo de Melo, “El Hospital de incurables” de Salvador Jacinto Polo de Medina.⁷⁸

A enumeração de títulos semelhantes, que se acaba de ver, supõe um ambiente literário comum e linhagens de obras calcadas em modelos também parecidos, isto é, supõe influência de duas ordens, a saber, na forma e na gênese, ambas de árdua averiguação histórica.

Ora, quanto à gênese, a ser exata a dedução de que o “leito” de onde escreve a dedicatória do “Hospital das Letras” seria um leito de hospital – dedução que se apoia na inferência de que DFM andava adoentado, em seu desterro no Brasil, confirmada por sua vez em uma linha do soneto LXXV de “A Tuba de Calíope”⁷⁹, como aliás também nas primeiras linhas da dedicatória

⁷⁷ Martins, Wilson. História da Inteligência Brasileira, vol. I, 4ª. ed., p. 219. São Paulo: T.A. Queiroz, 1994.

⁷⁸ Colomès, Introduction, XVIII.

⁷⁹ Trata-se do soneto “Vária idéia, estando na América, e perturbado no estudo por bailes de bárbaros”. A primeira linha registra um “sofrimento” que pode advir de enfermidade. Vejam-se os dois primeiros quartetos: “São dadas

da “Visita das Fontes” a Christovam Soares de Abreu (“*Vi com tanto perigo, Senhor meu, o gosto estragado da moléstia, que me foi necessário abrir-lhe essas Fontes, para que escapasse (...)*”) – não seria difícil nem forçado concluir que, dessa condição de enfermo, surgisse afinal a sugestão para a conversão da biblioteca lisboeta em um “hospital das letras”.

Por sinal, toda uma arte médica se depreende das visitas clínicas dos interlocutores pelas estantes dessa “livraria de Lisboa”, com a obediência, pontuada de ironia, das várias fases de uma consulta típica, já desde o anúncio e reconhecimento do estado de enfermidade, passando pela oitiva do paciente, até a formulação de um diagnóstico, acompanhado ou não da prescrição de remédios ou “mezinhas”.

Também a investigação histórica do conceito que então se fazia dos hospitais, na vertente de Foucault e Guattari, encontra no diálogo referências à cura de “doudos e delirantes” mediante açoites e escarificações, sugeridos por ironia como a cura merecida pelo historiador Virgílio Malvezzi (951-952) e, por outro lado, vários loucos ou “sandeus” inteiramente soltos no espaço da cidade, a conversar e a introduzir apartes e comentários em reuniões de gente “normal” (ver exemplos em 535 e 555).

As referências à loucura se acham com valor satírico (“*Eu vos direi o que me sucedeu há poucos anos, que tão poucos há que havia ainda sandeus sobre a face da terra*”, 272) e ainda como elogio, no caso dos “desvarios” presentes na pintura de Bosch e na poesia de Luis de Benavente (“*nem os pincéis nem as penas viram borrões e rasgos mais atinados*”, 366). Quando Juan de Montalbán é considerado “incapaz de cura” pelo interlocutor Bocalino (376), “visto que perdeu o entendimento, antes da vida”, a proposta enseja um aparte contrário:

Quevedo. Olhai cá! Juízos vejo eu no mundo que é muito grande ventura darem uma volta a seus donos, porque então pode acontecer fiquem às direitas. (376)

1.1.2.7 O HDL como “delegação” da Corte de Apolo

A busca por modelos não situados na tradição dialógica, vale dizer, textos modernos que, não sendo escritos no formato dialogal, pudessem ter servido de imediata inspiração a D. Francisco Manuel para a redação do “Hospital das Letras” (além da implausível analogia com a

nove, a luz e o sofrimento/Me deixam só nesta varanda muda,/Quando a Domingos, que dormindo estuda,/Por um nome que errou, lhe chamo eu cento./Mortos da mesma morte o dia e o vento,/A noite estava para ser sesuda,/Que desta negra gente, em festa ruda,/Endoidece o lascivo movimento.” A Tuba de Calíope. Introdução, estab. do texto, notas e glossário de Segismundo Spina. São Paulo: Brasiliense, Edusp, 1998.

“Republica Literaria” de Diego de Saavedra Fajardo, mencionada acima), resulta um exercício especulativo desnecessário, face às evidências inscritas no argumento.

A missão conferida aos quatro interlocutores do “Hospital das Letras” pela Corte de Apolo, reiterada nos pronunciamentos iniciais do Autor (003) e de Lísio (007), guarda imediata conexão com a reelaboração, operada por Traiano Boccalini nos “Ragguagli di Parnaso” (ou “Regáglios”, um dos “livros falantes” do HDL), da construção mítica clássica do Monte Parnaso como residência daquela deidade.

Nos “Ragguagli”, como se sabe, o crítico e satírico italiano converte a residência apolínea numa complexa corte, com todos os acessórios institucionais (funcionários, serviços, etc) de uma corte moderna (nos sentidos ao mesmo tempo cortesão e judicial), organizada em torno de Apolo como “rei da sabedoria”, que do centro deste aparato preside ao julgamento de feitos literários e, por extensão, políticos, administrativos, de costumes, e por aí adiante.

A instância assim construída, à qual se submetem as questões de maior atualidade (a exemplo do maquiavelismo e da “razão de estado”), sempre com pretexto literário, constitui um grau superior de jurisdição (superior porque de natureza “divina” ou “olímpica”) a partir do qual se pronunciam juízos devastadores sobre os poderes e os poderosos do tempo (como a opressão espanhola sobre a Itália). As imunidades e a latitude de expressão com que ali se proclamam fatos e verdades contestadores explicam muito de seu extraordinário sucesso à época, tendo sido o argumento fundador dos “Ragguagli” imitado amplamente na Europa dos Seiscentos (ver abaixo “Boccalini na Península Ibérica”).⁸⁰

Ora, as visitas críticas em que consiste, afinal, o “Hospital das Letras” se fazem para cumprir a ordem emanada de “acórdão da Relação de Apolo”, que determina percorram os quatro as estantes de “essa biblioteca convertida em hospital” com uma finalidade precisa: “ouçamos os doentes, nos informemos dos males e lhes consultemos o remédio”.

Trata-se, claramente, de uma derivação dos “Ragguagli di Parnaso”, vale dizer, de delegação do tribunal dos feitos literários ali instaurado por Traiano Boccalini.

1.1.3 Os “Apólogos Dialogais”

⁸⁰ Para uma pioneira análise da influência de Boccalini e dos “Ragguagli di Parnaso” no âmbito ibérico, ver “Boccalini in Spain”, A Study of his Influence on Prose Fiction of the Seventeenth Century”, de Robert H. Williams, “Professor of Romance Languages” na Universidade do Texas. Menasha, Wisconsin: George Banta Publishing Company, 1946.

1.1.3.1 Quatro, cinco ou seis “apólogos dialogais”?

Seriam quatro, cinco ou seis os “Apólogos Dialogais” escritos por D. Francisco Manuel? Na menção que faz em 694 aos seus “diálogos morais”, são indicados, pela ordem, os “Relógios Falantes”, o “Escritório Avarento”, a “Visita das Fontes”, a “Feira dos Anexins”, o “Cabido dos Coches” e o próprio “Hospital das Letras”, “que mais estimo que todos, os quais juntos farão um justo volume dum livro”.

Ora, a edição de 1721 veio diminuída da “Feira dos Anexins” e do “Cabido dos Coches” e estabeleceu graficamente uma seqüência, a seguinte: 1. “Relógios Falantes”; 2. “Escritório Avarento”; 3. “Visita das Fontes”; e, finalmente, 4. “Hospital das Letras”. Seqüência talvez fixada pelo próprio autor nos manuscritos, a julgar pelo único autógrafo disponível, o da “Visita das Fontes”, que diz claramente, à primeira página: “Apólogo Dialogal Terceiro”.⁸¹

Quanto aos apólogos faltantes, nunca se encontrou qualquer traço do “Cabido dos Coches”, além da menção que lhe faz D. Francisco no rol de suas obras (694), e por sinal que somente em um dos manuscritos disponíveis.⁸² As várias menções a coches e o extenso episódio vinculado aos coches na “Visita das Fontes” permitem conjecturar que os teores daquele teriam sido incorporados neste apólogo.

Quanto à “Feira dos Anexins”, deve ter circulado longamente em cópias manuscritas (Herculano afirmava possuir uma)⁸³ até ser impressa em 1875, pela Livraria de A. M. Pereira, editor, estabelecido à Rua Augusta, 52, Lisboa, por iniciativa do bibliógrafo Innocencio Francisco da Silva, com base em apógrafo.

Apólogo desgarrado do conjunto, ou dele talvez emancipado pelo autor, num momento ulterior àquela menção, em vista de sua estrutura muito diferenciada, traz por extenso o título de “Metaphoras ou Feira dos Anexins, A que a vulgata néscia applaude por equívocos, trazidos a publico para desengano da discrição prudente pelo Dr. Tudo Esquadrinha”.

⁸¹ A Visita das Fontes. Apólogo Dialogal Terceiro. Edição fac-similada e leitura do autógrafo (1657), introdução e comentário por Giacinto Manuppella. Acta Universitatis Conimbrigenensis. Coimbra: Por ordem da Universidade, 1962.

⁸² Segundo Colomès, “Des oeuvres énumérées dans la copie de l’ ‘Hospital’ contenue dans le Codex 338 de la Bibliothèque Générale de l’Université de Coimbre, et absentes dans le texte de l’éd. de 1721, il faut citer la nouvelle ‘Dama Negra’ et le dialogue ‘Cabido dos Coches’, l’une comme l’autre inconnus”. Nota 374, p.286.

⁸³ “A outra [obra inédita de DFM] que lemos, e de que possuimos uma cópia, é a ‘Feira dos Anexins’, livro curioso em que estão lançadas metódicamente as metáforas e locuções populares da língua portuguesa, e que seria quase um manual para os escritores dramáticos, principalmente do gênero cômico (...)”. De artigo de Alexandre Herculano sobre D. Francisco Manuel, em “O Panorama”, vol. IV, 1840, p. 296, citado por Innocencio Francisco da Silva nas “Páginas Preliminares” à sua edição da “Feira dos Anexins” (Lisboa, 1875).

Consiste a “Feira dos Anexins” de breves “diálogos” (as duas primeiras partes) e “fábulas” (a terceira e última), formados com base no exaustivo levantamento – e transformação por trocadilhos – das locuções e provérbios populares (vale dizer, adágios ou “anexins”). São textos curtos, agrupados segundo núcleos temáticos, a exemplo do primeiro diálogo da primeira parte, “Em metáfora de cabelos”, que se ramifica por breves subseções dedicadas aos temas: cabeça, testa, cara, rosto, faces, olhos, narizes, boca, dentes, beiços, língua, queixo e orelhas.

Metáforas do corpo, do coração, da alma, das ações corporais e da cama, encabeçam os diálogos restantes da primeira parte. A segunda parte compreende apenas dois diálogos, “Em metáfora de Deus” (desdobrado em subdivisões que versam sobre metáforas de céu, de anjos, fogo, água, ar e terra) e “Em metáfora de ares” (abrangendo os sub-temas de animais, bichos, peixes e marisco). A terceira, finalmente, compreende “fábulas” acerca “Das flores”, “Dos frutos”, “Da hortaliça”, “Dos legumes”, “Do pão”, “Das carnes” e “Dos pescados”.

Veja-se por amostragem o seguinte fragmento do diálogo “Em metáfora de espada”,⁸⁴ uma ramificação (juntamente com outros utensílios e indumentária) do tema “cama”:

- Em peixe espada, enjoar não é novo.
- Ora senhores, deixemos a metáfora da espada, que me doem já as espáduas de tanta espadeirada.
- Sabe você que cousa é espadeirada?
- É espada dourada.
- Essa é outra casta de peixe.
- Deixemos a espada chim, mas falta a espada solta.
- Aí está a sua língua, que o é bem.
- Também temos linguados?.

Obra curiosa, situada nas fronteiras do que hoje seriam os estudos semânticos, a “Feira dos Anexins” denuncia atento estudo da língua falada e poderia ter servido de exercício preliminar ou mero “divertissement” colateral à redação dos demais diálogos, pontilhados que são por citações, recriações e glosas de adágios e provérbios, como na singular resposta do Autor (654) à menção do “Ecco Político” feita por Bocalino: “*Pelejar com o eco é como dar couces na sombra*”, seqüência assonante e aliterativa em que várias vezes reverbera no interior da frase o mesmo “eco”.

1.1.3.2 Os “Relógios Falantes”

Nos “Relógios Falantes”, dedicado “ao doutor Antonio de Souza Tavares, desembargador dos agravos, juiz da Coroa e primeiro ministro da Junta do Estado de Bragança”, a graciosa

⁸⁴ Feira dos Anexins, ed. citada, p. 116.

conversação entre o Relógio das Chagas de Lisboa (isto é, o da Cidade) e o da Vila de Belas (o da Aldeia), na oficina em que se acham para conserto, toma por pretexto o tempo e as horas para correr por temas que se relacionam aos desconcertos do mundo, com o relato de inúmeras brincadeiras e peças que prega o das Chagas (adiantando ou atrasando os ponteiros) a toda uma gama de personagens da vida urbana.⁸⁵ A crítica aos costumes não poupa nenhuma classe e assume às vezes tons utópicos. O tempo é visto ainda pelo prisma de suas lições:⁸⁶

Relógio da Aldeia. Bom é saber, e por mais que se riam de nós (como dizeis) *ninguém vos tire a ciência que sois Relógio velho da Cidade, por quem havendo passado muitas horas, é força que hajam passado muitos dias, semanas, meses e anos, que são os bancos da Escola da experiência.*

Relógio da Cidade. Com palavrinhas doces me ides desonrando de caduco, pois sobre me haverdes ouvido toda esta pregação dos bens da velhice, sabeí de certo, companheiro, que a fruta das horas é melhor para dar que para ter; muito hei visto e se vos servem algumas das minhas observações ou desenganos, pedi, que aqui me tendes.

Uma leitura menos inocente do primeiro apólogo identificaria, de um lado, o questionamento da qualidade do governo do Reino e, de outro, a vontade de refazer a ordem estabelecida, mediante o recurso aparentemente ingênuo à manipulação das horas.

Também se podem ler certas passagens como desabafo pessoal, a exemplo do relato que faz o Relógio das Chagas de um virtual complô para tirá-lo de suas devidas funções.⁸⁷

Relógio da Cidade. (...) Em lugar dos pesos, que [*seu aio, incumbido de fazer sua manutenção*] me não levantava, me levantou falsos testemunhos, tantos, que juntos à ruim suspeita que o povo do meu bairro teve sempre da minha verdade, *não descansaram meus inimigos até não darem comigo em casa deste maldito caldeireiro*, aonde nos vemos e donde dizem que já não sairei senão para o ferro-velho (...). A isto vim, nesta forma me vejo e nesta afronta. *Notais como anda a nossa Corte bem governada?*

Relógio da Aldeia. Como quem se governa pelo relógio das Chagas.

Relógio da Cidade. Por mim, não; mas por outros piores, sim, porque todos os que nos governam trazem seus relógios consigo, por ser insígnia de homem de Estado, os quais eles temperam sempre à sua vontade. De maneira que, governando eles como querem seus relógios, se governam por eles, e assim vivem sempre ao gosto do seu gosto. *Boa ordem!* E então que só seja conhecido por fabuloso o pobre relógio das Chagas, com que ninguém se mete! *Assim vai tudo direito!*

Veja-se, nas entradas seguintes, a clara referência ao perigo de criticar os poderosos e a decisão de enfrentar esse perigo:⁸⁸

⁸⁵ Para as citações dos “Relógios Falantes”, do “Escritório Avarento” e da “Visita das Fontes”, utiliza-se a edição José Pereira Tavares dos “Apólogos Dialogais”, com prefácios e notas. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1959.

⁸⁶ Relógios Falantes, ed. cit., vol. 1, p.55.

⁸⁷ Relógios Falantes, ed. cit., p. 23.

⁸⁸ Relógios Falantes, ed. cit., p. 24.

Relógio da Aldeia. Sempre ouvi dizer que era manha de ministros fazerem-se eles os relógios da República, e fazerem que os mais dessem horas como relógio.

Relógio da Cidade. Tendes razão; e por isso um pintor astuto, mandando-se-lhe pintar o símbolo dum ministro, pintou um relógio ao revés: a campainha para baixo e os pesos para cima...

Relógio da Aldeia. *Que queria dizer nisso? Porventura, porque os ministros trazem sobre si os pesares da República e que a língua assim no sino para baixo, é a que há-de andar por baixo de tudo, sem aparecer?*

Relógio da Cidade. Não, por certo; mas porque diz lá um provérbio que a nós outros os relógios todos nos crêm e nenhum nos adora, por isso o pintor, agudamente, pintando um relógio às avessas, quis dizer que *os ministros todos os adoram, mas ninguém os crê.*

Relógio da Aldeia. Senhor relógio da cidade, *badalemos limpo, que as paredes ouvem e as dos campanairos nunca foram de segredo.*

Relógio da Cidade. Olhai ora para cá. *Se o estar sempre à dependura me não há-de valer para tirar o medo de morrer enforcado, melhor é acabar logo de uma vez.*

Relógio da Aldeia. *Cala-te, que te fundirão!*

Relógio da Cidade. *Pois que importa? Farão de mim campainhas e então lhes direi por cem bocas o que não querem ouvir de uma! Par Deus, mas que me fundam, mas que me confundam, eu hei-de tanger sempre a verdade!*

1.1.3.3 O “Escritório Avarento”

No segundo apólogo dialogal, “Escritório Avarento” – dedicado por sua vez “a Nuno da Cunha de Eça, cônego magistral da Sé de Lisboa” – “fazem interlocução” quatro moedas: o Português fino, o Dobrão Castelhana, o Cruzado moderno e o Vintém Navarro, as quais acham-se guardadas na gaveta de um rico usurário. Do relato que fazem de sua circulação pelos meandros da economia resulta um complexo panorama social da época e a visão crítica e irônica do poder do dinheiro.

A grande diferença de valor entre o Português, cunhado em ouro, e o Vintém Navarro, miúda moeda de troco, que são os que mais se pronunciam, permite a abordagem diferenciada das transações em que se envolvem, pois, como diz o Cruzado a certa altura, “Cala-te, amigo Navarro, que o pouco dinheiro sempre foi mal ouvido”.⁸⁹

As paisagens sociais variam desde os mais altos círculos até as tavernas onde se bebe, fuma e joga, e mesmo as margens da sociedade, como quando o Português, furtado ao dono, que se embriagara, por “um vagamundo, destes que chamam peregrinos, leves dos pés e mãos”, vê-se “no meio de um deserto, eu e meu viandante cercado de bandoleiros, homens de rostos atrozes, de consultas desencadernadas, costumes fora de vila e termo”.⁹⁰

⁸⁹ Escritório Avarento, ed. cit., vol. II, p. 14.

⁹⁰ Escritório Avarento, ed. cit., p. 29.

Quem mais circula é, naturalmente, a moeda fracionária, como se vê no balanço de suas andanças:⁹¹

Vintém. (...) eu fui o Ministro dos trocos, o preço dos tragos, a retribuição dos presentes, e tal vez o porte dos escritos de amores: em anos caros a uns era ração, a outros salário, fazendo sempre de mim mais iguarias que de carneiro; porque agora era jantar, agora ceia; mais porfias tenho apartado em chegando, mais contas rematei em aparecendo, que de cabelos se me contam na barba. Para que é mais! Os armazéns del-Rei, sua Casa de Contos, sua Alfândega, Sete Casas e Casa da Índia sei melhor que as minhas mãos: tudo hei andado e cursado: de tudo vi meus dous dedos, e até do bolsinho Real (se apertarem comigo) me atrevo a dar razão: eu servi de encarecimento aos falidos, porque em chegando a afirmar que não tinham um Vintém lhes era mais certo valhacouto que cessão de bens; servi de hipérbole aos mesquinhos muitos anos, porque em eles dizendo que não davam Vintém, estavam desobrigados de todo o cumprimento (...).

A crítica à força da moeda, ao poder transformador do dinheiro, transparece na fala do Cruzado, a quem se reservam os pronunciamentos de mais geral validade:⁹²

Cruzado. Parece-me, amigos, que a nós outros o dinheiro do mundo nos sucede o mesmo que ao ferro e chumbo, bronze e aço, que verdadeiramente Deus deixou para conveniência. O ferro duro com que se lavra a terra; o chumbo menos rebelde para as cousas que pediam mais brandura; o cobre para os instrumentos do cômodo; o aço para os da fortaleza; e desta sorte e para este fim enriqueceu de metais a terra, que preparava para pousada do povo humano, a quem não queria faltasse algum gênero de comodidade. Mas ele rude, soberbo, teimoso, parvo e avarento, eis que de ferro foi fazer espadas e cutelos; de chumbo balas; de cobre, peças; de aço, pontas, de que nenhuma vida possa estar segura (...). *Da mesma sorte na prata e ouro, parece que quiseram baldar os homens a providência Divina; porque a estas famosas matérias, dedicadas a esplendor, conveniência e adorno do mundo, de tal sorte foi por eles trocado seu uso lícito, que de sua abundância fizeram tirania, e de sua falta infâmia; em sua comutação enxeriram falsidade, em sua grandeza risco, em seu dispêndio cautela; da qual baralha procede, que todos andem nela metidos, como insanos: uns trabalhando para adquirir-nos para nos desperdiçar; outros, havendo-nos adquirido, enterrando-nos, para que ninguém nos goze; infinitos nos roubam àqueles que nos guardam, para caírem depois no próprio engano e castigo (...). Pelo que haveis de saber, amigos, que deste mau uso em fora, eu sinto em mim que nós somos a melhor invenção do mundo.*

O mesmo discurso ganha ares de frontal questionamento, para tocar no tema da desigualdade produzida pela riqueza, e no sacrifício a que se expõe quem trabalha:⁹³

Cruzado (cont.). Falais-me no que val, e no que descansa, estar um cidadão em sua casa dormindo, regalado, seguro e quieto em noute tempestuosa de Dezembro; e a troco de uma pequena migalha de prata e ouro estar o miserável pescador lutando com a morte duas marés inteiras para lhe trazer de madrugada o guloso vesugo ou o pintado salmonete, que lhe vem como pintado para jantar à sua Senhora! *Dizei-me, que cousa há no mundo, como ter um Senhor muitos criados, que por breve porção de dinheiro o sirvam, e lhe adivinhem os pensamentos; e o que é mais, que lhe sofram impertinências e sem-razões, e possa aquele curto interesse fazer maiores e menores homens, aqueles que Deus e a natureza fez iguais! Que o Mercador assista no seu porto, mole de mimoso, podre de rico, quando por seu dinheiro andem cem homens (às vezes*

⁹¹ Escritório Avarento, ed. cit., p. 51.

⁹² Escritório Avarento, ed. cit., p. 65.

⁹³ Escritório Avarento, ed. cit., p. 66.

melhores que ele) dobrando cabos não conhecidos, forcejando com ondas e com ares por lhe adquirir mais tesouros! E finalmente, *que o Príncipe não saiba mais que medir, com vagaroso passeio, a breve distância que há do trono ao leito, do leito à mesa, da mesa ao coche, e do coche ao Paço, quando inumeráveis gentes (as mais de quem nunca foi ouvido ou visto), pelo preço de uma pobre paga e de um socorro incerto se exponham ao trabalho, e se arrisquem à morte, e se aventurem ao inferno!*

1.1.3.4 A “Visita das Fontes”

Terceiro dos apólogos dialogais, a “Visita das Fontes” é dedicada “ao doutor Christovam Soares de Abreu, vereador do Senado de Lisboa, residente que foi pela Coroa de Portugal a El-Rei Cristianíssimo, deputado real em o Congresso de Osnabruc à função da paz universal”.⁹⁴

A exemplo do “Escritório Avarento”, nela são quatro os interlocutores; com a diferença dos anteriores que, se lá eram da mesma natureza (relógios, no primeiro apólogo, e moedas no segundo), são agora duas fontes de água, uma estátua e um veterano soldado que guarda o cenário. A dinâmica de um diálogo formado por quatro personagens heterogêneas naturalmente ganha na variedade das observações e pontos-de-vista.

O argumento consiste na visita que a experiente e maliciosa Fonte Velha do Rocio faz à ingênua mas atilada Fonte Nova do Terreiro do Paço, ávida por aprender os contornos do mundo. O local em que esta se acha é a encruzilhada de todos os caminhos lisboetas, o ponto de confluência de todos os interesses, que vão se tratar junto à fonte do poder real.

No contraste entre as duas fontes lê-se a perfeita alegoria da Restauração, com a nova ordem buscando aprender na memória da ordem antiga os ensinamentos e a sabedoria de que carece para se (re)construir. A estátua de Apolo e a figura humana do Soldado trazem para o diálogo, que se trava à vista do desfile de tipos da sociedade, os saberes e a perspectiva das armas e das letras.

Cada tipo que passa exhibe uma espécie de pretensão ou atitude, como, já na abertura, um nobre⁹⁵ – “aquele senhor que ali vem naquele andor, tão rodeado de gente, de que parece faz ele tão pouco caso!”, seguido pelo fidalgo⁹⁶ que “pretende um governo, mas que seja de mar em fora, onde se vá ensaiar para ministro, que é a profissão para que foi criado”.

Entre essas personagens estão o letrado, o clérigo, o militar, o religioso mundano, o procurador de Cortes, o autor de livros, o “alvitrista”, o embaixador, o “fidalgão de fora”, o governador de Ultramar, o gramático, o preso que vai conduzido e, de entremeio, um coche que

⁹⁴ Visita das Fontes, ed. cit., vol. II, p. 69.

⁹⁵ Visita das Fontes, ed. cit., p. 87.

⁹⁶ Visita das Fontes, ed. cit., p. 91.

passa, a propósito do qual se criticam as modas estrangeiras, e depois toda uma procissão de coches. Uma discussão sobre a “galantaria” encerra o diálogo.

Também no uso dos coches, que substitui o transporte antigo a cavalo, são contrastadas a velha e a nova ordem. A Fonte Velha o repudia pelo afeminamento que representa em relação à cavalaria⁹⁷ (“Falando cristãmente, não folgo de ver mancebos em coches”), dando-lhe como origem Castela (“estou mal com os nossos antigos, porque assim como deixaram dito que de Castela nem vento, nem casamento, também puderam dizer nem costumes nem ciúmes”), mas compreende que havia razões para a inovação (“Só vos direi: a invenção é antiga, ou fosse do vício, do cômodo ou da necessidade, que também são três fidalgos muito antigos no Mundo”) e chega a reconhecer que “veio depois o mesmo tempo (...) a descobrir que os coches não haviam entorpecido os ânimos, ainda que descansavam os corpos e decoravam as pessoas ilustres; porque, ainda bem esses moços não foram necessários no mundo, quando já dos coches saíram para leões”.

O Brasil e a tomada de Salvador pelos holandeses em 1624, seguida de sua reconquista, vêm a propósito.

Recorda a Fonte Velha que “Desde a perda de El-Rei D. Sebastião até a da cidade da Bahia, cabeça do Brasil, não fizeram os fidalgos portugueses senão passear nos coches; porque em todo este tempo não teve Portugal ocasião grande donde lhe fosse necessário tornar por sua honra e crédito de sua nação. Trouxe a desgraça o descuido”. E prossegue, depois de um aparte da Fonte Nova sobre a desgraça decorrente do descuido “nas matérias públicas”.⁹⁸

Fonte Velha. Trouxe, como digo, aquela ocasião a sorte da perda da nossa cidade, e ainda bem a nova não foi certa, quando já a maior e melhor nobreza se lançava como a nado em cata da vingança de seu inimigo. Perguntai agora se tantos mares, tantos climas em meio, tantos perigos interpostos foram parte para que os fidalgos e nobres portugueses deixassem de os atropelar, ou se lhe fizeram algum embargo esses deliciosos exercícios (...). Foram, viram e venceram: não fez mais César, nem tão longe chegou depois a liberdade prometida à pátria! Uns, que a inventaram, outros que a prosseguiram, todos lhe têm contribuído gloriosamente. Perguntai se anda por aí algum nesses coches, que não haja oferecido a vida e perdido o regalo por sua defesa. Se o perguntáreis, ouviréis que nos coches se aconselharam e nos coches vieram a executar uma das mais célebres e felices ações que o mundo tem ouvido e visto!

⁹⁷ Visita das Fontes, ed. cit., p. 131. As demais citações do parágrafo integram pronunciamentos da Fonte Velha à mesma pág. e à seguinte.

⁹⁸ Visita das Fontes, ed. cit., p. 132.

Os coches voltam, como numa carreata, ao final do apólogo, desta vez compondo “o acompanhamento da rainha que saiu fora”,⁹⁹ ocasião em que Sua Majestade é enaltecida pelo recato (“é uma das mais recolhidas e caseiras princesas do mundo”). Sobram loas também para a rainha anterior à União Ibérica, “D. Caterina, última deste Reino”, que andava entre o povo, na Ribeira, “e se prezava tanto de mãe como de senhora dos seus, servindo-se de aceitar das mulheres que vendiam por essas cabanas as padinhas de pão que já lhe tinham guardado para lhe oferecerem quando passasse, e que ela lhes sabia os nomes e lhes falava muito a propósito e com boa graça”.

A beleza das damas e senhoras de companhia não passa sem anotação, assim como a corte que lhes fazem os “galantes”. Veja-se o quadro:¹⁰⁰

Fonte Nova. Valha-me Deus! Que fermosura, que gentileza, que galhardia, que galas, que asseios, que bordados, que plumagens! Baixo parece o céu para tão altos vôos! Se Vênus em seus jardins tem gaiolas de ave Fênix, estes coches devem de ser suas gaiolas! Mas que senhores são aqueles que eu vejo junto aos estribos? Bem fazem de os não perderem em ocasião tão venturosa!

Fonte Velha. Aqueles, sobrinha, são irmãos, cunhados, tios e primos de algumas das damas; e alguns não lhes são nada, mas andam para o ser, porque são os galantes que as servem com ânimo de as pedirem e alcançarem por esposas.

1.1.3.5 Esboços do “Hospital das Letras” na “Visita das Fontes”

Em certas passagens da “Visita das Fontes”, particularmente nos núcleos temáticos relativos ao “autor de livros” e ao “gramático com fumos de poeta”, parece o escritor treinar a mão para os debates literários do “Hospital das Letras”. Estariam ali as células, senão geradoras, pelo menos anunciadoras da matéria do futuro quarto apólogo.

O “autor de livros” aparece quando vai desaparecendo o coche que deu ensejo à digressão sobre os coches:¹⁰¹

Fonte Nova. Visto que o coche já se não vê, dissei-me, tia, quem é aquele roupa-longa, tão malencólico e misterioso, que por aqui me ronda a porta tantas vezes, agora em mula, como presbítero, agora em liteira, como abade, sempre com gesto mal satisfeito, como pessoa que traz o mundo às costas.

Fonte Velha. Maliciosa sois, para novata na Corte! Sem falta que o ar que corre ou o lastro da terra vos tem já o fígado inficionado.

Fonte Nova. Nunca me prezei de ruim, mas já sabeis que o direito entre o esquerdo, homem parece ao revés.

Fonte Velha. Aquele, por quem perguntais, é um sujeito de grandes partes, entre os que agora temos.

⁹⁹ Visita das Fontes, ed. cit., p. 214.

¹⁰⁰ Visita das Fontes, ed. cit., p. 215.

¹⁰¹ Visita das Fontes, ed. cit., p. 136.

Fonte Nova. Que profissão?
 Fonte Velha. Autor de livros.
 Soldado. Não tem pêco ofício, porque também é da gente que fala sem a desmentirem, como dizia o outro pelos pregadores.

No escritor-tipo, são satirizados os escritores que pouco escrevem ou que escrevem pouco.¹⁰²

Faz-se menção a um historiador, o bolonhês Malvezzi, que ocupará lugar importante no “Hospital das Letras” e que, justamente, escreveu livros muito breves. Note-se como já incidem nesse trecho as imagens terapêuticas e os fármacos:¹⁰³

Fonte Velha. (...) não se me negará que é pequice andar um autor toda a sua vida trabalhando e inculcando a todos o seu trabalho, e no cabo desfechar com o ridículo parto de um livrinho, muito esmagado, muito pequenino, que não venham cá os montes quando pariram!

Apolo. Prezam-se os de agora estilar a sabedoria e não curar senão com quintas-essências, como cirurgião flamengo com emplastos duarbéticos, ou flores-de-enxofre. Dizem que são mais proporcionados ao fastio do entendimento; tudo conforme à botica que trouxe de Itália o marquês Virgílio Malvezi, que por cá achou grande gasto.

Fonte Velha. Não faltaram pela terra outros inventores desses lambiques bem escusados.

O episódio do gramático-poeta formaria outra célula anunciadora do futuro HDL. Seu perfil é o de um “estudantão que ali vai”, pouco asseado, e assistido por uma “corte de ociosos esfarrapados”.¹⁰⁴ A dupla condição de poeta e gramático é definida pela Fonte Nova como “dous infernos neste mundo, fora o outro que o espera, por suas péssimas ocupações”.

A Fonte Velha concorda e acrescenta que “Gramáticos como aqueles, menina, é uma praga de gente bem escusada no mundo. São como os cães das boas letras: não servem senão de roer os ossos e espinhas, até que as põe na espinha”.¹⁰⁵

Apolo. Nunca vi fonte correr mais claro.

Fonte Velha. Sobre se um ‘tu’ ou um ‘eu’ – que são palavras bem pequeninas, aniquiladas e criadas entre nós – vem de Grécia ou de Palestina, sem que nisso vá ou venha cousa alguma, e se tem raiz hebréia ou grega, vem o mundo abaixo, como se as tais palavras importassem muito serem gentias ou cristã-novas! Pessoas há destas, tão malditas e porfiosas, que por averiguar o tamanho de uma letra e levar a sua avante,

¹⁰² A propósito do fenômeno oposto, vale dizer, dos “engenhos copiosos”, conta-se breve anedota acerca de Lope de Vega. Este quadro da “Visita das Fontes”, situado justamente no episódio do “autor de livros”, no qual se diz que Lope de Vega teria escrito, “a rogo de um seu amigo, uma comédia em uma noite”, vem repetido, em termos muito semelhantes, no “Hospital das Letras” (entradas 171-173), onde Lope, “por amor de um seu amigo, fez em uma noite uma comédia”.

¹⁰³ Visita das Fontes, ed. cit., p. 138. Note-se que “pequice” é qualidade de “pêco”, i.e., tolice ou sandice. Cf. citação anterior, “peco ofício”.

¹⁰⁴ Visita das Fontes, ed. cit., p. 194.

¹⁰⁵ Visita das Fontes, ed. cit., p. 197.

sobre se é longa ou breve, gastam quanto dinheiro têm em papel, e quanto tempo lhes não sobeja em ler Calepinos e Varrões, e no cabo ficam mal informados como dantes, sendo a pior parte deste brinco que ninguém lhes paga ou agradece esse trabalho, repartido e repetido em tantas arengas enganosas, impertinentes e desaproveitadas, porque, se nós vemos que ainda pelos críticos não está averiguado se se há antes de dizer ‘xapéu’ ou ‘chapéu’, se ‘tostães’ ou ‘tostões’, se ‘al que’ ou se ‘antes que’, sendo palavras caseiras, com que nos criamos, como estará cá entre nós se o ‘omega’ dos gregos, vindo lá de tão longe, se há-de dizer depressa ou devagar, ‘ómega’ ou ‘oméga’, que é uma das modernas contendidas destes míseros?

Ainda quanto aos teores que na “Visita das Fontes” antecipariam a matéria do “Hospital das Letras”, seria possível acrescentar às passagens acima resenhadas a própria intervenção de Apolo, nela presente como personagem, e presente no “Hospital” como a deidade, ou “rei da sabedoria”, que preside à Corte do Parnaso, a qual, vale lembrar, servirá aos interlocutores do quarto diálogo como instância invisível e distante, mas constantemente evocada, e mais que isso: como a própria instância de onde emana a missão que receberam.

Já na “Visita das Fontes”, na passagem do “estudantão” que faz as vezes de gramático e de poeta, essa função judicial aparece brevemente referida (“de capigorrões vadios e mentecaptos, como ora este, não fazemos lá caso na corte de Helícona”).¹⁰⁶

Ora, reiterando o que se disse acima, a conversão do Monte Parnaso – na mitologia clássica a residência de Apolo e das Musas, que lá têm as suas fontes tributárias – em sede de um tribunal destinado a julgar feitos literários, é a premissa sobre a qual Traiano Boccalini ergue os seus “Ragguagli di Parnaso”, citados como um dos “livros falantes” do “Hospital das Letras”.

Que o autor dos “Apólogos Dialogais” estava atento à obra do italiano quando escreve a “Visita das Fontes”, faz prova adicional outra passagem na qual Apolo declara, casualmente:

Afirmo que se por alguma cousa desejo de tornar a ser gente, é só para reformar as Cortes do Parnaso, castigando nelas as falsas relações de Trajano Boccalino, que tantos testemunhos me levantou em benefício dos seus Italianos; e mais que tudo, para pôr emenda nos abusos que estão no vulgo introduzidos, e se vão já nele metendo, como a unha pela carne: porque abusos e povo são como unha com carne.

Em vez de relação genética entre o terceiro e o quarto apólogo dialogal, seria talvez mais exato sustentar que ambos resultam de derivações metafóricas da mesma construção mítica de um Monte Parnaso com suas fontes e com suas musas. No caso da “Visita das Fontes”, com suas fontes lisboetas e a presença de Apolo, um “transporte” ou derivação literal do mito. Já no caso do “Hospital das Letras”, uma derivação indireta a partir do argumento dos “Regáglis” de “Bocalino”, que consiste já ele mesmo em reelaboração do mito: a do Parnaso como sede da

¹⁰⁶ Visita das Fontes, ed. cit., p. 195.

“corte” apolínea em que se julgam e despacham causas literárias. Os interlocutores do “Hospital”, com efeito, agem por delegação desta Corte do Parnaso, que nele figura apenas como instância suprema, invisível, à qual se remetem as questões insolúveis.

1.1.4 Singularidade do “Hospital das Letras”

1.1.4.1 Humanos ajuizam objetos determinados

Incluído no conjunto dos “Apólogos Dialogais”, vale dizer, no mesmo plano de três diálogos nos quais falam relógios (“Relógios Falantes”), moedas (“Escritório Avarento”), fontes d’água e estátuas, além de uma única figura humana, a do Soldado (“Visita das Fontes”), salta à vista a singularidade do “Hospital das Letras”.

Aqui, afinal, desaparecem as “coisas” falantes e o leitor ingressa em ambiente todo “humano”, todo ele de “gente”. Quem se pronuncia são as representações de três famosos escritores, de amplo renome e fama, além do próprio autor, que se inclui a si mesmo, como ser vivente, ao lado dos mortos ilustres.

Também por seu argumento e mirada, precisamente delineados, contrasta o quarto apólogo com os demais.

Naqueles, a crítica ao mau uso das horas, mal-empregadas em costumes censuráveis; o relato acerca do papel que joga o dinheiro no mundo, visto através da circulação das moedas; e o comentário irônico e mordaz dos interesses mundanos, postos a desfilar diante da sede administrativa do Reino; versam sobre objetos típicos, de caráter exemplar.

No “Hospital das Letras”, a missão que os interlocutores cumprem, por mandado da “relação de Apolo” – perfazer na “biblioteca convertida em hospital” o exame clínico-crítico de seus conteúdos – volta-se para autores e livros perfeitamente identificados, nomeados e reconhecidos, entre os quais o próprio Melo e seu corpo de escritos.

Por outro lado, não paira dúvida sobre a intenção de D. Francisco Manuel de reuni-los, estabelecida no próprio “Hospital das Letras”. Ali se declara, pela voz do Autor (694), inequivocamente, que “os ‘apólogos morais’ dos ‘Relógios Falantes, do ‘Escritório Avarento’, da ‘Visita das Fontes’, da ‘Feira dos Anexins’, do ‘Cabido dos Coches’ e este do ‘Hospital das Letras’ que mais estimo que todos’ (...) juntos farão um justo volume de um livro”.

Como conciliar no conjunto o apólogo “diferente”? A solução do autor foi criar uma ilusória uniformidade, “apologizando-o”, vale dizer, tornando “apologal” o quarto diálogo, de

maneira a que nele também falem “coisas”. Assim, nominalmente, fazem a interlocução no “Hospital das Letras” os “livros” das quatro personagens, como se lê em subtítulo:

HOSPITAL DAS LETRAS
 Apólogo Dialogal Quarto
 Ao Sapiente Daniel Pinário
 Professor de Letras Divinas e Humanas
 Por D. Francisco Manuel de Melo
 Fazem a interlocução:
 Os livros de Justo Lipsis na ‘Crítica’;
 Trajano Bocalino nos ‘Regálios’;
 D. Francisco de Quevedo nos ‘Sonhos’;
 E o Autor nos ‘Diálogos’

É cena uma livraria de Lisboa
 Quare?
 Ano de 1657

Na prática, quem se pronuncia no HDL são personagens construídas pelo autor a partir do conhecimento presumível de suas obras e da imagem que terá formado de suas personalidades. No caso de Quevedo, aliás, um conhecimento também pessoal, e talvez uma relação de amizade, a serem acreditadas as alegações que desse vínculo faz Melo.¹⁰⁷

A frágil ficção dos “livros falantes” seria – é a posição aqui sustentada – mera tentativa de guardar a coerência do conjunto dos “Apólogos Dialogais” precisamente como “apólogos”, isto é, fábulas de sentido edificante em que se fazem falar objetos ou então, à La Fontaine, animais.

1.1.4.2 Apólogo ou simplesmente “diálogo moral”?

O próprio autor, face ao caráter evidentemente excepcional do “Hospital das Letras”, deve ter hesitado sobre a validade dessa denominação – “Apólogos Dialogais” – para todos os quatro textos, ensaiando (no mencionado rol de suas obras, 694) a nomeação alternativa como “diálogos morais”, que aí sim seria válida para os quatro diálogos, desde que se admita como um exercício “moral”, em sentido amplo, a crítica literária.

A propósito, o argumento moral lhe permite ao mesmo tempo emprestar um segundo recurso de unificação do conjunto, ao lado da ficção dos “livros falantes” que “apologiza” o

¹⁰⁷ Sobre a controvérsia acerca da suposta amizade entre Quevedo e D. Francisco Manuel, ver “L. Astrana Marin, “Relaciones entre Quevedo y D. F. M. de Melo”, em Quevedo, Obras Completas, Verso, Madri, 1943, Apêndice IV, pp. 1198-1204; Jean Colomès, “Sur les relations de D. F. M. de Melo avec Quevedo”, Arquivos do Centro Cultural Português, II, 1970, pp. 573-577; e Ch. Cutler, “Melo and Quevedo”, Annali del Istituto Universitario Orientale, 1974, pp.5-20. Essa bibliografia, em “Introducción”, J. Estruch-Tobella, “Historia de los movimientos, separación, y guerra de Cataluña”, Madri: Ed. Castalia, 1996.

“Hospital das Letras”, e revestir-se das imunidades que a condição de mais um entre os “escritores de repreensões e emenda de vícios e costumes da República” lhe confere, além da ilustre companhia.

Em outras palavras, ao apoiar-se na suposta moralidade da crítica literária – sustentável ao final de contas, quando vista como “emenda de vícios” da República das Letras –, satisfaz o autor a dois problemas: justifica a reunião dos quatro interlocutores no HDL, o que aliás se dá expressamente pela fala de Lípsio em 007; e produz um critério capaz de autorizar a inclusão do HDL, com toda a sua singularidade, no conjunto dos “apólogos”.

De passagem, ergue o álibi protetor da moralidade, ou correção dos “mores” ou costumes, às licenças que vai necessariamente exercer no “Hospital das Letras” e às liberdades já exercitadas nos três outros apólogos.

Estaria nosso escritor, portanto, com um recurso de astúcia, salvaguardando sua posição não apenas no “Hospital das Letras” mas, aí sim, nos quatro “Apólogos Dialogais”. A “emenda de vícios e costumes” serve-lhe como a desculpa-manto que excusaria todas as liberdades e licenças tomadas nos quatro diálogos e, de modo especial, no delicadíssimo terreno pessoal que pisam os interlocutores.

No plano propriamente identitário, ao reunir-se ao grêmio dos “escritores de repreensões e emenda de vícios” – o que não é pouco – Melo define-se a si mesmo, vale dizer, produz a confortável imagem pública de um moralista, imagem apta, por sua latitude, a compreender sob uma única rubrica a variedade de sua produção literária e a versatilidade de suas posições digamos políticas.¹⁰⁸ Também neste ponto, na fixação de uma identidade literária, e na implícita reivindicação de coerência em meio às suas aparentes contradições, parece que o “Hospital” representa um acerto de contas de Melo consigo mesmo e com os seus coetâneos.

1.1.4.3 A ficção dos “livros falantes”

Importa registrar que não é pacífica a interpretação acima proposta quanto ao caráter “apologal” ou não do quarto diálogo, como se vê da leitura do “Hospital das Letras” feita por

¹⁰⁸ Embora seja identificável como uma constante no conjunto da obra o viés crítico, tratado exaustivamente por Jean Colomès em sua tese de doutoramento, não é certo – ou não parece indiscutível – que DFM fosse conhecido a essa altura como um “moralista”. Por mais que se leia na obra até ali publicada, particularmente na “Guerra de Catalunha”, inúmeras reflexões sobre decisões insensatas e sobre erros e desacertos que decorrem de vícios de formação, comportamento, e avaliação, sua única obra expressamente destinada ao aconselhamento “moral”, até ali, seria apenas a “Carta de Guia de Casados”. Estaríamos diante de um estratagema ou manobra preventiva também no tocante a esta suposta “moralidade” da crítica literária e, ademais, na auto-inclusão de Melo entre os “escritores de repreensões e emenda de vícios da República”, que afinal justifica a reunião dos quatro interlocutores (ver Lípsio em 007).

Wilson Martins, na “História da Inteligência Brasileira”, e por Pedro Serra, nas introduções que escreve para a edição Angelus Novus dos “Apólogos”.

Ambos lêem pela letra. Para o primeiro,¹⁰⁹ “Os interlocutores são, na verdade, os ‘livros’ de Justo Lípsio, Bocalino e Quevedo, mais o ‘Autor’, conforme se lê na indicação preliminar; isso faz grande diferença porque, então, trata-se do Autor tentando aplicar a doutrina aprendida nas obras dos mestres, e não destes últimos falando por conta própria. A consequência é que as opiniões expressas são sempre as de D. Francisco Manuel, mesmo quando atribuídas aos demais (...)”.

Em segmento de seu estudo que intitula “Retratos arcimboldescos”,¹¹⁰ Pedro Serra argumenta que “não temos *dramatis personae* humanas, mas sim livros. Relógios, moedas, fontes e, no último apólogo, livros a falar de livros. “Sua posição é que “Trata-se, num certo sentido, de um ‘trompe-l’oeil’ o que nos propõe ‘O Hospital das Letras’”. Como nos retratos de Arcimboldo, teríamos “a imagem de um livro-homem”.

Por outro caminho, distinto daquele que toma Wilson Martins, o professor de Salamanca chega ao mesmo lugar.

O que estaria em jogo, para Pedro Serra, é “a questão da inscrição do sujeito no discurso”, vale dizer (se bem compreendemos a sua tese), *se a alteridade das vozes dos demais interlocutores é ou não – em seu teor e substância – produzida pelo autor*, ou se, em sentido afirmativo, “‘O Hospital das Letras’ encerra e solicita o rosto de D. Francisco” e, portanto, “qualquer das personagens diz as opiniões do autor”.

É para esse mesmo lado que se inclina Serra, embora em formato dubitativo: “(...) cabe interrogar-nos sobre o sentido verdadeiramente dialético do diálogo: estamos diante de um teatro íntimo em que as ‘*dramatis personae*’ escondem mal uma mesma face? A ser assim, por detrás de uma superfície em modo de ilusão dialógica temos um monólogo. Inclino-nos por esta última leitura.”

Produz aqui o editor de 1999 uma fecunda hipótese: “Uma das vertentes, que uma leitura deste tipo permite explorar, é a do gesto implícito de auto-legitimação que organiza o texto”, o que se comprovaria pela defesa feita pelo autor de textos seus como a “Carta de Guia de Casados”.¹¹¹

¹⁰⁹ Martins, Wilson. História da Inteligência Brasileira, vol. I, ed. citada., p. 221.

¹¹⁰ Pedro Serra, Introdução, Apólogos Dialogais, vol. II, ed. citada, pp. XXXIX-XLIII.

¹¹¹ Idem, p. XLII.

Na verdade, é extremamente significativo que a primeira parte da conversa, aquela que genericamente é designada como dizendo respeito aos ‘poetas’, tenha como corolário a enumeração da obra publicada e ainda manuscrita de D. Francisco. O gesto, como é óbvio, tem muito de auto-canonicalização. E, neste sentido, também na segunda e terceira parte do diálogo encontramos algo de semelhante. Recorde-se aí como a ‘teorização’ sobre o discurso historiográfico se aplica ao modo discursivo das ‘Epanáforas’, da ‘Historia de los movimientos, separación y guerra de Cataluña’, do ‘Teodósio II’, entre outras.

Para então concluir:¹¹²

“O Hospital das Letras” é um livro de livros que, como no retrato de Arcimboldo, nos devolve o rosto de D. Francisco. Neste sentido, propomos que se leia o quarto apólogo como uma “compositio loci” da memória do autor, ou, por outra palavra, uma “autobiobibliografia”.

Ora, não é preciso concordar com a tese de que “qualquer das personagens diz as opiniões do autor” para aceitar a segunda tese, muito melhor, de que D. Francisco Manuel constrói, com o “Hospital das Letras”, o que o professor Serra chama “o gesto implícito de auto-legitimação, que organiza o texto”.

Quanto à primeira, parece evidente que as opiniões das personalidades históricas de Lípsio, Bocalino e Quevedo são mediadas ou intermediadas pelo autor, por isso mesmo que são ali personagens ou *dramatis personae*.

Quanto à segunda, o presente trabalho pretende demonstrar que o autor se explica e justifica (e neste sentido se legitima) de duas maneiras: no modo explícito (ao construir um julgamento de si mesmo, cuidadosamente camuflado como apenas mais um episódio da estante dos poetas, julgamento que vem a constituir uma Terceira Estante, o qual lhe dá a ocasião de fazer a própria defesa em termos não apenas literários mas também políticos e pessoais) e no modo implícito (mediante a própria estruturação do diálogo segundo os princípios de simetria e de contigüidade, que lhe permitem construir no próprio centro do HDL aquele julgamento e aquela defesa e, ao mesmo tempo, “explicar” – mediante a simetria estrutural e a vizinhança que guardam as estantes entre si – a posição que ocupa no panorama das letras poéticas, políticas e históricas de seu tempo, panorama profundamente vincado pela União Ibérica e pela Restauração.

1.1.4.4 Na sala dos espelhos: o autor e o “Autor”

¹¹² Idem, p. XLII-XLIII.

O fato de lançar-se DFM para dentro do diálogo, na companhia de três vultos do pensamento crítico de seu tempo, resulta num complexo jogo identitário – virtual sala de espelhos – em que não é difícil perder-se, e cuja criação permite a Melo ampla margem de liberdade expressiva, de valor instrumental quanto se trata, com os riscos inerentes a esse exercício, da visita crítica à massa da produção literária de seu tempo.

A propósito do jogo das identidades refratadas, das ilusões especulares e da riqueza de perspectivas que admite, caberia talvez a comparação do “Hospital das Letras” com outra das realizações artísticas de grande audácia do barroco ibérico – a tela “Las Meninas” de Diego Velázquez, datada do mesmo decênio, na qual o pintor se inclui – se auto-retrata – entre figuras da família real espanhola.

A questão identitária inscrita nas premissas do diálogo não é ociosa para a pesquisa em tela. Ao contrário, abre-se para interrogações que poderiam ser resumidas em como, afinal, tratar as falas não apenas de Lísio, Bocalino e Quevedo mas também desse “Autor” em que o escritor Francisco Manuel projeta a própria “persona” – questão que interessa diretamente à indagação acerca do valor documental dos pronunciamentos.

1.1.4.5 Valor documental dos pronunciamentos

Em paralelo ao debate essencialmente retórico sobre o que, em sua introdução ao segundo volume da edição crítica dos “Apólogos”, o professor Serra denomina “a questão da inscrição do sujeito no discurso”, o pesquisador da obra de D. Francisco Manuel, e particularmente da sua obra histórica e das suas concepções historiográficas, põe-se diante da necessidade de decidir sobre o valor a ser atribuído às declarações das personagens.

Vimos acima, na subseção relativa à invenção de um espaço crítico e, especificamente, no item “Diálogo e dialética”, como o autor se vale das possibilidades dialogais para abordar contraditoriamente os objetos em exame, de maneira a expor os diferentes aspectos que suscita. Vimos também, de passagem, como reserva para si a posição mais isenta e frequentemente se escuda nos demais interlocutores, deles se valendo, em especial de Bocalino, autêntico motor dialético do “Hospital das Letras”, para os papéis menos gratos, no caso das acusações frontais.

Em termos pragmáticos, todas as declarações – atendida a relatividade do contexto dialógico – podem ser consideradas atribuíveis ao escritor e historiador Francisco Manuel de Melo, personalidade histórica, ainda quando se esquiva, como personagem, de pronunciar um juízo negativo. Veja-se a nota de “enfado” face aos antigos cronistas lusos:

Autor. Tende paciência, que eis ali vem entrando, dos nossos, essa esquadra de velhos, com quem nos não autorizamos pouco.

Bocalino. Houvéreis de dizer: E nos enfadamos muito. (943-944)

Naturalmente, quem se enfada com a historiografia portuguesa é D. Francisco Manuel, ainda quando a opinião aparece pronunciada por Bocalino.

Mas um peso maior deve ser atribuído às declarações nas quais faz falar criticamente a sua personagem, o Autor, especialmente quando se levam em conta as cautelas de que em geral se cerca e o modo como se esquivava de pronunciar teores mais controversos. Um breve exemplo deste vir-ao-primeiro-plano da acusação por parte do Autor se acha quase ao final do diálogo, quando entra em tela de exame a figura do cronista-mor João Baptista Lavanha:

Bocalino. Esse homem não acabei de conhecer nunca; e, supondo que o nome me parece transalpino, nunca acabou de mostrar donde era; lá se enxeriu em Portugal e achou quem o favorecesse.

Autor. Não! Quanto é por aí, por onde ides, nesses sinais bem me parece estrangeiro, porque, a ser português, eu vos fico que, por mais que ele soubesse outro tanto do que sabia e por mais cego que fosse, não acharia em Portugal quem lhe fizesse carreira. (974-975)

Deduz-se que o protesto inscrito em 975 pode e deve ser avaliado, sem reservas, como a expressão especialmente enfática de uma convicção pessoal do autor.

Assinalar ainda que as posições de Lísio são – para o diálogo - quase invariavelmente a expressão magistral do melhor conhecimento disponível à época e, quando situadas na fase conclusiva de cada consulta ou exame, equivalem a sentenças que sintetizam as opiniões antagônicas (postas geralmente por Bocalino e Quevedo) em fórmulas últimas e finais, as quais é lícito supor que representam a posição do autor na matéria e, eventualmente, em medida a ser estudada, o consenso da época.

1.1.5 Os interlocutores na real

Cabe averiguar quem são as figuras históricas a partir das quais o autor constrói as personagens que com ele dialogam; as características que apresentam em comum; e as razões que teriam movido o autor a convocar as suas sombras num diálogo apenas parcialmente “dos mortos” (neste ponto, um paralelo poderia ser feito com as entrevistas de Dante na “Comédia”).

A razão explicitada por Lísio é sumária e restritiva (“por sermos os presentes, todos quatro, escritores de repreensões e emenda de vícios e costumes da República”), mas outras

“credenciais” dos interlocutores para serem reunidos na missão de visitar “esta biblioteca convertida em hospital” surgem no correr das visitas. Assim, por exemplo, a condição do mesmo Lípsio, como renovador dos estudos de Tácito, é sublinhada logo que se deparam com o historiador dos “Anais”:

Autor. Daí, Senhores, lugar aos doentes suspiros do patriarca dos estadistas, Cornélio Tácito!
Lípsio. As dores de Tácito só eu as entendo, porque sempre tive para mim que só eu o entendia.

A propósito, a amplitude do fenômeno do Tacitismo, a ser estudada na Segunda Parte (Guia dos Elos Historiográficos), seria talvez o traço em comum mais notável entre os “mortos” convocados à interlocução no “Hospital das Letras”, compondo o pano-de-fundo não apenas das discussões localizadas na seção dedicada aos historiadores e à historiografia como também na dos “estadistas” ou autores e livros de política.

Um dos iniciadores dessa corrente de pensamento no Renascimento tardio e no Barroco, e situado entre os principais introdutores do Tacitismo na Península Ibérica (onde nunca esteve mas onde manteve toda uma rede de correspondentes),¹¹³ a simples presença de Lípsio entre os interlocutores sinaliza a atenção de D. Francisco Manuel para o tema.

A influência das lições de política extraídas da obra do historiador dos “Anais” alcança em cheio a obra de Boccalini, toda ela perpassada de reflexões nesta linha, e, talvez em menor grau, também a obra quevediana.

A faceta neo-estóica do amálgama filosófico produzido pelo humanista belga marcaria Quevedo talvez mais profundamente que o Tacitismo de Lípsio. Diversos pronunciamentos no “Hospital das Letras” denunciam convicções estóicas, e ainda quando postas na voz dos demais interlocutores parecem traduzir posição pessoal de D. Francisco.

Ao eleger os três importantes nomes do pensamento crítico de seu tempo como os seus companheiros no diálogo, estaria nosso autor assinalando igualmente sua adesão a um livre-pensar que, se não toca nos dogmas últimos da Contra-Reforma, recusa-se à cega reverência aos

¹¹³ Martínez, Beatriz Antón. El Tacitismo en el siglo XVII en España. El proceso de “receptio”. Valladolid: Universidad de Valladolid, 1991. A autor identifica sete círculos de correspondentes de Justo Lípsio na Espanha. Sua influência se traduz já pela seção que lhe dedica esse importante estudo do Tacitismo, denominada: “Via flamenca o ‘lipsiana’: J. Lipsio, el ídolo de los españoles”, a qual subdivide-se em “Causas de la predilección española por J. Lipsio”, “Cuando comienza la popularidad de Lipsio en España?” e “La presencia de Lipsio en el siglo XVII en España”.

poderes estabelecidos. Lípsio, aliás, chega a transitar entre os dois campos religiosos, para terminar seus dias como bom católico.

Esta parece ser outra das características comuns aos interlocutores: em maior ou menor medida, os três são perseguidos por suas idéias e posições políticas, especialmente Boccacini e Quevedo, que pagariam um preço muito alto por elas, o primeiro talvez assassinado por agentes espanhóis em seu refúgio veneziano e Quevedo certamente arruinado, na saúde e na fazenda, pelos anos de masmorra que enfrentou em retribuição à irreverência e à latitude de suas críticas a Olivares.

1.1.5.1 Justo Lípsio (1547-1606)

O erudito e humanista belga Justus Lipsius, ou Joost Lips (1547-1606) foi descrito nos “Ensaio” de Michel de Montaigne, com quem se correspondeu, como um dos sábios de seu tempo.¹¹⁴ Toda a obra de Lípsio situa-se entre a filologia e a filosofia. Foi o fundador do Neo-estoicismo, corrente que venceu o pensamento europeu no final do século XVI e ao longo do século seguinte.

No diálogo “De constantia” ou, por extenso, “De constantia in publicis malis” (“Da constância em tempos de calamidades”, 1584), procurou conciliar estoicismo clássico e cristianismo em busca de uma filosofia que, apontando para o cultivo dessa virtude, ajudasse a suportar as dificuldades do período, marcado pela consolidação dos estados absolutistas e agitado pelas guerras de religião.

A verdadeira liberdade é ali definida como a obediência a Deus. A vontade divina, a providência e a fortuna convergem na necessidade. Tudo que é governado pela fortuna acontece necessariamente. O mais óbvio exemplo da necessidade natural é a decadência e destruição de todas as coisas temporárias, proposição que ecoa no “Hospital das Letras”, a propósito das

¹¹⁴ O aval de Montaigne nos “Ensaio” consta do verbete “Justus Lipsius” de uma enciclopédia digital, a Stanford Encyclopedia of Philosophy (plato.stanford.edu/entries/justus-lipsius). Além de enciclopédias “on-line” e impressas, a exemplo da Enciclopedia Italiana e da Encyclopaedia Britannica, as informações sobre Lípsio, sua obra e o sentido de sua filosofia foram colhidas nos vários ensaios reunidos por Pierre-François Moreau em “Le stoïcisme au XVIe. et au XVIIe. siècle”, sub-titulado “Le retour des philosophies antiques à l’Âge classique”, Paris: Albin Michel, 1999, particularmente os trabalhos de Jacqueline Lagrée (“Juste Lipse: destins et Providence” e “La vertu stoïcienne de constante”) e de Michel Senellart (“Le stoïcisme dans la constitution de la pensée politique, ‘Les Politiques’ de Juste Lipse – 1589”). Sobre o estoicismo de outro “interlocutor” do “Hospital das Letras”, ver de Henry Méchoulan, “Quevedo stoïcien?”. Os artigos dessa antologia, como explica Moreau em seu “Avertissement”, resultam de colóquio virtual (sem data) sobre o estoicismo, derivado dos esforços do grupo de trabalho interdisciplinar sobre o retorno das filosofias antigas no classicismo renascentista, da École normale supérieure de Fontenay/Saint-Cloud, no quadro do CERPHI (Centre d’études en rhétorique, philosophie et histoire des idées de l’humanisme aux Lumières).

queixas de Lope de Vega sobre o esquecimento de sua fama e associada à reflexão sobre as variações do gosto (213):

Lípsio. Tenha paciência, que é só emplasto que serve nestas dores. Os gostos variam com os tempos, a cuja variedade os lisonjeiros quiseram hipotecar a fermosura da natureza, *como se não fosse o mais cruel de seus costumes desfazer umas cousas para fazer outras*. Contudo, impossível é lograr uma estimação eterna, por donde aquele que maior tempo possui honrada fama, não tem que queixar-se de a não ver perdurável. Parece que a Providência fora injusta (que não pode deixar de ser justíssima) com os que viemos tanto depois ao bafo da vida, se conservasse inteiro o aplauso dos que vieram tanto antes (...).

O grande projeto de Lípsio foi transformar a filosofia moral, mediante uma nova leitura de Sêneca, e a prática política, mediante o estudo das lições cívicas contidas na obra de Tácito.

Na sua edição do historiador romano, ainda hoje respeitada pelas soluções de crítica textual, pela primeira vez os “Anais” foram tratados como obra distinta das “Histórias”. Também a edição das obras filosóficas de Sêneca, publicada em 1605, é considerada um monumento literário ainda válido.

Dos quatro interlocutores do “Hospital das Letras”, Lípsio foi o único a transitar entre os dois campos religiosos antagônicos.

Nascido em família católica em Overijse, lugarejo próximo a Bruxelas, nesta cidade fez as primeiras letras, para estudar em seguida com os jesuítas em Colônia e, a partir de 1564, no curso de leis em Louvain ou Lovaina, ao mesmo tempo em que assistia às aulas de Cornelius Valerius, professor de Latim no Collegium Trilingue, instituição humanista de inspiração erasmiana.

Já na juventude se ocupava com o exame crítico de textos de Cícero, Propércio e Varrão e, aos dezenove anos, em 1566, completou os três livros das “*Variae lectiones*”, publicados em Antuérpia em 1569.

Viajou em estudos à Itália, sendo nomeado em Roma secretário particular do cardeal Granvelle. Ali estabelece relações com humanistas como Marc-Antoine Muret (ou Mureto), Fulvio Orsini, Paolo Manuzio e Guglielmo Sirleto; e demora-se no exame dos monumentos antigos e na consulta a manuscritos da Biblioteca Vaticana e de outras importantes bibliotecas privadas.

De volta a Louvain para prosseguir nos estudos de direito, a situação instável nos Países Baixos o leva em 1571 a buscar refúgio em Liège, onde visita Carolus Langius (Charles de Langhe), que figura como seu professor de filosofia estoíca romana no diálogo “*De Constantia*”.

Na primavera de 1572, Lúpsio muda-se para Viena, onde participa do círculo humanista da corte de Maximiliano. Em outubro desse ano, obtém a cátedra de História na Universidade Luterana de Jena. Completa então a edição de Tácito, dedicada ao imperador. Casa-se em Colônia com Anna van den Calstere e regressa em 1574 aos Países Baixos. Na Universidade Calvinista de Leiden passaria os anos que considerou os mais produtivos da sua vida acadêmica, entre 1578 e 1591, incluindo a redação de “De constantia” e também da “Política”.

A publicação desta última obra desata controvérsias, que o fazem regressar aos Países Baixos Católicos do Sul e a reconverter-se à velha fé católica. Acaba por aceitar a cadeira de História na universidade de Louvain e a de Latim no Collegium Trilingue. No período final da vida prepara a edição de Sêneca e os seus tratados de doutrina e física estóica. Publica também vários tratados antiquários, entre outros sobre a cruz, o exército romano, as fortificações e os armamentos, as bibliotecas antigas, assim como as “Monita et exempla política” (“Conselhos e exemplos políticos”), continuação da sua “Política” no gênero dos “espelhos de príncipes”. Nomeado historiógrafo real em 1595, escreve tratados devocionais que reforçam a agenda religiosa e política dos arquiducos Alberto e Isabel.

Lúpsio publicou em vida três coleções ou “Centuriae” de cartas, que refletem o seu papel central na República das Letras da época, e seu renome como filólogo, historiador e fundador de um novo tipo de “humanitas” adequado aos tempos tumultuosos em que viveu.

Entre os correspondentes, cerca de 700, além de Montaigne, constam intelectuais de primeiro plano como Isaac Casaubon, Escalígero, Philip Sidney, Paolo Manuzio, Arias Montano, Hugo Grotius e Francisco de Quevedo. A rede de correspondentes espanhóis de Lúpsio estende-se por numerosos círculos, que extrapolam os limites da Península Ibérica para alcançar intelectuais estabelecidos na Itália e na (atual) Bélgica.¹¹⁵

A propósito, a afeição por Lúpsio na Espanha ganha proporções que os historiadores do período se esforçam por explicar tanto pelos conteúdos específicos de sua obra – que se torna o veículo privilegiado de introdução e difusão do Tacitismo e do pensamento neo-estóico – como pelas circunstâncias históricas específicas da Península Ibérica ao final do século XVI e no limiar do barroco.

¹¹⁵ Beatriz Antón Martínez identifica sete “círculos” na rede de correspondentes ibéricos de Justo Lúpsio, situados respectivamente em Toledo, Sevilha, Madri e Valladolid, Salamanca, além de um grupo aragonês, outro italiano e um terceiro belga. Martínez, B.A., *El Tacitismo en el siglo XVII en España. El proceso de ‘receptio’*, pp. 132-144. Valladolid: Universidad de Valladolid, 1991.

Para J. H. Elliott, citado por Beatriz Antón Martínez em seu estudo sobre o Tacitismo ibérico no século XVII,¹¹⁶ Lípsio oferecia aos intelectuais e políticos da época, mediante a leitura de Tácito, uma espécie de maquiavelismo sem Maquiavel (expressão nossa), mais palatável ao ambiente contra-reformista; além da reivindicação de virtudes “romanas” que apareciam como oportunas no processo de consolidação do Estado absolutista, como a austeridade, a disciplina, o espírito de ordem, somadas à resignação ao mesmo tempo estóica e cristã face aos tempos difíceis e à fortuna adversa.

Anotar que a difusão da obra e das idéias lipsianas, interessando igualmente por sua face filológica, foi um fenômeno em escala européia. Como assinala Michel Sénellart em estudo já citado sobre o neo-estoicismo na constituição do pensamento político moderno, que versa especificamente sobre as “Políticas” (“*Politicorum sive civilis doctrinae libri sex*”, 1589), esta obra – publicada em seguida ao “*De constantia*” (1584), em Leiden, onde ensinava desde 1578 direito e história – conheceu extraordinário sucesso, tendo obtido o texto em latim cerca de quarenta edições no decênio que ainda restava do século XVI, e, contadas as traduções nas línguas nacionais, que começam a ser feitas imediatamente após a primeira edição, um total de 96 edições até o final do século XVII¹¹⁷.

Juntamente com “*De constantia*”, as “*Políticas*” formavam, segundo Senellart, a base de um programa político, fundado na virtude da constância, na obediência dos súditos e na prudência dos governantes, espécie de racionalismo prático sobre o qual (e sobre o princípio abstrato da soberania) erige-se o moderno estado absolutista. Seu aspecto de simples compilação de citações antigas, aproveitado pelos opositores da época para desmerecê-las, não deixa de ecoar no “Hospital das Letras”, onde são nomeadas no singular (“Autor. Assim diz: ‘Política’, de Justo Lípsio”), ensejando pronunciamento defensivo do humanista belga.

Lípsio. Já sei o que quereis dizer. Dizeis – como antes foi parecer de muitos críticos – que não fiz livro, mas uma cadeia de sentenças, dirigidas ao proveito de príncipes e repúblicas. É isto o que quereis dizer?

Bocalino. Mesmissimamente.

Lípsio. Ora, sabei, Bocalino, e convosco os malcontentes, que os hábitos da erudição, em a própria maneira que se adquirem, se manifestam. (...). (712-714)

¹¹⁶ Martínez, B.A., op. cit., 127.

¹¹⁷ Senellart, Michel, “Les ‘Politiques’ de Juste Lipse dans l’histoire des idées”, in “Le stoïcisme dans la constitution de la pensée politiques. Les ‘Politiques’ de Juste Lipse (1589)”, pp. 119-122. Le stoïcisme aux XVIe et au XVIIe. siècle, ed. citada.

O conjunto das obras de Lúpsio, como informa Jean Colomès, foi reunido postumamente em seis volumes “gigantescos”, em 1637, em Anvers, pela oficina de Balthasar Moretus, com dedicatória ao cardeal infante de Espanha D. Fernando de Áustria, vice-rei dos Países Baixos espanhóis. No primeiro tomo do primeiro volume dessa publicação, denominado “Opera Omnia quae ad Criticam proprie spectant”, teria D. Francisco Manuel colhido o título da “Crítica” evocada como um dos “livros falantes” que no “Hospital das Letras” supostamente “fazem a interlocução”.

1.1.5.2 Traiano Boccalini (1556-1613)

Um dos nomes importantes da prosa italiana do século XVII, o crítico e satírico Boccalini não teve ocasião de testemunhar a ampla fama europeia de seus “Ragguagli di Parnaso”, (Informes, Notícias ou Avisos do Parnaso), duas “centúrias” de textos curtos publicados em Veneza em 1612-1613.¹¹⁸

No outono de 1613, depois de rápida enfermidade marcada por cólicas e febre, morreu aos 57 anos, na mesma Veneza em que se exilara meses antes. A morte repentina suscitou rumores de envenenamento ou de espancamento por agentes a serviço da Espanha. Com ou sem assassinato, a biografia dos últimos anos de Boccalini ilustra os riscos a que se expunha quem se atrevesse a criticar a longa sombra do poder espanhol na Itália.

O anti-espanholismo do escritor estava, por assim dizer, no sangue. Também sua família, natural de Carpi, fora obrigada a buscar outro endereço, quando os espanhóis desalojaram o príncipe Alberto Pio, seu protetor. Em Loreto, onde nasceu em 1556, seu pai detinha a posição de arquiteto da Santa Casa, pouco rentável, a julgar pelas queixas do escritor sobre o atraso com que iniciou a formação escolar. Ainda assim cursou leis em Perúgia, e parece ter continuado os estudos em Pádua, Roma e talvez Bolonha.

Além da inclinação pelos temas históricos e filosóficos, Boccalini logo mostrou capacidade de se relacionar nas altas esferas. Em Roma, o casamento em 1584 com uma parenta de Pio V, então falecido, abriu-lhe o acesso a um bom dote e a uma posição administrativa nos

¹¹⁸ Entre as fontes consultadas sobre vida e obra de Traiano Boccalini, estão o volume “Il Seicento” da Storia Letteraria d’Italia, coordenado por Antonio Belloni (Milano: Vallardi, 1929); O volume II (“Il Seicento e il Settecento”) de “La Letteratura italiana” de Benedetto Croce (Bari: Laterza, 1956); “Boccalini in Spain”, A Study of his Influence on Prose Fiction of the Seventeenth Century”, de Robert H. Williams (Menasha, Wisconsin: George Banta, 1946); o estudo de Beatriz Antón Martínez sobre a recepção do Tacitismo na Península Ibérica, já citado, de 1991; o verbete “Boccalini” da Enciclopedia Italiana di Scienze, Lettere ed Arti (Roma: Istituto della Enciclopedia Italiana, 1949). A edição 1949 da Enciclopedia Italiana é uma “ristampa integrale” dos 35 volumes publicados entre 1929 e 1936.

domínios da Igreja, sendo logo nomeado por Gregório XIII para governador de Benevento. Da experiência não teria guardado boas memórias, mas desilusão e frustrações, que o levaram a desabafar em escritos satíricos.

Por algum motivo, sua gestão gerou reclamações e protestos. Em 1590 se encontra em Gênova, em 91 em Nápoles. De volta a Roma, leciona História e Geografia (o historiador Guido Bentivoglio registra que assistiu a suas aulas) e ganha renome de erudito e discreto. As conexões e o favor em que se mantém Boccalini com os altos círculos da Igreja atravessam sete sucessões papais, traduzindo-se em nomeações para novos postos, tais como o de comissário, o de juiz, etc, nos quais porém não se demora.

Seus escritos anti-castelhanos circulam nessa época entre amigos e conhecidos e versam sobre aspectos políticos e morais, para ganharem logo outros temas e objetos, antigos e modernos, de diferentes nacionalidades, como assinala Williams. Ali por 1607 já se tem uma parte do conjunto de breves tratados que formariam os “Ragguagli di Parnaso”.

Admirador da independência dos venezianos face ao poder da Espanha, independência que reiteradamente invoca à guisa de modelo a ser seguido pelas demais províncias, Boccalini vê-se em situação difícil em Roma, ao se ampliar o conflito entre a Cúria Romana e a República de Veneza. Em 1612 decide-se a aceitar a hospitalidade com que lhe acenam de São Marcos, onde espera lançar-se numa guerra de palavras contra os males que afligem seus conterrâneos e contra o jugo estrangeiro.

Além das duas centenas de “ragguagli” reunidos em 1612 e 1613 em dois volumes de uma “centúria” cada, surge em 1615, póstuma e clandestinamente, a “Pietra del paragone político”, com 31 breves ensaios que formam (como assinala o verbete dedicado a Boccalini na “Enciclopedia Italiana”), “per così dire, una sezione riservata di ‘Ragguagli’, nella qual il B. denuncia, particolarmente ai principi italiani, l’insaziata cupidigia e le mene subdole [= manobras enganadoras] degli Spagnoli, ammantate [= revestidas] di zelo cattolico”.

Boccalini deixou ainda uma obra que sairia póstuma, os “Comentarii sopra Cornelio Tacito”, com anotações e comentários sobre sentenças taciteanas, que lhe servem de fundamento para emitir juízos sobre a política da época e conselhos aos príncipes da Itália. Os “Comentários” são impressos em 1678, como parte de “La bilancia politica de tutte le opere di Traiano Boccalini”, em três volumes que incluem cartas atribuídas a Boccalini, das quais a maioria considerada apócrifa, e circularam manuscritos bem antes dessa data.

Nas palavras do autor do verbete enciclopédico, tanto os “Ragguagli di Parnaso” como a “Pietra del paragone político”, sobre os quais repousa a fama do escritor, “Non sono opera d’arte, ma di varia dottrina e d’ingegno vivace, e costituiscono un documento importante del pensiero italiano del séc. XVII”.

Nos “Ragguagli”, que interessam imediatamente à pesquisa, tanto pela explícita menção aos “Regáglis” mediante os quais se pronuncia “Bocalino” no “Hospital das Letras” (a valer a ficção dos “livros falantes”), como pelo direto empréstimo que faz D. Francisco Manuel do seu argumento, adaptando-o, Apolo preside no Monte Parnaso a uma sociedade de homens excelentes, de “virtuosi” de todos os tempos e nações, convocando-os em parlamento para discutirem questões de vária ordem – num espectro temático que abrange da política, economia, religião e moral à literatura e às artes. Ouvidos os pareceres, a deidade pronuncia a decisão final (papel delegado no quarto apólogo dialogal a Lípsio). Bocalini figura nos “Ragguagli” como o “gazzetiere” oficial deste parlamento (ou “corte”) com funções judiciais, sob o título de “Menante”, vale dizer, em termos atuais, de “repórter”, aquele que leva (e traz) a notícia (das decisões do Parnaso).

Os “julgamentos” da fictícia corte do Parnaso resultam em amplo painel crítico da sociedade e da vida literária da época, operação análoga a que seria realizada, em âmbito mais restrito aos autores e livros e temas de poética, política e historiografia, no “Hospital das Letras”. No “ragguaglio” 76 da primeira centúria, por exemplo, são convocados à presença de Apolo todos os que na Europa do século XVI se propuseram a pensar maneiras de melhorar o mundo com sábias reformas.

Em outro dos episódios, os principais escritores residentes no Parnaso pedem a Apolo que seja recuperados na sua íntegra os livros perdidos de Tácito, somente para ouvir do “rei da sabedoria” que já bastavam os livros existentes para semear entre os príncipes “la veramente diabolica e infernale ragion di stato” e que “la moderna política, tutta farina del vostro tanto diletto Tacito, a guisa di contagioso morbo ha appestato il mondo”, indeferindo por isso o pedido.

O mesmo Tácito é nomeado para reger uma ilha, no ragguaglio 29, e da aplicação de suas lições políticas à prática concreta resulta, em pouco tempo, virtual guerra civil, consequência não da ignorância mas do excesso de saber. A crítica aos ensinamentos de Tácito volta no ragguaglio 86 da primeira centúria, no qual Justo Lípsio é julgado por venerar excessivamente o historiador

romano, cuja maneira de escrever a História, extremamente lacônica, e cujas sombrias premissas sobre a natureza humana merecem a censura de Apolo.

Mas Boccalini, que o estudou exaustivamente, enxerga no autor dos “Anais” todo um receituário a ser empregado pelos italianos para a resistência contra o poder de Espanha, tema reiterado nos seus “Comentarii” e, como ensina Antonio Belloni, tem em comum com o romano “un grande ideale: la repubblica aristocratica” – da qual forma de governo o exemplo a ser seguido é o de Veneza, que representa, nas palavras do “Menante”, “il decoro e la fermezza d’Italia”.

Boccalini foi um original em sua época: abriu seu próprio caminho, afastando-se das diretrizes da política histórica contra-reformista e, para Belloni, “la sentinela avanzata della nobile schiera di coloro che, audacemente insorgendo contro la tristizia de’ tempi, ravvivarono la tradizione delle italiche speranze e fecero balenar [relampaguear, faiscar] nella tenebra uno sprazzo di luce”.

Influência de Boccalini na Península Ibérica

A larga influência dos escritos boccalinianos na Península Ibérica, a despeito do anti-castelhanismo militante e veemente de seu autor, foi objeto de estudo de Robert H. Williams, professor de “Romance languages” na Universidade do Texas, já citado.

Segundo Williams, uma primeira tradução dos “Ragguagli”, realizada pelo português Fernando Pérez de Sousa, aparece em Madri em 1634, sob o título de “Discursos políticos, y avisos del Parnaso”.

Retirando de cada uma das “centúrias” cinquenta “avisos”, de maneira a formar um novo cento, Pérez de Sousa suprime as passagens que ofenderiam os brios castelhanos, como no aviso II, 90, no qual Colombo e outros exploradores do Novo Mundo são apresentados como candidatos à imortalidade no Parnaso. Ouvidos seus argumentos e as acusações existentes contra eles, Apolo nega-lhes o pedido “because of the evils which have resulted from their discoveries”.

Da tradução, para dar breve amostra, foram omitidas as mais duras acusações endereçadas ao Descobridor (“*E che questo che dico sia vero, co’ vostri latrocini non forzaste voi, messer Cristofano, i vostri re di Spagna a pagar tanti vostri benemeriti con farvi, incatenato, per ladro pubblico del tesoro reale, dalle vostre Indie condur in Spagna prigionero?*”) e também a Pizarro (“*per rubbar la copia grande dell’oro che scopriste avere il re del Peru Atabalipa, non gli faceste un tiro da onorato Cavaliere?*”)

Novas edições se sucedem em Huesca, 1640, e Madri, 1653, esta quase completa, pelo mesmo tradutor, e com a constante preocupação de atenuar as “licencias” contra as sensibilidades castelhanas sem excluir os aspectos mais “picantes” dos textos. Ao mesmo tempo, circulavam traduções manuscritas às vezes incluindo avisos antes omitidos.

No longo capítulo III de seu ensaio (70 páginas, de um total de 118), Williams faz o levantamento das marcas que a leitura de Boccacini produz em ampla lista de autores da época, excluindo, de passagem, a possibilidade de que Cervantes imitasse o italiano em seu “Viaje al Parnaso”. O modelo aí seria outro italiano, Cesare Caporali, autor do século XVI que escreveu um “Viaggio di Parnaso”.

Referências, citações, e a adaptação do mesmo esquema da corte do Parnaso como um lugar mítico em que se julgam feitos literários e políticos, estão presentes em obras assinadas ou atribuídas a Quevedo, Gracián, Antonio Enríquez Gómez, Luis Vélez de Guevara, Alonso Jerônimo de Salas Barbadillo e toda uma multidão de outros escritores ibéricos, entre os quais Williams não deixa de incluir D. Francisco Manuel de Melo.

São referidos do corpus meliano os “Apólogos Dialogais” e o discurso acadêmico “Idea crítica”, texto que fecha o volume das “Obras métricas” (Lyon, 1665), no qual Pietro Aretino sofre a acusação de ter dedicado um de seus trabalhos ao seu macaquinho de estimação. Boccacini tenta interceder em favor do réu no “tribunal da razão”, mas é silenciado por Lípsio. Segundo Williams, o episódio ecoa os “ragguagli” I, 27, 35 e 57.

Merece-lhe atenção, além da presença de Boccacini como interlocutor do “Hospital das Letras” (“*one of the most interesting and comprehensive literary criticisms to be found anywhere*”), o seguinte pronunciamento de Apolo na “Visita das Fontes”: “*Afirmo, que se por alguma cousa desejo de tornar a ser gente, é só para reformar as côrtes do Parnaso, castigando nelas as falsas relações de Trajano Bocalino, que tantos testemunhos me levantou em benefício dos seus italianos (...)*”.

Traços da influência de Boccacini nas letras portuguesas dos Seiscentos são identificados por Williams em “Os campos elysios”, de João Nunes Freyre (Lisboa, 1626), nas “Academias dos singulares de Lisboa dedicadas a Apolo” (Lisboa, 1665-68), na “Jornada que fez as cortes do Parnaso”, de Diogo de Sousa Camacho (século XVII) e, adentrando o XVIII, no “Serão político” de Frei Lucas Santa Catharina (Felix Castanheira Turacem), (Lisboa, 1704) e na “Vida do grande

D. Quijote e do gordo Sancho Pança”, de Antonio José da Silva (escrito nas primeiras décadas mas publicado em Lisboa, 1787, no “Theatro Cômico Português”).

Boccalini e Quevedo

Especial atenção é dada pelo professor da Universidade do Texas aos traços da leitura de Boccalini nos escritos de Francisco de Quevedo y Villegas, já por via indireta a partir de “Las cartas del caballero de la Tenaza”, que remontariam às cartas satíricas de Juan Cortés de Tolosa (Zaragoza, 1617), uma das quais contendo as queixas de uma dama a Apolo acerca do enxame de poetas amadores que lhe fazem a corte. Apolo responde-lhe que a queixa é mal dirigida por serem apenas os bons poetas os réus no Parnaso.

Também num breve discurso político atribuído a Quevedo, em cujo cabeçalho declara-se que “Siguesse en este discurso la metaphora de los auisos de el parnasso que escribió traxano Vocalini”, estariam as marcas da influência dos “Ragguagli”. Seria indicativo da autoria de Quevedo o fato de que foi publicado juntamente com uma réplica aos ataques quevedianos contra a República de Veneza.

Ao lado de outros itens de autoria igualmente atribuída, marcas explícitas são encontráveis nas obras autenticadas de Quevedo, como no “Lince de Itália u zahorí español” (talvez de 1629), que cita e glosa uma passagem da “Pietra del paragone politico”, mas especialmente, no que se refere às semelhanças de argumento e citações dos “Ragguagli”, em “La hora de todos y la Fortuna con seso” (composta em 1635-36 e publicada apenas em 1650), na qual, segundo o crítico E. Mérimée, “Il y a reuni une suite de petites scènes tout à fait ingenieuses, dans la manière de Boccalini”.

Igualmente reveladora da familiaridade de Quevedo com os “Ragguagli” é uma das cartas de sua correspondência privada, que menciona o aviso 29 da primeira centúria, em que Tácito é nomeado regente de uma ilha, com desastrosos resultados:

El Bochalino en un Ragguallo dize que viendo Apolo tan aduertido, i sentencioso a Cornelio Tácito le dió una isla que gouernase, y que el Tal Cornelio Tácito hizo en dos meses tan grandes disparates, i Locuras, que le quitaron el cargo con gran vitupério suio. Si al Maestro acontezió tan gran desaire, amenaza es para los discípulos, i el Bochalino a mi ver, se acordó del refran a ti te lo digo Tacito oielo tu fulano...

Adverte Williams que, se Quevedo esteve atento às obras de Boccalini, não se pode falar, de modo algum, de imitação servil:

When Quevedo borrowed the mould he filled it with original material. He was not a follower but a rival of Boccacini. It is a credit to Spain's great satirist that he could be sufficiently broad-minded to admire one with political ideas so opposed to his own. A kinship of spirit is reflected by the remarkable parallel in the careers of these two outstanding figures who occupy corresponding places in the literatures of their respective countries. Both were gifted alike, witty in conversation and studious by nature. Each in his earlier years dashed off satirical treatises which were circulated in manuscript for the entertainment of friends. Both were intensely patriotic and rose to high places in government only to fall into disfavor and retire disillusioned, finding solace for their last days in serious studies. It is no wonder that their names were associated in subsequent literature.

A associação dos nomes de Boccacini e Quevedo, o paralelo entre as duas carreiras de moralista, crítico, satírico, reforçado ainda pelo intenso apego às bandeiras de suas pátrias, apontados por Williams, o levam a supor que, vivesse Boccacini alguns anos mais, possivelmente polemizaria com Quevedo. Ora, essa polêmica virtual acontece literariamente nas páginas do “Hospital das Letras”, nas quais trava-se um constante confronto entre o “Bocacino” e o “Quevedo” melianos.

Como anota ainda o norte-americano, os pontos de analogia entre as carreiras políticas e literárias, bem como a semelhança entre as posições relativas que ocuparam nas respectivas literaturas nacionais, foram observados já na época, e não apenas no âmbito das letras românicas. Assim, entre as datas de 24 de janeiro e 18 de fevereiro de 1680, no periódico inglês “News from Parnassus”, numa imitação direta de Boccacini, Quevedo fazia o papel de “reporter” junto à corte de Apolo. Na literatura holandesa, uma adaptação combinada dos “Sueños” quevedianos e dos “Ragguagli” bocacilianos vem referida em estudo (1939) de Caroline Louise Thijssen-Schoute.

1.1.5.3 Francisco de Quevedo (1580-1645)

Uma das glórias literárias do Siglo de Oro espanhol, Francisco Gómez de Quevedo y Villegas nasceu em Madri aos 17 de setembro de 1580, em família com raízes em Santander e com posições na corte espanhola: o pai, Pedro Gómez de Quevedo, era secretário da princesa María, filha de Carlos V; a mãe, María Santibáñez, camareira da rainha.¹¹⁹

Educado pelos jesuítas, estudou línguas clássicas e modernas, teologia e leis na universidade de Alcalá. Talento precocemente revelado, aos 23 anos já se correspondia em latim com o erudito humanista Justo Lúpsio. Desde cedo dedicou-se à poesia e em 1605 aparecem composições suas nas “Flores de poetas ilustres españoles” de Pedro de Espinosa.

¹¹⁹ Sobre a vida e a obra de Francisco de Quevedo, entre as fontes consultadas destacam-se o capítulo “Don Francisco de Quevedo Villegas” de Luis Astrana Marin, do vol. III (Renacimiento y Barroco) da “Historia General de las Literaturas Hispánicas”, dirigida por Guillermo Días-Plaja (Barcelona: Barna, 1953); e o “Manuel de Historia de la Literatura Castellana” de Manuel de Montoliu, 6ª. ed., pp. 503-523 (Barcelona: Editorial Cervantes, 1957).

Em 1601 seguiu a corte a Valladolid, com ela regressando a Madri em 1606. Como ensina Manuel de Montoliu, “su trato con la gente cortesana le valió un gran conocimiento de la corrupción política y social de las altas esferas españolas de su tiempo e imprimió el primer impulso a su génio satírico”. Já nessa fase teria escrito os primeiros dos seus “Sueños” e a famosa “Historia de la vida del Buscón, llamado don Pablos, ejemplo de vagamundos y espejo de tacaños”, conhecido como “El gran tacaño”.

Por volta de 1609, trava amizade com Pedro Téllez Girón, duque de Osuna, a quem dedica traduções de Anacreonte e Focílides, e a quem passa a servir quando Osuna exerce o posto de vice-rei na Sicília. Corre a versão de que, para defender uma dama, Quevedo, também versado em armas, teria ferido mortalmente um sujeito com uma estocada, o que o obrigou a fugir de Madri para a proteção de Osuna. Depois de um ano regressa à Espanha e fixa residência nas suas propriedades na Torre de Juan Abad, próximo a Villanueva de los Infantes, escrevendo então a sátira “El mundo por de dentro” e as “Cartas del caballero de la Tenaza”, além de obras morais e ascéticas.

Volta para junto de Osuna em 1613 e realiza em favor do duque várias missões diplomáticas, algumas com risco de vida, como nos conflitos suscitados por Carlos Manuel de Sabóia em Nice, em 1613, e em Veneza, em 1617, quando participa de um complô para desestabilizar a república veneziana, escapando da cidade e do massacre dos conspiradores sob disfarce de mendigo e graças ao seu perfeito conhecimento do idioma.

Em 1615, Osuna o envia junto ao rei para apresentar as atas do Parlamento siciliano. Quevedo suborna todas as personagens necessárias para que Osuna seja nomeado em seguida vice-rei de Nápoles, posto em que o assiste em matérias de governo.

Noutra viagem a Madri em 17, para conciliar as dúvidas deixadas pela questão veneziana, recebe o hábito de cavalheiro da Ordem de Santiago. A despeito das pressões italianas pela destituição de Osuna, o duque de Lerma, valido de Felipe III, o mantém no posto.

Quando cai Lerma, em 1620, sendo substituído por seu filho o duque de Uceda, finalmente Osuna perde a posição em Nápoles, e Quevedo, acusado pelos subornos referidos, é preso e remetido à prisão domiciliar na Torre de Juan Abad. A morte do rei aos 31 de março de 1621 não resulta em relaxamento da reclusão de Quevedo, que perdura até 1623.

De volta à corte madrilenha, faz imprimir algumas de suas obras e granjeia fama e reconhecimento, mas também inimizades entre os poderosos que atinge com suas sátiras. O

conde-duque de Olivares, que exerce em nome de Felipe IV o poder efetivo, o protege, porém, e o nomeia, em 1632, secretário real. Casa-se por brevíssimo período com a viúva Esperanza de Aragón y la Cobra.

As relações com o Valido se deterioram à medida que se ampliam as críticas do escritor a personagens dos mais altos círculos, às quais atribui a perdição da Espanha. Segundo Montoliu, “La voz publica le señaló como autor de libelos satíricos en que se atacaba sin paliativos, como pernicioso y funesto, todo el sistema de gobierno y los principios en que se inspiraban su conducta los que a la sazón tenían en sus manos las riendas del país”. A gota d’água viria em 1639, quando Felipe IV, assentando-se para comer, encontra debaixo do guardanapo um “memorial” contendo críticas ao Valido.

O documento, anônimo, é imediatamente imputado a Quevedo que, a 7 de dezembro desse ano, achando-se no palácio de seu amigo e vizinho o duque de Medinaceli, é detido, interrogado e conduzido ao monastério de San Marcos de León. Ali o encerram num cárcere úmido, insalubre, por quatro anos. (O episódio vem referido longamente pela personagem de Quevedo no “Hospital das Letras”, 339).

Desassistido, subalimentado, doente, com chagas malignas pelo corpo, quase cego, o escritor endereça “enérgica y conmovedora carta”¹²⁰ ao conde-duque. Finalmente reabre-se o processo, Quevedo é posto em liberdade e retira-se para sua residência em Torre de Juan Abad. Aos 8 de setembro de 1645 vem a falecer no vilarejo vizinho de Villanueva de los Infantes, onde procurara socorro médico.

Sobre a obra em prosa de Francisco de Quevedo, o historiador das letras espanholas Manuel de Montoliu, diante do já clássico dilema de descrevê-la, na sua amplitude e variedade, adota a classificação proposta por Aureliano Fernández Guerra, “uno de los que más han estudiado las obras del gran escritor madrileño”, em seis rubricas: Obras ascéticas; políticas; estóicas; de crítica literária; festivas e satírico-morais; e em seção à parte a novela picaresca “La vida del Buscón”.

Os “Sueños”, citados como um dos livros que “fazem a interlocução” no “Hospital das Letras”, classificam-se entre as narrativas satírico-morais, e foram escritos em diferentes épocas da vida de Francisco de Quevedo, a partir de “El sueño de las calaveras” (1607), visão

¹²⁰ Montoliu, Manuel de. Op. cit., p. 506.

humorística do Juízo Final, e de “El alguacil alguacilado” (1607-1608), que inclui uma entrevista com o demônio.

Desta primeira fase, constam “Las zahurdas de Plutón” (1608), nova visita satírica ao inferno. Numa fase seguinte, aparecem “El mundo por de dentro” (1622), alegoria da Hipocrisia, e “La visita de los chistes o El sueño de la muerte” (1622), pelo qual desfilam estranhas figuras alegóricas diante do trono da Morte. De 1627 é “El Entrometido y la Dueña y el Soplón o Discurso de todos los diablos o Infierno Enmendado”, para Montoliu “la más genial de las visiones satírico-morales de Quevedo”.

Finalmente, em 1640, surge “La hora de todos y la fortuna con seso”, cujo argumento guarda analogias com a Corte de Apolo nos “Ragguagli di Parnaso”. Neste “sueño”, Júpiter convoca os deuses olímpicos e ante o tribunal assim formado faz comparecer e julgar a Fortuna, acusada de ser a causa dos males da humanidade. Uma nova repartição dos bens da Fortuna, com data marcada – 20 de junho de 1635 – resulta em desigualdades ainda maiores, convencendo-se a divindade de que os homens são incuráveis e mandando à Fortuna que volte a rodar como antes.

Sobre tal conjunto, comenta o estudioso espanhol:¹²¹

Estos “Sueños” de Quevedo no son, en realidad, otra cosa que una sátira mordaz contra la corrupción de aquella sociedad decadente de la España de los Felipes, que teniendo en sus manos el más vasto y el más rico Imperio que jamás haya visto el mundo, por gracia de un azar providencial y de un golpe de la suerte loca, dilapidó irreflexivamente el fabuloso tesoro que en sus manos dejó caer la Providencia y lo perdió tan rápidamente como lo había alcanzado. La España de los Felipes fue ciertamente el fundamento real del enorme pesimismo en que Quevedo fundó su visión de la humanidad.

Situando o escritor no quadro de declínio histórico da Espanha, assinala que:¹²²

El teólogo, el filósofo estoicocristiano, el político y el erudito humanista que había en Quevedo seguramente habrían prevalecido en su obra literaria sobre sus dotes de satírico, en caso de haber vivido en otra época de crecimiento y auge positivo de la civilización española. Pero vino en una época de franca decadencia social y política, y el espectáculo repulsivo de las bajas concupiscências y de la confusión caótica de un pueblo y de una civilización que corrían tragicamente al abismo, despertaron en él las geniales facultades satíricas de su espíritu observador y independiente; y su misantropía, alimentada día tras día por la corrupción ambiente, se desbordó en crueles carcajadas y le hizo ver la vida a través de los cristales del más negro y desconsolador pesimismo.

Sobre a falta de unidade da obra quevediana, dispersa por temas e gêneros, num amplo espectro de tonalidades que vão do místico ao obscuro, do filosófico ao picaresco, do lírico ao

¹²¹ Montoliu, Manuel de. Op. cit., p. 518.

¹²² Montoliu, Manuel de. Op. cit., p. 521.

panfletário, sem que tenha resultado em uma grande obra-prima, observa,¹²³ num balanço totalizador, que:

(...) en general su genio, de tan robusta vitalidad, se manifiesta en toda su obra vacilante, sin orientación fija, sin una ley que rij a y gobierne su enorme potencia inventiva, sin un ideal estético que reúna en un objetivo supremo los impulsos e inspiraciones de su múltiple y compleja personalidad. Con todo su gran gênio satírico, ese Proteo de la literatura española no logró una forma suprema, perfecta y definitiva (...).

E mais adiante:

Quevedo no tiene una gran obra perfecta, comprensiva de todos los aspectos de su tan rica personalidad. Sus obras más perfectas y acabadas hay que buscarlas en su producción poética, principalmente em algunos de sus “Sonetos”. No hay que olvidar que Quevedo es el príncipe de los poetas estoicos españoles. Teniendo (...) más genio que Gracián, no dió al mundo una obra inmortal como “El Criticón”. Quevedo produjo atropelladamente, sin la previa labor de gestación silenciosa necesaria para el nacimiento de la obra perfecta y definitiva. A despecho de su excepcional erudición, su obras humorísticas (excepción hecha de “La Vida del Buscón”, que es una pequena obra maestra de su gênero) no pasan de ser esbozos improvisados, ensayos geniales que hacían presentir una obra grande y perfecta que nunca vino. Creemos firmemente que en Quevedo tenemos un caso patente de un hombre superior a su obra así como lo fué, evidentemente, a su época.

¹²³ Montoliu, Manuel de. Op. cit., p. 522-523.

PRIMEIRA PARTE, SEGUNDA SEÇÃO RECONHECIMENTO E ANÁLISE

1.2 OS DADOS INTERNOS

Numeração das entradas, análise da estrutura e construção do Índice Analítico

Nas considerações metodológicas que integram a introdução ao presente trabalho, identificamos, como condição necessária à realização da pesquisa dos elos historiográficos do “Hospital das Letras”, objetivo da dissertação, a construção de um detalhado índice dos seus teores, de modo a localizar com precisão aqueles elos e a situá-los em seu contexto.

A partir dessa constatação, e da decisão de tentar alcançar o índice desejado, outras tarefas preliminares ao índice se apresentaram, desde a mais singela e elementar, como a numeração das “falas” dos interlocutores, passando pelo reconhecimento das nucleações temáticas, com suas tantas ramificações, até a identificação dos grandes blocos que formam a estrutura do quarto dos “Apólogos Dialogais”. O resultado desses esforços preliminares ao reconhecimento dos Elos Historiográficos constitui os Anexos I e II da dissertação.

O primeiro é o Exemplar Numerado, com a atribuição de um número de três algarismos a cada entrada ou pronunciamento dos interlocutores, de 001 a 992. A numeração das entradas tornou possível, além da localização exata dos pronunciamentos, a medida da extensão das unidades temáticas e trouxe alguns achados interessantes sobre o peso relativo de cada interlocutor.

O segundo é o Índice Analítico, documento ainda imperfeito, sujeito a ajustes e emendas, construído a partir da leitura atenta dos episódios temáticos, que exigiu esforços de rastreamento dos fios da longa conversa que os quatro interlocutores vão tecendo, e que torna, afinal, possível localizar, medir e relacionar entre si os teores do “Hospital das Letras”. O Índice Analítico incorpora as linhas divisórias encontradas durante a análise da estrutura, as quais, por diferirem um tanto da leitura tradicional, exigem demonstração.

Sem perder de vista o objeto último dos nossos estudos, os teores historiográficos presentes no diálogo meliano, reunidos, reconhecidos e às vezes interpretados na Segunda Parte, no formato de um Guia dos Elos, passamos a expor, da maneira mais breve possível, os meios e procedimentos adotados na construção do referido Índice e do caminho seguido até alcançá-lo.

1.2.1 Numeração e contagem das falas ou entradas

Para a numeração das entradas do “Hospital das Letras” utilizou-se o texto da edição crítica de 1970, elaborada por Jean Colomès, que toma como ponto-de-partida o da edição *princeps* de 1721, contendo a anotação das variantes dos vários manuscritos.¹²⁴ Das duas edições críticas disponíveis, sendo a segunda a do professor Pedro Serra de 1999,¹²⁵ é a edição Colomès aquela que apresenta maior facilidade de leitura, sem deixar de oferecer uma base autorizada para a pesquisa dos teores historiográficos.

O louvável esforço de reconstituição das formas arcaicas, presente na edição Serra, de evidente interesse para o estudo lingüístico do diálogo, torna possível o cotejo da versão modernizada de Colomès sempre que a particular grafia de uma palavra ou expressão possa ter conseqüências para a nossa pesquisa.

Além da numeração das entradas (ou falas ou pronunciamentos) dos interlocutores, que alcançam a cifra de 992 pronunciamentos, em seqüência simples e linear, atribuímos às entradas de cada interlocutor um segundo número, correspondente à quantidade de suas intervenções. Consultar o Exemplar Numerado (Anexo I).

Assim, por exemplo, a entrada 001 A 001 significa a primeira entrada do diálogo, e a primeira entrada do Autor no diálogo, donde se deduz que o diálogo tem início com uma primeira fala do Autor.

Outro exemplo, a entrada 457 B 131 traduz a centésima-trigésima-primeira fala de Bocalino, ao mesmo tempo que a entrada número 457 do diálogo. Desta informação se colhe, desde logo, que se fosse observado no diálogo um critério de exata proporcionalidade entre as intervenções dos interlocutores, Bocalino estaria a essa altura falando mais do que deve, isto é,

¹²⁴ Colomès, Jean. “Le dialogue ‘Hospital das Letras’ de D. Francisco Manuel de Melo. Texte établi d’après l’édition princeps et les manuscrits, variantes et notes.” Série histórica e literária III. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, Centro Cultural Português. 1970. O texto do “Hospital das Letras” estende-se das páginas 1 a 152, precedidas por 52 páginas de introdução numeradas em romanos, e sucedidas pelas pp. 153-377 com notas ao texto e bibliografia.

¹²⁵ “Apólogos Dialogais”, vols. I (Os Relógios Falantes, A Visita das Fontes) e II (O Escritório Aparento, O Hospital das Letras). Edição de Pedro Serra. Braga e Coimbra: Angelus Novus, 1998 e 1999.

em excesso da parte que então lhe caberia. Com efeito, é Bocalino quem mais fala no HDL – 269 vezes, contra 234 de Quevedo, o seu “contrário” dialético; pronunciando-se o Autor 250 vezes e Lípsio 239; dados até agora inéditos mas significativos para a compreensão das intenções e procedimentos do escritor.

Para maior fluência do texto e facilidade de leitura da dissertação, particularmente do Guia dos Elos Historiográficos que forma a sua Segunda Parte, apenas o número da entrada será empregado nas citações, reservando-se o uso do alfa-número completo quando isso importar à argumentação e ainda como recurso a ser empregado em outros estudos.

1.2.1.1 Uma solução de Colomès

Desde logo, declara-se adesão à solução proposta por Jean Colomès para um problema presente na edição *princeps*, repetido neste ponto pelas edições sucessivas até a do erudito francês. Autorizado pelos manuscritos (L., Cad. e Co.), Colomès incorpora à fala de Lípsio (em 112) a entrada seguinte daquela edição, atribuída a Bocalino por evidente gralha tipográfica. Também Pedro Serra, na edição crítica de 1999, segue a nova orientação. Como o resultado da emenda significa diminuir de uma unidade o total de entradas do HDL, aquela solução interessa diretamente ao esforço de numeração das falas.

1.2.1.2 O Autor fala duas vezes seguidas

Face ao problema até agora insolúvel ou irresoluto da correta seqüência dos interlocutores na passagem que vai de 727 a 732, na qual o Autor comparece em duas entradas consecutivas (728 e 729), problema que se mantém nas edições críticas de Colomès e de Pedro Serra, propõe-se adiante (Segunda Parte, Elos Avulsos, “módulo” relativo a Tácito) uma solução que, se implica em alterações que modificam o número total de falas do Autor (para menos) e de Lípsio (para mais), não altera o total de entradas.

1.2.1.3 Quantificações: as medidas e os pesos

Ainda que a visão adiante proposta, de uma estrutura composta por cinco partes ou Estantes, tenha fundamentos – encontrados, é justo admitir, “a posteriori” – na reflexão sobre a historicidade do próprio diálogo e de seu autor, as operações bastante elementares de comparação quantitativa entre as Estantes, permitida pela contagem das entradas, e o panorama que essa quantificação oferece do conjunto servem para corroborar aquela visão.

Acima se disse que a numeração das entradas, nos termos já descritos, torna possível, mediante a contagem das falas, a aferição do peso relativo de cada um dos interlocutores no conjunto e partes do diálogo.

Com efeito, aprofundando o que se disse, a frequência maior de pronunciamentos de Bocalino (269 entradas para um total de 992, ou 27,11 por cento do total de entradas) corresponde ao papel que lhe atribui o autor, de operador da negação, do reparo, dos senões mais agressivos, vale dizer, do contraditor que incendeia o debate, presente a todos os seus momentos e fazendo com que avance. O criticismo radical da personagem, ecoando o do Bocalini histórico, traduz a radicalidade da crítica pretendida por DFM no HDL, em que sequer os amigos e homenageados são poupados das tiradas adversativas.

Por outro lado, a simples contagem permite identificar em Quevedo o interlocutor mais lacônico, vale dizer, com menor quantidade de entradas (234 entradas, ou 24,09 por cento do total de 992). Se dele se vale D. Francisco para tratar desde dentro, de uma posição privilegiada, de todas as questões que dizem respeito não apenas à poesia, à teoria política e à historiografia castelhanas, como, especialmente, ao meio literário e ao espaço político de Madri, apoiando-se ademais nas alegações da amizade que teriam entretido, várias são as passagens nas quais falta, contudo, a Quevedo um papel de maior protagonismo, reduzindo-se, nestas, à função de mero pontuador da conversação.

1.2.1.4 Exemplar Numerado em separata

Para facilitar a conferência das passagens citadas no correr da dissertação, particularmente no Guia dos Elos Historiográficos, optamos por apresentar o Exemplar Numerado em separata, como Anexo I do trabalho, o mesmo valendo para o Índice Analítico, Anexo II.

1.2.2 Análise da estrutura: conceitos e operações

1.2.2.1 A divisão por Estantes

Na tentativa de identificar as grandes seções que compõem a estrutura do HDL, utilizamos, para a denominação das mesmas seções, que pensamos sejam cinco, o termo “Estante” (com maiúscula), acolhendo sugestão do próprio texto:

Autor. Bem está tudo isso, mas nós mal, se a este passo havemos (de) examinar toda esta livreria. Sendo assim que, só para **a estante dos poetas portugueses**, que agora nos ficam à mão, necessitamos de muitos dias de conferências. (458)

Registrar a nitidez com que, na passagem, vem assinalada a intenção de introduzir um novo departamento de livros à análise dos interlocutores. Por óbvio que pareça, tal informação anda ausente nos escritos dos comentadores, simplesmente porque a autonomia de uma seção inteiramente dedicada aos poetas de Portugal não tem sido reconhecida. Essa linha de fratura, a demarcar a transição entre seções, será importante para a leitura que abaixo se propõe, da estrutura do diálogo.

Como veremos, as demais Estantes são introduzidas ou acessadas mediante o anúncio de uma nova categoria de autores, para os Políticos, e do autor (Tito Lívio) considerado como representativo dos Historiadores, no caso destes. A transição menos abrupta é a que dá acesso justamente à região nuclear do diálogo, a Terceira Estante, que contém o Julgamento do Autor (e de seus escritos).

1.2.2.2 A historiografia no horizonte da composição

A propósito da intenção de demarcar as regiões do texto, dela faz prova a passagem relativa à inconfiabilidade genérica dos historiadores, declarada a propósito dos venezianos Galeazzo Gualdo Priorato e Majolino Bisaccioni, e inserida em meio à Estante dos Políticos (770): *“Lípsio. Ainda não é tempo de tosquiar os historiadores, pois por agora só entendemos com esta praga dos políticos.”*

Prova a mais de que DFM operava com certo planejamento na composição do HDL, e desde cedo tinha em vista elaborar uma seção dedicada à historiografia, que viria a ser a última, ocorre já na visitação à obra poética de Diego Hurtado de Mendoza.

Quevedo. Longe nos fica já o Mendonça.

Bocalino. Fique-se para poeta entanguido, fazendo trovas à Maria Castanha, que, quando o topamos historiador, na ‘Guerra de Granada’, lhe faremos mais cortesia.

Lípsio. Como mais cortesia? Venera-lo-emos como a Caio Crispo Salústio, Veleio Patérculo e o antigo Tucídides. (251-253)

1.2.2.3 Os “trunfos” e os “trunfos”

Recurso empregado pelo autor para fracionar o diálogo, ou seja, para anunciar ou constatar grupamentos de autores e temas, é a noção de “trunfo” ou de “trunfo”. Ambas as formas estão presentes na edição *princeps* de 1721, e podem ser interpretadas, alternativamente, como uma expressão do jogo de cartas, no sentido de “mão” de cartas do mesmo naipe (acepção

preferida por Colomès, que uniformiza como “trunfo” as variantes), ou no sentido de “triunfo” como unidade coreográfica ou grupo de figurantes em desfile alegórico – também plausível, se tomarmos o termo na acepção literal, tendo em vista que os autores e livros “desfilam” diante da “câmara crítica” formada pelos interlocutores, em grupos ou isoladamente, no correr do diálogo. Aparentemente, DFM joga com as duas acepções em pelo menos uma das passagens.

Ocorrem nos seguintes lugares:

1. Logo após a tertúlia poética na casa do príncipe de Esquilache: “*Autor. Parece que saiu o trunfo de engenhos nobres!*” (405) Na edição *princeps*, “triunfo”.

2. A propósito de considerações sobre os amigos forçados, vale dizer, “uns certos homens que se vos fazem tanto do coração que não há lançá-los dele”, segundo Lípsio (427), que em seguida esclarece serem, esses “amigos forçados”, “uns meus amigos que, contra meu gosto, querem ser mais meus amigos do que eu quero”: “*Bocalino. Outra melhor observação vos esquece, pois saiu o trunfo de amizades.*” (430). Novamente, “triunfo”, na edição *princeps*.

3. Abrangendo passagem que remonta (desde 555) à consulta de Antonio Gomes de Oliveira, autor de “Idílios Marítimos”, além de “um poema heróico, português, de El-Rei D. João o I” e da “história, em prosa, da Ilha Terceira”: “*Autor. Parece que saiu o trunfo de autores aquáticos. É a “Insulana” de Manuel Tomás (...).*” (570).

4. E, finalmente, já na “Estante” de autores e livros de Política: “*Autor. Pois o trunfo saiu de França, que não é muito, andando os franceses tão triunfantes, vós haveis de ter paciência para ver e rever o “Mercúrio Francês” que, com os seus vinte e seis tomos, vos tem tomado a saída.*” (749)

Sobre essas ocorrências de um recurso que anuncia (à entrada) ou senão constata (à saída) aspectos em comum ou qualidades compartilhadas entre os autores e livros, importa anotá-las como indícios do processo de composição do HDL, pelo que revelam da consciência de uma estrutura em construção por parte do autor.

1.2.2.4 Módulos (MDs) e sub-módulos (SMs)

no reconhecimento dos núcleos temáticos

Juntamente com o conceito de “Estante”, aplicável na identificação das grandes seções ou blocos do diálogo, empregamos o de “Módulo” para identificar as concentrações ou nucleações temáticas no interior das Estantes, geralmente traduzidas por episódios centrados em cada autor ou grupo de autores e livros.

Um recurso adicional de fracionamento, o “Sub-módulo”, será utilizado para dar conta dos frequentes excursos ou digressões que, no contexto de um Módulo, à guisa de comento do caso imediato, ou tomando-o como pretexto, realizam os interlocutores.

O índice analítico do “Hospital das Letras”, que se pretende construir, será composto, portanto, em graus descendentes do geral para o particular, de Estantes, Módulos e Sub-módulos (SM). Os módulos e sub-módulos serão referidos em minúsculas ou pelas siglas respectivas.

1.2.3 Análise da estrutura: as cinco Estantes

Nesta seção, tenta-se demonstrar que o “Hospital das Letras” foi composto em cinco grandes partes ou Estantes, em contraste com a leitura tradicional, que nele vê três seções apenas.¹²⁶ Propõe-se, além disso, que a estrutura que emerge da análise das transições evidentes ou camufladas no texto apresenta **relativa simetria**, sendo construída em torno do Julgamento do Autor. Na leitura proposta, duas Estantes de Poesia precedem este episódio e duas outras Estantes seguem-no, a saber, aquelas dedicadas à visitação dos livros e autores de Política e de História.

1.2.3.1 As três seções da tradição

A olho nu, em leitura corrida, o quarto dos apólogos dialogais de D. Francisco Manuel de Melo, estendendo-se por 992 entradas ou falas ou pronunciamentos, parece ser composto de três grandes partes (Diagrama 1, gráfico superior), a saber:

1. uma longa seção de Poesia que, precedida pelas falas introdutórias do diálogo, tem início à entrada 019, quando se ouvem “as lástimas e queixas que ali está dando um doente” (Camões), e se prolonga até a entrada 705 – quando Bocalino, que em 703 propõe que a junta clínica passe “de outra banda”, e deixe para trás o exame dos poetas, acaba secundado nessa proposta por Lípsio e Quevedo (705);

2. uma seção que versa sobre os autores e livros de Política, compreendendo o trecho entre as entradas 706, quando Lipsio intima-os a comparecerem (“Venham agora cá desses

¹²⁶ A leitura tradicional vem bem representada na introdução do prof. Pedro Serra ao vol. II da mais recente edição crítica dos “Apólogos Dialogais”. Em meio à sua interessante hipótese de que o texto é organizado por um “gesto implícito de auto-legitimação”, encontra-se a aceitação pacífica das “três partes”: “Na verdade, é extremamente significativo *que a primeira parte da conversa*, aquela que genericamente é designada como dizendo respeito aos ‘poetas’, tenha como corolário a enumeração da obra completa publicada e ainda manuscrita de D. Francisco. O gesto, como é óbvio, tem muito de auto-canonização. E, neste sentido, também *na segunda e terceira partes do diálogo* encontramos algo de semelhante” (itálicos nossos). Apólogos Dialogais, vol. II, p. XLII. Braga e Coimbra: Angelus Novus, 1999.

políticos”) e 892, com a velada sugestão do Autor, de que se risquem inteiramente, à guisa de emenda, os escritos políticos de Antonio Henriques Gomes; e, finalmente,

3. uma seção dedicada à crítica/clínica dos autores e livros de História, da entrada 893, quando os interlocutores se deparam com “o gravíssimo historiador Tito Lívio patavino”, à entrada 981, quando são nomeados alguns historiadores medievais.

A terceira seção se encerra (982) com a chegada de “mais de dois mil jurisconsultos, amarelos como cera”, os quais, tidos como dissimulados, maus, e convencidos de que podem “vender saúde e disposição boa pelas praças, e que os mais, em sua comparação, são sandeus contagiosos”, são implicitamente dispensados do exame da junta. Conclui-se o epílogo em cauda (ou Coda) com as considerações de Lípsio sobre a diferença entre “faculdade”, conceito adequado ao saber jurídico, e “ciência”, “cujo nome só cabe onde há certeza e evidência”.

A divisão acima exposta do “Hospital das Letras” em três partes tem sido aceita implícita ou explicitamente pelos comentadores, como é o caso mais recente do filólogo Pedro Serra, responsável pela edição crítica de 1999 dos “Apólogos Dialogais”(Lisboa, Angelus Novus), os quais faz preceder, à guisa de introdução, de uma abrangente análise retórica que representa o estado-da-arte nos estudos dos apólogos melianos.

1.2.3.2 Unidade ilusória da seção de Poesia

Uma outra divisão parece-nos mais adequada e sobretudo plausível de um ponto-de-vista simultaneamente estrutural, crítico e histórico; **divisão que supõe a problematização da ilusória unidade apresentada pela primeira parte**, acima descrita (entre 019 e 705).

Note-se que esta problematização não precisa alcançar diretamente as partes segunda (Política) e terceira (Historiografia) do diálogo, delimitadas com nitidez pelo autor, o que não significa que não se possa, claro, buscar aspectos historiográficos na Estante de Política e vice-versa (sendo aliás o caso para o notável “Teorema de Melo-Tácito”, que adiante se identifica e se analisa). Por outro lado, a re-divisão e a renovada visão da estrutura que dela se segue modificam, sem dúvida, a posição relativa das partes que tradicionalmente ocupam as posições segunda e terceira, ao convertê-las numa das alas de uma configuração dotada de alguma simetria.

1.2.3.3 O Julgamento do Autor como Terceira Estante

Antes de oferecer as possíveis razões dessa nova divisão, que localiza três novas Estantes onde parece haver uma única, vejamos as passagens responsáveis pela ilusão de unidade

mediante a qual o Julgamento do Autor se lê como um mero episódio (ainda que extenso) da primeira parte.

Ao final deste julgamento, justamente em meio à transição para os Políticos, pronuncia-se (em 703) o satírico dos “Ragguagli di Parnaso”:

Bocalino. Diga o Autor o que quiser, ou digam dele o que quiserem. O que eu agora dizia era que nos passássemos de outra banda, porque, **se só com os poetas o havemos**, acabará primeiro os seus mil anos o sancarrão de Mafoma, que nós de curar gente tão incurável. (703)

Notar que o autor incluiu-se na grande seção de poesia, ou seja, quis fazer crer que o exame de suas obras – das quais apenas uma fração dedicada às musas – compõe o exame dos poetas.

Ora, nas falas situadas à véspera do ingresso no “Julgamento do Autor”, encontramos dois outros indícios de mudança temática, o primeiro por Quevedo (614), já realizando o avizinhamento às obras melianas, (“Eu na minha ‘Culta Latiniparla’ e o Autor na sua ‘Carta de Guia’ não parece que nos amassamos bem com mulheres doutoras, autoras e compositoras (...)”), e o segundo anunciador de uma transição, mas em sentido contrário, de fechamento da Estante de Poesia. Pronuncia-se aqui o erudito belga (619):

Lípsio. **Esta visita dos poetas vai sendo grande em demasia**, e não sei se nos será mal contado gastar tanto tempo com os vulgares. (619)

Em seguida (620-625), cogitam os interlocutores, por sugestão do Autor, da visitação dos que poetaram em latim, caso de Diogo de Paiva, autor de “Chauleidos”, brevemente analisado e diagnosticado como sofrendo não apenas de melancolia como de um mal de “contextura”. Lípsio acena para um futuro exame de “gregos e latinos”, em 625, mas já em 626 Quevedo anuncia o início do Julgamento do Autor, no qual entramos imperceptivelmente, e pela via ainda da poesia.

Quevedo. Ora, que dous livros enlutados de fitas são aqueles que ali se queixam doloridos? Não o dirá o Autor, que nos guia, mas eu direi por ele: são as “Rimas do Melodino” e o “Panteon” da mesma mão, guisado de outra maneira. (626)

A transição, como se vê, é feita com o mínimo alarde, por pequenos degraus, e sem anúncio explícito. A interface da obra meliana oferecida a exame, para discrição e sutileza ainda

maior dessa transição, é a de suas obras poéticas, como se tivesse continuidade, “Julgamento do Autor” adentro, a Estante de Poesia.

Note-se ademais como, apresentadas as “Musas” e o “Panteon”, DFM produz um novo “amaciamento” da transição, com breves digressões – de Lípsio (sobre a invenção, “nobre parte do talento das pessoas”), e de Quevedo (sobre as três espécies honradas de mentira, “anos, fazenda e caça”). E ainda com um discreto gesto de anunciação que justifica o “Julgamento do Autor”, por Bocalino: “será bom que venham aqui logo à baila todas as obras e livros que tem escrito, por que não ocupemos com um enfermo muitas visitas, conforme o costume dos médicos destes tempos”).

Já então ingressamos no coração de sua tratadística, mediante o exame, primeiro, brevemente, da “Política Militar en Avisos de Generales” (638-639) e, em seguida, longamente, da “Guerra de Catalunha”, objeto das entradas 640 a 652.

Da obra meliana, submetem-se à visitaçãõ da junta de interlocutores, além dessas, pela ordem, o “Eco Político”; “El Mayor Pequeno”, uma biografia de Francisco de Assis; os dois volumes do “Fênix de África”, sobre Santo Agostinho; novamente as “Musas” e o “Panteon”; a “Carta de Guia de Casados”; as suas colaborações esparsas em obras coletivas, caso da “História de Varões Ilustres”; concluindo-se a seçãõ com a extensa enumeraçãõ do conjunto de seus escritos impressos (dados como sendo até ali apenas nove) e inéditos, num total de 62 trabalhos.

Nossa proposta, em suma, com base nessa demonstraçãõ de sua autonomia estrutural, é a de que o episódio do julgamento dos escritos de DFM seja considerado como Estante à parte, e, com base nos argumentos que traremos em seguida, mais que isso, como a Estante central do “Hospital das Letras”.

1.2.3.4 Contra-prova estrutural

Caberia talvez, em contra-prova, argumentar no sentido oposto.

Ao recusar-se a tese da autonomia do Julgamento do Autor, reintegrando-o na suposta unidade que acabamos de considerar ilusória, teremos de volta a noçãõ de que se trata apenas de um vasto episódio, maior que todos os demais, algo como uma célula anômala e monstruosa no interior do tecido poético da primeira parte.

Também seria preciso explicar, na linha da argumentaçãõ contrária, a interposiçãõ do episódio “Chauleidos” (que ensaia uma visitaçãõ afinal não realizada à poesia vertida em latim) entre o poeta português D. Francisco Manuel (ou “Melodino”) e os demais poetas portugueses da

seção anterior, explicação que se nos afigura como impossível por contrariar o princípio de continuidade extensiva de cada Estante ou Enfermaria.

Além das razões digamos estruturais, inscritas na arquitetura do texto, acima expostas, tentaremos trazer adiante novos argumentos em suporte dessa leitura.

Por ora, solicitamos renovada atenção para a **cuidadosa construção dos limites anterior e posterior** dessa Estante que em nosso mapeamento será a terceira, e central, de um conjunto de cinco Estantes. (Ver Diagrama 2).

Com efeito, note-se mais uma vez que a interface oferecida à seção anterior do diálogo, a de livros e autores de Poesia, são justamente os livros de poesia de DFM; e que a interface voltada para a seção posterior, de livros e autores de Política, consiste no massivo rol do conjunto de suas obras, um vasto espectro de escritos que inclui os de história, ciência militar, hagiografia, teatro, epistolografia, genealogia, diplomacia, documentação política, etc.

1.2.3.5 Uma ou duas Estantes de Poesia?

Destacado ou desligado, desse modo, da primeira parte, reservada à poesia, o episódio do exame da obra meliana (626 a 705), resta o problema da identificação dos limites internos da própria seção de Poesia, assim diminuída – e agora reduzida ao trecho ainda longo que vai das entradas 019 a 625.

Ora, como já se disse, uma clara mudança de orientação ocorre quando o Autor anuncia (458) o iminente ingresso da junta clínica na “estante dos poetas portugueses, que agora nos ficam à mão” e, com efeito, dessa altura em diante, até os umbrais (625) do “Julgamento do Autor”, serão somente portugueses os autores e livros de poesia examinados (com ligeiras incursões a outras temáticas, como a da suposta permissividade dos prelos franceses). Vale rever o pronunciamento:

Autor. Bem está tudo isso, mas nós mal, se a este passo havemos (de) examinar toda esta livraria. Sendo assim que, só para **a estante dos poetas portugueses, que agora nos ficam à mão**, necessitamos de muitos dias de conferências. (458)

A aceitar-se como uma nova parte ou Estante do diálogo esta que o próprio autor propõe (perdoada a obviedade, necessária porque tal aceitação simplesmente não tem ocorrido na fortuna crítica do “Hospital das Letras”), tem-se que duas seriam – é a nossa convicção – as Estantes de teor poético, assinalada a segunda que acabamos de considerar como exclusiva dos autores lusos e dedicada a primeira – e aqui surge novo problema – aos autores ibéricos.

O novo problema surge com a constatação de que, nesta primeira Estante assim reconhecida, vários poetas portugueses são analisados juntamente com os principais nomes da poesia de Castela. A questão a ser respondida é a seguinte: - Qual razão moveria o autor, primeiro, a tratar portugueses e castelhanos como um só grupo e, em seguida, a reservar àqueles uma estante em separado?

Com efeito, de um número total de 52 autores examinados na Estante dos Poetas Ibéricos (como passaremos a chamá-la), nove são portugueses: Camões, Sá de Miranda, Antonio Ferreira, Miguel da Silveira, Manuel de Faria e Sousa, Francisco Rolim, Antonio de Mendonça, Francisco da Costa e França, e Antonio Lopes da Veiga, com a exclusão do também português Jorge de Montemayor, autor da celebrada “Diana”, novela pastoril em versos escrita em espanhol.

Aparentemente, nenhuma razão de ordem intrinsecamente literária se depreende da inclusão desses autores entre os castelhanos. Não terá sido seguramente o bilingüismo. Ao contrário, uma vez que da lista de lusitanos na Primeira Estante consta um acérrimo defensor do uso exclusivo da língua portuguesa em poesia, como foi Antonio Ferreira, no século XVI. Nem terá sido a coetaneidade, uma vez que nela figuram tanto autores do XVI como contemporâneos de Melo, a exemplo de Manuel de Faria e Sousa.

Poderíamos tentar responder à pergunta (acima formulada) pelo seu segundo termo: por que reservar uma segunda Estante ao tratamento exclusivo dos portugueses depois de tê-los reunido em um só grupo com os castelhanos? Uma resposta de ordem meramente prática seria: - Porque o número dos portugueses ainda não citados na primeira Estante mas merecedores de análise ou menção, cerca de 40, bem dava para formar uma “estante” exclusivamente lusitana.

Ora, ainda assim teríamos que responder a uma interrogação adicional: - Qual motivo teria levado DFM a considerar como aceitável e, mais que isso, perfeitamente normal a convivência na Primeira Estante de alguns dos mais reputados poetas de sua pátria com os poetas do Renascimento e do Barroco espanhóis?

Pensamos que a resposta, agora, deve ser de ordem histórico-biográfica: - Estamos em presença de um escritor formado no período da União Ibérica, ao mesmo tempo um português de berço, escola e (a partir de 1641) por escolha política, e um autor que hauriu convicções literárias, políticas e historiográficas no Siglo de Oro de Castela, para em seguida viver as circunstâncias da Restauração.

Por óbvio ou por forçado que possa parecer o paralelo, é inegável que a seqüência de Estantes que considera, primeiro, a condição ibérica e, em seguida, a condição portuguesa, reproduz analogicamente os dois períodos da história de Portugal vividos pelo autor.

Na análise retórico-dialógica (sobre a retórica do diálogo) com que introduz sua edição do HDL, o filólogo Pedro Serra, cogitando da possibilidade de que “estamos diante de um teatro íntimo em que as *dramatis personae* escondem mal uma mesma face” e de que, “a ser assim, por detrás de uma superfície em modo de ilusão dialógica temos um monólogo”, indica que “uma das vertentes que uma leitura deste tipo permite explorar, é a do gesto implícito de auto-legitimação que organiza o texto”, para propor, afinal, “que se leia o quarto apólogo como uma *compositio loci* da memória do autor, ou, por outra, uma autobiobibliografia”.¹²⁷

Deveras, sem que seja preciso subscrever toda essa hipótese, a coexistência de portugueses e castelhanos na Primeira Estante e a reserva de uma Segunda Estante para os conterrâneos parece confirmar ambos os fenômenos propostos no plano estritamente retórico e literário pelo editor de 1999. Na experiência e na reflexão literárias de DFM (sua “autobiobibliografia”), castelhanos e portugueses não existiriam em separado, mas seriam separáveis na medida em que essa separação servisse para afirmar o valor português (e o seu próprio contestado patriotismo).

Assim, o paralelo ou o simples contraste das figuras das letras de Portugal ao lado de um Góngora, um Lope, um Villamediana e um Quevedo atuariam nesse sentido, como se o autor estivesse afirmando que Sá de Miranda bem vale um Garcilaso, ou que Antonio Ferreira bem vale um Ercilla. O balanço que faz Bocalino (084) das glórias de Camões não deixa dúvidas sobre tal assertividade.

Bocalino. Em suma: qual a enfermidade de Luís de Camões, da fome em fora?

Autor. É...

Bocalino. Ora não passeis adiante, porque não é justo. Valha-me Deus! Porque não sofre, pois é honrado! Tão pouco lhe parece ser **o maior poeta de Espanha entre os heróicos**, o mais venerado, o mais aplaudido, **aquele que despojou da sua primazia a língua castelhana**, que se pôs barba a barba com o nosso insigne Tasso, ombro por ombro com o mantuano Virgílio, rés por rés com o grego Homero? (...)

1.2.3.6 Visão de conjunto da estrutura

Retomando as conclusões alcançadas até agora acerca da estrutura do HDL, temos uma construção formada pelos seguintes segmentos:

¹²⁷ Pedro Serra, Introdução, vol. II, Apólogos Dialogais, ed. citada., pp. XLII-XLIII.

| | |
|-----------------------------------------------|---------------|
| Abertura do diálogo:..... | de 001 a 018. |
| Primeira Estante (dos Poetas Ibéricos):..... | de 019 a 457. |
| Segunda Estante (dos Poetas Portugueses):.... | de 458 a 625. |
| Terceira Estante (do Julgamento do Autor):... | de 626 a 705 |
| Quarta Estante (dos Políticos):..... | de 706 a 892. |
| Quinta Estante (dos Historiadores):..... | de 893 a 981. |
| Coda final:..... | de 982 a 992. |

Como se observa no diagrama correspondente a essa construção (Diagrama 1, gráfico inferior), estamos em presença de uma estrutura simétrica, em que as duas Estantes de Poesia, de um lado, e do outro lado as de Política e de Historiografia, formam alas em torno da Terceira Estante, relativa ao exame das obras e das posições literárias de D. Francisco Manuel.

Simetria um tanto distorcida, é verdade, com a ala das estantes poéticas somando um total de 608 entradas (439 + 169), e aquela formada pelas estantes política e histórica (ou historiográfica) um total de 276 entradas (188 + 88). Mas, ainda assim, simetria.

Sem que seja necessário procurar no ideário estético do Barroco o lugar das simetrias e do sistema de proporções a elas associado, encontramos no próprio texto do “Hospital das Letras” um pronunciamento que diz nitidamente do apreço de nosso autor por essa configuração. Trata-se do juízo das obras do doutor Miguel da Silveira (329):

Quevedo. Em mais partes que na alteza do estilo consiste a felicidade de um poema; e, **nesta proporcionada simetria de perfeições**, não há dúvida que o doutor Silveira pecou também em Adão, como os mais filhos de Eva. (329)

Buscando a razão entre as duas somas referidas (608/276), encontramos o quociente 2,27. Vale dizer que a proporção (ou desproporção) entre as alas maior e menor se expressa em termos equivalentes a pouco mais do que o dobro, de um lado (compreendendo as Estantes dos Poetas Ibéricos e a Estante dos Poetas Portugueses) e, do outro lado (Estantes dos Políticos e Estante dos Historiadores) pouco menos que a metade (0,45).

Contempladas as aferições linearmente, temos uma estrutura expressa pelos números seguintes (em quantidade de entradas):

18 (Introdução) + 439 (Estante dos Poetas Ibéricos) + 169 (Estante dos Poetas Portugueses) + 080 (Julgamento do Autor) + 188 (Estante dos Estadistas) + 088 (Estante dos Historiadores) + 10 (Coda).

Ainda em percentagens do número total de entradas, tem-se:

Introdução:1,81 por cento.
 Estante dos Poetas Ibéricos:44,25 por cento.
 Estante dos Poetas Portugueses:.....17,03 por cento.
 Julgamento do Autor:..... 8,06 por cento.
 Estante dos Políticos:18,95 por cento.
 Estante dos Historiadores:.....8,87 por cento.
 Coda: 1,00 por cento:.....1,00 por cento

Note-se ainda, como informação interessante ao conhecimento do peso relativo das partes, que a proporção entre as Estantes primeira e segunda (na razão de 2,59) não foge muito à proporção entre as Estantes quarta e quinta (na razão de 2,13).

1.2.3.7 A análise da estrutura e o Índice Analítico

O Índice Analítico proposto (Anexo II, em separata) incorpora os achados da análise da estrutura e o esforço de reconhecimento das nucleações temáticas mediante módulos e submódulos. Nele vêm registradas as componentes estruturais do diálogo (Introdução, Estantes e Coda), as unidades temáticas no interior das Estantes (MDs e SMs), o encadeamento das partes e as transições de tema e objeto. Merecem particular atenção e registro as passagens e segmentos que dizem com a produção e a prática historiográfica, os lugares sociais, as concepções e condições de escrita do Autor e de terceiros – o que significa incluir anotações sobre praxes retóricas e aspectos do emprego da linguagem; circunstâncias, atitudes, inclinações e valores pessoais; e ainda sobre o quadro histórico (União Ibérica, Restauração, guerras do período), os acontecimentos e as personalidades. Contemplam-se igualmente as passagens que, dirigidas a objetos não-historiográficos, permitem fazer ilações válidas em alguma medida ao estudo.

1.2.4 Centralidade do Julgamento do Autor

(Reflexões sobre a estrutura do HDL)

Uma vez reconhecida a posição central que ocupa o episódio do exame das obras do Autor na estrutura do “Hospital das Letras”, ganha nova perspectiva a compreensão do diálogo em seus próprios termos e no conjunto da obra (e também da biografia) de D. Francisco Manuel.

1.2.4.1 Espaço crítico e contextualização

Como vimos na seção anterior (Situação, Dados externos, 1.1.2), DFM instaura no HDL um espaço crítico, inventando-o por assim dizer no vazio ou no virtual deserto crítico com que se depara no Portugal dos seus dias (e aqui importa observar, por óbvio que parece, que nenhum outro dos interlocutores senão o próprio Autor representa as letras portuguesas ao longo da visita à biblioteca lisboeta em que se passa a conversação).

Vimos também (na mesma seção) como opera com o contexto do diálogo para situar, às vezes simplesmente nomeando-o, um dado autor ou livro, e aqui o próprio contexto lhe serve – pela simples seqüenciação e contigüidade – para atribuir ou graduar o valor da obra ou autor citado. De modo que, em contraste com praticamente todas as afirmações que sobre a estrutura do “Hospital das Letras” se encontram na sua fortuna crítica, o valor analítico do contexto importa ao extremo.

Ora, reconhecida a importância da contextualização no HDL, é possível afirmar que a mesma centralidade do Julgamento do Autor **qualifica** a construção do diálogo como traduzindo um desejo determinante: o de explicar, num grande contexto e nas suas minúcias, o sentido dos seus escritos; o de demarcar – por assim dizer estruturalmente – sua posição pessoal, como autor (na Estante Central) e como leitor (nas demais Estantes), no quadro das preocupações literárias do tempo; o de inscrever o seu itinerário pessoal no contexto daquela literatura (compreendendo também a de Espanha) e, de passagem, o de defender-se e legitimar-se (o que supõe, inescritas, uma série de restrições que possivelmente lhe faziam).

A tese sustentada acerca do HDL por Pedro Serra como “gesto implícito de auto-legitimação que organiza o texto” teria assim um rebatimento estrutural que, entretanto, falta à sua análise. Pensamos, contudo, que DFM visa aqui a muito mais.

1.2.4.2 As vizinhanças significativas

Quando situa-se entre os poetas, de um lado, e os políticos e os historiadores, do outro lado (oferecendo interfaces a ambas as alas mencionadas na análise estrutural acima proposta), visa DFM também a uma definição da própria obra como de natureza simultaneamente poética,

política e historiográfica, para não mencionar outras dimensões como a mística, a moralista, a diplomática, a lingüística, a especulativa, a cômica, a trágica. Uma definição feita por meios estruturais, ou seja, mediante a construção de suas vizinhanças e de sua posição entre elas.

Poeta face aos poetas, político e historiador face aos políticos e historiadores, ibérico face aos espanhóis e bom português face aos portugueses, o quarto apólogo produz, mediante uma contextualização de rara precisão e complexidade, a sua exata posição pessoal, literária, política, historiográfica.

Importa notar que, no “Hospital das Letras”, embora registre mudanças de perspectiva e lições aprendidas de um ponto-de-vista pessoal, ele não renega nada de sua vida e escritos. Ao contrário, afirma constantemente a própria coerência em meio às ambigüidades inscritas na ordem histórica das coisas. Como fará ademais, à guisa de testemunho, em três das “Epanáforas de Vária História Portuguesa” (1660), e de modo especial na primeira delas (“Alterações de Évora”).

A coerência em águas turvas parece ela própria turva e incoerente. Situado pelas circunstâncias de sua vida adulta como o estranho, o estrangeiro, aquele que os vários lados consideram como pertencente ao outro lado (português entre os castelhanos, castelhanista entre os portugueses, e tendo vivido talvez também o contraste de ter sido um nobre entre soldados, um soldado entre os nobres, historiador entre os poetas, poeta entre os políticos, etc), ao mesmo tempo que exhibe no HDL facetas que oferecem identidades e identificação com os muitos lados põe-se a si próprio em posição singular: - no espaço central de um levantamento literário exaustivo.

Com efeito, a solidão que lhe confere a posição central é exatamente a mesma da margem absoluta. A mesma, curiosamente, de um *discreto* do Siglo de Oro desterrado na Bahia escravista e açucareira.

1.2.4.3 Um autor como os demais autores

Importa notar como a cuidadosa camuflagem de que se cerca a posição central do Julgamento do Autor tem também a função de evitar uma leitura que, de outra forma, encontraria nessa construção uma arrogância descabida, uma auto-valorização extrema, quando se leva em conta que o exame de suas obras está posto no espaço crítico compartilhado por Camões, Góngora, Lope, Quevedo e outros vultos de reconhecida grandeza, ocupando, de resto, em termos de extensão, muito maior espaço que estes.

A modéstia com que envolve e perpassa essa posição solar, central, contruída como que casualmente, ao correr de uma simples conversação literária, valendo-se das possibilidades de contradição inscritas no gênero dialógico, leva-o a submeter-se, como todos os mais autores, à cerrada barreira crítica dos seus companheiros de diálogo.

Assim, na abertura do Julgamento do Autor (635 a 637), logo após as transições já apontadas:

Bocalino. Deixemos o que pouco importa, e ouçamos ou averigüemos o que publicamente se diz destes livros.

Quevedo. Que se diz?

Bocalino. Publicamente se afirma que o Autor que nos acompanha é seu autor, e de outros, sendo o pior que há na matéria. Mas, para sair destas dúvidas, será bom que venham aqui logo à baila todas as obras e livros que tem escrito, por que não ocupemos com um enfermo muitas visitas, conforme o costume dos médicos destes tempos.

Autor. Aí estão e prouvera a Deus que fossem menos, **dera eu assim menos trabalho aos amigos na melhora e aos inimigos menos gosto na censura.** (636-637)

Ou, então, depois do extenso rol de seus escritos publicados e inéditos (695 e 696):

Quevedo. Valha-me Deus! Já não há quem possa com tanto! Tudo isto tendes feito?!

Autor. Em verdade, que me não demasio e **ainda mal, por que, gastando tantas horas em escrever, não gastasse uma só em me arrepender de ter escrito tanto.** (695-696)

Ou, no juízo abrangente de Lipsio (702): “*Lipsio. Logo bem podereis dizer, por vós e vossa fortuna, aquilo do poeta: que a cópia vos empobreceu.*”

1.2.4.4 O leal súdito e servidor

Ainda sobre a estrutura formada por Estantes e a centralidade do ‘Julgamento do Autor’, observe-se que DFM não erige para si próprio um pedestal, ao colocar-se no centro do diálogo. Antes, cerca-se de serviços prestados à maior glória das letras de seu país.

Tais serviços, para enumerá-los, incluem a própria instauração do espaço crítico que forma, afinal, o diálogo, e a visão que nele oferece dos mais importantes fenômenos literários do tempo; a implícita bibliografia (e história literária digamos privada) que nele desenvolve para as literaturas ibéricas (a primeira de que se tem notícia em língua portuguesa e sobre as letras de Portugal); e ainda o manual prático de arte poética, política e historiográfica que forma uma de suas dimensões e que pensamos visa ao esclarecimento de futuros poetas, estadistas e historiadores, mediante o exame, no caso concreto, dos princípios então vigentes ou disponíveis em poesia, política e historiografia

1.2.4.5 Um escritor para escritores

Diga-se de passagem que somente neste último sentido pode-se considerar o quarto apólogo como “trabalho didático”, mas, com o respeito devido, incide em equívoco o velho mestre da crítica portuguesa da primeira metade do século XX, Fidelino de Figueiredo,¹²⁸ e com ele o filólogo Pedro Serra¹²⁹ quando enxergam, como destinatários do “Hospital das Letras”, um público (segundo afirma Serra, apoiado apenas na praxe retórica dos diálogos) “semiletrado”.

Quando, por exemplo, Lípsio, na Estante de Política, declara (867) que “O mundo já hoje não recebe algum benefício por um livro mais que nele haja, nem perda de que o não haja”, a quem se dirige DFM senão a escritores, no caso os autores encaminhados ao aconselhamento do Príncipe?

Com efeito, as frases seguintes, na mesma entrada, afirmam exatamente isso:

É necessário que advirtam **os que hoje escrevem livros e, com mais especialidade, os que compõem para os reis**, se lhes oferecem matérias graves, que nenhum merece alguma aceitação ou reverência, por lhe dizer a um príncipe que castigue, que dê prêmio, que ame a clemência, a liberalidade, a fortaleza, que seja igual, humano, prudente, forte, sábio, inteiro, calado, advertido, diligente, horrível aos maus, agradável aos bons, pai da pátria e dos vassallos, amor e medo, que, com mais ou menos palavras, menos ou mais lugares das letras humanas, tais falsos, tais verdadeiros, vêm a montar todos os livros da política do mundo. **Aquele que se não atreve a lançar o malhão mais alto nestas matérias**, de meu conselho dê as bolas por trocadas e por ganhado o jogo da doutrina aos que lhe ganharam a mão em vir diante, porque o al é sandice ou prolixidade de vinte e quatro quilates.

Treinar poetas, estadistas, historiadores, eis portanto uma das intencionalidades subjacentes ao diálogo. Ao erigir ou construir uma estrutura para servir de contexto ao próprio julgamento, também nesses termos está o autor prestando um serviço à glória não apenas presente (com a bibliografia e a história), mas também futura (mediante a exercitação dos talentos potenciais) das letras portuguesas.

1.2.4.6 O HDL como reconstrução do lugar social e carta de reabilitação política

E aí já entramos em tema que guarda incidência com uma outra discussão, esboçada na seção anterior, a do caráter singular do “Hospital” entre os apólogos melianos.

¹²⁸ Citado por José Pereira Tavares, Prefácio ao vol. II dos “Apólogos Dialogais”, ed. Sá da Costa, 1959, p. XVIII: “Fidelino de Figueiredo afirma que ‘dos quatro ‘Apólogos’, o mais lento de movimento até a monotonia será o último, ‘Hospital das Letras’, trabalho didático a que a forma artística, sem aligeirar-lhe a índole, prejudicou a gravidade e boa ordenação das matérias’”. A passagem de Fidelino consta da “História da Literatura Clássica – Continuação da 2ª. época; época 3ª”, pp. 135 (2ª. edição)

¹²⁹ Pedro Serra, Introdução, vol. II, “Apólogos Dialogais”, p. XXXVI, ed. citada. O prof. Serra declara taxativamente: “Os ‘Apólogos’ não se dirigem aos profissionais das Letras”.

Podemos lê-lo então à luz da tese que nele constata um gesto de auto-legitimação, nos termos de Pedro Serra, ou no sentido da reintegração do autor na sociedade e no sistema de poder portugueses (como seria possível dizer igualmente das “Epanáforas”).

Nos termos dessa leitura, o HDL discreparia dos demais “Apólogos Dialogais” também por ser, além de tudo que já vimos, além de um ato literário de auto-explicação, um documento orientado no sentido de sua re-aceitação social e, digamos, no sentido de sua reabilitação política no Portugal restaurado.

Lembrar a propósito da ‘recepção’ de DFM na sociedade portuguesa, após o longo período de prisão e o desterro, a licença de Antonio de Sousa de Macedo à edição de 1660 daquelas relações históricas, espécie de testemunho lavrado em cartório da aceitação final de D. Francisco Manuel de Melo pela sociedade portuguesa, representada por esse importante nome do estamento governativo português:

Para aprovação destas Relações, parece que bastava serem escritas por D. Francisco Manuel. Com tudo eu as li por gosto, & digo o que achei nellas, porque V. Mag. Mo manda. Achei Verdade, Clareza, Juízo; que são as leys essenciais da historia. Verdade, no material que se relata, & no sincero da tenção. Clareza, na facilidade da narrativa, & na propriedade das palavras. Juízo, na disposição dos sucessos, & na avaliação das acções. Unindo, como naturalmente, em harmonia histórica, & oratória, o estilo demonstrativo, o deliberativo & o judicial. E assi me parecem muyto dignas de se comunicarem a todos pela Impressão: porque de sua leitura resultará o que desejava Polibio lib. 3. que do conhecimento do universal, se tirem noticias para os casos particulares, & da perícia dos particulares, se faça sciencia para os universais. Lisboa 7. de Abril de 1660. Antonio de Sousa de Macedo.

O fato de tê-lo deixado inédito, juntamente com os três outros “apólogos dialogais”, a despeito da expressa estima em que o tinha, como declara no próprio “Hospital das Letras” (694), deve ser pesado contra o fato de que faleceu deixando a meio caminho o projeto de publicação de suas obras completas. Ainda assim, pode-se conjecturar sobre os motivos que teve para não levá-lo rapidamente ao prelo.

As corrosivas verdades inscritas nos demais apólogos sugerem facilmente, quanto a aqueles, uma atitude de cautela.

Quanto ao HDL, pode ser que nem mesmo a atenção endereçada aos mais importantes nomes da intelectualidade portuguesa de seu tempo, nem mesmo a maliciosa benignidade com que envolve as críticas nele contidas, fossem suficientes para que se sentisse seguro com a publicação.

Afinal, por mais sutil que tenha sido nas avaliações do “Hospital das Letras”, a todo instante reaparece a irrefreável ironia que é bem a marca deste exercício “clínico”:

Quevedo. Vejo aqui enxeridos com os estadistas os dous condes que hoje nos quebram a cabeça.
Bocalino. Dous, não mais? (761-762)

SEGUNDA PARTE

GUIA DOS ELOS HISTORIOGRÁFICOS DO “HOSPITAL DAS LETRAS” Tentativa de reconhecimento, análise e interpretação

Quevedo. Direi o que vi do comento do Faria que, sobre ser eruditíssimo, afetou excessivamente a prova de algumas opiniões improváveis que o fizeram resvalar a perigoso, como de muitos varões doutos e pios foi julgado.

Hospital das Letras, 041

Preliminar

Nos termos da leitura do “Hospital das Letras” proposta na análise estrutural, seção II da Primeira Parte (1.2.3), tem-se uma organização em cinco Estantes, das quais a Terceira, o “Julgamento do Autor”, formaria o núcleo de uma estrutura aproximadamente simétrica.

A proposta, aventada com a necessária cautela e modéstia, contraria a tradição, que vê apenas três partes no diálogo: a dos Poetas, a dos Políticos e dos Historiadores. Com a nova leitura, esta última região dedicada ao exame dos autores e livros de História passa à posição de Quinta Estante. Para ela, como é natural, deve convergir nossa atenção, na elaboração de um roteiro ou guia dos Elos Historiográficos do HDL.

Anotar, porém, que o Julgamento do Autor, voltado ao exame de sua produção literária, inclui pelo menos duas passagens importantes para o estudo historiográfico, uma das quais abrange a discussão da “Guerra de Catalunha”, principal obra de historiador até ali realizada por D. Francisco Manuel de Melo¹³⁰.

¹³⁰ Concluído o “Hospital das Letras” em 1657, as “Epanáforas de Vária História Portuguesa” viriam a lume somente em 1660. As cinco “relações” que as compõem são apenas mencionadas no diálogo, e por seus títulos provisórios, no extenso rol que o Autor recita do conjunto de suas obras, à entrada 694.

Note-se ainda que outras passagens ou elos de teor historiográfico situam-se em meio às discussões literárias da Primeira e da Segunda Estantes, e no curso dos debates sobre autores e obras de política na Quarta Estante.

O que significa dizer, em suma, que os Elos Historiográficos estão concentrados na Quinta Estante, mas também se encontram, de maneira avulsa, nas outras quatro; e recebem neste caso a denominação de elos historiográficos avulsos ou simplesmente Elos Avulsos.

A propósito destas expressões, recordemos os termos convencionados na Primeira Parte (ou Capítulo Primeiro) da dissertação.

Os Elos nas entradas, módulos e submódulos

Entradas são as falas ou pronunciamentos individuais dos interlocutores Lípsio, Bocalino, Quevedo e Autor. O diálogo é composto por 992 entradas, numeradas de 001 a 992, conforme o Exemplar Numerado que forma o Anexo I, adiante¹³¹.

Módulos (MDs) são as unidades temáticas encontradas na leitura atenta do diálogo, e eventualmente fracionam-se em sub-módulos (SMs), conforme o Índice Analítico que forma o Anexo II.

As unidades temáticas (módulos ou sub-módulos) de teor historiográfico registradas no Índice Analítico são ditas Elos Historiográficos. Quando se acham fora da grande concentração dessas passagens na Quinta Estante, chamam-se Elos Historiográficos Avulsos ou apenas Elos Avulsos.

Entradas e módulos servem para localizar e também para medir a extensão dos Elos. Por exemplo, o MD58 (ou módulo 58), elo avulso relativo aos “Dois condes que hoje nos quebram a cabeça”, vale dizer, os historiadores venezianos Galeazzo Gualdo Priorato e Majolino Bisaccioni, localiza-se às entradas 761-770, na Estante dos Estadistas, estendendo-se como se vê por dez entradas. Outro exemplo, agora de sub-módulo, é o “Intervalo dos historiadores”, primeiro dos Elos Avulsos, situado às entradas 246-253, na Estante dos Poetas Ibéricos, o qual insere-se como SM do MD13, que abrange as entradas 242-263.

No “Hospital das Letras” encontramos módulos adensados em poucas entradas, caso, por exemplo, do episódio das “Glórias do engenho português” (MD78), de apenas uma entrada (947); e módulos gigantescos, como a visitação crítica de Camões, primeiro dos módulos do diálogo,

¹³¹ Para facilitar a consulta e o manuseio, o Anexo I (Exemplar Numerado) e o Anexo II (Índice Analítico) acompanham a dissertação como separatas.

entradas 019-084, contendo inúmeros excursos e digressões, a formarem unidades temáticas menores, vale dizer, sub-módulos. Por outro lado, entradas longas, a exemplo de 651, quando o Autor descreve em detalhes os dilemas que enfrentou na escrita da “Guerra de Catalunha”, podem admitir ou solicitar o fracionamento em vários SMs.

As passagens compostas em itálico e, excepcionalmente, em negrito, em meio à citação de alguma passagem do “Hospital das Letras” ou de outros textos transcritos, o são para efeito de ênfase, com os negritos para ênfase maior. Em outras palavras, os itálicos e negritos são nossos, salvo anotação em sentido contrário.

As referências a D. Francisco Manuel de Melo na condição de personalidade histórica se fazem em minúsculas (“autor”), para diferenciá-las das menções à personagem do diálogo (“Autor”), com inicial maiúscula.

Ao longo desta Segunda Parte da dissertação, apoiamo-nos constantemente nas extensas notas – ou “Notes”, em francês – que acompanham a edição crítica elaborada por Jean Colomès, o pesquisador a quem tanto devem os estudiosos da multidão de autores e obras citados no “Hospital das Letras”, em seu “Le dialogue ‘Hospital das Letras’ de D. Francisco Manuel de Melo”, publicação do Centro Cultural Português e da Fundação Calouste Gulbenkian (Paris, 1970).

As anotações bibliográficas que remetem às notas de Colomès se fazem, por economia, mediante a simples declaração de seu nome, número da nota e página daquele volume. Por outro lado, as eventuais citações de sua tese de doutoramento, “La critique et la satire de D. Francisco Manuel de Melo” (Bordeaux, Biscaye Frères, 1970) serão feitas à maneira convencional.

Os Elos, pela ordem

Nesta Segunda Parte da dissertação, em duas seções, percorremos, um a um, à maneira de Guia ou Roteiro, os Elos Historiográficos do diálogo, com a intenção de reconhecer, isto é, de constatar, informar e sempre que possível, com base nos anotadores e na pesquisa pessoal, esclarecer significados e pontos obscuros, e eventualmente analisar e interpretar os seus teores – entendendo-se por historiografia, vale reiterá-lo, tanto a ciência, a arte e a técnica da escrita da História (com suas condições subjetivas e objetivas), como a produção resultante.

Reservada a próxima subseção ao reconhecimento dos Elos Historiográficos concentrados na Quinta Estante, examinam-se de imediato, na ordem em que ocorrem, os Elos Historiográficos Avulsos.

SEGUNDA PARTE, PRIMEIRA SEÇÃO
ELOS HISTORIOGRÁFICOS AVULSOS

O leitor que percorre as páginas do “Hospital das Letras” depara-se com seis Elos Avulsos, antes de encontrar a densa concentração de passagens historiográficas da Quinta Estante.

MD13, SM Intervalo dos historiadores (246-253)

Em meio à longa Primeira Estante (019-457), dedicada ao exame dos poetas ibéricos, irrompe no diálogo o tema historiográfico.

Trata-se do ‘Intervalo dos Historiadores’, sub-módulo (SM) que se desenvolve a propósito de Diogo de Mendonça (Diego Hurtado de Mendoza) e de seu livro das “Rimas”. O contexto é o módulo 13, em que se analisam, na condição de poetas, Mendoza, Ercilla e o português Antonio Ferreira (242-263).

O enamoramento tardio do humanista andaluz vem repreendido pouco antes (243) por Quevedo (“*Que diz agora esse velho sengo de D. Diogo? Não se envergonha de que, sendo o mais entendido homem do seu tempo, feito por esta causa embaixador de Veneza e Roma, de seu amo Carlos V, foi, no cabo de sua velhice, a namorar-se de modo que deu consigo e com os negócios ao través? Então, grande sabedor sou eu!*”).

Em transição, comenta o Autor que os “conceitos e requebros” atribuídos ao velho estilo da galantaria, representado pelas ‘Rimas’, deixaram de ser a moda poética na corte castelhana, “depois que entrou a argentaria nestes versos pomposos, que agora se costumam”. Bocalino o adverte sobre o risco da ilação excessiva (“*Tende mão, que já cuida que dizeis dele mais do que ele diz de si*”). Segue-se o “intervalo” mencionado, como digressão a propósito de Mendoza:

Lípsio. Esse Mendonça foi sábio, como em sua vida o pinta outro não menos sabedor.

Autor. Quem?

Lípsio. D. João da Silva, que cá foi vosso Conde de Portalegre, espelho dos cortesãos daquela idade, e um dos melhores discípulos da grande escola de Filipe II.

Bocalino. Já sei quem dizeis, porque meu amigo Hierônimo Franqui Conestagio me contava, em Itália, que a sua ‘História da União de Portugal a Castela’, dele Conestagio só tinha o nome, mas o espírito e arte do Conde D. João.

Autor. Essa praga já foi daqueles tempos, mas o Franqui mostrou em outras obras que, por si mesmo, tinha engenho e maldade bastante para escrever essa história e as mais de que lhe faz censura Luís Cabrera de Córdoba em a de D. Filipe.

Quevedo. Longe nos fica já o Mendonça.

Bocalino. Fique-se para poeta entanguido, fazendo trovas à Maria Castanha, que, quando o toparmos historiador, na “Guerra de Granada”, lhe faremos mais cortesia.

Lípsio. Como mais cortesia? Venerá-lo-emos como a Caio Crispo Salústio, Veleio Patérculo e o antigo Tucídides. (246-254)

Além de Mendoza, historiador admirado por DFM na “Guerra de Granada”, são citados D. Juan de Silva ou João da Silva, conde de Portalegre, o historiador Hierônimo Franqui Conestágio (ou Conestaggio, no italiano), e o tratadista do gênero histórico (“De historia, para entenderla y escribirla”, Madri, 1611) Luis Cabrera de Córdoba, também autor de uma “Historia de Felipe II” (Madri, 1619).

Discute-se a questão da verdadeira autoria da “História da União de Portugal a Castela” (original italiano de 1585, tradução castelhana de 1610), de Conestaggio, mas atribuída à época ao conde. A questão repercutiu no “*Criticón*” de Gracián¹³².

Anotar que o Autor (250) toma posição pela autoria de Conestaggio, reunindo “engenho e maldade”, esta no provável sentido de “malícia”, como condições positivas para a escrita da história (“*o Franqui mostrou em outras obras que, por si mesmo, tinha engenho e maldade bastante para escrever essa história e as mais de que lhe faz censura Luis Cabrera de Córdoba em a de D. Filipe*”).

Anotar ainda a declaração de Bocalino na despedida de Mendoza (“*quando o toparmos historiador, na ‘Guerra de Granada’, lhe faremos mais cortesia*”), com a réplica de Lípsio (“*Como, mais cortesia? Venera-lo-emos como a Caio Crispo Salústio, Veleio Patérculo e o antigo Tucídides*”), que indicam – num precioso aporte ao estudo da composição estrutural do HDL – a intenção do autor de reservar mais à frente uma seção à historiografia: (“quando o toparmos historiador ... venerá-lo-emos”).

Segundo Jean Colomès,¹³³ D. Juan de Silva (1528-1601) escreveu uma introdução para a primeira edição da “Guerra de Granada” de Hurtado de Mendoza, edição promovida por Luis Tribaldos de Toledo e publicada em Lisboa em 1627. Deve ser aos possíveis teores biográficos presentes nessa introdução que se refere Lípsio em 246 (“*Esse Mendonça foi sábio, como em sua*

¹³² Colomès, nota 167, p. 210, registra que a obra de Conestaggio, “*Dell’unione del regno di Portogallo alla corona di Castiglia*”, apareceu em Gênova (Gênes) em 1585, sendo traduzida a diversos idiomas, incluindo o castelhano, (em 1610, por Luis de Bavía). Sua autoria foi atribuída por muitos autores a D. Juan de Silva. Na segunda parte do “*Criticón*” (1653), Baltasar Gracián acolhe essa atribuição: “*La [plumas] que parecían de unas aves eran de otras, como la que pasó plaza del Conestagio, en la ‘Unión de Portugal a Castilla’, que, bien mirada, se halló no ser suya, sino del conde de Portalegre*” (edição Romera Navarro, tomo II, pp. 146-147).

¹³³ Colomès, nota 166, p. 209.

vida o pinta outro não menos sabedor”). Personalidade vinculada à corte e à política, Silva consta como poeta de um “Cancionero” organizado por Manuel de Faria e Sousa, e mereceu elogios de Justo Lúpsio na correspondência deste com Antonio de Covarrubias.

O historiador romano Salústio, posto ao lado de Tucídides e do secundário Patérculo como referência de qualidade historiográfica, digno de “veneração”, voltará a ser citado outras duas vezes, como superior a Tito Lívio (896) e para avaliar o valor da experiência em historiografia (931).

“Poeta entanguido” significa “poeta contraído” ou “acanhado”.

MD38 O ninho das águias (563-568)

Uma segunda passagem densa em referências historiográficas aparece na estante dos poetas portugueses (458-625). Ver no Índice Analítico o módulo 38. A partir de menção (563) a uma história da ilha de São Miguel (dos Açores) de Gonçalo Vaz Coutinho, o Autor tece loas ao clã dos Sousa Coutinho (“a discrição, graça e erudições parece que têm solar nesta casa”).

O excursão genealógico (e epideíctico) está centrado no elogio do embaixador Francisco de Sousa Coutinho (“uma águia não pode deixar de ser filha de outra águia”) e de seus irmãos Manuel e Lopo de Sousa Coutinho, bem como do sobrinho Manuel Pereira Coutinho (“filho também da águia”, isto é, de Lopo).

Manuel de Sousa Coutinho é referido pelo nome que adotou na religião, frei Luis de Sousa, e como “ilustre cronista não só da família dominicana (donde recebeu o hábito, homem já de boa idade), mas de El-Rei D. João o III, cuja grave história compôs, suprimindo os defeitos e descuidos de Francisco de Andrade”.

Segundo Colomès¹³⁴, Andrade foi conservador dos arquivos da Torre do Tombo, cronista-mor do Reino e escreveu uma “Crônica de D. João III”, publicada em Lisboa, 1613, e dedicada a Felipe III de Espanha.

Do embaixador Francisco de Sousa Coutinho é citado “seu famoso livro, antes perfeito que acabado, das memórias históricas e políticas dos anos das suas embaixadas, que são quase dezoito, com os intermitentes”.

O trecho é precedido por passagens de interesse para a historiografia portuguesa. No contexto do módulo imediatamente anterior (MD 37, 555-562), relativo a Antonio Gomes de

¹³⁴ Colomès, nota 311, p. 260.

Oliveira, autor dos “Ídlios Marítimos” (poema), outro Gonçalo Coutinho é referido (558) como “grande entre os vossos sujeitos” – é Quevedo quem se dirige ao Autor – “em prosa e verso, sábio ministro e destro capitão (como não se fale do livro que compôs da sua jornada e governo de África, que estas são outras mil e quinhentas)”.

Do próprio Gomes de Oliveira lembra o Autor (562) que “Deixou quase no fim um poema heróico, português, de El-Rei D. João o I, e a história, em prosa, da Ilha Terceira”. Segue-se então o “ninho das águias”:

Quevedo. Uma vi eu da ilha de São Miguel, escrita por Gonçalo Vaz Coutinho, seu governador, que me pareceu bem principiada, se a causa fora maior.

Autor. Como disse Virgílio, que da água não nascia a pomba, direi eu agora que uma águia não pode deixar de ser filha de outra águia; porque o alto engenho do nosso discreto e prudentíssimo embaixador Francisco de Sousa Coutinho, filho desse Gonçalo Vaz que dizeis autor desse pequeno livro, não pede senão um pai grandíssimo, quanto mais que a discrição, graça e erudições parece que têm solar nesta casa; porque irmão foi seu Manuel de Sousa Coutinho no século e Frei Luís de Sousa na religião, ilustre cronista não só da família dominicana (donde recebeu o hábito, homem já de boa idade), mas de El-Rei D. João o III, cuja grave história compôs, suprimindo os defeitos e descuidos de Francisco de Andrade. Por esta posse continuou o bom logro de seus estudos e experiências o embaixador Francisco de Sousa, tanto em vários poemas (que furtou e publicou à curiosidade) como no seu famoso livro, antes perfeito que acabado, das memórias históricas e políticas dos anos das suas embaixadas, que são quase dezoito, com os intermitentes. Não degenera o sobrinho, Manuel Pereira Coutinho, em quem foram iguais as graças e as desgraças, porque, sobre ser ele um livro vivo e inexausto de cortesias, tem composto outros galantemente escritos, várias novelas e invectivas que bem correspondem ao crédito de seu autor, filho também da águia, como se vê nos agudos versos que deixou escrito Lopo de Sousa Coutinho, seu pai, filho, como o embaixador, desse autor da história insulana que referistes.

Bocalino. Certo, vós não podereis negar a afeição que tendes a essa prosápia.

Autor. Nunca temi ser importuno nos agradecimentos, porque, como é fruta que o mundo vê tão de tarde em tarde, jamais enfastia.

Quevedo. Pois todos esses não devem ser curados?

Autor. Digo que o sejam, que lá lhes virá seu dia. (563-568)

Como se observou anteriormente, o autor leva “os agradecimentos” aos Sousa Coutinho ao ponto de poupá-los do exame dos interlocutores, o que não obsta que, por voz própria ou pela de Quevedo, tempere seus elogios com reparos de ordem técnica, seja na apreciação (563) da história da ilha de São Miguel (“que me pareceu bem principiada, se a causa fora maior” – reparo que atinge o próprio patriarca do clã, Gonçalo), seja na anotação pontual de que Luis de Sousa escreveu sobre D. João III uma “grave história”, seja ainda na anotação dos “defeitos e descuidos” da crônica de Andrade sobre o mesmo rei.

MD46 A “Guerra de Catalunha” (640-652)

De extrema importância, por seu objeto, para o conhecimento da historiografia de D. Francisco Manuel de Melo e de seu lugar social, o extenso módulo 46, que se estende das entradas 640 a 652, já adentrada a Terceira Estante (626-705), versa sobre a “Historia de los movimientos, separación y guerra de Cataluña”, ou, na abreviação empregada por Melo, a “Guerra de Catalunha”. Vem claramente no formato de uma defesa das posições melianas, forma o cerne do Julgamento do Autor, e contém veemente reivindicação de coerência em meio a ambigüidades inscritas na ordem das coisas.

Publicada em Lisboa na oficina de Paulo Craesbeeck em 1645, achando-se o autor detido na Torre de Belém, desde novembro de 1644, como réu em processo criminal, a “Guerra de Catalunha” tem por tema a insurreição catalã que se deflagra contra o governo de Felipe IV e de Olivares a partir de meados de 1640.

Trata-se de um clássico da historiografia castelhana, valorizado como documento ao mesmo tempo histórico e literário. Fueter e outros historiadores da historiografia o citam com admiração. (“Sua obra é, possivelmente, um dos melhores relatos de história contemporânea jamais escritos”, afirma o estudioso suíço, no pioneiro estudo sobre a historiografia moderna).¹³⁵

Teriam sido causas do levante os excessos do exército imperial na Catalunha, arrastada a um conflito com a França que, a rigor, era indiferente ou estranho aos interesses locais, e – em última análise – os esforços de centralização empreendidos por Olivares¹³⁶, em detrimento dos foros, prerrogativas e liberdades tradicionais do principado e vice-reino.

As tensões que se acumulavam desde o início daquele ano, com a exigência de contribuições para o esforço de guerra, desatam-se a 7 de junho, dia de Corpus Christi, nas agitações, violências e massacres ocasionados pela presença em Barcelona dos “segadores”, montanheses que tradicionalmente desciam à cidade em busca de emprego nas colheitas, e que são instrumentalizados pelo particularismo catalão para hostilizar os castelhanos.

Provocações e tumultos não tardam a se produzir. A guarnição incumbida de defender o palácio vice-real atira sobre a multidão. Seguem-se atentados, atos de vandalismo, e um clima de insegurança e pânico se instaura. A morte do vice-rei Santa Coloma nas mãos dos revoltosos

¹³⁵ Fueter, Ed., “Historia de la Historiografia Moderna”, p. 266, trad. castelhana Ana Maria Ripullone do original “Geschichte der neueren Historiographie”, de 1928. Buenos Aires: Editorial Nova, s.d. Nesta obra seminal para os estudos de história da historiografia, Fueter inclui D. Francisco Manuel entre os autores de monografias militares.

¹³⁶ Elliott, J. H., “Imperial Spain, 1469-1716”. New York: Mentor Books, 1966. Primeira edição: 1963. Ver “The reform programme”, para as políticas de centralização empreendidas por Olivares, pp. 317-329.

decide o governo central à operação repressiva envolvendo forças regulares, confiadas ao comando do marquês de Los Vélez.

Cabe a D. Francisco Manuel assisti-lo, como “maestro de campo”, na coordenação dos movimentos do exército organizado para esse fim. Uma descrição das forças em marcha na saída de Tortosa, pelas margens do Ebro (Livro IV, parágrafos 32 a 37, da “Guerra de Catalunha”), revela minucioso conhecimento não apenas da organização militar, do peso relativo de cada unidade e de seus armamentos, como dos comandantes e quadros auxiliares, nomeados pessoalmente, um a um.¹³⁷

A Restauração em Portugal, com o rompimento da União Ibérica, nos primeiros dias de dezembro de 1640, vem interromper, em plena campanha, a participação de Melo no esforço de pacificação da Catalunha e, afinal, sua carreira militar sob os estandartes de Castela. Detido secretamente, como outros oficiais portugueses, e encarcerado por medida de segurança, seria libertado ao final de meses de averiguações determinadas pelo Conde-Duque, Gaspar de Guzmán, que numa entrevista pessoal lhe apresenta excusas, formalizadas em cédula real de 8 de março de 1641¹³⁸, e lhe oferece missão em Flandres.

A caminho dessa nova tarefa, escarmentado e advertido da decadência irreversível do poder espanhol na Europa, D. Francisco deserta em favor dos Bragança, indo juntar-se em Londres a diplomatas lusos – talvez Francisco de Sousa Coutinho – que provavelmente lhe acenam com um novo destino político e pessoal.

Como já se disse, o regresso de Melo não é visto com simpatia em Portugal. Estariam ainda vivas as lembranças de seu papel de negociador e representante de Olivares nas “alterações” de Évora, vale dizer, as agitações causadas pela imposição de novo tributo que, deflagradas a partir dessa localidade, em 1637, alastram-se pela região e assumem as características preliminares de uma insurreição contra o poder castelhano. Tinha sido na ocasião testemunha e mensageiro das manifestações de lealdade do Duque de Bragança a Felipe IV, na contramão da revolta eborense. Perigoso ofício, contemplar os poderosos no instante de fraqueza ou em contradição.

¹³⁷ “Historia de los movimientos, separación y guerra de Cataluña”, pp. 267-270. Edición de Joan Estruch Tobella. Madri: Editorial Castalia, 1996. A edição organizada pelo prof. Tobella inclui extensa introdução biográfica e crítica, além de notícia bibliográfica, bibliografia selecta, índice de parágrafos, bibliografia citada nas notas, e índice de lâminas.

¹³⁸ A cédula real, com data de 8 de março de 1641, dá fé da lealdade de DFM a Felipe IV. Ver reprodução à p. 208 da “Historia de los movimientos...”, ed. citada.

O envolvimento de seu parente próximo, o historiador Agostinho Manuel e Vasconcelos, na conspiração de 1641 contra o novo soberano, deve ter contribuído para levantar – ou agravar – suspeitas sobre a lealdade de D. Francisco Manuel. Consta ainda que recusou-se a subscrever o movimento dos nobres contra o ministro Francisco de Lucena, que vem a ser executado. Sabe-se do papel secundário que, após um período de quarentena, lhe atribuem nas operações defensivas do país sob o novo regime¹³⁹.

A situação ambígua, como destinatário de suspeitas imponderáveis, se resolve, afinal, com o crime que lhe atribuem, de mandante de um homicídio, numa trama derivada de reles caso de adultério em que se envolve um ex-criado seu, descrita acima, no esboço biográfico que acompanha a dissertação. O resultado é que pagará com o encarceramento e um demorado processo (cujos autos se perderam) o preço de inimizades poderosas.

A propósito, quase todas as obras de D. Francisco Manuel publicadas em vida trazem no frontispício a expressão latina “Quare?” (“Por quê?”) – um clamor de inocência.

O módulo 46 apresenta a seguinte organização interna: 1. Apresentação da obra e instauração do julgamento. 2. A escrita da “Catalunha” e a Restauração. 3. O drama da sua dedicatória. 4. Significados do pseudônimo. 5. Abonamento do livro e do autor.

SM Livro verdadeiro, nome fingido. Apresentação do livro (640-650), dedicado ao papa Inocêncio X, e instauração do debate, isto é, do interrogatório e da defesa, a propósito do pseudônimo – “Clemente Libertino” – com que Melo ocultou sua autoria. Mencionam-se duas obras coetâneas que o citam, assinadas por um “Morelli” e um “Molina”, ambas vinculadas ao tema da Restauração portuguesa.

A questão do pseudônimo, à guisa de amável acusação, levantada por Lípsio (“Pois que causa teve o Autor para, em livro tão verdadeiro, pôr nome fingido?”) desata longa explicação do Autor, que valoriza o fato de que possa ouvi-la, entre os interlocutores, o castelhano Quevedo. O autor dos “Sueños”, ressaltando com a proposição estoica de que “Entre os sábios não há nações (...)”, mais uma vez afirma a amizade que o liga a Melo¹⁴⁰.

¹³⁹ Edgar Prestage é a principal fonte para o estudo dos dados biográficos de D. Francisco Manuel. “Esboço Biográfico”. Coimbra: Por ordem da Universidade, 1914.

¹⁴⁰ As relações entre Quevedo e Melo foram estudadas por L. Astrana Marin, em Quevedo, “Obras Completas”, Verso, Madri, 1943, Apêndice IV, pp. 1198-1204. Ver também Jean Colomès, “Sur les relations de D.F.M. de Melo avec Quevedo”, Arquivos do Centro Cultural Português, II, 1970, pp. 573-577; e Ch. Cutler, “Melo and Quevedo”, Annali del Istituto Universitario Orientale, 1974, pp. 5-20.

Confessa o Autor que “o descrime dos fados e os meus crimes me destinaram para ser um dos algozes do suplício destinado à Catalunha, donde certo passei trabalhos que feneceram em uma prisão perigosa, sobre injusta!”. Versos de uma carta do Autor a D. Luís de Ulhoa são citados reiterando a explicação fatalista: “... voy llevado/Para ser instrumento del castigo/Y voy a ser castigo y castigado”.

Ao poema reage Bocalino (650) com duas frases de interesse historiográfico e retórico, respectivamente (“*Arredo vão os versos como os falsos testemunhos! Acabai já de dizer, vos pedimos, o que começastes, sem preâmbulos, porque discursos com adros adiante são de pior traça que igrejas sem eles*”).

Sub-módulos na entrada 651. O pronunciamento do Autor em 651, dos mais extensos do diálogo, que raramente os admite tão longos, comporta três sub-módulos do módulo 46, os quais contêm o relato das circunstâncias externas e internas que condicionam a escrita do livro; do processo de decisão que resulta na dedicatória ao papa Inocêncio X; e, finalmente, das razões históricas e pessoais que o levaram à definição do pseudônimo.

SM A escrita da “Catalunha” e a Restauração. No primeiro sub-módulo, descreve a ordem dada pelo rei de Espanha “ao general daquela guerra” para que fizesse “pôr em memória os progressos dela” e a razão de sua escolha para essa tarefa, que afirma desconhecer, conjecturando que “foi sem falta porque nasci em signo de tabelião”.

Descreve a cuidadosa juntada de documentos e testemunhos: “*Recolhi logo a este fim, com grande pureza subministradas, as relações de tudo, passando-me tudo o que se obrava, ou pelas mãos ou pelos olhos*”.

Sobrevém a Restauração e “quando eu já me dispunha a dar princípio à minha história, eis que me mandou prender El-Rei, por português, sem mais delito que o nascimento”.

A história da insurreição catalã seria continuada em Portugal e concluída já no cárcere. “*Andaram os tempos, cheguei à pátria donde, depois de muito bem pisado e acalcanhado, à imitação do nosso Ovídio em Ponto (e tanto que fui em o ponto mais cruel da minha vida), continuei a escritura começada desse livro*”.

Segue-se a reivindicação de serviço prestado mediante o registro ou “manifestação” dos fatos:

E porque a este tempo vagavam, pelo mundo, muitas falsas opiniões de um tão grave negócio, entendi fazer serviço à república, manifestando-o assim como ele fora e não como o ódio ou o amor, que são dous grandes pintores, o haviam pintado no lenço da eternidade, com mão diferente. (651).

Escrever a História com isenção, vale dizer, sem amor nem ódio, é lugar-comum herdado da historiografia clássica, segundo a fórmula de Tácito (“sine ira nec studio”)¹⁴¹.

SM O drama da dedicatória da “Catalunha”. O segundo sub-módulo inscrito no contexto da entrada 651, com a enumeração dos vários destinatários de quem, sucessivamente, cogita o Autor para a dedicatória da obra, denuncia tacitamente a ruptura do espaço político em que se movia, e o dilema pessoal que passa a experimentar, a partir dos acontecimentos portugueses de 1640.

Quando se começou, aquele livro era oferecido a El-Rei de Castela; quando se acabou devia oferecer-se a El-Rei de Portugal. Partiu esta contenda o discurso, acolhendo-me à Igreja e fazendo com que o livro fosse posto aos benditos pés de Santidade de Inocência X, por mãos de Jerônimo Bataglino, cujo primeiro exemplar mandou se colocasse na Livraria do Vaticano. (651)

Note-se que “a contenda” ou dilema resolve-se, impessoalmente, pelo “discurso”, sem que se tenha claro se refere-se ao curso ou “discurso” das circunstâncias objetivas ou se ao de seus próprios cálculos e reflexões, objetivados na terceira pessoa para produzir a impressão de inevitabilidade.

Relata o Autor com surpreendente franqueza que, antes de dedicá-lo a Inocência X, cogitou de outro nome.

Dir-vos-ei também que, como em aquele conclave que se celebrou por falecimento do grande Urbano VIII, se esperou pontífice o insigne cardeal Guido Bentivoglio, nosso escritor famoso, tive eu maiores desejos de lhe oferecer aquele fraco presente porque, quem não sabe a arte, não a estima. Atalhou a morte a conveniência, mas não desatou o voto. (651)

Assinalar que o cardeal e historiador Guido Bentivoglio (1579-1644) será citado novamente no “Hospital das Letras” (932-938) a propósito das “guerras de Flandes”, na Estante dos Historiadores, em posição favorável no cotejo com o jesuíta Famiano Strada (1572-1649). Colomès chama atenção para passagem da dedicatória da “Epanáfora Amorosa” em que D. Francisco Manuel revela alto apreço pela historiografia do cardeal: “Mas havendo, já há muitos

¹⁴¹ A famosa fórmula de isenção historiográfica aparece no primeiro parágrafo do livro primeiro dos “Anais”: “Inde consilium mihi pauca de Augusto et extrema tradere, mox Tiberii principatum et cetera, sine ira et studio, quorum causas procul habeo”. Na versão inglesa da Loeb Collection: “Hence my design, to treat a small part (the concluding one) of Augustus’s reign, then the principate of Tiberius and its sequel, without anger and without partiality, from the motives of which I stand sufficiently removed”. Tacitus, vol. III. The Histories (books IV-V). The Annals (books I-III) with an English translation of John Jackson. The Loeb Collection. Cambridge, Massachusetts: Harvard, 2005 (1a. ed. 1931).

anos, lido aquelas singulares ‘Relações’ do Cardeal Bentivollo (sic), tanto há que fiz propósito de o imitar, com outras, em nossa língua portuguesa”.

A dedicatória da “Guerra de Catalunha” ao dignitário católico, “nosso escritor famoso”, caso se realizasse, teria a virtude adicional de alcançá-lo na condição também de historiador, “porque, quem não sabe a arte, não a estima”. O que sugere, na dedicatória afinal endereçada a Inocêncio X, certa diminuição de mérito: o Autor dedica-lhe a obra apenas porque é papa.

SM Um pseudônimo que é “brasão e apelido”. O terceiro sub-módulo contido no pronunciamento 651 novamente faz coincidirem as razões pessoais e históricas, desta vez na justificação do pseudônimo com que assina a “Catalunha”, e contém a dupla reivindicação de isenção no trabalho historiográfico e de lealdade à causa portuguesa.

(...) E também porque a juízo público pareceria suspeito que um português em seus trajos – e por isso em Castela punido e vexado – falasse em suas obras e justificasse sua razão ou sem razão, fiz mudança antes do nome que do propósito: usei por essa causa deste suposto, chamando-me Clemente Libertino porque, a não ter o nome que tenho, esse houvera de ser o meu nome, sendo Clemente o santo tutelar de meu nascimento, o qual estimo pelo mais afortunado horóscopo e ascendente. Libertino, porque já sabeis que era, entre os Romanos, o nome dos filhos de escravos libertos. Assim, aludindo à liberdade que já gozava minha pátria, fiz dela brasão e apelido. Se em tudo errei, bem pode ser culpa da eleição, que pertence ao juízo, não do propósito, que é filho da vontade. (651)

Os argumentos de ordem pessoal trazem informações biográficas que permitem fixar o nascimento de D. Francisco Manuel no dia 23 de novembro, no calendário da Igreja o dia de São Clemente. Deduz-se ainda que acatava as prescrições astrológicas, num século que ainda não havia banido completamente, do saber científico, as lições das estrelas.

Os teores do sub-módulo, sobre justificarem o “delito” do “nome fingido” “em livro tão verdadeiro”, guardam o tom e a linguagem da defesa de um réu submetido a julgamento: “Se em tudo errei (..)”, tal não se deu por defeito da vontade mas da precária avaliação das circunstâncias, que leva a escolhas errôneas.

SM Abonamento do livro e do autor. O extenso módulo 46 conclui-se, finalmente, com o abonamento da “Guerra de Catalunha” e do Autor, resumido (652) por Lípsio:

Não errastes, certo, e menos em o haver agora aqui explicado porque, à míngua da notícia destes segredos, mil vezes me havia indignado contra vós, e muito mais depois que soube que este vosso livro corre por Europa com honesta opinião, e o citam os mais dos autores que vos sucederam, e de presente se traduziu em francês com muito aplauso. (652)

Jean Colomès anota que a versão francesa da “Guerra de Catalunha”, citada também por frei André de Cristo, membro da Academia dos Generosos e amigo de Melo, na epístola aos leitores que acompanha “El tercer coro de las Musas del Melodino” (“Preguntásele al aplauso y a la utilidad, no solo de España, mas de Italia, y aún de Francia donde pocos tiempos ha, se tradujo con elegancia su ‘Cataluña’”) não aparece, com esse título, em nenhuma bibliografia.¹⁴²

Conjeturou o dedicado pesquisador do corpus meliano que, assim como a edição *princeps* da obra, também a tradução francesa poderia estar oculta sob algum pseudônimo. Dedução acertada, que o levou a localizar uma versão incompleta do livro: “Il s’agit de l’‘Origine des premiers mouvements de rébellion en la principauté de Catalogne et de la mort funeste de son vice-roi’ par le ‘Sieur Cosmopolite’, publiée à Ruremonde (Roermond), ville forte des Pays-Bas sur la Meuse, par Gaspar du Prée, em 1654”.¹⁴³

Com esse título, encontrável também na Biblioteca de Catalunya, em Barcelona, a versão aparece nas “Fuentes de la historia española e hispano-americana” de B. Sánchez Alonso, sem indicação da autoria de Melo, e ainda no “Manual del librero español” de Antonio Palau y Dulcet, que transcreve erroneamente o suposto autor como “Cosmophilo” ao invés de “Cosmopolite”. O bibliógrafo Palau anota, depois do título, a expressão “Jouxte la copie imprimée à Paris”. Dessa cópia parisiense, Colomès, nas suas buscas, não encontrou o menor sinal.¹⁴⁴

Quanto à declaração (652) de Lípsio no sub-módulo em tela, de que “este vosso livro corre por Europa com honesta opinião, e o citam os mais dos autores que vos sucederam”, as duas obras coetâneas referidas na entrada 641 (ver a resenha do primeiro sub-módulo, supra), segundo Colomès, foram ambas escritas, com os pseudônimos de João Baptista Morelli e de D. Hernando de Molina y Saavedra, pelo polemista e religioso agostinho português Frei Fulgêncio Leitão, residente por longo período em Roma, e têm por título, respectivamente, “Reducción y restitución del Reino de Portugal a la Serenísima Casa de Braganza, discurso moral y político” (Turim, 1648) e “Epístola apologética a la Majestad Católica de Felipe el Grande contra el parecer de cierto ministro sobre la recuperación de Portugal” (Colônia, 1650).¹⁴⁵

¹⁴² Colomès, nota 356, p. 278.

¹⁴³ Colomès, nota 356, p. 278.

¹⁴⁴ Idem, ibidem.

¹⁴⁵ Colomès, nota 347, p. 274.

Uma carta de D. Francisco Manuel ao mesmo “Morelli” com data de 30 de setembro de 1649 consta da primeira centúria das “Cartas Familiares” de nosso autor, sob o número 8. Nela interroga o destinatário sobre a sua verdadeira identidade, ao mesmo tempo que revela a própria sob o pseudônimo de Clemente Libertino.¹⁴⁶

Vale assinalar, com o erudito catalão Joan Estruch Tobella, autor de tese de doutorado sobre vida e obra de Melo, defendida na Universidade de Barcelona em 1985, e editor contemporâneo da “Historia de los movimientos, separación y guerra de Cataluña” (Madri: Castália, 1996), que “Desde su publicación, la obra gozó de un crédito indiscutido, considerándose modelo de veracidad e imparcialidad”.¹⁴⁷

Registra Estruch Tobella, na introdução a essa mais recente edição, que contestações da veracidade foram feitas em “Melo y la revolución de Cataluña de 1640” (Madri, 1886) pelo historiador catalão Celestino Pujol y Camps, que a leu criticamente com critérios positivistas inspirados no estatuto científico que então se buscava para a historiografia, sendo as críticas matizadas e o prestígio de Melo defendido por Jacinto Octavio Picón na introdução à edição da “Catalunha” pela Real Academia de la Lengua (Madri, 1912).¹⁴⁸

Sobre reparos pontuais que Pujol y Camps opõe ao nosso historiador, quanto à cronologia dos acontecimentos, anota Estruch Tobella que a eventual quebra da linearidade cronológica nos cinco livros em que está dividida a obra, cada qual com unidade temática e dramática próprias, era “recurso perfectamente lícito dentro de los cánones de la estética clásica”, submetida antes ao critério de verossimilhança que ao da exatidão. E acrescenta:

Esto nos ayuda a explicar otra importante cuestión. Aunque “Guerra de Cataluña” se publicara en 1645, el relato solo abarca hasta 1641. Se ha tratado de justificar esto aduciendo que Melo solo quiso narrar lo que había conocido directamente, pero un mínimo análisis cronológico invalida esta explicación. La estancia de Melo en Cataluña se redujo a dos meses, noviembre y diciembre del 1640, de manera que ni los sucesos del primer libro ni los del quinto pudieron ser presenciados por él. Si Melo comienza y termina su obra con el Corpus de Sangre y la batalla de Montjuic a pesar de no haberlos presenciado es porque considera estos episodios desde un punto de vista literario. Para él son el planteamiento y el desenlace de

¹⁴⁶ Da carta a “Moreli”: “Creo no ha perdido nada el libro, faltándole mi nombre, ni mi nombre, faltándole el libro. Pero para reconocer las honras que V. S. hace a Clemente Libertino, está muy obligado y pronto D. Francisco Manuel. Así pudiera yo entender a quién he de servir y venerar en su nombre, ya que por acá se duda de ése, del señor Juan Baptista Moreli.” Cartas Familiares, Carta 265, “Ao Doctor Juan Baptista Moreli, sobre várias matérias”, p. 277. Prefácio e notas de Maria da Conceição Morais Sarmento. Biblioteca de Autores Portugueses. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1981.

¹⁴⁷ J. Estruch Tobella, Introducción, “Guerra de Catalunha”, p. 31, ed. citada.

¹⁴⁸ Idem, ibidem.

una estructura trágica, que se abre y cierra con episodios que ejemplifican la derrota y humillación del poderío español.¹⁴⁹

A propósito da história editorial e da fortuna crítica da “Guerra de Cataluña” na Espanha, assinala-se que uma primeira reedição ocorre em 1808¹⁵⁰ no contexto das invasões napoleônicas da Península. O particularismo catalão sempre valorizou a obra, que mostra os inícios da prolongada insurreição regional (1640-1654) contra os excessos do exército castelhano e, em última instância, os esforços de centralização empreendidos por Olivares. O retrato de um povo em armas contra o opressor estrangeiro deve ter servido de inspiração política nos dois casos.

MD48 El Mayor Pequeño (661-664)

Elo Historiográfico a ser considerado também na Terceira Estante, em que são examinadas pela junta clínica as obras do próprio Autor, é o módulo 48, no qual os interlocutores avaliam “El Mayor Pequeño, Vida y muerte del Serafín humano Francisco de Asis”, texto a que não tivemos acesso.¹⁵¹ Declaradamente, sobre fundo biográfico, hesita entre a história e o ensaio moral, entre o livro de devoção e o de relação.

Formam a passagem apenas quatro pronunciamentos (661-664), um de cada interlocutor, com Quevedo no papel de apresentador da obra (papel que mantém, atipicamente, ao longo desta estante, enquanto o Autor e suas obras são julgados).¹⁵² Cabe a Bocalino o ataque inicial, de tom satírico; a Lísio, a apreciação crítica mais cabal; e ao Autor a defesa ou justificação do livro.

Quevedo. Aquí está “El Mayor Pequeño”.

Bocalino. Não nos há-de escapar pelo devoto.

Lísio. Ouvi que, neste livro, vos argüiam de confuso para historiador e de afetado para moral; que, para livro de devoção, compreendia sobeja cultura e, para de relação, repreensível brevidade.

Autor. Confesso que nem fiz crônica nem solilóquios; mas, se notardes a omissão que há neste tempo em todas as diligências da virtude, vereis que, para conduzir a gente a qualquer leitura honesta, quanto mais piedosa, é necessário dourar-lhe a pírula como ao enfermo, ou adoçar-lhe o freio como ao

¹⁴⁹ Idem, p. 36.

¹⁵⁰ A primeira reedição, e primeira edição espanhola, feita por Sancha em Madri, 1808, a cargo de Eugenio del Llaguno, “incluye una amplia y documentada biografía del autor”, segundo o editor Tobella, ed. cit., p. 43.

¹⁵¹ A hagiografia de Francisco de Assis foi publicada três vezes em vida do autor. A primeira edição saiu em Lisboa, 1647, pela oficina de Manuel da Silva, com o título por extenso: “El Mayor Pequeño. Vida y Muerte del Serafín humano Francisco de Assis. Recuerdalas a la piedad universal D. Francisco Manuel, Ofrecido a la muy Venerable Provincia de la Arrabida. Qui autem minor est in regno caelorum, maior est illo. Matth. c. 11. En Lisboa. Por Manuel da Sylva, año 1647”. “Agora nuevamente emendado por el mesmo Autor”, já em 1650 apareceu a segunda edição, pela “officina Craesbeeckiana”, “a costa de Manuel Pereyra mercador de libros”. A terceira, finalmente, incorporada às “Obras Morales”, na segunda parte do primeiro tomo, em seguida ao “El Fenis de África”, em Roma, 1664. Fonte desses dados: a Bibliographia que acompanha o “Esboço Biographico” de Edgar Prestage (Coimbra, 1919).

¹⁵² Normalmente, nas demais Estantes, é o Autor quem introduz obras e autores à apreciação da junta clínica.

potro, quando queremos curar o doente ou enfrear o cavalo. Esta foi, sem falta, a razão por que aquele famoso e novo espírito, quero dizer o padre Hortênsio, levantou a tanta sublimidade suas “Orações Evangélicas” para que, cevado o apetite dos ouvintes na raridade e grandeza de seu estilo, juntamente com o deleite da oratória levasse o proveito da doutrina. (661-664)

Seu interesse historiográfico decorre especialmente da entrada de Lípsio (663), a qual permite deduzir considerava Melo a biografia como gênero historiográfico ou, pelo menos, como parte do trabalho do historiador.

Também é possível inferir, do mesmo pronunciamento, que a historiografia exige certa clareza (sendo o livro censurado de “confuso para historiador”) e certa extensão (pois a “repreensível brevidade” desqualifica “El Mayor Pequeño” para livro “de relação”).

Quanto à brevidade ou extensão relativa dos escritos, seja em termos de mero volume seja como abertura ou fechamento do âmbito temático, várias passagens do “Hospital das Letras” revelam uma consciência atenta a essas “quantidades”.

Por exemplo, os dois comentadores de Camões mencionados em 037 (Estante dos Poetas Ibéricos) serão julgados em 039 como: “*Um breve repreensivelmente e outro dizem que repreensivelmente longo*”. Lípsio é levado a afirmar em seguida (040): “*Negócios grandes antes se ofendem que lisonjeiam da brevidade*”.

Como veremos em 905, módulo 71, na Estante dos Historiadores, o espectro ou âmbito temático, seja o das histórias gerais ou o das “escrituras de uma só ação”, vale dizer, monográficas, determina modos narrativos distintos.

A mesma correlação está presente, em passagem (563) do “ninho das águias” acima descrito (“Quevedo. Uma [história] vi eu da ilha de São Miguel, escrita por Gonçalo Vaz Coutinho, seu governador, que me pareceu *bem principiada, se a causa fora maior*.”).

O pronunciamento do Autor (664) reitera outra de suas preocupações, a de guardar sempre a atenção do leitor, vale dizer, a de evitar o fastio e o enfado (“... *vereis que, para conduzir a gente a qualquer leitura honesta, quanto mais piedosa, é necessário dourar-lhe a pírula como ao enfermo ou adoçar-lhe o freio como ao potro...*”).

Trata-se de atualização meliana do antigo preceito retórico que busca, com o deleite, o ensino. Leitores avessos à “leitura honesta”, tanto mais “se notardes a omissão que há neste tempo em todas as diligências da virtude”, exigem do escritor que redobre os meios para entretê-lo, com a consequência estilística a ser observada nas “Orações Evangélicas” do padre Hortênsio. É necessário, também por escrito, “cevar o apetite” dos destinatários.

Frei Hortensio Félix Paravicino y Arteaga (1580-1633) foi orador sacro de amplo renome e um dos poetas culteranos do Siglo de Oro; retratado por El Greco. A primeira edição das suas “Oraciones evangélicas e discursos panegíricos” data de 1638 (Madri). As “Obras póstumas divinas y humanas” de Paravicino foram publicadas, em segunda edição, em Lisboa, com a assinatura de “D. Félix de Arteaga”, como anota Colomès.¹⁵³ Vem citado por essa fórmula, anteriormente, no “Hospital das Letras” (071), como negação da negação (070) de Bocalino (“nunca vi frade bom poeta”).

MD55 Tácito, o “patriarca dos estadistas” (717-737)

Longo segmento inaugura na Quarta Estante, com o exame do historiador romano dos “Anais”, a galeria dos autores e livros de política.

O episódio que o precede (706-716), à guisa de umbral, contém o sumário julgamento da “Política” de Lípsio, vale dizer, as “Politicorum sive civilis doctrinae libri sex”, publicadas em 1589, e enseja duas afirmações com valor de epígrafes, inscritas junto ao pórtico da sombria matéria que se vai tratar: a primeira, na defesa oferecida pelo erudito belga, reafirma a natureza ilusória da novidade (“*Zombai da novidade, como eu também dela zombo, pois não é menos que a sabedoria de Salomão o fiador, para provar que, já desde o avoengo do mundo, ninguém diz cousa que outro não tenha dito*”); a outra, pela voz de Quevedo, que contesta uma tirada de Bocalino (“*Parece que parecerá melhor esse prólogo em defesa alheia*”), inscreve o ensinamento do Cristo na Montanha (“*E quem te disse que éramos nós mais próximos dos outros que de nós mesmos, quando a maior perfeição está em amar, como a nós mesmos, os próximos?*”).

Tácito acha-se portanto à entrada da galeria dos autores políticos, como figura anunciadora. A aparente contradição – tratar do historiador arquetípico entre os “estadistas” e, mais que isso, como o “patriarca dos estadistas” – não passa despercebida e será objeto de uma indagação do Autor (733) quase ao final do módulo (“*Pois como se conta o Tácito entre os políticos, se ele foi histórico?*”), ensejando resposta de Lípsio (734) de importância para a fixação do lugar do Tacitismo nas reflexões historiográficas melianas.

Entenda-se pela expressão, consagrada no estudo clássico de G. Toffanin (“*Machiavelli e il ‘tacitismo’*”, Pádua, 1921), por um lado o estilo de Tácito – que será adiante (956) definido, no

¹⁵³ Colomès, nota 361, p. 280, e nota 14, p. 171.

caso do historiador bolonhês Virgilio Malvezi, como “sincopal”, vale dizer, extremamente lacônico e elíptico – mas, por outro, a corrente de pensamento político associada à visão do Principado romano, surgida no século XVI e com muitos pontos de contacto com as idéias do Secretário Florentino, espécie de maquiavelismo sem Maquiavel, mais palatável ao pensamento da Contra-Reforma, e de larga difusão nas monarquias absolutas do barroco.

Como ensina Arnaldo Momigliano em verbete¹⁵⁴ da edição facsimilar de 1949/1950 da Enciclopedia Italiana, elaborada nos anos de vigência do fascismo, aos escritos de Tácito recorrem nos séculos XVI e XVII os teóricos da doutrina política para esclarecer, aceitar ou combater a razão de estado, posta com clareza e crueza, em termos inaceitáveis para a Europa católica, por Maquiavel. A contigüidade entre os pensamentos do Florentino e as lições taciteanas verifica-se, no “Hospital das Letras”, já pela vizinhança dos módulos respectivos. Tácito é despachado em 737 (“Lípsio. Vá-se o Tácito com Deus, que para Tácito nos tem feito falar muito”); imediatamente (738) se anuncia a aproximação dos maquiavélicos (em sentido estrito e amplo):

Quevedo. Com razão lhe mandais dar as boas-viagens, porque desde aqui estou vendo uma famosa esquadra de políticos languentes, cujo capitão é Nicolau Machiavelli veneziano (sic), e o alferes João Bodino, francês; sargentos, Filipe Plésio, Arnaldo de Bríxia, e cuida que loco-tenente Cipião Dupleix, trazendo na bandeira, duma parte, a medalha de Tibério e, da outra, a do antigo Crítias. Oh, poderoso Deus! Acudi-nos, que esta quadrilha parece apestada! Não sei se me ria ou chore do medo com que os vejo de Cláudio Clemente, que vem atrás deles, jurando que os há-de degolar a todos com os argumentos do seu livro que, a esse fim, de antemão intitulou “Maquiavelismo Degolado”. Pois à fé que não é o mais valente argüidor o confutador do mundo; mas ao ladrão os argueiros lhe parecem gigantes. Não vedes as tropas copiosas que se lhe seguem de galos e belgas, de batavos, germanos, de etruscos, de albioneses, de valésios e não poucos iberos, de quem mais me escandalizo? (738)

Note-se ainda que o tema taciteano é talvez o denominador comum de maior peso entre as personalidades históricas que servem de modelo aos interlocutores do diálogo, em menor grau talvez para Quevedo¹⁵⁵ (Ver “Os interlocutores na real”, supra.).

¹⁵⁴ “Tacito”, Enciclopedia Italiana di Scienze, Lettere ed Arti. Edizione 1949. Roma: Istituto della Enciclopedia Italiana, 1950. Ristampa fotolitica del volume XXXIII pubblicato nel 1937, pp. 169-173. Gino Funaioli (G. Fun.), da Universidade Católica de Milão, assina o corpo do artigo, até quase o rodapé da segunda coluna da p. 172. A partir deste ponto, em corpo tipográfico menor, Arnaldo Momigliano (Ar. Mo.) aborda o Tacitismo, relacionando a fortuna de Tácito como pensador político entre os séculos XVI e XVIII com a história da razão de estado.

¹⁵⁵ Quevedo como moralista inscreve-se entre os estóicos ou neo-estóicos, traduzindo ensaios e escrevendo tratados imitados de Sêneca. Para Manuel de Montoliu, Manual de Historia de la Literatura Castellana, ed. cit., p. 510, a principal obra quevediana nesta vertente é o “Epicteto y Focílides en español, con consoantes; con el Origen de los estoicos, y su defensa contra Plutarco, y la defensa de Epicuro contra la común opinión”, publicada em Madri, 1635. A principal incursão de Quevedo no campo historiográfico, o “Marco Bruto”, “una glosa a la vida de este personaje romano a base del texto de Plutarco”, segundo Montoliu, também apresenta o viés estóico, na caracterização da

O módulo 55 apresenta oito SMs: 1. Lípsio e os estudos de Tácito; 2. A propósito do anacronismo de uma citação de Sêneca, breve excursão sobre os cronologistas; 3. Relação de Tácito com o poder. 4. Tradutores, anotadores e comentadores de Tácito; 5. Esquecimento e redescoberta de Tácito e seus efeitos; 6. Corpus taciteano; 7. Teorema de Melo-Tácito e lugar da retórica na historiografia; 8. Anedotas sobre contadores de histórias.

O historiador romano é apresentado repentinamente, sem mais preâmbulos (*“Autor. Dai, Senhores, lugar aos doentes suspiros do patriarca dos estadistas, Cornélio Tácito.”*).

SM Lípsio e os estudos de Tácito. No primeiro sub-módulo (718-719), Lípsio reivindica seu lugar na fortuna crítica de Tácito (*“As dores de Tácito só eu as entendo, porque sempre tive para mim que só eu o entendia”*), sofrendo reparo do autor dos *“Ragguagli di Parnaso”*:

Bocalino. Tornaremos à nossa questão grande de que, à míngua de o não entenderdes, como convinha, o acusastes de blasfemo contra a Divina Providência, jurando Sêneca, por vida sua, que no livro que dela escrevera a seu amigo Lucílio, não fora mais seu devoto que o pobre Tácito em seus escritos. (719)

Ora, a preeminência de Lípsio no “entendimento” do historiador romano, reconhecida por D. Francisco Manuel no “Hospital das Letras”, é um dado histórico sobre o qual não há controvérsias, seja como filólogo que estabelece para a modernidade, em termos praticamente definitivos, os textos de Tácito, a partir da edição de 1574, seja como pensador político, que reflete sobre os ensinamentos dos “Anais” e das “Histórias” para propor, juntamente com o estoicismo sorvido em Sêneca, uma ética e uma política correspondentes, como interfaces, ao homem sábio e constante em tempos calamitosos, e ao príncipe prudente e justo no período de consolidação das monarquias absolutas.¹⁵⁶

A contestação feita por Bocalino em 719 deve ser atribuída antes ao papel que lhe atribui o autor no diálogo, de agente sistemático da provocação, com efeitos às vezes cômicos mas sempre instigantes, a obrigar os demais interlocutores a reagirem e a explicitarem argumentos, como no “imbroglio” em tela, do que propriamente a uma base textual a ser procurada nos escritos do escritor italiano Traiano Boccalini.

dupla César-Brutus, resumida no seguinte paradoxo: “Tropelia son de la malicia los buenos malos y los malos buenos”. O neo-estoicismo de matriz lipsiana seria apenas a interface privada do Tacitismo, enquanto amálgama de Tácito e Sêneca produzido pelo humanista belga.

¹⁵⁶ Michel Senellart, “Le stoïcisme dans la constitution de la pensée politique. Les ‘Politiques’ de Juste Lipse (1589), in “Le stoïcisme au XVIe et au XVIIe siècle”, primeiro tomo da série “Le retour des philosophies antiques à l’âge classique”, dir. Pierre-François Moreau, pp. 117-139 Paris: Albin Michel, 1999.

Ao contrário, nem o Lípsio histórico acusa Tácito de “blasfemo contra a Divina Providência”, buscando justamente “cristianizá-lo” mediante a formulação do que se tem considerado como um “estoicismo cívico”, nele identificando uma razão de estado benéfica, contraposta à razão de estado maligna de um Maquiavel, nem o Bocalini histórico viu Lípsio nesses termos. Com efeito, segundo Momigliano, no já citado verbete:¹⁵⁷

Invece T. si fa tipicamente cristiano nel suo grande ammiratore e commentatore Giusto Lipsio, come comprese finemente Traiano Boccalini, che, nel descrivere nel “Ragguaglio” 86 il processo intentato in Parnaso al Lipsio per eccessivo tacitismo, gli fa ottenere l’assoluzione esclamando che T. conobbe Dio “solo fra tutti gli scrittori gentili con l’altissimo sapere suo essendo arrivato a conoscere quanto nelle cose della religione vaglia la fede di quelle cose che non si veggono o non si possono trovar com la ragione”.

SM Anacronismo e cronologia. O segundo sub-módulo (720-722) compreende intervenção do Autor para acusar no pronunciamento de Bocalino um anacronismo, e nova entrada do italiano, evasiva, em que admite, porém, a objetividade da cronologia.

Autor. Olhai como falais, que se Lúcio Aneu foi mestre de Nero e o Tácito conviveu com Nerva, não podia conhecê-lo.

Bocalino. Baixo tocou o Autor; não vamos cá, amigo, tão literais; mas desculpa tendes, visto que o “Crónicon dos Tempos”, os “Anais” de Barônio e as “Tábuas” de Ferdinando Bardi, vêm a ser a tabuada dos historiógrafos.

Autor. Nunca em al me empeceis, que em me terdes por verdadeiro (...). (720-722)

Jean Colomès considera “admissible, aussi, de considérer “Crónicon” comme un nom commun dont ‘Anais’ et ‘Tábuas’ seraient des appositions”, dada a falta de obra assim intitulada; a menos que seja o “Chronicon Mundi” de Lucas, bispo de Tuy, editado pelo historiador espanhol Juan de Mariana, que narra a história do mundo até 1236, ou então, de Eusébio de Cesaréia, o “Chronicorum libri duo”, editado por Escalígero em 1606, sendo Eusébio citado por duas vezes no diálogo (905 e como “Cesariense” em 908).¹⁵⁸

Os “Anais de Barônio” (ou Barônio ou Baronio) são, precisamente, os “Annales ecclésiastiques” do cardeal Cesare Baronio, editados em Roma em 1588-1607. As “Tábuas de Ferdinando Bardi”, sempre segundo Colomès, seriam a “Chronologia Universale” de Girolamo Bardi (Veneza, 1578 e 1581).¹⁵⁹ Também Baronio reaparece no “Hospital das Letras” (908)

¹⁵⁷ “Tacito”, Encicl. Ital., XXXIII, pp. 172-173, ed. cit.

¹⁵⁸ Colomès, nota 386, p. 289.

¹⁵⁹ Idem, ibidem.

justamente ao lado do “Cesariense”, assim como, na mesma entrada, Ferdinando Bardi, seu nome desfigurado em “Ferdinando Biondi” pela edição *princeps*.

A entrada do Autor ao final da passagem, como de resto o teor inteiro dela, serve para avaliar a sua profissão de apego à verdade e sua disposição de argüir falsidades. Merecem menção, no pronunciamento de Bocalino, uma expressão da esgrima (“Baixo tocou o Autor (...”), e ainda uma possível advertência (“não vamos cá, amigo, tão literais”), a ser estendida à leitura de certos pronunciamentos, como o do mesmo interlocutor quando, no sub-módulo anterior, reporta acusação implausível (“blasfemo”) de Lípsio a Tácito.

SM Relações de Tácito com o Príncipe. O terceiro sub-módulo (frase final da entrada 722 e 723) do extenso Elo Historiográfico Avulso relativo a Tácito e ao Tacitismo refere-se à identidade digamos civil do historiador da “Germania”. Cabe ao indiscreto Bocalino definir um retrato mundano e cortesão para Tácito, em que sublinha sua duplicidade face aos poderosos do dia e aos da véspera:

Autor. (...) Porém, como não sei quando me acharei em outra tão sábia companhia, não me direis, de raiz, quem foi este Tácito que tanto aplauso tem no mundo?

Bocalino. Quem havia de ser? Foi um chapado velhacão, lisonjeiro e adulator como mil que andam por esses paços, mas com tal arte que, vituperando aos príncipes que já lhe não podiam fazer pecado nem mercê, agradou e serviu aos que o podiam sublimar, até que seu dito, seu feito. (frag. 722-723)

A proximidade do poder distorce e perverte o ofício do historiador também noutro passo (913) do “Hospital das Letras”, quando serão referidos sete autores espanhóis que, “escrevendo por mandado de príncipes poderosos e desarrazoados, não vemos que fizessem história, mas uma apologia”.

Vituperar aos que já não podem fazer mal e fazer a apologia dos que ainda podem premiar, ou, por outra, a isenção permitida pela distância dos primeiros e o perigo das emoções ainda recentes, advinda da vizinhança dos últimos, parece ter sido um lugar-comum da retórica historiográfica dos Seiscentos, pelo menos.

No mesmo tema incide, por exemplo, em trecho do prólogo à Terceira Parte da “Monarquia Lusitana”, frei Antonio Brandão, historiador mencionado (946) na listagem de cronistas e historiadores lusos do módulo 77, aqui atento à obtenção de certezas históricas:

Sendo tão proveitosa e necessária a lição da História, julgou Plutarco que lhe prejudicava muito o receio com que os Leitores ficam as mais das vezes, não se dando por seguros da verdade dela. Porque

sendo de cousas antigas, a mesma Antiguidade faz dificultosa a averiguação e certeza e sendo *das que os escritores alcançam com a vista, se pode temer que a afeição e outras paixões a não deixem tão pura que ao menos não core a aparência das ações, quando lhe não altere a substância*. Livres ficam em grande parte desta segunda dificuldade *os que escrevem cousas que há muito passaram, e tratam de pessoas de quem já não se espera nem se teme*; mas caem em outro primeiro e não menor inconveniente, qual é não poder assegurar seus escritos pela confusão e incerteza do passado: donde veio a confessar Tito Livio no princípio do Sexto Livro (...) que até aquele ponto corria sua História com menos certeza (...).¹⁶⁰

Note-se ainda, no sub-módulo em tela, a expressão “dizer de raiz”, sobre a qual é possível conjecturar os significados alternativos de “dizer desde a origem” ou “dizer a fundo”, radicalmente. Note-se ainda como os vitupérios dirigidos ao próprio historiador romano estendem-se criticamente aos muitos coetâneos “que andam por esses paços”,

SM Tradutores, anotadores e comentadores. Dois pronunciamentos (724-725) integram o sub-módulo, o primeiro deles formado por uma barragem de perguntas que, voltadas ao objeto Tácito, suscitam resposta que já tangencia ou adentra o fenômeno do Tacitismo, e denuncia a dimensão alastrada que tomava ao tempo de D. Francisco, reconhecida aliás na indagação feita anteriormente (722) pelo Autor (“...quem foi este Tácito que tanto aplauso tem no mundo?”).

Autor. Ainda pergunto mais: que casta de engenho tinha? Que profissão? Que estudo?

Lípsio. Perguntai-mo em auto apartado, que eu vo-lo direi cabalmente; mas, entretanto, informai-vos de Cipião Amirato, Sebastião Querino, Alexandre Sansovino, D. Baltasar de Álamos, D. Carlos Coloma, Manuel Soeiro e outros muitos, que todos tomaram o Tácito à sua conta, traduzindo-o, anotando-o e ilustrando-o, donde de ordinário se trata de sua vida, partes e ações com tanta difusão que ficareis lá de vossas perguntas bem satisfeito. (724-725)

Às interrogações do Autor, nunca tão insistente, esquiva-se Lípsio com a remissão a alguns nomes representativos do Tacitismo na Península Ibérica e fora dela.

Os três primeiros são italianos, sendo o mais importante, para o tema, pela influência dos seus escritos, Scipione Ammirato (1531-1601) autor dos “Discorsi sopra Cornelio Tacito” (Veneza, 1598), sucessivamente reeditados no século XVII, além de uma história de Florença.¹⁶¹

Os dois outros são autores menos conhecidos ou reconhecidos. Jean Colomès encontrou, de Sebastiano Querini, apenas a tradução espanhola (Madri, 1640), de um “Manual de

¹⁶⁰ Frei António Brandão, “A verdade é a alma da história”, in “A Teoria da História em Portugal. I. O Conceito de História”, pp. 29-30. Prefácio, seleção, notas e comentários finais de António Quadros. Notas bio-bibliográficas de Pinharanda Gomes. Lisboa(?): Espiral, s.d.

¹⁶¹ S. Ammirato foi uma das fontes do Tacitismo na Península Ibérica, conquanto, segundo J. A. Maravall, citado por B.A. Martínez, “la menos reconocible de manera explícita”. Martínez, Beatriz A., “El Tacitismo en el siglo XVII en España”, p. 113, ed. citada.

Grandes”.¹⁶² Embora todos os manuscritos do “Hospital das Letras” ofereçam o nome de Alexandre Sansovino, pondera Colomès que deve ser, talvez, o italiano Francesco Sansovino (1521-1583), autor de muitas obras sobre diversos temas, entre as quais uma “Venezia nobilissima”.¹⁶³

Estudo recente (1991) de Beatriz Antón Martínez, professora do Departamento de Filologia Latina da Universidade de Valladolid, rastreia as diferentes “vias de penetración” do Tacitismo na Espanha, identificando os tratados histórico-políticos como o principal veículo de introdução e a “via italiana” como “la más temprana y duradera”.¹⁶⁴

Entre os italianos, além do humanista Alciato e de Guicciardini, destaca Beatriz Martínez a influência, justamente, de Ammirato, lido no original, pois não teve traduções para o castelhano, e de G. Botero (1540-1617), o teorizador da razão de estado nas suas relações com a moral (em “Della Ragione di Stato”, Roma, 1589, e nas “Osservazioni sopra Tacito”, que circularam manuscritas).¹⁶⁵ Cita ainda dois outros italianos fundamentais na introdução do Tacitismo na Espanha, ambos de grande importância para o estudo do “Hospital das Letras” – Traiano Boccalini e Virgilio Malvezzi.¹⁶⁶ Este último, mencionado de passagem na “Visita das Fontes”, merece dos interlocutores, na Estante dos Historiadores, que veremos, demorado julgamento (módulo 80, entradas 950-964).

Quanto aos demais autores reunidos na resposta de Lúpsio, todos os três ibéricos, já Colomès (1970) dava D. Baltasar de Álamos ou D. Baltasar Álamos de Barrientos, como “le plus célèbre tacitiste espagnol”¹⁶⁷, remetendo o leitor para maiores informações, sobre Álamos e também Carlos Coloma e Manuel Soeiro (ou Sueyro), ao pioneiro estudo de Francisco Sanmartí Boncompte, “Tácito en España” (Barcelona, 1951). Os dois últimos são citados adiante no módulo 75, acerca da Guerra de Flandres (923-928), com especial destaque para Coloma, na condição de historiador exemplar, que escreve a partir da experiência pessoal.

Os três constam na história do Tacitismo na Espanha como importantes tradutores e, no caso de Álamos, também comentador, do grande clássico.

¹⁶² Colomès, nota 389, p. 290.

¹⁶³ Idem, nota 390, p. 290.

¹⁶⁴ Martínez, Beatriz Antón. “El Tacitismo en el siglo XVII en España. El proceso de ‘receptio’”, capítulo segundo: “La via europea: Los tratados histórico-políticos, principal vehículo de introducción del Tacitismo en España”, p. 108; “La via italiana: la más temprana y duradera”, pp. 108-120. Valladolid: Universidad de Valladolid, 1991.

¹⁶⁵ Martínez, Beatriz Antón, ob. cit., 113.

¹⁶⁶ Idem, pp. 116-117.

¹⁶⁷ Colomès, nota 391, p. 290.

Manuel Sueyro

Enmanuel ou Manuel Sueyro, como ensina Beatriz Martínez, foi o primeiro tradutor das obras completas – ou quase completas, pois o “*Dialogus de Oratoribus*” era a esse tempo de autoria duvidosa – de Tácito para o espanhol. Suas versões dos “Anais”, das “Histórias”, da “Germânia” e do “Agrícola” saíram em Anvers, 1613, no volume “Las obras de C. C. Tácito”, reeditado no ano seguinte e em 1619, com breves apontamentos biográficos colhidos em Lísio.¹⁶⁸

Militar e diplomata de ascendência portuguesa, elogiado por “Lísio” no “Hospital das Letras” em 928 (“*meu discípulo Soeiro foi dos maiores homens do seu tempo*”), nasceu na mesma Anvers e foi “muy versado em Humanidades, historiador y excelente matemático”. Traduziu também Salústio (1615) e Veleio Patérculo (1630).¹⁶⁹

Fidelidade ao original e concisão são qualidades da versão de Tácito por Sueyro, valorizadas por Sanmartí, a despeito dos reparos levantados anteriormente por Menéndez Pelayo, que a julgava “inferior en soltura, pureza y gala a las de Coloma y Barrientos”.¹⁷⁰

“Baltasar de Álamos”

Melhor fortuna teria a tradução das obras completas de Tácito realizada por Baltasar Álamos de Barrientos, que segue em muitos passos a de Sueyro, a quem aliás homenageia como precursor, e que seria publicada um ano apenas após aquela. Trata-se do “*Tácito Español ilustrado con Aforismos*” (Madri, 1614).¹⁷¹

Natural de Medina del Campo, Álamos estudou leis em Salamanca e vinculou-se ao controvertido secretário de Felipe II, Antonio Pérez. Com a desgraça política deste último, esteve encarcerado até a data da morte do mesmo Felipe. Na prisão, entreteve-se com o trabalho de tradutor. O texto esperou alguns anos para ir ao prelo.¹⁷²

Além de uma biografia mais extensa do historiador romano, o “*Tácito Español*” consta de “Comentários” destinados a esclarecer passos obscuros do texto, e – o que parece ter sido decisivo para sua ampla difusão e influência – de uma coleção de sentenças ou “aforismos” retirados do original.¹⁷³

¹⁶⁸ Martínez, B. A., ob. cit., p. 71.

¹⁶⁹ Idem, p. 73.

¹⁷⁰ Idem, ibidem.

¹⁷¹ Idem, p. 74.

¹⁷² Idem, ibidem.

¹⁷³ Martínez, ob. cit., p. 74.

O tradutor descreve-os como “Aforismos, y advertencias de Estado, que se sacan de sus palabras, y de los sucesos, que refiere, añadidos a la margen del texto de Tácito”, considerando-os como “convenientes y necesarios para la conservacion y aumento desta Monarquia, y el Gobierno de la vida, y moderación de los afectos humanos”, e mais que isso: “... son el fruto verdadero de la lección histórica de donde nace la experiencia universal, madre de la prudencia política, en lo que puede alcançar la flaqueza del juicio humano”.¹⁷⁴

Pondera Beatriz Martínez que:

Estas palabras de Álamos revelan ya el significado político de las obras de Tácito en el siglo XVII, en lo que tendrán mucho que ver los aforismos y advertencias que el se encargó de extraer. Asimismo, queda esbozada la relación existente entre Historia y Política, y el valor que tendrá aquella – y en particular la de Tácito – para la conservación y aumento de un Estado.¹⁷⁵

Ora, o conceito do aforismo como repositório ou “fruto verdadero de la lección histórica” interessa diretamente ao presente estudo, pela luz que pode lançar sobre a importância atribuída por Melo ao emprego, na escrita da história, de “sentenças, observações e juízos” (905) e ainda, precisamente, de “aforismos políticos” (940). Importa igualmente a observação da professora da Universidade de Valladolid por identificar ou, antes, por sugerir a identificação, dos “aforismos y advertencias” como o exato lugar historiográfico em que se condensa e se explicita o nexo entre História e Política.

A idéia de que nos aforismos se contêm, afinal, os ensinamentos da História, formando uma espécie de ciência moral nas esferas pública e privada, está contida, e depois rebatida, aliás, na “Aprobación” que o licenciado Antonio de Covarruvias escreve para a tradução de Álamos de Barrientos.¹⁷⁶ O mesmo Covarruvias importa ao estudo do Tacitismo espanhol como o mais importante nome do núcleo de Toledo, de um dos sete núcleos tacitistas, identificados por Beatriz Martínez, a manter correspondência com o grande editor de Tácito, Justo Lipsisio.¹⁷⁷

Aforismos, para ele, “*son sentencias breves sacadas de los casos de la Historia*”, sendo “*muy de loar*” a iniciativa do tradutor ao reuni-las, uma vez que “*es el más principal fruto y provecho que se puede y deve pretender de la Historia: que por eso se llama maestra de la*

¹⁷⁴ Idem, p. 75.

¹⁷⁵ Idem, ibidem.

¹⁷⁶ Idem, pp. 75-76.

¹⁷⁷ Martínez, B.A., ob. cit., 75. “Este autor [Covarruvias] fue el más destacado representante del núcleo toledano, uno de los núcleos que, en la España de fines del siglo XVI y principios del siglo XVII, tuvo correspondencia con el gran editor de Tácito J. Lipsio.”

vida”.¹⁷⁸ A professora de Valladolid, que parafraseamos nesta passagem, acrescenta que “*Aunque reconoce Covarruias el valor de los aforismos, sin embargo acaba por decir que ‘en esta parte de ciencia moral, pública, o particular, no ay regla segura; y que no se requiere prudencia particular en las ocasiones’*”.¹⁷⁹

Anotar que a tradução de Álamos repercutiu fora da Espanha, sendo os aforismos que a acompanham logo traduzidos ao italiano por Girolamo Canini (1551-1631) e incluídos na edição veneziana dos “Anais” e das “Histórias” feita por Adriano Politi em 1618.¹⁸⁰ Observa Martínez que “*El eco europeo de Álamos no se reduce a su tiempo: los modernos estudiosos del Tacitismo, en el corto espacio que dedican a España, centran su atención sobre todo, y a veces exclusivamente, en el ‘Tácito’ de Álamos, pero sin detenerse en las cuestiones filológicas, pues lo que les interesa son los ‘Aforismos’ y el pensamiento tacitista del autor*”.¹⁸¹

Carlos Coloma

A tradução de Tácito pelo alicantino Carlos Coloma aparece em Douay, próximo à atual fronteira belgo-francesa, em 1629, à revelia do autor, a ele mesmo dedicada pelo editor da obra, frei Leandro de San Martín, professor de hebraico na universidade local, e limitada aos “Anais” e às “Histórias”.¹⁸²

Coloma será novamente citado no “Hospital das Letras”, com admiração, pela experiência e conhecimento dos assuntos militares, como um dos historiadores da Guerra de Flandres ou Flandes (929-931). Sua “Guerra de los Estados-Bajos, desde el año 1588 hasta el de 1599”, em doze livros, organizados por períodos anuais, teve uma primeira edição em 1625 e uma segunda em 1629, ambas em Anvers.¹⁸³

Fez longa carreira de armas, servindo aos três Felipes, seja na mesma Flandres, seja nas guerras italianas de Castela. Ocupou cargos administrativos e diplomáticos, tais como governador de Cambray, embaixador na Inglaterra, e alcançou altas posições na corte de Felipe IV (conselheiro de estado e guerra, “mayordomo” e “gentilhombre de Cámara”).¹⁸⁴

¹⁷⁸ Idem, p. 76.

¹⁷⁹ Idem, ibidem.

¹⁸⁰ Idem, p. 82.

¹⁸¹ Idem, p. 83.

¹⁸² Idem, ibidem.

¹⁸³ Sobre Carlos Coloma e as edições de “Las guerras de los Estados-Bajos, desde el año 1588 hasta el de 1599”, consultar também as “Notícias biográficas de los autores comprendidos en este tomo”. Historiadores de Sucesos Particulares. Tomo segundo. Biblioteca de Autores Españoles. Tomo vigesimooctavo. Madrid: Ediciones Atlas, 1948.

¹⁸⁴ Martínez, B. A., ob. cit. P. 83.

Na dedicatória a Coloma, frei Leandro declara que, ao cotejar a tradução deste com as que, noutras línguas, se fizeram de Tácito, “Príncipe de los Historiadores y políticos”, “me pareció ésta tan propia, fácil y clara *en la exposición de los conceptos preñados del autor acostumbrado a decir mucho en pocas palabras* y por outra parte tan allegada a la misma letra y estilo de Tácito que me parece que el mismo Tácito no usara de otro lenguaje si escribiera en español”.¹⁸⁵

Como na passagem do “Hospital das Letras” dedicada à guerra de Flandres, adiante, o editor da tradução de Tácito por Carlos Coloma valoriza a experiência do tradutor, “un hombre experimentado y práctico”, contrastando-a além disso com “la diligencia sombría de los letrados que nunca salieron de la quietud de sus estudios”.¹⁸⁶

O estilo fácil e agradável de Coloma, reconhecido por um Menéndez Pelayo – conquanto admita, segundo Beatriz Martinez, “que el trabajo (...) no es perfecto y que se aparta mucho de *la austera concisión y sequedad sentenciosa tacitiana*”¹⁸⁷ – fez dessa tradução uma preferência de editores e leitores ainda válida em nossos dias.¹⁸⁸

Questionário do Autor

Merece atenção num estudo historiográfico a seqüência de perguntas oferecidas em 724 pelo Autor (“*Ainda pergunto mais: que casta de engenho tinha? Que profissão? Que estudo?*”), as quais devem ser lidas, cumulativamente, com a interrogação que faz em 722 (“*não me direis, de raiz, quem foi este Tácito que tanto aplauso tem no mundo?*”).

São interrogações que, traduzindo a organização do pensamento meliano e também o seu método, na abordagem dos escritores submetidos às visitasões críticas/clínicas do “Hospital das Letras”, devem ser, afinal, endereçadas ao próprio Melo: quem foi este escritor no mundo dos homens? Que casta de engenho tinha? Que profissão? Que estudo?

Observar a propósito a surpreendente congruência que, respeitadas as distâncias de toda ordem, apresentam as perguntas do Autor com as interrogações contidas no roteiro proposto por Michel de Certeau em “A operação historiográfica”.¹⁸⁹

¹⁸⁵ Idem, *ibidem*.

¹⁸⁶ Idem, *ibidem*.

¹⁸⁷ Idem, p. 84.

¹⁸⁸ Martínez registra, da tradução de Tácito por Carlos Coloma, três edições na segunda metade do século XX: as da Clásicos Hernando, da Colección Austral (editorial Espasa-Calpe) e ainda Ed. Ibéria (Barcelona, 1960).

¹⁸⁹ “A Operação Historiográfica”, in Michel de Certeau, “A Escrita da História”, 2ª. Ed., Rio: Forense Universitária, 2002. Trad. de “L’Écriture de l’Histoire”, Paris: Gallimard, 1975.

Com efeito, a definição de um lugar social a partir do qual “fala” o historiador (“Quem foi?”); a de uma prática historiográfica condicionada e validada pela corporação dos profissionais do mesmo ofício (“Que profissão? Que estudo?”); e a de uma escrita pessoal que traduz as particulares inflexões e modulações de um dado autor no quadro desses condicionamentos maiores (“Que casta de engenho tinha?”); acham-se de certo modo abrangidas e cobertas pelas interrogações melianas.

SM Esquecimento e redescoberta de Tácito e seus efeitos. O quinto e o sexto sub-módulos (respectivamente 726-730 e 731-732) formariam a rigor um SM apenas, com dois temas: o que se acaba de expor, para o quinto, e o da lista de obras que compõem o corpus taciteano, para o sexto, que se encerra (732) com fala conclusiva de Lípsio (“*Que importa tudo isso, se pelo dedo pareceu tal o gigante que a todos fez anãos diante de si!*”).

O que asseguraria unidade ao trecho, “fechando-o”, é justamente esse pronunciamento, que vindo ao final do segundo refere-se porém aos teores do primeiro sub-módulo. O fracionamento da unidade em dois SMs, um para cada núcleo temático, tem a finalidade adicional de expor com destaque um problema de estabelecimento do texto que, herdado da edição *princeps* de 1721, não chegou a ser resolvido até o momento. Trata-se da atribuição, ao Autor, de dois pronunciamentos seguidos, os de números 728 e 729. Veja-se a íntegra da primeira parte, com as rubricas repetidas em negrito:

Autor. Reparei já muito em que, sendo o Tácito tão antigo, não florescesse sua memória nos séculos passados.

Quevedo. Ficaram suas obras enleadas no silêncio, com a perda do Império Romano, em tal feição que, em muitos tempos, não gozou o mundo o resplendor de sua doutrina.

Autor. Deixai-me que creia antes foi providência altíssima relevar-nos tantos anos do uso de suas máximas. Mas, porque do mesmo modo que se afirma da antiga Roma que, por alimpar a república, tornou a admitir os médicos em razão da muita gente que sem eles vivia e multiplicava os trezentos anos de seu desterro, segundo quer Dionísio Halicarnasso, assim também parece que, por castigar a república com os efeitos de máximas rigorosas e insuportáveis alvitres, permitiu Deus ressuscitasse a escola de Tácito e visse a gente suas obras, para ser castigada na observância de seus escritos.

Autor. Tantos foram?

Quevedo. Os que bastaram para que fosse uma tinha universal pegada na cabeça dos monarcas. (726-730)

As duas mais recentes edições do “Hospital das Letras”, de Colomès (1970) e Pedro Serra (1999), ambas edições críticas, obedecem neste ponto à edição *princeps*, e guardam a mesma seqüência de atribuições, com o Autor “falando” duas vezes seguidas.¹⁹⁰ A edição de José Pereira

¹⁹⁰ Na edição Colomès, a repetição da rubrica “Autor” ocorre às pp. 106 e 107; na edição Pedro Serra, à p. 111.

Tavares (1959) limitou-se a trocar por Lípsio o segundo pronunciamento repetido do Autor em 729 (“*Tantos foram?*”),¹⁹¹ sendo copiada nesta solução pela edição Bruguera em livro de bolso (que carece de datas, de notas ou de qualquer aparato crítico, sendo datada provavelmente dos anos 1960).¹⁹²

Queremos crer que a seqüência correta, por mais plausível, como se demonstra em seguida, seria atribuir a Lípsio ao invés de Quevedo a entrada 727, e a Quevedo ao invés do Autor a entrada 728. A seqüência (permita-se-nos a reiteração) ficaria (com as rubricas modificadas em negrito):

Autor. Reparei já muito em que, sendo o Tácito tão antigo, não florescesse sua memória nos séculos passados.

Lípsio. Ficaram suas obras enleadas no silêncio, com a perda do Império Romano, em tal feição que, em muitos tempos, não gozou o mundo o esplendor de sua doutrina.

Quevedo. Deixai-me que creia antes foi providência altíssima (...). Mas, porque do mesmo modo se afirma da antiga Roma que, por alimpar a república, tornou a admitir os médicos em razão da muita gente que sem eles vivia e multiplicava (...), assim também parece que, por castigar a república (...), permitiu Deus ressuscitasse a escola de Tácito e visse a gente suas obras, para ser castigada na observância de seus escritos.

Autor. *Tantos foram?*

Quevedo. Os que bastaram para que fosse uma tinha universal (...).

São as seguintes as razões da seqüência proposta: 1. O Autor está na posição do aprendiz que faz as perguntas, valendo-se da sabedoria de seus interlocutores. O terceiro pronunciamento (728) do sub-módulo (“Deixai-me que creia antes foi providência altíssima (...)”) supõe opinião já formada sobre Tácito e não combina com este papel. Deve por isso ser atribuído a qualquer dos outros interlocutores. Dos três, é Quevedo quem nutre aversão aos médicos, ferozmente satirizados nessa entrada. Outros pronunciamentos de, e sobre, Quevedo (010, 116 e 117) autorizam essa conclusão. O teor do pronunciamento, de resto, não seria compatível com Lípsio, fervoroso leitor e devotado editor de Tácito. A alternativa restante seria Bocalino. O ódio quevediano aos médicos decide-nos na escolha. 2. Ora, se Quevedo se pronuncia em 728, a quem caberia a entrada que lhe é atribuída em 727? Pensamos que a referência ao “silêncio” em que ficaram “enleadas” as obras do corpus taciteano e ao “resplendor de sua doutrina” decide para Lípsio a atribuição. Seu trabalho de editor foi decisivo para revelar esse “resplendor”. 3. A solução proposta resulta harmoniosa com os papéis assumidos pelos interlocutores ao longo do

¹⁹¹ A alteração de rubrica, na edição Tavares, ocorre à p. 211 do vol. II dos “Apólogos Dialogais”.

¹⁹² Na edição Bruguera, a alteração ocorre à p. 103.

diálogo, e exige um mínimo de intervenção no texto. Também o contexto imediatamente anterior se prolonga naturalmente com a adoção da seqüência Autor/Lípsio/Quevedo/Autor/Quevedo em vez da versão *princeps* Autor/Quevedo/Autor/Autor/Quevedo. Afinal, Lípsio ficara “em dívida” com o Autor no jogo de pergunta/resposta (724-725) que precede o sub-módulo (“Perguntai-me em auto apartado, que eu vo-lo direi cabalmente”), “pagando-lhe” agora (727) com uma resposta clara.

Nos cinco pronunciamentos do sub-módulo, transita-se da redescoberta dos escritos de Tácito, vista favorável (pelo “resplendor de sua doutrina”) e negativamente (como um “castigo” divino que recai sobre a república “com os efeitos de máximas rigorosas e insuportáveis alvitres”), para a “tinha” em que se converte, “pegada na cabeça dos monarcas”, e já se ingressa aí no terreno do Tacitismo. Note-se que a lição da edição *princeps*, que acolhe o vocábulo “tinha” (ou “porrigem”, micose que ataca os pelos e os cabelos), é recusada pelas edições críticas de Colomès e Serra, que preferem “linha”.

A imensa bibliografia acerca de Tácito registra cada passo do redescobrimento da obra pelos humanistas (Boccaccio, Poggio e outros) em mosteiros da Itália (Monte Casino) e da Alemanha (Hersfeld), nos séculos XIV e XV. Em seu estudo sobre o Tacitismo na Espanha, Beatriz Martínez resume os episódios que resultam no estabelecimento do corpus taciteano tal como o reconhece a modernidade.¹⁹³

Os manuscritos que restam, do abandono em que foram encontrados, contêm apenas, dos “Anais”, os decisivos livros iniciais (I-IV, o começo do V e o VI sem o final), mais os livros XI-XVI, de um total, que se deduz, de dezoito livros, abrangendo a história do período da morte de Augusto ao final de 68 da era cristã. Na introdução à tradução para o inglês da Loeb Collection, John Jackson ensina que a estrutura da obra era provavelmente hexádica, com seis livros para o principado de Tibério (I-VI), mais seis (VII-XII) para os de Calígula e Cláudio, e os seis finais (XIII-XVIII) para o de Nero (com Galba).¹⁹⁴

Das “Histórias” são conhecidos apenas os primeiros cinco livros de um presumível conjunto de doze, os quais cobriam o período de janeiro de 69 a.D. à morte de Domiciano em 96. Os eventos narrados nos livros existentes dessa última parte compreendem os tumultuosos vinte

¹⁹³ Martínez, B.A., ed. cit., “El Renacimiento: descubrimiento y primeras ediciones”, pp. 39-46.

¹⁹⁴ Tacitus, vol. III. John Jackson, “Introduction”, pp. 234-235. Loeb Collection, ed. citada.

meses entre janeiro de 69 e agosto de 70, quando Roma conhece o caos e quatro imperadores em rápida e sangrenta sucessão de golpes de estado.

As chamadas “obras menores”, as primeiras a serem escritas por Tácito, incluem o “*Dialogus de Oratoribus*”, em estilo ainda marcado pela influência de Cícero; a biografia de seu sogro Gnaeus Julius Agrícola ou simplesmente “Agrícola”, estudo de personalidade em que ressalta o comportamento correto e prudente deste general sob a tirania de Domiciano; e “*De origine et situ Germanorum*” (aproximadamente “Origem e terra dos germânicos”) ou “*Germania*”, com a descrição da geografia, dos povos e dos costumes dos bárbaros de além-Reno, o primeiro estudo que se conhece da primitiva sociedade teutônica¹⁹⁵ [232 Jackson].

Sobre o “*Dialogus de Oratoribus*”, anota Jackson, na citada introdução:

The work, written in the neo-Ciceronian style, offers so sharp a contrast to the later manner of Tacitus that its authenticity was early called into question, first by Beatus Rhenanus, then by Justus Lipsius, with the full weight of his great name. Only in 1811 were the doubts dispelled by Lange’s discovery that a letter from Pliny to Tacitus alludes unmistakably to the *Dialogue*.¹⁹⁶

A fama de Tácito repousa, porém, sobre a história do Principado, da ascensão de Tibério ao assassinato de Domiciano. É o período coberto pelos “Anais” e pelas “Histórias”, os quais teriam sido compostos na ordem inversa à cronológica – primeiro, o historiador tratou dos últimos tempos e, por último, dos primeiros.

São os “Anais”, portanto, a obra da maturidade, e aquela que maior interesse apresenta para o estudo do Tacitismo nos séculos XVI e XVII, particularmente os primeiros cinco livros sobre Tibério. A instauração da ditadura pessoal e a erosão das antigas liberdades, com a redução do Senado a uma sombra do que fora na República, a progressiva degeneração dos costumes num regime de servilismo e medo, a premiação dos bajuladores, a propagação da prática da delação, as intermináveis tramas de bastidores, as conspirações reais e imaginárias, a intrusão virtual em todas as esferas privadas dos caprichos e vontades do soberano, os suicídios induzidos e preventivos, formam a crônica sombria do primeiro Príncipe¹⁹⁷

¹⁹⁵ Jackson declara a “*Germania*” “the first extant study of early Teutonic society”. *Introd.*, ed. cit, p. 232.

¹⁹⁶ *Idem*, p. 230-231

¹⁹⁷ Há um consenso entre os comentadores sobre o clima sinistro das crônicas taciteanas. A sucessão de horrores em Tácito foi notada por um leitor famoso, Bonaparte, que teria declarado: “Não sei de nenhum outro historiador que tenha caluniado e diminuído dessa maneira a humanidade. Nas menores transações ele busca motivos sórdidos: de cada imperador faz um completo vilão, e o retrata de tal maneira que acabamos por admirar o espírito do mal que o permeia, e nada mais. Já se disse com justiça que os seus ‘Anais’ são uma história, não do Império, mas dos tribunais criminais romanos – nada, além de acusações e acusados, perseguições e perseguidos, e personalidades abrindo as

Anotar que o poder unipessoal de Augusto, que a rigor inaugura o Principado romano, e sobre o qual apenas indiretamente escreve Tácito, não é visto como a primeira tirania. Como escreve W.A. Laidlaw, talvez Tácito, como seus coetâneos, tivesse Augusto como o último dos senhores-da-guerra que liquidam a República.¹⁹⁸ O próprio Tibério faz inicialmente um governo objetivo e razoável. O mergulho no despotismo e na insegurança das relações pessoais data do aparecimento de um favorito, Sejanus, personificação das ambições ilimitadas, servidas pela astúcia e pelo cálculo.¹⁹⁹

A arte de Tácito está no desenho das mutações psicológicas graduais que, neste ambiente, desfiguram as personalidades. É o estudo do poder absoluto, realizado por um narrador sagaz, conhecedor da política e do estado romano, que não hesita em intervir na história para tirar lições de validade mais geral, resumidas em fórmulas sintéticas de fácil retenção.

A natureza duplamente válida dessas lições, que ensinam a exercer o poder absoluto e a viver prudentemente sob tal regime, seria talvez o mais decisivo fator a explicar a difusão dos escritos taciteanos no Renascimento e no Barroco. Como anota Beatriz Martínez, já Guicciardini expunha nos “Ricordi” em 1529 “la doble faz que presenta la obra de Tácito: enseña a los tiranos a mantenerse en el poder y a los súbditos a vivir bajo un régimen tiránico”²⁰⁰. As mesmas interfaces estarão presentes na ética e na política “neo-estóicas” propostas por Justo Lúpsio às sociedades européias da modernidade, a partir da leitura de Sêneca e de Tácito.

A ambivalência dos ensinamentos de Tácito, como resume A. Momigliano no verbete já citado, ao mesmo tempo que explica a sua propagação no Renascimento e no Barroco, leva diretamente ao fenômeno do Tacitismo, que forma, afinal, a moldura dentro da qual se propõe aqui a leitura dos Elos Historiográficos presentes no “Hospital das Letras”. Será no confronto com Maquiavel e no tratamento da razão de estado que dar-se-ão as reelaborações de Tácito às quais se aplica o termo:

Onde la varietà di queste riprese di Tacito: da chi praticamente nascondeva la sua adesione al Machiavelli, salvo lievi sfumature, citando Tacito (per es. Lelio Marretti), a chi corregge o addirittura combatte Machiavelli con Tacito. La correzione assumeva un duplice senso o che ci si richiamasse alla paganità di Tacito e dei suoi imperatori, e quindi si dimostrasse la differenza tra la ragion di stato cattiva che

veias nas termas e nos banhos. Ele menciona continuamente as acusações, mas é ele mesmo o grande denunciador”.

A citação vem na introdução de J. Jackson a *The Annals*, The Loeb Collection, vol.III, ed. cit.

¹⁹⁸ Laidlaw, W.A., “Latin Literature”. London: Methuen, 1951.

¹⁹⁹ O livro IV dos “Anais” descreve o processo de transformação de Tibério em um déspota, datando seu início da influência de Aelius Sejanus, prefeito das coortes pretorianas – o que se declara já no primeiro parágrafo.

²⁰⁰ Martínez, B. A., “El Tacitismo en el siglo XVII en España”, ed. cit., p 45. e também p. 111.

poteva essere descrita da Tacito e a ragione di estado buona que deveria ser propria del principe cristiano, o que ci si richiamasse a quell'aspirazione indubbia di Tacito a un principato di moralità superior e si facesse di lui, contro l'ateo Machiavelli, un cristiano avanti-lettera.²⁰¹

Momigliano enumera também as razões intrínsecas ao texto que estariam à base do Tacitismo e do interesse por Tácito na modernidade, razões primeiro políticas, pois, tratava-se de *“uno storico dominato dal problema politico in un'età che per prima si era venuta ponendo nella sua autonomia il problema della politica, uno storico che tratta di sovrani e non di repubbliche in un'età che vedeva il consolidarsi delle grandi monarchie”*, lembrando que *“i libri più suggestivi degli ‘Annali’, i primi cinque su Tibério, furono pubblicati nel 1515, quando appena il ‘Principe’ del Machiavelli era scritto”*.

Mas o Tacitismo resultaria de razões também estilísticas, que fazem de Tácito o modelo alternativo a Cícero e, já avançando pelo século XVIII, uma ponte para o latim “universal” do Settecento:

Si aggiunga il crescente interesse stilistico, per una cultura che stava esaurendo il ciceronianismo: soprattutto tra la fine del Cinquecento e il principio del Seicento Tacito permette di rimanere nell'ambito del classicismo a quelli che sentono il bisogno di un'espressione moderna, e perciò costituisce il ponte di passaggio per un lato alla prevalenza del francese, che la filosofia e la diplomazia francese imporranno in Europa, per un lato al latino senza stile, “universale”, dei dotti settecenteschi.²⁰²

SM Obras conhecidas: “Anais”, “Histórias” e “Agrícola”. O sexto sub-módulo, anotada a unidade discursiva que o reuniria num único SM ao quinto, abrange duas declarações (731-732), a de Bocalino, com o inventário das obras do historiador romano, aliás incompleto mesmo para a época de Melo, pois omite a “Germania”; e a de Lípsio, que atesta o reconhecimento sem paliativos da grandeza de Tácito.

Bocalino. Só sabemos de três obras suas: a “História de Roma”, imperfeita, os “Anais” de alguns imperadores, começando em Tibério, e a vida de seu sogro Júlio Agrícola, tudo por acabar, porque o Tácito, assim como era malcontente dos outros, também de si não era satisfeito. Riscava e borrava muito, proveitosa diligência para o bom logro de qualquer escrito, contra a presunção dos fáceis ou socorridos.

Lípsio. Que importa tudo isso, se pelo dedo pareceu tal o gigante que a todos fez anos diante de si! (731-732)

Já se registrou acima que, à época, não se reconhecia o “Dialogus de Oratoribus” como parte do corpus taciteano. A omissão da “Germania” deve ser atribuída a descuido ou

²⁰¹ “Tácito”, Enciclopedia Italiana, vol. XXXIII, p. 173. Roma: Istituto della Enc.It., 1950.

²⁰² Idem, ibidem.

esquecimento do autor, pois integrava as traduções de Sueyro e de Álamos, mencionadas acima. As obras que o autor reteve de memória formam, contudo, o conjunto da historiografia de Tácito, se excluirmos do âmbito estrito da História as considerações etnográficas contidas na obra omitida.

Anotar a variante – “História de Roma” – adotada por D. Francisco Manuel para o título das “Histórias”. Curiosamente, a obra é dada como “imperfeita”, quando poderia dizer “fragmentária”, pois era fato bem sabido que os escritos de Tácito chegaram parcialmente destruídos aos tempos modernos. Tanto que um dos “Ragguagli di Parnaso” de Boccacini, como vimos (“Os interlocutores na real”), consiste no pedido, formulado a Apolo, para que determine ao historiador romano refaça os seus livros faltantes.

A “imperfeição” da “História de Roma” e o estado supostamente inacabado do conjunto das obras de Tácito, juntamente com o hábito de “riscar e borrar muito”, pensamos devam ser lidos como conjecturas ou então juízos colhidos nos comentadores, ou formados pelo autor, que também de moto próprio parece alcançar a conclusão de que “o Tácito, assim como era malcontente com os outros, também de si não era satisfeito”. Estaríamos talvez diante da ilusão especular freqüente em toda leitura, e então seria o próprio Melo que, “descontente com os outros, também de si não era satisfeito”.

Do mesmo modo, as observações contidas no pronunciamento de Bocalino sobre o método de composição de Tácito poderiam ser lidas reflexivamente: seria o autor quem projeta aqui uma convicção pessoal, considerando o muito rascunhar como “proveitosa diligência para o bom logro de qualquer escrito, contra a presunção dos fáceis e socorridos”.

A prevenção do autor contra os enganos e os danos da facilidade de escrita aparece em outros lugares do “Hospital das Letras”. Escritos malogrados por excesso de facilidade são mencionados na Primeira Estante, módulo 26, pronunciamentos 406-414, em que se lamentam as discrições “desperdiçadas” do poeta castelhano Antonio de Mendoza, para acabar em adágio: “Na mina do ouro e na casa do ourives, até as varreduras são de vinte e quatro quilates”. Na “Visita das Fontes”, a propósito dos “engenhos copiosos”, a Fonte Velha adverte que “não poucos há arriscados, deslizando-se facilmente da facilidade à vulgaridade”.²⁰³

SM Teorema de Melo-Tácito: o caso e o discurso. O sétimo sub-módulo (733-734), dos oito em que se fraciona o módulo em tela (MD55, relativo a Tácito, ao Tacitismo e aos tacitistas,

²⁰³ “Visita das Fontes”, p. 144, linhas 28 a 30. Vol. II da edição Tavares dos “Apólogos Dialogais”, ed. cit.

717-737), consiste de duas entradas (733-734) – uma pergunta do Autor e uma resposta de Lísio, à primeira vista enigmáticas e incongruentes entre si:

Autor. Pois como se conta o Tácito entre os políticos, se ele foi histórico?

Lísio. A pergunta é tão formal que requeria mais tempo para vos satisfazer; porém, para o ficardes por agora, bastará advertirdes que, neste autor como nos mais historiadores, não serve o discurso ao caso, antes o caso serve ao discurso, sendo contado como acaso tudo que se conta. É bem verdade que a História se quer vestida e revestida de juízos, sentenças, secretos, malícias e discrições: porque, enfim, uma história nua, sobre desonesta, é desaproveitada. Isto vos dirá Agostinho Mascardi, que melhor o escreveu do que o observou, mas contudo não por tal modo que se quebre o fio dos acontecimentos, sendo tirado fortemente para outra parte, pela força do discurso. (733-734)

Ora, o nexa entre História e Política solicitado pelo Autor está no cerne da questão do Tacitismo, o fenômeno histórico da releitura de Tácito nos séculos XVI e XVII.

Nos sub-módulos anteriores, verificamos que as sentenças e “aforismos” recolhidos no corpus taciteano são tomados como fórmulas que resumem as lições da História. Vimos como a dupla face dos ensinamentos de Tácito, válidos para a orientação do súdito e do soberano, explica sua revalidação ao tempo das monarquias absolutas, permitindo além disso um “diálogo” não-declarado com Maquiavel no quadro das interdições da Contra-Reforma. Vimos também como esses ensinamentos são atualizados para os tempos modernos na síntese neo-estóica produzida por Justo Lísio, o grande editor de Tácito e de Sêneca ao final do século XVI e início do XVII.

Em sua resposta à curiosidade do Autor, o interlocutor Lísio envereda para outra das faces do fenômeno, a do Tacitismo como estilo historiográfico, vale dizer, como modalidade de escrita da História que se alastra ao tempo de D. Francisco Manuel. O representante paradigmático do tacitismo historiográfico à época, o bolonhês Virgilio Malvezzi, será julgado pelos interlocutores no módulo 80 (Quinta Estante, adiante) exatamente por apresentar com nitidez e excesso as características desse estilo:

Lísio. Digo-vos que o Bolonhês tem altos pensamentos, proporcionados a seu profundo saber. Passando, porém, ao modo prático de explicá-lo, *quanto foi louvável em desterrar a tediosa prolixidade dos italianos, foi repreensível no sincopal estilo que abraçou; donde, de ordinário, gemem apertados os conceitos*, calçando muito menos pontos de palavras do que seus pés pediam, para se fazerem práticos e inteligíveis ao juízo dos homens, para quem se escreve. O “Rômulo”, “Tarquínio” e “David” têm a sabida doença deste Marquês. (956)

Ao conciso estilo de Tácito, segundo Arnaldo Momigliano, em passo já citado,²⁰⁴ recorrem os autores do Renascimento tardio e do Barroco enquanto modelo que permite superar o ciceronianismo. “exaurido” e encontrar uma expressão moderna sem sair do âmbito dos clássicos. Como escreve em 1954 o erudito castelhano Samuel Gili Gaya, na introdução à obra de outro importante historiador dos Seiscentos, Francisco de Moncada²⁰⁵:

La primera fase del humanismo en la Historia, representada en Italia por Petrarca y en España por Marineo Sículo, Vaseo, Garibay, Sepúlveda y en parte por Mariana, se caracteriza por el afán de producir con el relato histórico un efecto estético parecido al de una tragedia o un poema, siguiendo la definición ciceroniana de la Historia como “opus oratorium maximum”. Sus obras, escritas generalmente en latín, buscan la imitación de Tito Livio, en el cual apreciaban, no sólo la abundancia del lenguaje, sino también la preferencia por los asuntos que se prestaban a un desarrollo estético y declamatorio.

Uma nova fase na historiografia humanista é demarcada pelos dois grandes florentinos do primeiro quartel do século XVI, e vem acompanhada pela eleição de Tácito como o modelo a imitar. Também nessa etapa o processo espanhol será gradualista, assumindo linhas mais nítidas nos “historiadores de sucessos particulares”, entre os quais, por sua história do levante da Catalunha, inclui-se aliás Melo, já do século XVII.²⁰⁶

Maquiavelo y Guicciardini inauguran en Italia la nueva escuela del Renacimiento, más realista y menos poética. En nuestro país no aparece esta segunda fase tan diferenciada como en Italia, sino que se va formando en un lento proceso evolutivo, sin línea divisoria fija; pero se percibe principalmente en los historiadores de sucesos particulares, como Moncada y Hurtado de Mendoza, en los cuales la naturaleza concreta de sus asuntos y la visión de la realidad contemporánea obligan a buscar datos con más o menos crítica y a sujetar a ellos su retoricismo puramente formal y limitado generalmente a acercar más o menos el lenguaje a la dicción concisa y aún conceptuosa, de Salustio y de Tácito. Se siente todavía la Historia como un valor primordialmente literario, pero con fundamentos reales elaborados con cierta crítica, y limitando lo literario al efecto ornamental de la expresión trabajada y clasicista. Sólo los historiadores de Indias – excepto Gómara y Solís – escriben con naturalidad completa, sin acordarse para nada de los historiadores romanos.²⁰⁷

As considerações de Gili Gaya importam aqui também pela sugestão, implícita, de **uma alterada relação entre historiografia e retórica**, particularmente nos autores de estudos monográficos. A “natureza concreta dos seus assuntos” e a “visão da realidade contemporânea”,

²⁰⁴ Verbetes “Tácito”, Enciclopedia Italiana, XXXIII, ed. cit..

²⁰⁵ Samuel Gili Gaya, “Introducción” à “Expedición de los catalanes y aragoneses contra turcos y griegos”, de Francisco de Moncada, p. XXXV-XXXVI. Clásicos Castellanos. Madri: Espasa-Calpe, 1954.

²⁰⁶ A “Biblioteca de Autores Españoles, desde la formación del lenguaje hasta nuestros días”, coleção dirigida por Cayetano Rosell, reserva lugar à “Guerra de Catalunha”, de D. Francisco Manuel, no primeiro tomo dos “Historiadores de Sucesos Particulares”, em seguida à “Guerra de Granada”, de Hurtado de Mendoza. Madrid: Atlas, 1946. Vimos também como Fueter o inclui entre os autores de monografias militares.

²⁰⁷ Samuel Gili Gaya, Introducción, ob. cit., XXXVI.

que os “obrigam a buscar dados com mais ou menos crítica”, seriam fatores determinantes dessa nova relação. Na nova fase da historiografia, o “retoricismo” estaria sujeito aos “dados do real”.

A mudança de posição poderia ser expressa, talvez, na fórmula seguinte: de “gênero literário submetido às normas da retórica clássica”, como resume Estruch Tobella²⁰⁸ na introdução à “Guerra de Catalunha”, a História passa a incorporar a Retórica como repositório de meios expressivos, vale dizer, como sua “auxiliar”. Teríamos, primeiro, a História no interior do âmbito da Retórica; e em seguida a Retórica como conjunto de meios aos quais recorre agora a História, subordinando-os às suas próprias demandas, exasperadas pela conflitividade da época.

Traduzindo-a e modificando ligeiramente a frase de Gili Gaya, teríamos então que, nos historiadores de sucessos particulares, a natureza concreta dos assuntos e a visão da realidade contemporânea os obrigam **não apenas** a buscar dados com mais ou menos crítica **mas também** a sujeitar a eles seu retoricismo puramente formal e limitado geralmente a aproximar mais ou menos a linguagem da dicção concisa e ademais conceitual de Salústio e Tácito.

Ora, como situar, à luz dessas notas do professor castelhano, e face ao Tacitismo em historiografia, os teores do pronunciamento de Lípsio em 734?

Uma leitura possível consistiria em reconhecer a oposição de nosso autor à variante digamos extremista do tacitismo historiográfico, exemplificada adiante em Malvezzi. Teríamos então, no âmbito da escrita da História, a valerem as observações de Gili Gaya, um Tacitismo atenuado, abraçado por Melo, pela voz de Lípsio, ao lado da crítica ao exagerado emprego dos recursos expressivos preceituados pelo código retórico.

Vejamos as partes do pronunciamento, que contém fórmula de inegável nitidez sobre o desacordo entre “caso” e “discurso”, vale dizer, entre “res” e “verba”, ou ainda entre “matéria” e “maneira”, para a qual não seria descabido propor, nos 350 anos do “Hospital das Letras”, a denominação específica de “Teorema de Melo-Tácito”:

Lípsio. A pergunta é tão formal que requeria mais tempo para vos satisfazer; porém, para o ficardes por agora, bastará advertirdes que, **neste autor como nos mais historiadores, não serve o discurso ao caso, antes o caso serve ao discurso**, sendo contado como acaso tudo que se conta. É bem verdade que a História se quer vestida e revestida de juízos, sentenças, secretos, malícias e discições: porque, enfim, uma história nua, sobre desonesta, é desaproveitada. Isto vos dirá Agostinho Mascardi, que melhor o escreveu do que o observou, mas contudo não por tal modo que se quebre o fio dos acontecimentos, sendo tirado fortemente para outra parte, pela força do discurso.

²⁰⁸ J. Estruch Tobella, “Introducción”, pp. 26-27, “Historia de los movimientos...”, ed. cit..

Anotar, além da antinomia “caso” versus “discurso”, outros binômios incidentes na passagem: “história vestida e revestida” versus “história nua”; e “fio dos acontecimentos” versus “força do discurso”; e ainda, no caso do tratadista Mascardi, a oposição entre escrever e observar (no sentido, que o contexto permite deduzir, de obedecer a preceitos).

Além da tácita remissão, para outro ensejo, de resposta mais direta (“que requeria mais tempo para vos satisfazer”) sobre o nexos entre História e Política, observam-se três movimentos lógicos no pronunciamento de Lípsio.

O primeiro movimento consiste no “Teorema” proposto, com a denúncia de que, em Tácito “como nos mais historiadores”, o caso importa menos que o discurso, vale dizer que a matéria torna-se um pretexto para a exibição de dotes expressivos e para a expressão pessoal, em detrimento da própria legibilidade da História. O Teorema de Melo-Tácito equivaleria a um manifesto contendo a exigência, implícita, de que o “discurso” sirva ao “caso”, contra a corrente predominante (“os mais historiadores”) que praticava o inverso.

A propósito, nova incidência da correlação caso/discurso, que denominamos a Versão B do Teorema de Melo-Tácito, ocorrerá em meio ao já citado módulo 80, no contexto do julgamento de Virgílio Malvezzi, “extremista” do Tacitismo, que seria oportuno antecipar também neste ponto, para o cotejo da fórmula geral com a sua aplicação prática:

Lípsio. (...) O “Rômulo”, “Tarquínio” e “David” têm a sabida doença deste Marquês.

Quevedo. E que tal? Porque eu, sempre que os vi, me pareceram de saúde perfeita.

Lípsio. Estar sempre, em sua história, todo o caso suprimido do discurso e abafado dele, de sorte que, **havendo o discurso de servir ao caso, este serve àquele**, lendo-se ou adivinhando-se o caso no discurso, o que notavelmente suspende o juízo dos leitores. (956-958)

Retomemos o primeiro movimento do sub-módulo em tela. Constatamos que se encerra com a admissão da inevitabilidade, para o senso comum, dessa inversão de valores historiográficos (“*sendo contado [o caso] como acaso tudo que se conta*”).

O segundo movimento admite, em sentido contrário, o emprego dos meios expressivos acessórios, como “juízos, sentenças, secretos, malícias e discrições”, de modo a tornar a História, assim vestida e revestida, “aproveitada”, isto é, de maior proveito, tema que reaparece no módulo 71, ao final da entrada 905 (“...*é necessário que o que faltou de riqueza à narração, supra a erudição em nosso proveito*”).

Ligeira digressão do segundo movimento anota, como fonte que preceitua o emprego de tais meios, o tratadista Agostino Mascardi, cujo “Dell’arte istorica” (Roma, 1636)²⁰⁹ é qualificado na Estante dos Historiadores, módulo 70, 903-904), como “livro de grande e bem logrado estudo”, e ele mesmo como “o mestre dessa arte”, conquanto não tenha obedecido às próprias recomendações na sua “Congiura del conte Giovan Luigi de’ Fieschi” (Veneza, 1629), como se depreenderá em 904.

O terceiro movimento, de síntese, produz a exceção ou mitigação do emprego dos meios expressivos acessórios admitidos no segundo, os quais devem ser mobilizados em medida certa: “(...) *mas não contudo por tal modo que se quebre o fio dos acontecimentos, sendo tirado fortemente para outra parte, pela força do discurso*”.

O essencial, em suma, é manter íntegro o “fio dos acontecimentos”, mas a História, para ser de maior proveito, admite recursos taciteanos típicos, tais como os “juízos” e as “sentenças”, equivalentes aos aforismos, além da revelação de informações ocultas (os “secretos”) e das intervenções de teor interpretativo (“malícias”), assim como das “discrições”, vale dizer, das observações de um “discreto”, da ordem do engenho.

Quanto ao “fio dos acontecimentos”, Jean Colomès observa a respeito dessa passagem²¹⁰: “On peut voir le développement d’une idée semblable, dans l’ ‘Epanáfora Trágica’” de Melo, que transcreve:

Mas é de saber que as concertadas histórias que de famosos autores achamos escritas são muito semelhantes a *uma trança de mais ou menos fios*, a qual poderia mal guardar seu lavor perfeito, se todos eles não foram entretecendo-se igualmente, agora parando uns para que dêem lugar ao curso dos outros, e outras vezes trabalhando aqueles que há pouco estavam quedos e detendo-se os que trabalharam até então.²¹¹

Na “Epanáfora Política”, a primeira das “Epanáforas de Vária História Portuguesa” (Lisboa, 1660), que tem por objeto as “alterações de Évora”, localizamos outra incidência deste “fio” essencial, que não se deve romper:

²⁰⁹ O tratado “Dell’arte istorica” de Mascardi seria reeditado em 1859 por Adolfo Bartoli, para o editor Felice Le Monnier, de Florença. Em 1994, uma edição fac-similar desta última aparece em Módena, com apenas 100 exemplares, promovida pelo editor Mucchi na coleção “Rosa di Gericò”, dirigida por Emilio Mattioli.

²¹⁰ Colomès, nota 395, p. 292.

²¹¹ A edição das “Epanáforas” citada por Colomès é a de 1931 (Coimbra), p. 182.

Disse até agora somente das alterações da cidade de Évora; e por não quebrar o fio principal da história, me fui por elas adiantando aos outros rumores semelhantes que passavam pelo Reino, dos quais será razão dar alguma notícia, para fazer mais clara a informação de todo este grande sucesso, e foi desta sorte (...).²¹²

SM Anedotas sobre contadores de histórias. O sub-módulo oitavo e último do MD relativo a Tácito e ao Tacitismo detém-se em duas anedotas ou retratos de contadores de histórias. Concluída (734) por Lípsio a exposição sobre as relações problemáticas entre “caso” e “discurso”, tem-se:

Autor. Como ora dizeis bem! A cujo propósito me lembra que vi já um cortesão tão imperfeito historiador que lhe sucedia, indo contando um acontecimento, divertir-se a tantos episódios que jamais acaba de contar cousa a que desse princípio; donde procedeu chamarem-lhe então, na corte, Fulano Começos.

Bocalino. Oh! Muito melhor fazia certo bacharel, meu compatriota que, como, por muito derramado nos discursos, lhe esquecesse sempre o que ia contando, costumava pedir ao ouvinte que acabasse já de dizer o que ele próprio ia dizendo, persuadido de que o outro era o contador e ele o escutante.

Lípsio. Vá-se o Tácito com Deus, que para Tácito nos tem feito falar muito. (735-737)

Na estrutura do módulo, a passagem serve de diversão ou entretenimento, breve “scherzo” com matéria leve destinada a oferecer ao leitor dos enigmas do SM anterior um “respiro” e, ao mesmo tempo, esclarecimento colateral, a indicar certa continuidade entre o simples contar histórias da conversação cotidiana e as complexas questões da arte histórica. O despacho final de Tácito, com trocadilho, guarda o mesmo clima de distensão.

MD58 Dois condes que nos quebram a cabeça (761-770)

Dois historiadores venezianos, Galeazzo Gualdo Priorato e Majolino Bisaccioni, atuantes em meados do século XVII, são analisados (e maltratados) pela junta de interlocutores, em passagem de teor historiográfico inserida em plena Quarta Estante (dos autores e livros de política).

Esta inserção fora de lugar não passa por descuido, com Quevedo anunciando-os, justamente, como “enxeridos” (“*Vejo aqui enxeridos com os estadistas os dous condes que hoje nos quebram a cabeça*”); sem que se possa inferir por que, afinal, “nos quebram a cabeça”.

De Galeazzo, que reaparece mencionado com certa deferência em outras passagens do corpus meliano (“Cartas Familiares” e “Epanáfora Bélica”), cita-se apenas, da extensa obra

²¹² “Epanaphora Política I”, p. 67, in “Epanaphoras de Varia Historia Portuguesa”, introd. e apêndice documental por Joel Serrão. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1977.

(cerca de 40 títulos, um dos quais sobre a última fase da Guerra dos Trinta Anos), “seu ‘Guerreiro Prudente’ que dedicou a Luís o Justo”, com a ressalva de que “se não chame à política e se fique na classe de noveleiros”.

Bisaccioni não se sai melhor, sendo criticado pelo uso de fontes precárias ou mentirosas, com base nas quais “desanda com um livro em que deve achar gosto, honra e proveito, porque, enfim, no cabo ninguém o cita ou demanda pela injúria, visto que não são os historiadores os homens dos quais se disse: ‘o homem pela palavra’”.

As fontes vêm assim descritas: “*Lípsio. (...) Faz o que pode: junta gazetas de capítulos de cartas de mercadores e talvez de birbantes e, enfim, de uns a quem não lhes vai nada em matarem ao Grão Turco, enfermarem ao imperador e convalescerem ao Pontífice (...)*”. A expressão “birbante”, do italiano de igual forma, tem o significado de “tratante” ou “velhaco”.

O pronunciamento final do bloco traz novo indício de que o autor programava uma seção historiográfica em região posterior do diálogo: “*Lípsio. Ainda não é tempo de tosquiar os historiadores, pois agora só entendemos com esta praga dos políticos*”.

Em artigo dedicado ao papel desempenhado pelos historiadores italianos de meados do século XVII no lançamento e uso historiográfico da palavra “revolução” com o significado político que vem a assumir nos tempos modernos²¹³, o professor Ilan Rachum, da universidade israelense de Bar-Ilan, chama a atenção para o caráter inovador da produção de autores venezianos que publicam, entre 1644 e 1659, uma série de livros sobre as revoltas populares, insurreições e guerras civis desse período, marcado por singular conflitividade no interior dos corpos políticos (incluindo a insurreição catalã e a Restauração portuguesa em 1640, a guerra civil inglesa a partir de 1642, revoltas na Sicília e em Nápoles em 1647, e a Fronda francesa no final do decênio e início do seguinte).²¹⁴ Entre eles, trata com destaque dos “dois condes” julgados pelos interlocutores no “Hospital das Letras”.

²¹³ Ilan Rachum, “Italian Historians and the Emergence of the Term ‘Revolution’, 1644-1659” in “History, The Journal of the Historical Association”, June 1995, number 259, volume 80.

²¹⁴ Ilan Rachum, art. cit., p. 192. “Following years of continued wars, contemporaries witnessed the tottering of the mighty Spanish monarchy, shaken by revolts in Catalonia and Portugal in 1640. Two years later the long civil war in England began. In 1647 Sicily and Naples burst into revolt against Spain, and shortly afterwards France succumbed to prolonged political agitation (1648-1652). Italian historians, observing and documenting these events, felt a need not only to offer explanations, but presumably also to update their relevant terminology.” Mais adiante, p. 194, observa, a propósito de Bisaccioni e dois outros autores: “Bisaccioni, [Alessandro] Zilioli and [Vittorio] Siri were Venetians. This is of some significance. As we shall see, Venetian historians, the most determined and successful practitioners of the new brand of writing, would continue to exercise influence also in the use of the term ‘rivoluzione’”.

Das obras de Bisaccioni (“prolific and somewhat pretentious”), nascido em 1583, é citada uma “*Historia delle guerre civili di questi ultimi tempi*”, “covering (...) the uprisings in western Europe during the past twelve years, to which Bisaccioni added also chapters on eastern Europe and the Turkish empire”²¹⁵, editada em Veneza, 1652, que bem poderia estar à base do comentário de Lípsio em 767, com sua menção ao “Grão Turco”.

Sobre Galeazzo Gualdo (1606-1678), extensamente resenhado no artigo, observa Ilan Rachum: “A professional soldier in his youth, he could brag even after he had become an established author: ‘As for the manner of my writing it is the same that I have always used, rude and unpolished’”).²¹⁶

²¹⁵ Ilan Rachum, art. cit., p. 200.

²¹⁶ Ilan Rachum, art. cit., p. 199.

SEGUNDA PARTE, SEGUNDA SEÇÃO**ELOS HISTORIOGRÁFICOS DA QUINTA ESTANTE**

Ao reconhecer os Elos Avulsos, na seção anterior, vimos como nosso autor vai adiantando ao longo das primeiras quatro estantes a discussão dos temas historiográficos, para os quais já reservava uma estante exclusiva.

As convicções e posições que explícita e implicitamente se revelam naquelas passagens formam, por assim dizer, a moldura ou quadro dentro do qual podem e devem ser lidos os Elos Historiográficos concentrados na Quinta Estante.

Assim, o módulo reservado a Tácito e aos Tacitistas (MD55, 717-737) na Estante dos autores e livros de Política permite situá-lo em posição de dissidência e inconformidade com relação às práticas historiográficas de seu tempo. Para D. Francisco, o “discurso” deve servir ao “caso”, vale a dizer, a retórica deve subordinar-se a uma historiografia agora atenta aos dados da realidade.

O episódio que denominamos “Intervalo dos historiadores” (SM do MD53, 242-263) define “engenho e maldade” como valores subjetivos do historiador. A ingenuidade não tem lugar na investigação dos acontecimentos e na escrita da História. O historiador deve saber escrever.

O “ninho das águias”, voltado ao elogio dos Sousa Coutinho (MD38, 563-568), deixa entrever a correlação que nosso autor estabelece entre a extensão e âmbito do objeto historiográfico e o modo narrativo. Deixa entrever também que a afeição aos amigos não deve impedir que suas realizações sejam avaliadas ao menos pelo prisma técnico.

Na extensa explicação das circunstâncias e justificação de seus procedimentos ao escrever a “Guerra de Catalunha” (MD46, 640-652), sustenta a própria coerência ao mesmo tempo que denuncia a ruptura do espaço político em que se movia, com argumentos que desenham claramente o lugar a partir do qual exercia o ofício de historiador.

Ao analisar a historiografia dos venezianos Gualdo e Bisaccioni (MD58, 761-770), demarca uma distância em relação à proliferação de histórias fantasiosas e à manipulação de fontes na historiografia de seu tempo, exigindo, por implicação, que o historiador seja “homem de palavra”.

Referências contidas no exame de outra de suas obras (MD48, 661-664), a hagiografia de Francisco de Assis (“El Mayor Pequeño”), reiteram sua preocupação com a legibilidade e com o emprego de recursos que assegurem a atenção do leitor, ao mesmo tempo que indicam uma consciência atenta à relatividade dos limites entre os gêneros literários.

Antes portanto de se alcançar os umbrais da Quinta Estante, importantes premissas e fundamentos da visão historiográfica meliana acham-se postos e expostos. Veremos em seguida, no reconhecimento dos Elos Historiográficos da Estante dos Eistoriadores, como várias dessas premissas são revisitadas e, às vezes, ilustradas por exemplos concretos. Um exemplo notável será a aplicação do “Teorema de Melo-Tácito” (o “discurso” deve servir ao “caso”) à leitura das obras do historiador bolonhês Virgilio Malvezzi (nas quais o “caso” serve ao “discurso”).

Extensão da Quinta Estante

Com exceção de um único módulo (MD78, entrada 947), que ainda assim contém informação historiográfica pontual, a Quinta Estante do “Hospital das Letras” é dedicada exclusivamente à visitação crítica dos autores e livros de História e à arte historiográfica. São 88 pronunciamentos ou entradas, das 992 que compõem o diálogo. Em porcentagem, equivalem a 8,87 por cento do total de entradas.

Do total de 84 módulos do “Hospital das Letras” (excluídas a Introdução e a Coda), quinze módulos estão compreendidos nesta Quinta Estante, aos quais somam-se os seis Elos Historiográficos Avulsos vistos anteriormente.

Adicionadas às 88 da Quinta Estante as 52 entradas dos Elos Avulsos, temos no diálogo um total de 140 entradas de teor historiográfico, ou 14,11 por cento do total de 992 entradas. O que significa, em número de entradas, que os segmentos de interesse historiográfico formam parte não desprezível do conjunto, tanto mais quanto “concorrem” com os teores poéticos (em pleno Siglo de Oro), políticos (em pleno ascenso da razão de estado) e também com a maioria dos módulos não-historiográficos contidos no julgamento e defesa do próprio Autor.

A Estante dos Historiadores (ou Quinta Estante) estende-se das entradas 893 a 982 e compreende o último grande bloco do diálogo. Tem início com a entrada em cena de Tito Livio (893) e termina com a chegada de “mais de dois mil jurisconsultos, amarelos como cera” (982).

A meio caminho da entrada 982 começa a Coda, mediante a qual se encerram logo em seguida o apólogo e os trabalhos da junta de interlocutores, com breves e ásperas considerações

sobre os juristas em geral e, a propósito dos saberes jurídicos, sobre a diferença que vai da noção de faculdade à de ciência.

Um território só para a História

A região reservada à historiografia, seja como “arte histórica” ou como produção historiográfica traduzida em autores e obras, vale lembrar, é precedida pela Estante dos Estadistas, isto é, dos autores e livros de Política, ou Quarta Estante. Uma vizinhança que traduz não apenas contigüidade como também a continuidade entre os dois territórios temáticos.

Contudo, para não deixar dúvida quanto à especificidade do território historiográfico, seu autor antepôs à galeria dos autores e livros de História, como figura de proa e historiador paradigmático, o romano Tito Lívio, aliás “capitão dos historiadores”, assim como, à frente da Quarta Estante, instalou logo à entrada a figura de Tácito, bifronte como Janus, de modo a sublinhar no historiador dos “Anais” o seu valor eminentemente político para a época.

Planejamento da Estante dos Historiadores

Já vimos anteriormente como duas passagens, entre os Elos Avulsos, trazem indícios que permitem inferir a deliberação e a intencionalidade com que, na composição do “Hospital das Letras”, nosso autor reservava para a visita dos autores e livros de História uma seção especial, que vem a formar afinal a Quinta Estante.

Ao final da apreciação da obra poética de Diego Hurtado de Mendoza (MD13), na Primeira Estante, o exame de sua “Guerra de Granada” é remetido para quando a junta clínica dele souber como historiador, ocasião em que – já se anuncia – será tratado com mais cortesia e, mais que isso, venerado como os clássicos gregos e romanos (252-253).

Outro claro indício de que uma futura Estante dos Historiadores achava-se nos planos da composição ocorre ao concluir-se a visita crítica (MD58, 761-769) aos venezianos Galeazzo Gualdo Priorato e Majolino Bisaccioni, autores de histórias de guerras e revoluções do século XVII que, “enxeridos com os estadistas”, têm por este motivo antecipada a sua avaliação na seção respectiva, a Quarta Estante. A passagem se encerra (769) com fala de Lípsio que bem revela esse planejamento (“*Ainda não é tempo de tosquiar os historiadores, pois por agora só entendemos com esta praga dos políticos*”).

Arranjo e organização da Quinta Estante

Os interlocutores, como se sabe, deslocam-se pelas estantes de uma biblioteca lisboeta convertida em hospital, no cumprimento de mandado da Relação de Apolo que determina ouçam,

informem-se dos males e receitem os remédios adequados aos autores e livros que ali jazem enfermos. O movimento da junta ao mesmo tempo clínica e crítica vai delineando, pela simples sucessão de seus passos, uma lógica seqüencial e certo arranjo construtivo que por assim dizer constituem a arquitetura do conjunto e das partes.

A relativa autonomia de cada um dos cinco grandes blocos temáticos (ou Estantes) sugere ou impõe o reconhecimento desta seqüência e deste arranjo no interior de cada qual. Propomos a encontrar em seguida os traços da arquitetura subjacente à Estante dos Historiadores. Qual o caminho nela percorrido pelos interlocutores? Como é construída?

Para compreendê-la como um conjunto, vale dizer, para contemplá-la em perspectiva, num só golpe do olhar, veremos, primeiro, em síntese forçada, o panorama que oferece, em vinte passos. Em seguida, no Sumário e Seqüência, faremos a visitação de suas várias etapas com maior detalhe e atenção para as transições de tema a tema.

Finalmente, percorreremos os módulos um a um, com os destaques que se fizerem necessários sob o prisma historiográfico, sem a pretensão nem a ilusão de exaurir todas as possibilidades de pesquisa, tarefa para mais de um e talvez para muitos.

Neste sentido, além do terreno seguro das assertivas bem documentadas, nos aventuramos às ilações exploratórias, na esperança de que sejam retomadas por outros estudantes da obra meliana, atentos porém ao risco de repetir a experiência de Manuel de Faria, cujo comento de Camões, como se diz na entrada 41, “sobre ser eruditíssimo, afectou excessivamente a prova de algumas opiniões improváveis que o fizeram resvalar a perigoso, como de muitos varões doutos e pios foi julgado”.

Síntese

1. Deparam-se os membros da junta com o “capitão dos historiadores”, o “patavino” Tito Lívio, figura anunciadora que representa a arte histórica.
2. Remontam-se às origens da História, que datam “muito de antes”.
3. Menciona-se o seu mais notável tratadista, o italiano Agostino Mascardi, o tratado que escreveu dessa arte, e a distância que vai dos preceitos à prática.
4. Expõem-se as duas maneiras de escrevê-la.
5. Visita-se sumariamente a estante da tradição, com nomes clássicos e modernos.
6. Percorrem-se os autores e obras da historiografia castelhana, a mais relevante entre os modernos.
7. Percorrem-se os autores e obras acerca do mais notável tema histórico, a Guerra de Flandres.
8. O Autor pede atenção para a produção portuguesa, representada por seu mais alto nome, João de Barros.
9. Debate-se o problema retórico e a

presença de aforismos políticos na obra de Barros. 10. Visita-se sumariamente a estante dos antigos e modernos historiadores lusos.

11. Faz-se um intervalo de exaltação da glória do engenho português nos diversos campos das artes, ciências e humanidades.

12. Reconhecem-se as inevitáveis exclusões nas listagens exaustivas e nos autores de matérias universais. 13. A propósito, para que não seja excluído, examinam-se Virgílio Malvezzi, autor referencial entre os modernos, e os problemas de seu estilo. 14. Ainda a propósito das exclusões, Diogo do Couto, extranumerário, é examinado. 15. Lamenta-se o desapareço em que é tida a História no confronto com outras artes da representação. 16. Visita-se o topos da História como “pintura viva”. 17. Retoma-se a visitação de Diogo do Couto com o episódio da queima de sua Quinta Década. 18. A propósito de livros desaparecidos ou interditados, constata-se a atração que exerce sobre os leitores a matéria proibida: a “gulodice do vedado”. 19. A pedido do Autor, examina-se ainda o cronista Lavanha, crítico do Couto, retratado como “homem que nunca acabou de mostrar donde era” e que, a ser português, não faria sucesso em Portugal. 20. Conclusão da estante, com novo desfile dos velhos historiadores lusitanos.

A exposição sistemática e seus adendos

Importante feição construtiva da Estante dos Historiadores transparece nesta breve síntese. Note-se que os dez primeiros passos ou fases nela reconhecidos formam uma unidade lógica; com o décimo-primeiro, contendo a exaltação das glórias do engenho português, à guisa de apoteose, a formar espécie de ensaio de conclusão não apenas da Quinta Estante como, virtualmente, de todo o apólogo.

Com efeito, até essa altura, as etapas seguidas são as de uma apresentação sistemática da arte historiográfica tal como a compreendia D. Francisco Manuel. Tem-se a figura paradigmática, as origens, o tratadista, as maneiras de escrever, a estante que representa a tradição antiga e moderna, a historiografia mais relevante, o mais notável tema dentro dela, o aceno patriótico ao mais notável historiador português, e a listagem dos cronistas que representam a tradição lusa.

Pensamos que, neste ponto (946), preparava-se o autor para encerrar o “Hospital das Letras” e que o fazia às pressas. Tanto a observação abrangente, de cunho moralista, com que se encaminha para o final a listagem dos cronistas lusos (“porque então andam os moços por bons passos quando seguem os passos dos velhos”), quanto sua última frase, espécie de balanço de toda a peregrinação crítica do quarto apólogo (“Todos estes não vêm positivamente a se emendar;

mas grande sandice seria se, sabendo que a saúde era chegada à terra, não fossem haver tanto dela que nunca lhes faltasse”), formam os degraus ascendentes para uma conclusão, que ali contudo ainda não se realiza.

A partir do episódio de exaltação das glórias do engenho lusitano, as unidades temáticas restantes inscrevem-se como adendos a este corpo principal da Estante. Será como “a-propósitos” ou acrescentamentos encadeados uns nos outros que aparecem os julgamentos de Malvezzi (“por agora não quisera que, a título de miúdos, se nos passassem pelos dedos os livrinhos de meu amigo Virgilio Malvezzi”) e Diogo do Couto (“Rogo-vos que, se puder ser, ainda que seja depressa, tomeis o pulso ao nosso bom velho Diogo do Couto”), bem como o lamento pelo despreço da História, o ‘topos’ da “pintura viva”, a “gulodice do vedado”, o reparo ao cronista Lavanha (de quem se afirmam coisas que poderiam facilmente ser ditas acerca do próprio autor, como veremos) e, finalmente, à guisa de conclusão da Estante, repetitiva e anticlimática, um último e sumário desfile de velhos cronistas portugueses.

É possível conjecturar que DFM terá hesitado em fazer daquele episódio (“glórias do engenho português”) o ponto final, levando-se em conta que a própria Estante dos Historiadores ficaria algo curta, se cotejada com a extensão das demais. De toda forma, os acréscimos – se o foram – servem como preciosos aportes adicionais ao entendimento da historiografia segundo Melo.

Portugueses em seguida a castelhanos

Sobre o lugar reservado aos historiadores portugueses, referidos em seguida aos de Castela, representados aqueles por João de Barros, o “segundo Lívio”, e pela vala dos antigos e modernos cronistas lusos, note-se que é uma reiteração, no âmbito da Estante, do princípio seqüencial já observado em relação às estantes de poesia (Primeira e Segunda), com a diferença de que agora acham-se inteiramente extremados, isto é, já não se encontram portugueses “misturados” inicialmente a castelhanos. Ao menos uma tendência no mesmo sentido pode ser constatada na Quarta Estante, dos autores e livros de Política.

Outras observações de ordem estrutural, como a função das “valas” ou acúmulos de nomes, o exato lugar do julgamento de Malvezzi, a inclusão à última hora do retrato de Lavanha e a conclusão algo desajeitada da Quinta Estante com a derradeira leva de antigos cronistas portugueses, serão feitas pontualmente, quando examinarmos os módulos que encerram esses episódios.

Sumário e seqüência

É a seguinte, em maior detalhe e com atenção para as transições de tema a tema, a seqüência dos episódios críticos que formam a Estante dos Historiadores.

Logo à entrada (893), como figura de proa, como dissemos, acha-se Tito Lívio, “o capitão dos historiadores”. O recurso à instalação de uma figura paradigmática à frente das Estantes é praticado também ao início da primeira delas (026), discretamente, com Camões, e depois, vale reiterar, na abertura da quarta (717), ostensivamente, com Tácito, o “patriarca dos estadistas”.

Discute-se, a propósito de Lívio, as origens da historiografia (896). O Autor faz demorado reparo (900) a uma passagem da história militar de Roma em que Lívio teria omitido o valor dos portugueses (ou de seus ancestrais da antiga Lusitânia).

Breve juízo acerca de Lívio (902) dá ensejo à menção (903-904) do tratadista italiano Agostino Mascardi (1590-1640), autor de “Dell’arte istorica” (1636), “livro de grande e bem logrado estudo”. Embora seja o “mestre dessa arte”, Mascardi como historiador da conjuração dos Fieschi na Gênova de 1547 sofre o reparo de que também ele “pecou em Adão”, vale dizer, por vício de origem. Referência talvez a possível plágio de obra anterior sobre o mesmo tema, de Uberto Foglietta (1518-1581), “Ex universa historia suorum temporum” (Nápoles, 1571).

Lívio faz em seguida (905) longo pronunciamento sobre as duas maneiras de se escrever a História, conforme o âmbito do assunto (histórias gerais ou de “uma só ação”) e segundo o emprego de recursos retóricos destinados a interessar o leitor, que supõe maior ou menor intervenção do historiador na narrativa.

Seguem-se duas “valas” ou listas de nomes. A pequena vala (906) dos historiadores antigos e a vala comum dos antigos e modernos (908), entre os quais “Guichardino” (ou Francesco Guicciardini).

Um longo módulo (909-922) sobre os “nossos historiadores castelhanos” menciona, entre outros tópicos, vários exemplos (912) e contra-exemplos (913) de historiadores, e oferece (918) uma lista de quatro “invulgares” livros de História.

Como ramificação do anterior, o módulo seguinte (923-938) versa sobre os historiadores da “guerra de Flandes”. São tratados sete autores, os quatro últimos em duplas e comparados entre si. A propósito de Carlos Coloma, é feita menção (931) ao valor da experiência e da observação na escrita da História e ao exemplo de sua prática em Salústio.

O Autor pede que a atenção da junta se volte para os autores portugueses (939), em especial para João de Barros, o “segundo Lívio”. Discute-se (940-942) o emprego de aforismos na “Primeira Década” e se oferece uma definição de “epanáfora”. O módulo seguinte (943-946) contém longa lista (29 nomes) de historiadores portugueses, “com quem nos não autorizamos pouco” mas com quem “nos enfadamos muito”.

Único módulo da Quinta Estante que foge ao tema consiste (947) no elogio da “glória do engenho” entre os portugueses (27 nomes). Agradecendo a homenagem aos patrícios, o Autor adverte (948-949) que em seu “Museu de Varões Ilustres” o italiano Giovan Imperiale excluiu os lusos, e Lísio comenta acerca do “desatino” dessas listas “universais”, que deixam muita coisa de fora.

Julgamento do historiador bolonhês Virgilio Malvezi ou Malvezzi (950-964). A propósito do “sincopal estilo” de Malvezzi, que “foi louvável em desterrar a tediosa prolixidade dos italianos”, é apresentada (956-957) como diagnóstico dos seus males uma reiteração da fórmula de desacordo entre “caso” e “discurso” (aqui denominada o “Teorema de Melo-Tácito”, em sua versão B). Os interlocutores ajuízam em duros termos a lisonja de que padecem os seus “Sucessos do Ano Trinta e Nova” e a “Vida do Conde Duque”, com menção às recompensas que lhe valeram.

Julgamento de Diogo do Couto (965-970), a rogo do Autor, “ainda que seja depressa”, “porque é (...) pessoa que não merece o deixemos por incurável”. Lamento do desvalor em que é tido “um livro histórico” em contraste com a pintura e a escultura. Citação do tópico ou lugar-comum (967) sobre a história como “pintura viva”. Referidas (968-970) a queima da “Quinta Década” e “quatro arranhaduras que lhe deu João Batista Lavanha (...) acerca da ‘Quarta Década’”. Anekdota da censura (971-972) solicitada ao bispo pelo autor de “um livro mau” e reflexão sobre a “gulodice do vedado”, isto é, a atração pelas coisas proibidas.

A propósito de Lavanha (973-977), “digno de um reparo, sendo um dos beneméritos do seu século”, comenta o Autor que, se fosse português, “não acharia em Portugal quem lhe fizesse carreira”.

O módulo final (978-981) inclui duas listas ou “valas”, a primeira dos “velhos corcovados” (onze historiadores) com a reiteração de bom número dos nomes já incluídos na lista anterior de velhos historiadores portugueses, a segunda com cinco nomes que remontam à Idade Média, além do moderno Rodrigo da Cunha.

Um módulo de transição (MD84) formado por entrada singular (982) articula a passagem para o exame dos jurisconsultos que, afinal, deixará de ser realizado, por inviável, dado que esta classe de autores jamais reconhece qualquer problema de saúde (986). Antes, na mesma entrada 982, despacham-se os historiadores e, tardiamente, Lípsio se interroga sobre “que lugar havemos de dar aos maus autores”, pois “entendendo vínhamos a visitar um hospital, nos achamos com um mundo inteiro de enfermos”.

Concluem-se a Coda (982-992) e o próprio diálogo com as considerações de Lípsio (992) sobre a diferença que vai entre a mera faculdade (como o saber das leis) e a ciência, “cujo nome só cabe onde há certeza e evidência”.

Reconhecimento e interpretação das unidades temáticas

(Módulos e SMs)

Percorreremos agora os módulos um a um, com os destaques que se fizerem necessários sob o prisma historiográfico.

MD69 Tito Lívio, “capitão dos historiadores” (893-902)

A aparição de Lívio ocorre subitamente, sem qualquer transição a partir do módulo anterior, o último da Estante dos Estadistas, em que se julgaram com a maior severidade os escritos e a personalidade de Antonio Henriques Gomes,²¹⁷ um dos lusos “enxertados em galos” (759), aclimatados na França.

Lípsio. Ora, Senhores, componhamo-nos, que eis ali está o gravíssimo historiador Tito Lívio Patavino.

Bocalino. Seja bem chegado, que por ele esperava há muitos dias!

Quevedo. Aconselho-vos que considereis bem o modo por que vos haveis de haver com ele, porque é capitão dos historiadores e copiosa sua classe. (893-896)

Merece reflexão e tem algum significado que seja Tito Lívio, e não Tácito, a figura do historiador arquetípico, instalado logo no acesso à Estante dos Historiadores.

Por que não Tácito?

²¹⁷ Antonio Enríquez Gómez (conforme se anotou no Capítulo I, Seção I, “A escrita temperada”) vem julgado duas vezes no HDL, a primeira, a propósito de “políticos franceses”, no episódio dos “portugueses enxertados em galos”, 755-760, no interior do MD57 (744-760); e a segunda, no derradeiro módulo da Estante dos Estadistas (MD68, 883-892).

Vimos na longa resenha do Elo Historiográfico Avulso (MD55, 717-737) relativo a Tácito e ao Tacitismo a extensão e a intensidade do fenômeno da releitura e imitação do autor dos “Anais” nos séculos XVI e XVII, e as explicações para o paradoxo apontado pelo Autor em 733 (“*Pois como se conta o Tácito entre os Políticos, se ele foi histórico?*”).

A instalação de Lívio, “capitão dos historiadores”, à entrada da galeria sinaliza, de um lado, a especificidade do terreno historiográfico em que se vai ingressar sem ambivalências e, de outro, uma opção prudente e convencional do autor. Preferido enquanto modelo historiográfico na primeira fase do humanismo, seja (no dizer de Samuel Gili Gaya)²¹⁸, pela “abundância de linguagem” ou em razão da “preferência pelos temas que se prestavam a um desenvolvimento estético e declamatório”, o Patavino (nascido em Pádua) já não o era ao tempo de D. Francisco Manuel. Mas deveria ainda constar como a referência obrigatória em historiografia e leitura de fundo na formação dos intelectuais do Barroco.

A absorção de Tácito pelos doutrinadores da Política (anotada em 1636 por Mascardi: “*Cornelio Tacito, ch’oggi per lo studio della politica tiene nell’opinione di molti il principato*”)²¹⁹ e mesmo o efeito de contaminação que seu freqüente cotejo com Maquiavel deve ter produzido, tendo sido abertamente combatido (segundo A. Momigliano)²²⁰ pelos adversários mais conseqüentes da razão de estado, como o jesuíta Famiano Strada nas suas “*Prolusioni accademiche* (1617), excluiria o historiador dos “Anais” da posição preeminente em historiografia, assinalada por nosso autor para Lívio.

Nem o primeiro nem o melhor

Mas nem por isso Lívio é poupado. Imediatamente após sua instalação, Bocalino contesta (896) que tenha sido “mestre, nem príncipe, nem capitão da História”, recusa-lhe qualquer precedência (“sendo os gregos, caldeus, egípcios e hebreus muito de antes seus descobridores”), declaração que torna possível referir “en passant” remotas origens para a arte histórica; e sequer reconhece-lhe a primazia entre os pares (“e, ainda, na História Romana, sei eu que lhe daria seis e ás e a mão Caio Crispo Salústio”).

Expressões do carteadado

Expressões do jogo de cartas, como a que emprega o italiano (“seis e ás e a mão”), ocorrem pontualmente no diálogo, a exemplo das várias menções aos “trunfos” (se não se quiser

²¹⁸ Samuel Gili Gaya, “Introducción”, “Expedición de los catalanes y aragoneses...”, p. XXXV, ed. citada.

²¹⁹ Mascardi, Agostino, “Dell’arte istorica”, ed. fac-simil., p. 88. Modena: Mucchi Editore, 1994.

²²⁰ Momigliano, Arnaldo, verbete “Tacito”, Encicl. Italiana, XXXIII, p. 173, ed. citada.

lê-las como “trunfos”, vale dizer, desfiles alegóricos)²²¹, ou a esse “vir à baralha” que se encontra em seguida, no módulo em tela, entrada 900.

Três menções a Salústio

Pela segunda vez encontramos Salústio em posição altamente favorável no “Hospital das Letras”. A primeira ocorre no primeiro dos Elos Historiográficos Avulsos (“Intervalo dos historiadores”, SM do MD13, entrada 253), quando se promete que Hurtado de Mendoza, o historiador da “Guerra de Granada”, será reverenciado como Salústio, Patérculo e Tucídides. Uma terceira acontecerá, adiante (931), no módulo 75, relativo à guerra de Flandres, com o autor da “Guerra Jugurtina” valorizado como pesquisador atento à fisionomia de Cartago, que visitou e descreveu.

Note-se o tratamento invariavelmente positivo de Salústio, no contexto implacavelmente crítico do quarto apólogo. Os implícitos e explícitos elogios que lhe endereçam os interlocutores, como estalão de medida de qualidade historiográfica (253), como historiador melhor que Lívio (896), e ainda (931) à guisa de autor que ilustra o valor da experiência (“que vai muito a dizer para os acertos do que se escreve”), não deixam dúvida sobre o apreço de D. Francisco Manuel a este clássico da historiografia romana.

Ora, o nome de Salústio acompanha o de Tácito, como coadjuvante algo discreto da grande voga do autor dos “Anais” no Renascimento tardio e no Barroco, “parceria” compreensível pela afinidade de estilos, tendo sido Salústio, com suas monografias sobre a conspiração de Catilina e a guerra contra o “rebelde” africano Jugurta, além das “Histórias”, que chegaram apenas em fragmentos à modernidade, uma das influências, senão a maior, sobre o estilo crispado, conciso, epigramático do historiador do Principado.

A maneira salustiana e a influência exercida sobre Tácito recebem a seguinte análise de W. A. Laidlaw, no panorama que traça das letras romanas clássicas (“Latin Literature”, London: Methuen, 1951).²²²

It is mainly on grounds of style that the ancients admired Sallust and dared to compare him with Thucydides. If there is one representative feature of Sallust it is brevity (“illa Sallustiana brevitās”), a brevity which Quintilian advised his student of oratory to avoid. Seneca in one of his letters refers to the Sallustian fashion for lopped sentences and words ending unexpectedly and obscure brevity (“amputatae sententiae et verba ante expectatum cadentia et obscura brevitās”). But fashion there was, and we see its influence extending as far as Tacitus. It is a mannered brevity, harsh and constrained. In his diction he

²²¹ Acerca do emprego das expressões “trunfo” e “trunfo” pelo autor, cf. 1.2.2.3, Análise da Estrutura.

²²² Laidlaw, W.A., “Latin Literature”, p. 187. London: Methuen, 1951.

achieved peculiarity by copious Graecisms and archaic expressions (such as “multi mortals”) borrowed from his other favourite, the older Cato. He has tricks of style, such as beginning his sentences with the connective “igitur”, and using the historic infinitive and repeating certain expressions; he affects terse asyndeton and antithesis and he admits poetical constructions. He is fond of interspersing aphorisms, such as “audacia pro muro habetur” (“The possession of boldness is as good as a rampart”), and the famous “idem velle, idem nolle, ea demum amicitia est” (“to have the same wishes, the same aversions, that is true friendship”).

Sallust wrought out a highly individualized, nervous style, which found both admirers and detractors. The Augustans, notably Livy, were hostile. Quintilian would rank him with Thucydides. Martial calls him the first of Roman historians (XIV, 191). He was a model for Tacitus, who refers to him – once only – as a distinguished Roman historian. The age of Fronto and Marcus Aurelius admired him for his archaisms. Modern critics admire him more as artist than as historian, and few would follow Milton when he says of Tacitus that “his highest praise consists in his having imitated Sallust with all his might”.

Os dados sugerem a hipótese de que, assim como Tácito serviu aos tempos modernos de uma espécie de sucedâneo ao Florentino, com a formulação de um “maquiavelismo sem Maquiavel”, Salústio analogamente pode ter servido aos que, em historiografia, advertidos da possível heterodoxia daquele autor, mas atentos às suas lições de Política e de estilo, preferiam valer-se de algo como um “tacitismo sem Tácito”.

Um Tacitismo sem Tácito?

Teríamos em D. Francisco Manuel, neste caso, talvez um salustiano. Em favor dessa qualificação ou enquadramento, que exigiria detidos estudos comparativos entre a historiografia meliana e os escritos daquele clássico, de modo a fixar os modelos seguidos por D. Francisco Manuel, colaboram os senões e reparos feitos no “Hospital das Letras” tanto a Tácito quanto aos tacitistas extremados, como um Virgílio Malvezzi. Acabamos de ver também que Lívio, servindo-lhe de referência digamos “institucional”, sofre (mediante a intervenção desrespeitosa de Bocalino em 896: “*Zombo disso*”) diminuições na preeminência, na precedência e na primazia.

Omitiu, dissimulou, apropriou

As entradas seguintes do módulo 69 aprofundam os senões a Lívio:

Lípsio. As matérias graves não se devem tratar por modos leves. Esse grande cronista-mor de Roma uma só dor pode ter, de que já o achou mal disposto a antiguidade.

Autor. Qual foi essa?

Lípsio. Foi o ser tão afeiçoado à sua nação que tal vez omitiu a verdade do sucesso, por não confessar suas quebras; tal, dissimulou o valor dos bárbaros – que assim chamavam eles quantos batalhavam contra o Império, indistintamente – e tal, apropriou aos seus os acontecimentos gloriosos dos nossos. (897-899)

Anotar as modalidades de ofensa à verdade encontradas em Tito Lívio, derivadas de seu patriotismo “à outrance”. O objeto histórico em questão são eventos bélicos, pois mencionam-se

“valor”, “quebras”, “batalhar”, “acontecimentos gloriosos”, opondo-se os “seus” aos “nossos”. As práticas apontadas formam graus que compõem uma escala de progressiva gravidade. Primeiro, Lívio errou por calar. Segundo, por diminuir o adversário. Terceiro, por aumentar as próprias glórias, subtraindo-as do outro lado.

Longo pronunciamento do Autor (900) ilustra essas ofensas com dois lugares da obra de Tito Lívio, ambos na Quarta Década, o primeiro dos quais no livro quinto e o segundo no livro sétimo.²²³ Nos dois casos, trata-se de refregas que opõem forças romanas aos “portugueses”, entendendo-se que seriam os antigos moradores da Província Ulterior. O Autor denuncia a manipulação do número de baixas por Lívio, já notada por “um varão sábio dos portugueses”, na vitória obtida pelo vice-pretor Cipião sobre os locais, com o resultado final de 12.000 mortos e 540 prisioneiros do lado lusitano contra apenas 73 soldados de Roma, “não faltando escritor antigo que testemunhe pereceram na batalha, da sua parte, sete mil e novecentos soldados”.

A desproporção desta contagem, “sendo os romanos iguais em número, mas ventajosos em sítio e disciplina”, fica demonstrada com outro episódio militar, no qual os lusos impõe vasta derrota ao pretor Lúcio Emílio, junto à vila de Lícon, com a perda de 6.000 romanos e a fuga do comandante com o resto do exército.

Em conclusão, “atentai e vereis que lá revolve e escurece a verdade deste acontecimento, com dizer que os romanos escaparam ao medo, fugindo, sem acabar de confessar nosso valor nem se sujeitar à pronúncia de sua fraqueza”.

Defesa das cores de Portugal

Note-se que, também neste passo, o Autor se reserva o papel do interlocutor a reivindicar a defesa das glórias lusas.

Dialética das quantidades

Em aparte (901), Bocalino exclama: “Valha-me Deus! Isso monta, por miúdo, o que em grosso vos tenho dito” – mais uma incidência da dialética das “quantidades”, para as quais D. Francisco se mostra sempre atento, como vimos acima, no reconhecimento do módulo 48 (661-664), ao tratar da extensão ou brevidade relativa dos escritos.

Batalhas de números

²²³ Jean Colomès localiza as passagens referidas pelo Autor, respectivamente, no livro XXX, capítulo 1, e no livro XXXVII, cap. 46, da “História Romana”. Colomès, nota 485, p. 321.

A propósito ainda da acusação sustentada contra Lívio (900), assinalar que as contagens de baixas nas batalhas são um dos mais antigos objetos de controvérsia em historiografia, e o próprio historiador de Roma considerava inconfiável, neste ponto, ao analista Valerius Antius, fonte mais citada em seus escritos, conforme registra W.A. Laidlaw, na resenha que faz dos historiadores romanos:²²⁴

The old “*annales*” survive only in fragments, so it is not possible to discover how Livy used them severally; but we know he found Valerius Antias (whom he mentions more often than any other source) highly unreliable, especially in regard to casualty reports (“*adeo nullus mentiendi modus est*”). When his sources agreed Livy repeated what was the orthodox tradition. When they disagreed he was faced with the historian’s problem, and he recoils from it. Sometimes he sides with the majority or offers a mediating version; at times he accepts the oldest account, or the most probable, or even the one most flattering to the Romans. His critical difficulties were greatest for the earliest history – or legend – and once he admits that for such ancient times he is content to accept the probable version as truth (V, 21, 9). Often he indicates some source unspecified under cover of a vague “it is related” and so forth, which gives no clue to credibility. One may suppose that Livy read his sources widely, but the occurrence of repetitions and discrepancies indicates lack of discrimination. It has been wittily said that Livy had a taste for the truth but no passion for it.

O módulo 69 se encerra com enigmático pronunciamento de Quevedo (902), na contramão do consenso que se tem por tradição acerca do estilo de Tito Lívio: “Maiores oposições se fizeram à sublimidade de sua história, condenada de seca e infrutuosa”.

“Láctea ubertas” em Lívio

A fala de Quevedo resulta inexplicável, a menos que se leia neste juízo uma certidão histórica do exaurimento do “estilo periódico”, referido por Arnaldo Momigliano para o ciceronianismo (“una cultura che stava esaurendo il ciceronianismo”)²²⁵ – como tivemos a ocasião de resenhar acima no SM relativo à redescoberta de Tácito e seus efeitos, no âmbito do módulo 55 (717-737). A tradição que remonta a Quintiliano reconhece na “História de Roma”, em contraste com o que diz Quevedo, uma proverbial e “leitosa” abundância, a celebrada “*lactea ubertas*” de Lívio.²²⁶

As características do estilo periódico, compartilhadas por Lívio e Cícero, com a diferença de que Lívio seria “*more complex, more malleable*” (conforme W.A. Laidlaw), são as seguintes, segundo Ana María Platas Tasende, que as opõe ao “estilo solto”:

²²⁴ Laidlaw, ob. cit., p. 190-191.

²²⁵ Verbete “*Tacito*”, Encicl. Italiana, XXXIII, p. 173, ed. citada.

²²⁶ A expressão está em Quintiliano, cit. in W. A. Laidlaw, “*Latin Literature*”, p. 193, ed. citada.

Dentro de la “compositio” sintáctica, la Retórica distingue ya desde antiguo entre “estilo suelto” y “periodo” o “estilo periódico”. En el estilo suelto las ideas se van sumando hasta que termina el asunto expuesto. En el estilo periódico, el contenido se estructura en una serie de partes con fin en si mismas (períodos) que desarrollan un razonamiento completo. Estos períodos son abarcables con la mirada y fáciles de retener en la memoria. El estilo periódico está mucho más sujeto al “numerus” (ritmo, metro, componentes acentuales y silábicos y, en textos clásicos antiguos, diferenciación entre sílabas largas y breves) que el estilo suelto, de modo que la organización sintáctica de sus elementos muestra mayor orden y regularidad. Por otra parte, en el estilo periódico abundan las oraciones subordinadas, mientras que en el estilo suelto es característica la coordinación.²²⁷

Vale reiterar, com Samuel Gili Gaya, que os historiadores da primeira fase do humanismo, escrevendo geralmente em latim, apreciavam em Tito Lívio justamente “la abundancia del lenguaje” e “la preferencia por los asuntos que se prestaban a un desarrollo estético y declamatorio”. Lívio e Cícero formavam o horizonte historiográfico dos primeiros humanistas também no “afán de producir con el relato histórico un efecto estético parecido al de una tragedia o un poema, siguiendo la definición ciceroniana de la Historia como ‘opus oratorium maximum’”²²⁸. O modelo se exaure no século XVI, assistindo-se então ao ascendente de Tácito e Salústio.

MD70 Agostino Mascardi, “o mestre dessa arte” (903-904)

Encadeadas no anterior pronunciamento de Quevedo (“*Maiores oposições se fizeram à sublimidade de sua história, condenada de seca e infrutuosa*”), duas breves entradas contêm preciosos aportes ao estudo da historiografia meliana:

Bocalino. Os preceitos dela tocam a meu paisano autor, Agostinho Mascardi, em a sua “Arte Historiográfica”, livro de grande e bem logrado estudo.

Quevedo. Pois, sem embargo de ser o mestre dessa arte, também ele pecou em Adão, no outro seu opúsculo da conjuração desse mental tirano de Gênova, o conde João Luiz Fieschi. (903-904)

O jesuíta Agostino Mascardi vem descrito como um temperamento inquieto e polêmico.²²⁹ Como outros intelectuais italianos da época, buscou a proteção de cardeais, príncipes e papas, e experimentou os altos e baixos dos favores e banimentos. Nascido em Sarzana, próximo a Gênova, em 1590, entrou adolescente para a Companhia, estudou leis, foi

²²⁷ Tasende, Ana María Platas. Verbete “periodo”, “Diccionario de términos literários”, p. 626. Madrid: Espasa-Calpe, 2004.

²²⁸ Samuel Gili Gaya, “Introducción”, p. XXXV, Francisco de Moncada, “Expedición de los catalanes y aragoneses contra turcos y griegos”. Madrid: Espasa-Calpe, 1954.

²²⁹ Nota bio-bibliográfica, in “Dell’arte istorica”, ed. fac-similar (da ed. de 1859), p. 11. Modena: Mucchi Editor, 1994.

mestre de retórica em Parma e Módena e, durante dez anos, ocupou a cátedra de eloquência na Sapienza, em Roma, instituída especialmente para ele por Urbano VIII. Adoentado, voltou para morrer na cidade natal em 1640.

Suas obras incluem poemas (“Tiburno”, para celebrar a fundação de Tivoli), obras de circunstância como um panegírico à entronização do Doge, orações e discursos, e o relato histórico da fracassada conspiração de 1547 contra o poder dos Doria em Gênova, “La congiura del conte Giovanni Luigi de’ Fieschi”, impressa em Veneza em 1629. Seu famoso “Dell’arte istorica trattati cinque” apareceu em Roma no ano seguinte.²³⁰

Técnica do golpe de estado

Além de servir à observação prática das teses mascardianas em historiografia, a “Congiura” teria insólito destino, como texto de partida de outro clássico sobre o mesmo tema, do cardeal de Retz. À guisa de tradução do original mascardiano, de Retz acaba por elaborar na “Conjuration du comte Jean-Louis Fieschi” um frio estudo sobre a técnica do complô e do golpe de estado, segundo recente ensaio do escritor Cesare De Marchi.²³¹

De Retz teria, porém, nessa versão, apenas explicitado o que já se achava implícito no trabalho de Mascardi. Em seu estudo da introdução da palavra “revolução” nas correntes historiográficas com o sentido que hoje tem, Ilan Rachum considera a “Congiura” uma brilhante análise da mentalidade conspiratória (“this short but brilliant analysis of the conspiratorial mind”), qualificando-a como obra-prima (“masterpiece”).²³²

“Dell’arte istorica”

Em “Dell’arte istorica”, Agostino Mascardi trata longamente do problema retórico em historiografia, analisando por exemplo o emprego dos recursos da amplificação (“amplificazione”) e da mobilização emocional (“commovimento delle passioni” ou “commovimento degli affetti”).²³³ Os cinco tratados que a compõem trazem os seguintes subtítulos: 1. “Che cosa sia istoria, sua origine e antichità”; 2. “Della verità dell’istoria”; 3. “Della politica istorica”; 4. “Digressione intorno allo stile”; e 5. “Della struttura dell’istoria”.

²³⁰ Nota bio-bibliográfica, p. 12, “Dell’arte istorica”, ed. citada.

²³¹ A tese de De Marchi está exposta em [www.cesaredemarchi.com/saggi].

²³² Ilan Rachum, “Italian Historians and the Emergence of the Term ‘Revolution’, 1644-1659”, *History*, June 1995, number 259, vol. 80, p. 193.

²³³ “Dell’arte istorica”, Trattato Quinto (“Della struttura dell’Istoria”), Capítulo I (“Si stabilisce la convenienza dell’Istoria con la poesia e con l’oratoria, e in che modo possa l’Istoria amplificare e commuover gli affetti”).

As relações da historiografia meliana com a preceptística de Mascardi estão por merecer pesquisa ulterior. Numa primeira leitura, parece haver pontos de contato no que se refere, por exemplo, às descrições de cenas de combate naval, de tempestades e naufrágios, como as que se verificam nas “Epanáforas de Vária História Portuguesa”, discutidas genericamente como problema historiográfico na parte V do tratado quinto da “Arte” (“Delle descrizioni”).

As duas referências a “Agostinho Mascardi” no “Hospital das Letras” aparecem em lugares importantes sob o prisma historiográfico. A primeira (734) consta do sub-módulo relativo ao “Teorema de Melo-Tácito” (módulo 55 sobre Tácito e o Tacitismo), admitindo a necessidade de empregar recursos que enriqueçam a narrativa para maior proveito do leitor:

Lípsio. (...) É bem verdade que a História se quer vestida e revestida de juízos, sentenças, secretos, malícias e discrições: porque, enfim, uma história nua, sobre desonesta, é desaproveitada. **Isto vos dirá Agostinho Mascardi, que melhor o escreveu do que o observou** (...). (734)

A mesma desproporção ou distância entre os preceitos e a prática (“melhor o escreveu do que o observou”) vem reiterada no módulo em tela. De um lado, se reconhece “sua ‘Arte Historiográfica’” como “livro de grande e bem logrado estudo” (903) e ao próprio tratadista como “mestre dessa arte”. De outro, opõe-se a restrição de que “também ele pecou em Adão, no seu outro opúsculo da conjuração desse mental tirano de Gênova, o conde João Luis Fieschi”.

Devemos talvez entender, quanto a Mascardi, que “também ele pecou em Adão”, isto é, na origem, por ter escrito a “Congiura” a partir de um primeiro estudo sobre o tema de Uberto Foglietta (1518-1581). Quanto à expressão “mental tirano”, poderia ser interpretada como significando que o jovem, malgrado, conde Giovanni Luigi de’ Fieschi imaginou-se no governo de Gênova, sem contudo ultrapassar esse estado meramente conceitual ou “mental”. Jean Colomès prefere a acepção mais literal de “ce tyran dément” ou “ce dément tyrannique”, aproximando-a de “cruauté mentale”.²³⁴

Desconforto com a Retórica

As menções do autor a Mascardi indicam claramente a eleição do italiano como o tratadista a ter em conta, com as restrições já anotadas, especialmente a da primeira referência (734), que sugere um desconforto de D. Francisco Manuel com a subordinação do “caso” ao “discurso”, vale dizer também, em termos narrativos, com o emprego maciço dos recursos

²³⁴ Colomès, nota 487, p. 321.

retóricos, que podem partir “o fio dos acontecimentos, sendo tirado fortemente para outra parte, pela força do discurso”.

A nitidez de sua aversão ao código retórico-historiográfico vigente, expressa no “Teorema de Melo-Tácito”, nos leva à hipótese de que estaríamos em presença de inquietações no campo do método da escrita da história que já apontam no sentido de algo que poderia considerar-se como um proto-realismo.²³⁵

Mesmice do Barroco em historiografia?

Não é esta a leitura que faz o erudito catalão Joan Estruch Tobella das relações do nosso autor com as convenções retóricas. Na “Introducción biográfica y crítica” que escreve para a mais recente edição (1996) da “Guerra de Cataluña”²³⁶, o professor Tobella vê na historiografia de Melo, como de resto em toda a produção historiográfica do barroco, apenas a rotina retórica e a continuação dos cânones renascentistas. “*El barroco hereda del renacimiento la concepción humanística de la historia, basada en la recuperación del modelo clásico. La historiografía del seiscientos apenas se distingue de la del siglo anterior por un mayor interés por la erudición y la crítica textual. También se destaca una preferencia por el tratamiento de sucesos particulares, contemporáneos, motivada por la conflictividad político-social de la época*”, declara, naquela introdução.²³⁷

Reconhece Estruch Tobella o interesse da época pela história como gênero literário, refletido em obras como a de Luis Cabrera de Córdoba (“De historia, para entenderla y escribirla”, Madri, 1611), com preceitos e “esquemas” que teriam sido seguidos por DFM.²³⁸ Anota que “Melo, en su ‘Hospital das Letras’ demuestra tener un profundo conocimiento de los historiadores clásicos y modernos”, registra a citação elogiosa feita por Melo, neste diálogo, de Agostino Mascardi, e acrescenta que “(...) la historia era un género literario sometido a las normas de la retórica clásica, y la originalidad o mérito del historiador hay que buscarlos en el uso peculiar que haga de ellas”, para concluir que “Las ideas de Melo acerca de la historia no se apartan mucho de estos lugares comunes de la teoría y la práctica historiográficas del siglo XVII”.²³⁹

²³⁵ Hipótese cogitada na correspondência de orientação, e, portanto, ainda sem valor documental, mas aqui já registrada para sinalizar uma direção de pesquisa.

²³⁶ “Historia de los movimientos, separación y guerra de Cataluña”. Madrid: Editorial Castalia, 1996.

²³⁷ Joan Estruch Tobella, Introducción, 26, “Historia de los movimientos...”, ed. citada.

²³⁸ Idem, ibidem.

²³⁹ Joan Estruch Tobella, “Introducción”, p. 27, “Historia de los movimientos...”, ed. citada.

A posição de Estruch Tobella, já registrada anteriormente, na recensão da fortuna crítica de D. Francisco Manuel, vem aqui reiterada para servir como referência do discurso predominante sobre a historiografia do período. É por assim dizer contra esse pano de fundo que consideramos ser necessário ler e reler a clara reivindicação do autor no “Teorema”: O “discurso” deve servir ao “caso”.

Um lapso diacrônico

Não sendo aqui o lugar adequado à contestação do estudioso catalão (que entre outros méritos tem o de interessar-se sistematicamente pela vertente portuguesa da obra), queremos crer que o fato de supor que o tratadista consultado por Melo seria Cabrera de Córdoba possa ser atribuído a um lapso digamos diacrônico. É possível que Estruch Tobella tenha razão quando se refere especificamente à “Guerra de Cataluña”, publicada em 1645. Ocorre que, escrevendo D. Francisco Manuel o “Hospital das Letras” já nos anos 1650 e concluindo-o presumivelmente em 1657 (data da dedicatória a Daniel Pinário), na única menção que faz a Cabrera (“Intervalo dos historiadores”, supra, 250, em SM do MD13) apenas o cita como biógrafo de Felipe II, sem qualquer menção ao tratado “De historia, para entenderla y escribirla”.

MD71 As duas maneiras de escrever a História (905)

Longo pronunciamento de Lúpsio (905) versa sobre as maneiras alternativas de se escrever a História, condicionadas ao âmbito – ou então à amplitude – do objeto e tendo em vista em última análise o interesse e o proveito da leitura.

O interlocutor expõe inicialmente a lição dos antigos, subscrita pelos modernos (os “vulgares italianos, belgas, espanhóis e franceses”), que identificava dois modos narrativos, com ou sem a interferência do historiador. Em seguida, “se me perguntardes meu parecer, nesta confusão de opiniões”, as duas maneiras de escrever são associadas por Lúpsio aos critérios do objeto e da legibilidade, com a exposição fracionada em sub-módulos: um para cada objeto (amplo ou restrito) e o último para as razões de cada modo narrativo (que se prendem ao preceito retórico clássico do “docere et delectare”).

Na tentativa de sistematizar as lições da passagem, reorganiza-se aqui a seqüência em que ocorrem. Quanto ao objeto, tem-se, de um lado, “aqueles que escrevem histórias gerais”, e do outro “aqueles historiógrafos que se empregam na escritura de uma só ação”, vale dizer,

monografias, “como se disséssemos a vida de um príncipe, o sucesso de uma guerra, a relação dos movimentos e transferência de uma república”.

. Quanto à maneira, tem-se, primeiro, aquela que “os antigos” consideravam “austera e incorrupta, sem que o historiador pusesse de sua casa mais que o estilo”, por esse motivo denominada “pura”, sendo esta a maneira adequada à escrita das histórias gerais. Seria o caso de Tucídides e Tito Lívio, entre os clássicos, e de Barônio, Eusébio, Pineda, Tarcanhota, Carrilho e outros semelhantes, entre os modernos.

A “grande variedade de matérias que nos oferecem e trazem à memória” é suficiente para alcançar “os dous honestos fins de toda a lição boa”, vale dizer, “nos ensinam e deleitam”. Os historiadores dessa modalidade, incluindo os “analistas, crônicos, sumaristas, epitomistas e epilogistas”, em suma “todos aqueles que escrevem e regulam sucessos humanos segundo a ordem dos tempos” devem apenas “referi-los ordenados, ajustando-se à verdade e cômputo dos dias”. Esta é a sua “autoridade e jurisdição”.

A segunda maneira, dita “ornada” pelos antigos, e recomendada aos historiadores “que se empregam na escritura de uma só ação”, vale dizer, “que só pintam uma ação particular”, “não só consente mas requer, no historiador, que entreponha seu juízo, quando refere as ações, e sobre ela levante discursos”. Seria o caso de Xenofonte e Tácito.

A estes, noutras palavras, “é lícito e obrigatório salpicar de sentenças, observações e juízos a sua história”, pela clara razão de que, desprovido o seu objeto daqueles atrativos (“as cópias da variedade e estranheza de eventos”) que assinalam as histórias gerais, “é necessário que o que faltou de riqueza à narração, supra a erudição em nosso proveito”.

As intervenções reflexivas do historiador, no caso das monografias, devem ser feitas, porém, com moderação e medida (“siso e mesura”), de modo “que não seja o esmalte mais que o ouro, [sob] pena de degenerarem de historiadores a discursantes”.

Tucídides “en philosophe”

Em breve comentário ao trecho, Jean Colomès estranha a menção feita a Tucídides como praticante da historiografia “austera e incorrupta”, “car Thucydide concevait déjà l’histoire en philosophe”.²⁴⁰

Tácito e a segunda maneira

Anotar que Tácito é associado, em 905, à segunda maneira de escrever a História:

²⁴⁰ Colomès, nota 488, p. 322.

Lípsio. (...) A segunda não só consente mas requer, no historiador, que entreponha seu juízo, quando refere as ações, e sobre elas levante discursos, como não sejam alheios ou prolixos. Destes foi ilustre sequaz o Tácito, tomando-o já de Xenofonte e outros primeiros historiadores e políticos. (...) (905)

Assinalar ainda, em atenção ao que se disse dos “aforismos” como lugar historiográfico em que se dá a passagem da História à Política (sub-módulo relativo aos Tradutores, anotadores e comentadores de Tácito, MD55),²⁴¹ que o autor, pela voz de Lípsio, os relaciona precisamente à “escritura de uma só ação”, vale dizer, à monografia:

Lípsio. (...) Mas aqueles historiógrafos que se empregam na escritura de uma só ação, como se disséssemos a vida de um príncipe, o sucesso de uma guerra, a relação dos movimentos e transferência de uma república, a estes tais afirmo ser lícito e obrigatório salpicar de sentenças, observações e juízos a sua história, porém com tal siso e mesura que não seja o esmalte mais que o ouro, [sob] pena de degenerarem de historiadores a discursantes. (...) (905)

Recorde-se por outro lado que em D. Francisco Manuel temos um dos “historiadores de sucessos particulares”, ou monografistas, aos quais se refere Samuel Gili Gaya como aqueles nos quais se torna mais nítida a passagem a uma historiografia menos “retoricizada”, nos quais, em outros termos (que traduzimos), “a natureza concreta dos seus assuntos e a visão da realidade contemporânea obrigam a buscar dados com mais ou menos crítica”, subordinando a essas novas demandas historiográficas “seu retoricismo puramente formal”.²⁴²

Contradição aparente

Como conciliar a contradição entre o adensamento retórico, admitido por Lípsio para a monografia, com essa rarefação retórica apontada por Gili Gaya? Uma resposta possível estaria em que, na passagem em tela, ao correlacionar modo narrativo com âmbito do objeto historiográfico, a preocupação do autor volta-se para a legibilidade e o proveito da leitura. Sem faltar à verdade, é fundamental reter a atenção do leitor, fazer da História uma leitura interessante, para que suas lições (sintetizadas nos aforismos, vale dizer, nas “sentenças, observações e juízos”) sejam efetivamente assimiladas e aproveitadas.

A mudança da posição relativa entre a historiografia e a retórica, sugerida acima (ver SM Teorema de Melo-Tácito, MD55), estaria ao fundo dessas proposições. Guardam-se os recursos

²⁴¹ Sobre o emprego de aforismos e sua condição de lugar historiográfico da passagem da História à Política, ver também Martínez, Beatriz A., “El Tacitismo en el siglo XVII en España”, p. 75, ed. citada.

²⁴² Samuel Gili Gaya, Introducción, p. XXXVI, Francisco de Moncada, “Expedición...”, ed. citada.

retóricos para a narração, sem que venham em detrimento de sua conformidade aos dados do real. Já vimos na mesma passagem que nosso autor quer que o “discurso” sirva ao “caso”.

A teoria depois da prática

Sem que seja necessário subscrever todas as implicações de sua hipótese sobre o “Hospital das Letras” como uma “autobiobibliografia” de D. Francisco Manuel, tem razão o filólogo Pedro Serra ao constatar, na introdução à mais recente edição do diálogo, “como aí a ‘teorização’ sobre o discurso historiográfico se aplica ao modo discursivo das ‘Epanáforas’, da ‘História de los movimientos, separación y guerra de Cataluña’, do ‘Teodósio II’, entre outras”.²⁴³ Com efeito, “a vida de um príncipe, o sucesso de uma guerra, a relação dos movimentos e transferência de uma república” formam o teor e a substância do corpo historiográfico meliano.

“Movimentos e transferência”

A propósito dessa última expressão – “a relação dos movimentos e transferência de uma república” –, cabe referi-la à disseminação do emprego da palavra “revolução” nas obras de história dos anos 1640, estudada por Ilan Rachum em artigo supra mencionado²⁴⁴ acerca do uso que dela começaram a fazer, com o sentido moderno que se atribui ao termo, os historiadores italianos e, especialmente, venezianos, como Bisaccioni e Gualdo, examinados no “Hospital das Letras”. Os “movimientos”, sabe-se bem, inscrevem-se já no título desdobrado da “Guerra de Catalunha”.²⁴⁵ Quanto à “transferência de uma república”, tem-se aí menção genérica e indireta à Restauração de 1640.

MD72 Pequena vala dos antigos (906-907)

A lista de historiadores antigos menores (906) cumpre, na estrutura da Quinta Estante, a função de representar a tradição da arte historiográfica, e vem somar-se aos grandes autores clássicos citados no módulo anterior. Trata-se dos “Lúcius Floros, Quintos Cúrcios, Suetônios Tranqüilos, os Trogos Pompeios, os Justinos, Flávios e Plutarcos”, todos latinos dos primeiros séculos do Principado, com exceção do grego Plutarco.

²⁴³ Pedro Serra, Introdução, p. XLII, vol II, “Apólogos Dialogais”. Braga e Coimbra: A. Novus, 1999.

²⁴⁴ Art. cit, “History”, June 1995.

²⁴⁵ “Historia de los movimientos, separación y guerra de Cataluña”. O próprio Autor emprega a fórmula mais curta – “Guerra de Catalunha” – nas páginas do “Hospital das Letras”.

Segundo Colomès²⁴⁶, a menção a “Flávios” se endereça antes ao historiador judeu Flavius Josephus do que a Flavianus Vopiscus, do século IV, autor de uma “História de Augusto”, como quer J. Pereira Tavares.²⁴⁷

MD73 Grande vala dos antigos e modernos (908-909)

Assim como o MD anterior, o extenso rol de 37 historiadores antigos e modernos serve para referir ou representar, em amostragem, o imenso corpo da tradição historiográfica. Nele misturam-se, fora de ordem cronológica, como livros desarrumados numa estante, desde um Beroso Caldeu, do século III a.C., autor de uma história de caldeus e assírios, citado nas “Flores de España, Excelencias de Portugal”, por Antonio de Sousa de Macedo, segundo Colomès, que averiguou minuciosamente todos os nomes e respectivas edições na Península Ibérica ao tempo de D. Francisco; até nomes do humanismo e do Renascimento, como Eneias Silvio Piccolomini (Aeneas Sylvius), Polidoro Virgilio, e o notável Enrico Caterino Davila (1576-1631), registrado simplesmente na “grande vala” como “Caterino”, autor da “Historia delle guerre civili di Francia” (Veneza, 1630), que Charles I da Inglaterra mandou traduzir para seu estudo pessoal²⁴⁸.

Entre os citados, vale assinalar a menção a “Guichardino”, o fundamental historiador italiano Francesco Guicciardini, autor de uma história da Itália entre 1492 e 1530, traduzida em parte ao espanhol por Antonio Flórez de Benavides. Anota Colomès que “Une traduction manuscrite de Guichardin, gardée à la Bibliothèque Nationale de Madrid, fut faite par le roi Philippe IV en personne”.²⁴⁹

Outro autor merece atenção por seu interesse para a historiografia da Restauração, o veneziano Giovanni Battista Birago Avogadro, que escreveu a “Historia della disunione del Regno di Portogallo della Corona di Castiglia” (Amsterdam, 1647) e, antes dela, a “Historia del Regno di Portogallo” (Lyon e Veneza, 1644 e Gênova, 1646, esta última, segundo Ilan Rachum²⁵⁰, uma edição clandestina, recusada pelo autor, que se queixa de alterações feitas à sua

²⁴⁶ Colomès, nota 488, p. 322.

²⁴⁷ Tavares, José Pereira, nota 12, p. 248, vol. II, “Apólogos Dialogais”. Lisboa: Sá da Costa, 1959.

²⁴⁸ Brownley, Martine Watson, “Clarendon and the Rhetoric of Historical Form”, p. 21. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1985. “While at Oxford, the King had ordered Davila’s history of the French civil wars translated into English for his own use. Charles had read it eagerly – his translators could not keep up with his daily demands for material – and he claimed that an earlier reading might have helped him avoid many of the problems he was facing.”

²⁴⁹ Colomès, nota 489, p. 323.

²⁵⁰ Ilan Rachum, art. cit., 195.

revelia com “muitos barbarismos” e “erros intoleráveis”). Na listagem do “Hospital das Letras”, G. B. Birago Avogadro vem referido como “Gio. Baptista”).

Numerosos castelhanos e alguns portugueses vêm no rol (como “Brandão”, que tanto pode ser frei Antonio Brandão, redator das partes terceira e quarta da “Monarquia Lusitana”, como frei Francisco Brandão, redator das partes quinta e sexta da mesma obra, ambos autores de algum critério na tradição historiográfica de Alcobaça).

A “grande vala dos antigos e modernos” delinea ainda que sumariamente um segundo horizonte das leituras historiográficas melianas, além dos autores nos quais se demoram os interlocutores e que formam o primeiro plano do diálogo.

MD74 “Nossos historiadores castelhanos” (909-922)

A preeminência das letras castelhanas e o “gosto espanhol”²⁵¹ de D. Francisco Manuel de Melo se denunciam no espaço reservado à historiografia de Castela, em longo módulo (909-922) que revela o quanto andava informado das suas tendências, autores e obras, a despeito da reclamação de Quevedo, feita ao Autor, em seguida à recitação da “grande vala dos antigos e modernos”.

Quevedo. Tende mão, que, se vos empregais em referir toda essa caterva, nem tão-somente para entender os nomes, quanto mais os achaques, temos tempo, mas que vivamos em competência do velho Matusalém. Porém, noto que de nossos historiadores castelhanos vos não vejo falar com particularidade, cousa que me cheira a desprezo. (909)

Pela última frase, vê-se como D. Francisco, além de construir para si o papel de defensor dos brios de Portugal ao longo do diálogo, não se importa de estar, pontualmente, como leal súdito “restaurado”, no daquele que abrevia os de Espanha.

O módulo 74 pode ser fracionado em SMs, que tratam, respectivamente de: 1. Três nomes referenciais da historiografia castelhana do século XVI; 2. Sete “apologistas”; 3. Malvezzi na condição de modelo de historiador para Quevedo, com excuroso sobre a “arte precautória”; 4. Quatro invulgares livros de História; 5. A “Conquista das Molucas” de Argensola; e 6. Histórias de cidades e as “Antiguidades” de Alderete.

²⁵¹ “Le goût espagnol” é na síntese de Georges Le Gentil (“La Littérature Portugaise”) o título do capítulo VIII, relativo ao século XVII, quase inteiramente dedicado a D. Francisco Manuel (pp. 86-93).

SM Três nomes referenciais. A reclamação de Quevedo (909) que inaugura o módulo (“de nossos historiadores castelhanos vos não vejo falar com particularidade, cousa que me cheira a desprezo”), não fica sem resposta:

Lípsio. Será porque consta já de conclusões certas e juízos que deles têm feito os críticos.

Quevedo. E que tal?

Lípsio. Mariana é o mais destro e malicioso, Zurita o mais grave, Garibay o mais trabalhador. (910-912)

Três historiadores castelhanos do século XVI são aí contemplados com juízos que, embora sumários, interessam diretamente ao conhecimento das qualidades subjetivas valorizadas por D. Francisco Manuel no esforço historiográfico.

Novamente se encontra, com sinal positivo, a propósito de Juan de Mariana, ao lado da destreza, a malícia, em passagem que ecoa o juízo emitido pelo próprio Autor (250) no “Intervalo dos historiadores” (246-253), analisado acima entre os Elos Avulsos, a propósito do italiano Hierônimo Franqui Conestágio e da discutida autoria da “História da União de Portugal a Castela” (“o Franqui mostrou em outras obras que, por si mesmo, tinha engenho e maldade bastante para escrever essa história”).

“Engenho e maldade” são qualidades que, portanto, para Melo andam juntas na escrita da História e equivalem, afinal, ao binômio “destreza” e “malícia”. Naturalmente, deve-se entender por “maldade” e “malícia” o contrário da ingenuidade, isto é, a percepção dos motivos ocultos no protagonismo histórico e, para um leitor de Tácito, o estudo do mal na História.

A “gravidade” encontrada em Jerónimo de Zurita (1512-1580) equivale à “gravitas” dos romanos, qualidade ao mesmo tempo de atitude e estilo, a ser guardada pelo historiador. Zurita foi secretário de Felipe II e escreveu os gigantescos “Anales de la Corona de Aragon”, publicados de 1562 a 1580, fruto de trinta anos de trabalho arquivístico, os quais seriam prosseguidos por Bartolomé Leonardo de Argensola.²⁵²

²⁵² Ver para os dados essenciais da vida e da obra dos historiadores quinhentistas espanhóis, B. Sánchez Alonso, “La literatura histórica en el siglo XVI”, in “Historia General de las Literaturas Hispánicas”, vol. III, direção Guillermo Díaz-Plaja, Barcelona: Editorial Barna, 1953. Sobre Jerónimo de Zurita y Castro, nessa obra, “Historias regionales”, p. 303.

O “mais trabalhador”, Esteban de Garibay y Zamalloa (1525-1599), bibliotecário do mesmo soberano, escreveu “Los cuarenta libros del compendio historial de las crónicas y universal historia de todos los reinos de España”, publicados em Anvers em 1571.²⁵³

O historiador Juan de Mariana (1536-1624), jesuíta, que pela vida e repercussão excepcional da obra mereceria mais espaço no “Hospital das Letras”, como reivindica Jean Colomès²⁵⁴ em “La Critique et la Satire de D. Francisco Manuel de Melo”, destaca-se por méritos de expositor mais do que de investigador.²⁵⁵ Escreveu uma síntese da história espanhola, primeiro em latim (“Historiae de rebus Hispaniae”, publicada em Toledo, 1592, e anunciada para trinta livros dos quais os últimos dez completados por continuadores até 1516, ano da morte de Fernando de Aragão) e depois em castelhano (Toledo, 1601), a qual por mais dois séculos seria considerada leitura obrigatória sobre o tema.²⁵⁶

Como assinala B. Sánchez Alonso na resenha da literatura histórica do século XVI que integra a “Historia General de las Literaturas Hispánicas” organizada por Guillermo Díaz-Plaja²⁵⁷, o inaciano “forja un todo bien trabado, donde la narración es constantemente asistida por las reflexiones del pensador”. Quanto às suas fontes,

Mariana dispuso de amplio caudal. No benefició sólo los esfuerzos fantásticos de Ocampo y las serias investigaciones de Morales y de Zurita, sino todo lo mucho publicado ya en España y bastante de lo inédito. Pero su finalidad no invitaba a tamizar [= peneirar] con demasiada escrupulosidad, lo que equivaldría en amplios períodos a dejar su exposición en blanco. Ello explica que la obra signifique, en el aspecto crítico, una regresión tras el diligente labor de Morales y Zurita. Mariana vuelve a acoger reinados fabulosos, ya desacreditados, y aun en períodos mejor conocidos muestra harta menos exigencia depuradora que sus dos predecesores citados. Se contentó con rechazar lo más groseramente chocante y inverosímil, y adivinando las censuras que su aparente credulidad provocaría, salvó su prestigio de historiador con hacer suyas las famosas palabras de Quinto Curcio “plura transcribo quam credo”.²⁵⁸

SM Os sete apologistas. Um único pronunciamento de Bocalino (913) reúne sete historiadores do Renascimento espanhol em duas espécies de censura, a dos falsos testemunhos e a da parcialidade produzida pela proximidade com o poder:

²⁵³ B. Sánchez Alonso, ob. cit., p. 301.

²⁵⁴ Colomès, Jean, “La critique et la satire de D. Francisco Manuel de Melo”, p. 375. Bordeaux: Biscaye Frères, 1969.

²⁵⁵ B. Sánchez Alonso, ob. cit., p. 301-302.

²⁵⁶ Idem, ibidem.

²⁵⁷ No capítulo seguinte do mesmo volume da “Historia General de las Literaturas Hispánicas” (3 volumes), Sánchez Alonso resenha a literatura histórica do século XVII. D. Francisco Manuel é incluído nesse estudo entre os “historiadores de sucesos particulares”, expressão usual entre os castelhanos para designar os monografistas do período. Nesta categoria, ocupa “un puesto eminente”.

²⁵⁸ B. Sánchez Alonso, ob. cit., p.302.

Bocalino. Floriã do Campo e Lúcio Marineo com Ambrósio de Morales, em matéria de levantar falsos testemunhos ao mundo, não quisera eu a minha alma com a sua, e, se apertardes muito, nem com a de Fernando de Pulgar, Antonio de Nebrija, D. Diogo Lopes de Ayala, nem com o mesmo Gracia Dei, porque, escrevendo por mandado de príncipes poderosos e desarrazoados, não vemos que fizessem história, mas uma apologia. (913)

Lucio Marineo Siculo (1460-1533), humanista siciliano (“siculo”), lecionou em Salamanca. De sua autoria, Colomès destaca “De laudibus Hispaniae libri decem” e “De Aragoniae regibus et sorum rebus gestis libri V” (Saragoça, 1509).²⁵⁹ Marineo é citado por Samuel Gili Gaya como um dos representantes na Espanha do primeiro humanismo historiográfico, que busca “producir con el relato histórico un efecto estético parecido al de una tragedia o un poema, siguiendo la definición ciceroniana de la Historia como ‘opus oratorium maximum’”.²⁶⁰

O zamorano Florián de Ocampo, nascido por volta de 1495, cronista real (1539) de Carlos V, dá início a uma “Crónica General de España” (Zamora, 1545) que pretende retomar a tradição das sínteses nacionais abandonada desde Alfonso o Sábio e vai buscar as origens mais remotas da Espanha primitiva.²⁶¹ Anota Sánchez Alonso:

Ocampo, que comenzó su obra hacia 1527, cuando la grandeza hispánica iba llegando a su pináculo, aspiró a ofrecer un período primitivo tan brillante como el presente. Tomó, pues, de Annio [de Viterbo] cuanto le convino, allegó por sí propio nuevos aportes y forjó así un pasado más espectacular que el de cualquier otra nación, Roma inclusive.²⁶²

Quanto ao juízo sobre a inconfiabilidade de Morales (1513-1591), que prossegue a “Crónica” de Ocampo, da morte dos Cipíões (210 a.C) até Vermudo III (1037), publicando os volumes VI-XVII em Alcalá (1574-1586), além de ter escrito as “Antigüedades de las ciudades de España” (1575), dele discorda o registro feito no século XX por Sánchez Alonso que, ao contrário, define esse autor como “la antítesis de Ocampo”, uma vez que “Todo esmero para documentarse le pareció pequeño y no se permitió la menor libertad con las fuentes de que dispuso, pendiente siempre de la preocupación por la exactitud”.²⁶³

²⁵⁹ Colomès, nota 491, p. 326.

²⁶⁰ Samuel Gili Gaya, Introducción, p. XXXV, Francisco de Moncada, “Expedición de catalanes...”, ed. cit..

²⁶¹ B. Sánchez Alonso, ob. cit., p. 299.

²⁶² Idem, ibidem.

²⁶³ B. Sánchez Alonso, ob. cit., p. 300.

O segundo grupo citado no mesmo pronunciamento (913) compreende Hernando del Pulgar (1430?-1493?), embaixador dos Reis Católicos na França e cronista real, autor de uma “Crónica” destes soberanos que alcança o ano de 1490 e da série de retratos dos “Claros varones de Castilla” (Toledo, 1486); Antonio de Nebrija (1444-1522), gramático e historiador que se assina “Antonius Nebrissensis”, do nome latino de Nebrissa relativo à sua Nebrija natal, e que publicou as “Antigüedades de España” (Burgos, 1499); “Diogo Lopes de Ayala” ou antes Pero López de Ayala (1332-1407), chanceler de Castela, poeta, tradutor, e historiador dos reinos de Pedro I, Enrique II e Juan I, cuja “Crónica del rey don Pedro” serviu de base à “Histoire de D. Pedre Ier de Castille” (1848) de Prosper Mérimée; e Pedro de Gracia Dei, autor da “Historia del rey don Pedro y su descendencia”, segundo Jean Colomès um “essai de réhabilitation de ce roi, écrit contre la thèse de López de Ayala et signé des noms de Diego et Fernando de Castilla”²⁶⁴.

SM Escrever pela pauta de Malvezzi. Os quatro pronunciamentos (914-917) abrangem dois núcleos temáticos, o segundo dos quais de provável interesse biográfico:

Quevedo. Nesses somente cifrastes o número dos nossos famosos.

Lípsio. Já sei que o dizeis pelo “Marco Bruto” que escrevestes, regrado pela pauta do vosso amigo Marquês Virgílio; livro é que todo homem sisudo se pode prezar de o haver feito.

Quevedo. Eu sei o que tenho nele e em mim; porém, tardais em louvar os beneméritos, que, se não é cura da virtude – porque a virtude sempre é sadia – é pelo menos sua precaução.

Bocalino. Tendes jeito de vos regerdes pela Escola Salernitana, segundo vos ajudais da arte precautória que nela se ensina, contra o parecer dos melhores. Porque aquele que sempre se precata, como vive sem confiança, ele por si mesmo se dispõe à vida infeliz. (914-917)

O “Marco Bruto” de Francisco de Quevedo é essencialmente uma glosa à vida da personagem romana com base no texto de Plutarco. Terminada em 1644, está entre as últimas da produção literária do polígrafo espanhol, que a considerava como “la mejor salida de su pluma”, segundo anota Manuel de Montoliu²⁶⁵, que acrescenta:

(...) Quevedo expone con conceptos de una agudeza sin par el problema moral planteado por el conflicto que puso frente a frente a los que en la opinión pública pasaban como padre e hijo. Se trata del problema de la mezcla de bien y mal que tantas veces ofrece la vida humana a nuestra consideración. Califica a Julio César de “buen tirano” y a Bruto de “mal leal”. Y observa profundamente: “Tropelia son de la malicia los buenos malos y los malos buenos”. Y este es concretamente el hondo problema de filosofía moral que se debate en el libro. Algunos han querido ver en éste un tratado de teoría política. No hay tal. Es un puro tratado de moral estóica, en que lo político es puramente accidental y adventicio.²⁶⁶

²⁶⁴ Colomès, notas 493, 494, 495 e 496, p. 327.

²⁶⁵ Montoliu, Manuel de, “Obras políticas de Quevedo”, p. 507, in “Manuel de Historia de la Literatura Castellana”, 6ª. edición. Barcelona: Editorial Cervantes, 1957.

²⁶⁶ Montoliu, Manuel de, ob. cit., p. 507.

As anotações de Montoliu colocam indiretamente a questão das interfaces ético-políticas do amálgama dos ensinamentos políticos de Tácito e das lições ético-estóicas de Sêneca que caracterizam o fenômeno do Tacitismo, tal como sintetizadas nos escritos de Justo Lípiso²⁶⁷. A referência ao Tacitismo vem ao caso também porque no historiador romano, além das lições de Política, o Renascimento e o Barroco hauriram um modelo de estilo.²⁶⁸

Ora, tacitista extremado, pelo aspecto estilístico, senão “ideológico”²⁶⁹, foi o historiador bolonhês Virgilio Malvezzi, terceiro marquês de Castelguelfo e barão de Taranta y Quadri, que se pôs a serviço de Olivares a partir de 1636, integrando, como ensina Beatriz Martínez, o seu círculo pessoal de conselheiros e propagandistas.²⁷⁰ Modelo de Quevedo no “Marco Bruto”, Malvezzi é tido como um dos principais introdutores do Tacitismo na Espanha²⁷¹, como, pela “infecção” do estilo, o acusaria ainda ao final do século XVIII o neo-clássico Ignacio de Luzán em “La Poética” (1789):

“...y yo creo que la infección nos vino de Italia, así como un siglo antes nos había venido la cultura, y que nos la trajo y comunicó el conde (sic) Virgilio Malvezzi en su afectadísima y insufrible prosa castellana que, desde luego, tuvo aplauso e imitadores, siendo los primeros los poetas”²⁷²

O “marquês Virgilio”, que será objeto de exame pelos interlocutores do “Hospital das Letras” (adiante, MD80, 950-964), conquistou vasta popularidade na cena literária do Barroco, tendo sido traduzido aos principais idiomas europeus e ao latim.²⁷³ Segundo Martínez, “Los editores italianos rivalizaban para editar sus obras mayores. Ha recibido, empero, censuras por su excesiva devoción a la causa de Olivares y por las alabanzas que dedicó en muchas de sus obras al omnipotente valido de Felipe IV.”²⁷⁴

²⁶⁷ Senellart, Michel, “Le stoïcisme dans la constitution de la pensée politique. Les ‘Politiques’ de Juste Lipse (1589)”, in “Le stoïcisme au XVIe. et au XVIIe. siècle”, pp. 117-139. Paris: Albin Michel, 1999. Ver, na mesma coleção de artigos, Henri Méchoulan, “Quevedo stoicien?”, pp. 189-203.

²⁶⁸ Arnaldo Momigliano, verbete “Tacito”, Enciclopedia Italiana, vol. XXXIII, p. 173, ed. cit.

²⁶⁹ Ao analisar a influência de Virgilio Malvezzi na difusão do Tacitismo na Espanha seiscentista, Beatriz Antón Martínez registra a admiração de Baltasar Gracián, assinalada no “Criticón”, pelo estilo conciso e denso de Malvezzi; ao mesmo tempo, reporta a posição de D. L. Shaw de que este historiador “no era un ‘tacitista’ desde el punto de vista ideológico”, contestando-a em seguida: “Las biografías políticas que escribió, sin embargo, parecen desmentir eso”. Ob. cit., p. 119.

²⁷⁰ Martínez, Beatriz A., ob. cit., p. 117.

²⁷¹ Idem, ibidem.

²⁷² Idem, p. 118.

²⁷³ Martínez, Beatriz A., ob. cit., 118.

²⁷⁴ Idem, ibidem.

Já em 1622, em Veneza, publicava os seus “Discorsi sopra Cornelio Tacito”, que não seriam porém vertidos ao castelhano (a versão inglesa é de 1642). Acrescenta Beatriz Martínez, em seu estudo sobre o Tacitismo e o processo de recepção de Tácito na Península Ibérica²⁷⁵, numa passagem oportuna para o esclarecimento do SM em tela:

Lo más reseñable de este autor, por la resonancia que tuvieron em España, tal vez sean las biografías glosadas que publicó desde 1629, las cuales constituyen la base sobre la que se apoyó el edificio del biografismo político, género que en nuestra pátria se convirtió en refugio del Tacitismo. En lo que a Malvezzi se refiere, digamos que de sus biografías, la primera fue “Il Romulo” (Bologna, 1629), obra que trasladaron al español F. de Quevedo (Pamplona, 1632) y Teodoro de Aula (Milán, 1632). En el prólogo de su versión, Quevedo la define como “una obra tan admirable como inimitable... imensa em su pequenez”, y en su “Marco Bruto”, imitándole, le tributó la más sincera de sus alabanzas.²⁷⁶

Referida no segundo núcleo temático, em mais uma troca de farpas entre Quevedo e Bocalino (916-917), a “Schola Salernitana”, conforme apurou Jean Colomès, é poema médico-didático que resume as doutrinas e prescrições da escola de Salerno:

À l’origine, c’était un petit poème latin de 399 vers qui subit un grand nombre d’additions successives. On en a compté 240 éditions, entre 1474 et le XIXème siècle. Beaucoup des précautions hygiéniques qui y sont prescrites étaient passées en proverbes. C’est à ces précautions que se réfèrent les mots: “...segundo vos ajudais da arte precautória que nela se ensina”.²⁷⁷

A reflexão contemplada no pronunciamento (917) de Bocalino (“Porque aquele que sempre se precata, como vive sem confiança, ele por si mesmo se dispõe à vida infeliz”) interessa à pesquisa do “ethos” particular de D. Francisco Manuel de Melo.

SM Quatro invulgares livros de História. À entrada 918, atendendo à advertência de Quevedo em 916 (“tardais em louvar os beneméritos”), Lípsio enumera quatro autores e obras dignos dos elogios solicitados, em raro momento de aprovação irrestrita por qualquer dos interlocutores no contexto crítico do “Hospital das Letras”. A lista importa diretamente ao conhecimento dos valores historiográficos apreciados em chave positiva por nosso autor e de modelos coetâneos ou “vulgares” a ter em conta no estudo de sua historiografia:

Lípsio. Se supuserdes que vimos aqui somente à censura e não ao elogio, desculparei que os não façamos a esses para quem os requireis; contudo vos direi que o vosso D. Diogo de Mendonça – de quem já nos lembramos entre os poetas – na sua “Guerra de Granada”, D. Antonio de Fuen-Mayor na “Vida de Pio

²⁷⁵ Idem, ibidem.

²⁷⁶ Idem, ibidem.

²⁷⁷ Colomès, nota 499, p. 328.

V”, D. João Antonio de Vera no seu “Epítome de Carlos V” e D. Lourenço Van der Hammen no de “D. João de Áustria”, são livros que, dos vulgares, poucos lhes podem por o pé diante. (918)

Dois dos historiadores e obras citados – Diego Hurtado de Mendoza e Antonio de Fuen-Mayor – já o foram anteriormente no curso do diálogo: Mendoza no “Intervalo dos historiadores” (primeiro dos Elos Historiográficos Avulsos, SM do MD13, 246-253, supra); e Fuen-Mayor em passagem (815, SM do MD62) da Estante dos Estadistas, a propósito da tese (sustentada por Quevedo em 814) de que a República pode ser imaginada como um corpo humano e que, portanto, “é força que tenha seus emunctórios onde lance e despeje o vício de seus maus humores, para que a comunidade dos bons costumes goze saúde perfeita”. No trecho, menciona-se *“aquele famoso arrazoado, que traz D. Antonio de Fuen-Mayor, feito do prefeito de Roma a Pio V, quando quis lançar da Santa Cidade a caterva das meretrizes, o qual foi tão eficaz que, sendo aquele Santo Pontífice um espelho da pureza e honestidade, consentiu as rameiras e revogou o decreto já despachado, contra a liberdade delas”*.

Acerca do aristocrata andaluz Diego Hurtado de Mendoza (1503-1575), um dos nomes do humanismo espanhol, poeta, militar e embaixador de Carlos V, que escreve no fim da vida, como testemunha, a “Guerra de Granada”, documento em estilo tacitista sobre a repressão da revolta dos mouriscos granadinos (1568-1572), com abertas críticas à condução das operações militares pelo governo de Felipe II²⁷⁸, sabe-se da admiração que pela obra e pelo autor sentia D. Francisco Manuel. Já na história do levante catalão (1645), Melo refere-se a “nuestro Don Diego de Mendoza”, para afirmar, sobre passagem que guarda analogia com trecho daquela obra: *“Como nos dió la luz para escribir, nos ministra el ejemplo”*²⁷⁹. As loas do “Intervalo dos historiadores” o comparam a Tucídides e Salústio.

A “Guerra de Granada” ficaria inédita até 1627, quando aparece em Lisboa uma primeira edição prefaciada por Luis Tribaldos de Toledo, que justifica a longa espera pelo livro em palavras que ilustram as cautelas historiográficas da época e, de resto, o risco de melindrar os vivos em toda historiografia que seja contemporânea:

(...) hoy que son ya pasados cerca de sesenta años, y no hay vivo ninguno de los que aquí se nombran, cesa ya el peligro de la escritura, no doliendo a nadie verse allí más o menos lucido; y aunque hay de ellos ilustrísimos descendientes, o parientes, por haber militado en esta guerra una muy gran parte de la

²⁷⁸ A edição disponível no mercado é a de Bernardo Blanco-González, que assina também “introducción y notas”: Diego Hurtado de Mendoza, “Guerra de Granada”. Madrid: Editorial Castalia, 1970

²⁷⁹ “Historia de los movimientos...”, p. 294., ed. Joan Estruch Tobella. Madrid: Castalia, 1996.

nobleza de España, sería demasiado melindre, y aun desconfianza, celar alguna faltilla del difunto, que les toca, cuando ninguna das que se notan es mortal, ni de las que disminuyen la honra, o la fama; porque éstas no las hubo, ni se cometieron, ni don Diego, siendo quien era, se había de olvidar tanto de sus obligaciones, que las perpetuase, aun cuando se hubieran cometido. Porque la historia escríbese para provecho y utilidad de los venideros, enseñándolos, y honrándolos, no corriéndolos, o afrentándolos, aun cuando para escarmiento quiere tal vez ensangrentarse la pluma.²⁸⁰

A propósito, o licenciado Tribaldos, “cronista mayor de Índias” e bibliotecário do conde-duce de Olivares, tendo sido um dos correspondentes de Justo Lísio e um dos mestres do poeta Villamediana, vem censurado (239) no módulo 12 (relativo a este poeta e a Salinas) por escrever prólogos “impertinentes”.

A escassez de informações sobre Antonio de Fuen-Mayor (1569-1599) nas fontes disponíveis parece indicar a necessidade de pesquisa ulterior e talvez de uma revisão crítica deste autor. Colomès nos informa apenas que escreveu a “Vida y hechos de Pio V, pontífice romano”, de 1595 ou 1596 (datas discrepantes nas menções que faz à obra).²⁸¹

Sobre Juan Antonio de Vera Zúñiga y Figueroa, conde de la Roca, Colomès informa que “fut ambassadeur d’Espagne à Venise, à Rome et en Savoie. Il fut poète, théoricien des règles diplomatiques, dans son livre “El Embajador” (Séville, 1620), biographe du roi Pierre le Cruel e du fameux Duc d’Albe, et auteur de l’ “Epítome de la vida y hechos del invicto-Emperador Carlos V”, Madrid, 1622”.²⁸²

A Jean Colomès, que levantou exaustivamente o labirinto de autores citados no diálogo, deve-se também o deslindar de nomes mutilados na edição *princeps*, como é o caso de Lorenzo Van der Hammen (1589-1665), que ali consta como “Lourenço Val de Ilhameno”.²⁸³ Van der Hammen escreveu as biografias “Don Felipe el Prudente, segundo deste nombre, Rey de las Españas” (Madri, 1625) e “Don Juan de Áustria” (Madri, 1627).²⁸⁴

O pesquisador francês acrescenta que este autor foi amigo de Lope de Vega, que dedicou-lhe a comédia “El bobo del colégio”. Dois irmãos de Lorenzo, Pedro e Juan Van der Hammen, destacaram-se, o primeiro, como biógrafo ou tradutor da biografia (Colomès aqui hesita)²⁸⁵ do marquês de Villeroy, secretário do rei francês Henri III (em “Pedazos de Historia y de Razón de

²⁸⁰ “Luis Tribaldos de Toledo al lector”, “Guerra de Granada”, ed. cit., pp. 91-94.

²⁸¹ Colomès, nota 500, p. 328.

²⁸² Colomès, idem, ibidem.

²⁸³ Colomès, nota 501, p. 328.

²⁸⁴ Colomès, nota 501, p. 329.

²⁸⁵ Idem, ibidem. Pedro Van der Hammen teria escrito uma condensação (“le condensé”) da vida e ação política do marquês de Villeroy, secretário do rei francês Henri III, intitulada “Pedazos de Historia y de Razón de Estado”.

Estado”) e, o segundo, como pintor, responsável pelo retrato de Quevedo que se guarda no Instituto de Valência.²⁸⁶

SM Bom historiador e poeta ao mesmo tempo. A dupla condição de Bartolomé Leonardo, um dos irmãos Argensola, ao mesmo tempo historiador e poeta, é matéria de indagação que reflete sobre o próprio Melo, também ele, simultaneamente, cultor de Clio e das outras Musas, que exercitou desigualmente²⁸⁷ com o pseudônimo de “Melodino”:

Quevedo. E que me dizeis à “Conquista das Malucas”, por Bartolomeu Leonardo de Argensola? Lípsio. Que a poucos é concedido ser historiador e poeta insigne, tudo junto em um volume. (919-920)

A poesia dos Argensola entra no quadro das visitas críticas do “Hospital das Letras” na Primeira Estante (214-222), sendo avaliados pela “secura do estilo”, além da “majestade de suas sentenças e propriedades da imitação dos antigos, em cujos escritos convém ser muito versado quem houver de penetrar os misteriosos conceitos destes dois poetas”. Na comparação, “Lupércio teve melhor veia que Bartolomeu; este melhor pompa que aquele, e ambos maior estrondo que fermosura”.

Bartolomé, citado mais duas vezes – (139) a propósito de Góngora e (580) numa referência a Nuno de Mendonça –, continuou os volumosos “Anales de Aragón” de Jerônimo de Zurita e escreveu a “Conquista de las Islas Malucas” (Madri, 1609). Onde se lê “Malucas” leia-se, sujeito a confirmação, o arquipélago das Molucas.

SM Histórias de cidades e as “Varias Antigüedades”. Último SM do módulo relativo aos “Nossos historiadores castelhanos”, seus dois pronunciamentos contêm referências ao antiquário Alderete e, anônimas, à historiografia de seis cidades espanholas:

Quevedo. Ainda tenho razão de queixa, por deixardes de amentar [= trazer à mente, rememorar] e procurar a saúde das famosas histórias de Sevilha, de Segóvia, de Granada, com as célebres de Madrid, Toledo e Santiago e, sobretudo, todas as famosas “Antigüedades” de Alderete.

Lípsio. Esse clérigo foi doutíssimo e, como a seu livro não dói cousa alguma, é escusado compreendê-lo no círculo dos outros morrinhosos. (921-922)

²⁸⁶ Idem, *ibidem*.

²⁸⁷ A poesia de D. Francisco Manuel de Melo vem merecendo uma reavaliação nos últimos decênios. Um dos marcos dessa releitura é a edição de “A Tuba de Calíope” pelo prof. Segismundo Spina (São Paulo: Brasiliense/Edusp, 1988), com introdução, estabelecimento de texto, notas e glossário. Dos “Arquivos do Centro Cultural Português”, publicados pela Fundação Calouste Gulbenkian, constam dois ensaios que ampliam essa avaliação: “A poesia sacra de D. Francisco Manuel de Melo”, de José Adriano de Carvalho (vol. VIII, 1974) e “I ‘doze sonetos’ per la morte di Inés de Castro di Don Francisco Manuel de Melo”, por Renata Cusmai Belardinelli (vol. XVII, 1982).

A obra em questão tem por extenso o título de “Varias antiguedades de España, África y otras provincias”. Bernardo José de Alderete, escritor do século XVI e inícios do XVII, segundo Colomès, é mais conhecido por sua obra filológica “Del origen de la lengua castellana” (Roma, 1606). Quevedo o cita em diversas passagens de sua “España defendida y los tiempos de ahora de las calumnias de noveleros y sediciosos”, inacabada e inédita.²⁸⁸

São escassas as referências de D. Francisco a antiquários. Uma única menção direta vem no módulo 78 relativo às “Glórias do engenho português”, onde é nomeado “tal antiquário como Resende”, talvez André de Resende – como quer Fernando Nery em suas pioneiras “Notas”²⁸⁹, confirmado neste ponto por José Pereira Tavares, que localizou do quinhentista André de Resende a “História da Antiguidade da Cidade de Évora”²⁹⁰. Autor das “Antiguedades de las ciudades de España” foi Ambrósio de Morales²⁹¹, incluído acima (913) entre “Os sete apologistas”, no presente módulo.

MD75 Flandres, “a mais grave guerra da Europa” (923-938)

No corpo da Quinta Estante tem-se de início (como vimos) uma exposição sistemática da “arte historiográfica” e de seus autores e obras relevantes, continuada a partir das “Glórias do engenho português” (a ver adiante) por adendos e acrescentamentos que prolongam em mais cinco módulos este último grande bloco do “Hospital das Letras”.

O debate dos interlocutores sobre autores e obras da “Guerra de Flandres” inscreve-se como episódio da parte sistemática, em ramificação da mais importante historiografia, a castelhana, e como o seu tema de maior relevo.

Note-se porém que, dos sete autores citados, apenas três (Antonio Carnero, Carlos Coloma e Francisco Lenário) são castelhanos, aos quais somam-se um austríaco (Eytzingen), um português (Manuel Sueyro) e dois italianos (Famiano Strada e Guido Bentivoglio). A explicação estaria em que, para o autor como para seus contemporâneos ibéricos, a Guerra de Flandres, vale dizer, o demorado conflito que opõe os Habsburgo espanhóis aos patriotas e dissidentes

²⁸⁸ Colomès, nota 503, p. 329.

²⁸⁹ Nery, Fernando. Apologos Dialogaes. Reproduccção fiel do texto da edição de 1721. D. Francisco Manoel de Mello. Annotados e precedidos de um esboço bio-bibliographico do Autor por Fernando Nery. Bibliotheca de Clássicos Escolhidos. Rio de Janeiro: Livraria Castilho, A. J. de Castilho – Editor, 1920. A identificação de “Resende” como “André de Resende” acha-se à p. 15 do Índice Alfabético desta utilíssima edição.

²⁹⁰ Tavares, José Pereira. Apólogos dialogais. Vol. II, p. 256, notas de rodapé. Ed. citada.

²⁹¹ Colomès, nota 492, p. 326.

religiosos holandeses nos Países Baixos (1567-1648), é uma guerra de Castela, em prol do rei e da fé católica, contra heréticos e insurgentes.²⁹²

Ao mesmo tempo, trata-se de um conflito internacional que envolve forças europeias diversas e, a partir de 1621, quando se reacendem os confrontos, ao cessar a trégua assinada em abril de 1609, inscreve-se no quadro da Guerra dos Trinta Anos, intermitente e endêmica na Europa – por assim dizer, uma guerra-em-mosaico – mas, como desenvolvimento de novos ou antigos antagonismos, alastrando-se ao Caribe, ao Atlântico, ao Índico, ao Mar da China e ao Japão, num primeiro duelo entre os imperialismos europeus em escala global.

Também para a historiografia a “Guerra de Flandes” seria um campo de estudos internacionalizado, como ilustra a breve amostragem de autores trazidos à colação. Aos interlocutores do “Hospital das Letras” interessam sobretudo os aspectos da historiografia, com o objeto – o conflito em si – posto num segundo plano, e referido apenas como a “mais grave guerra da Europa, a mais justa de Espanha”.

A apresentação do tema sobrevém sem qualquer transição:

Quevedo. Só pela história de Flandes, vejo ali uma estante ocupada de vários languentes, sem que deles nenhum de vós se apiade.

Bocalino. Já eu os via e conhecia, mas quem quereis vós que se vá meter entre tais nomes eternos, como há em todos esses historiadores?

Autor. Não! Se vós quereis revolvê-los, ali estão não poucos que vos darão bastante enfadamento.

Quevedo. Demos-lhe sequer uma vista de olhos, por ser seu assunto, além da mais grave guerra da Europa, a mais justa de Espanha. (923-926)

O “enfadamento” que pode resultar do exame de “tais nomes eternos, como há em todos esses historiadores” deve ser lido, talvez, no sentido de aborrecimento, desgosto, que acarretaria o “revolver” criticamente as reputações consagradas, donde a saída minimalista para “sequer uma vista de olhos”, solicitada, afinal, pela importância do tema.

SM Soeiro arrebaria a glória aos antigos. O primeiro sub-módulo reúne três autores que, em comum, parecem ter a demorada residência no teatro da guerra:

²⁹² A Guerra de Flandres ou Revolta dos Países Baixos estende-se de 1567 a 1648. Segundo E. N. Williams: “The 17 provinces of the Duchy of Burgundy rebelled against the centralizing absolutism and religious persecution of their duke, who was also king Philip II of Spain. Eventually the North (the future Netherlands) split away from the South (the future Belgium) and succeeded in gaining their independence in the Truce of 1609, confirmed in the Treaty of Münster (1648); while the South remained under Spanish rule. The Revolt began as a defensive response of traditionalist nobles, provinces and cities to Philip’s acceleration of the progress towards centralizing the government in Brussels (in continuation of the policies of Maximilian I, Philip I and Charles V), and subordinating it to Madrid (the innovation); but it later broadened out into a patriotic war and religious crusade.” The Penguin Dictionary of English and European History 1485-1789, pp. 378-379. London: Penguin Books, 1980

Autor. Ali está Gabriel Aitzingero com o seu “Leão Bêlgico”, quase importuníssimo diário dos movimentos de Flandes, e Manuel Soeiro, português, com os seus “Anais”, seguidos do secretário D. Antonio Carneiro.

Lípsio. Muita diferença vai de uns a outros, porque meu discípulo Soeiro foi dos maiores homens do seu tempo e, se não acabara tão malogrado, arreatara das mãos a glória literária a todos os antigos. (927-928)

De Manuel Soeiro (ou Emmanuel Sueyro) tivemos a ocasião de tratar no sub-módulo (724-725) dos “Tradutores, anotadores e comentadores de Tácito”, MD55. Militar e diplomata de origem portuguesa, nasceu em Anvers, junto ao Schelda. Os “Anais” a que se refere o Autor devem ser os de Tácito, que traduziu pela primeira vez em castelhano, fiel e conciso, como um conjunto completo (“Las obras de C.C. Tácito”, Anvers, 1613 e 1619). Também traduziu Salústio (1616) e Veleio Patérculo (1630), citados com Tucídides para referir a qualidade da “Guerra de Granada” de Mendoza (no “Intervalo dos historiadores”).

“Gabriel Aitzingero”, segundo Colomès²⁹³, seria o diplomata e historiador Michael Eytzingen ou Eyzingen, “qui fut melé aux troubles de la Belgique, sous l’administration du Duc d’Albe”. Publicou “De Leone Belgico ejusque topographica atque histórica descriptione líber” (Colônia, 1583), sucessivamente reeditado, ao qual refere-se o Autor como “quase importuníssimo diário dos movimentos de Flandes”.

Anotar o emprego da palavra “movimentos” para denotar o conflito nos Países Baixos, considerado como guerra civil e não como a intervenção de um poder externo. No mesmo sentido, empregou-a o autor para referir a insurreição catalã, já no título de sua clássica “História de los movimientos, separación y guerra de Cataluña”. A palavra aparece no sub-módulo relativo a “A escritura de uma só ação” (905), MD71 (“As duas maneiras de escrever a História”), quando enumera os possíveis temas de um estudo monográfico (“a vida de um príncipe, o sucesso de uma guerra, os movimentos e transferência de uma república”). “Quase importuníssimo diário” sugere, pelo avesso, a idéia de uma historiografia “oportuna”, isto é, essencial.

“Antonio Carneiro”, conforme ensina mais uma vez Jean Colomès nas “Notes” à sua edição crítica do “Hospital das Letras” (Paris, 1970), é o espanhol Antonio Carnero, “trésorier de l’armée espagnole d’occupation des Pays-Bas”, autor da “Historia de las Guerras Civiles que ha

²⁹³ Colomès, nota 504, p. 329.

habido enFlandes, desde el año 1539 hasta el de 1609, y las causas de la rebelión de dichos estados” (Bruxelas, 1625).²⁹⁴

O elogio de Lípsio a “meu discípulo Soeiro”, “dos maiores homens do seu tempo”, implica em diminuição de Carneiro e Aitzingero, de resto ostensiva na abertura do pronunciamento: “Muita diferença vai de uns a outros (...)”, que emprestaria talvez o sentido de tédio ao “bastante enfadamento” do sub-módulo anterior.

SM A experiência nos acertos do que se escreve. A avaliação positiva da historiografia pessoal de Carlos Coloma (também tradutor de Tácito, citado no sub-módulo de seus “Tradutores, anotadores e comentadores”, supra, MD55) vem acompanhada de importante declaração (931) sobre o valor da experiência em historiografia.

Autor. Vêm D. Carlos Coloma e o duque de Carpinhano, D. Francisco Lenário.

Lípsio. Estes dous cavalheiros bem podem correr uma parrelha.

Quevedo. Certo, que se bem lerdes ao Coloma, achareis uma doce e própria história, como de homem professor dela, alumiado da ciência militar e experiência do mesmo que escrevia, que vai muito a dizer para os acertos do que se escreve, pois já sabemos por tradição que Salústio passou de Roma a Cartago só por ver aquele porto que havia de descrever na “Guerra Jugurtina”. (929-931)

Francisco Lanario y Aragón, duque de Carpiñano, valorizado pela companhia de Coloma nesta passagem, publicou, segundo Colomès, “Las guerras de Flandes” (Madri, 1623), compreendendo o período 1559-1609, “et divers autres ouvrages de sujets militaires”.²⁹⁵ Não temos explicação para a grafia “Lenário”, nas edições críticas de 1970 e 1999, a menos que seja aportuguesamento do nome. A edição *princeps* oferece a versão “Lanario”, aparentemente correta segundo as notas do próprio pesquisador francês. (Certas inconsistências de detalhe na edição crítica de 1970 devem-se ao lamentável fato de ter seu autor falecido sem a chance de uma revisão final da obra).

A obra de Coloma referida no pronunciamento de Quevedo, “Las guerras de los Estados-Bajos, desde el año 1588 hasta el de 1599”, está organizada em doze livros correspondentes a cada ano do período (vale dizer, em anais).²⁹⁶ Edições sucessivas em Anvers em 1625 e novamente em 1629 atestam a boa recepção à época. As qualidades de estilo de Coloma – fácil e agradável (como reconheceu Menéndez Pelayo) –, responsáveis pelo duradouro sucesso de suas

²⁹⁴ Colomès, nota 505, p. 330.

²⁹⁵ Colomès, nota 506, p. 330.

²⁹⁶ “Las Guerras de los Estados-Bajos” de Carlos Coloma foi incluída no tomo segundo dos “Historiadores de Sucesos Particulares”, e vigésimo-oitavo da Biblioteca de Autores Españoles, Madri: Ediciones Atlas, 1948.

traduções de Tácito (a mais recente edição sendo de 1960), parecem ter seduzido também nosso autor nesse tratado (“achareis uma doce e própria história”).

Quanto à “ciência militar e experiência do mesmo que escrevia”, devemos supor que D. Francisco Manuel, “professor” da mesma ciência, saberia reconhecê-la num outro autor. A extensa folha de serviços de Coloma, que já aos dezenove anos distinguia-se como capitão de lanças espanholas na batalha de Humala e no sítio de Rouen, devem avalizar esse juízo. O próprio Coloma faz praça dessa experiência, já nas primeiras linhas do livro inicial, relativo ao ano de 1588:

Comenzaré este trabajo desde el principio del año 1588, que fué en el que llegué á los estados de Flándes; porque no me conformo con los que escriben historia de lo que no vieron, y menos con que se les permita sacar á luz las [historias] militares á personas de tan diferentes profesiones, por los enganos grandes que se reciben, las honras desmerecidas que se dan, y las que por el mismo camino se quitan; y porque los tales (excepto algunos de aventajadas partes), como ignorantes de los términos de la milícia, escriben muchas cosas de manera que dan que murmurar y aun que reír á los extranjeros (...).²⁹⁷

O valor do conhecimento e da experiência “para os acertos do que se escreve” traduz-se, no pronunciamento de Quevedo, também como observação, “pois já sabemos por tradição que Salústio passou de Roma a Cartago só por ver aquele porto que havia de descrever na “Guerra Jugurtina”.

Esta declaração assume fundamental importância para o estudo das concepções historiográficas de D. Francisco Manuel quando lida no contexto de suas críticas à subordinação do “caso” ao “discurso” (ver “Teorema de Melo-Tácito” acima, SM do MD55, 733-734) e das críticas que faz aos venezianos Gualdo e Bisaccioni pelo emprego de relatos inconfiáveis (MD58, 761-779).

O historiador, por implicação, não apenas deve subordinar o “discurso” ao “caso” e não apenas deve assegurar-se de fontes verazes, como também, a exemplo de Salústio, estudar o cenário, vale dizer, por extensão, endereçar-se até mesmo fisicamente à realidade dos acontecimentos estudados.

SM Dois engenhos grandes competem na lei do mesmo assunto. Dois historiadores italianos da “Guerra de Flandes”, Bentivoglio e Strada, são considerados “os mais célebres” pelo próprio Autor (932).

²⁹⁷ “Guerra de los Estados-Bajos”, ed. citada, Libro Primero, Año 1588, p. 4.

A admiração de Melo pelos escritos do cardeal Guido Bentivoglio – autor de “Della guerra di Fiandra” (Colônia, 1632-1639), cobrindo em 24 livros o período entre 1559 e 1607, e antes dela das “Relazioni” relativas ao seu período como núncio em Flandres e França (Bruxelas, 1632), traduzidas ao espanhol por Francisco de Mendoza y Céspedes (Madri, 1638) – está registrada no episódio do “drama da dedicatória da Guerra de Catalunha”, 651, SM do MD46, e vem reiterada agora no cotejo com a obra de Famiano Strada. Veja-se a passagem seguinte, do sub-módulo (932-938):

Bocalino. Por mais que vós os ajunteis, eles em amor e sentimentos se apartam tudo quanto podem, não se podendo levar em paciência um ao outro.

Lípsio. É cousa natural pelejar o leão com o trigre, a abada e o elefante, só proque são dous animais valentes e poderosos. Dous engenhos tão grandes, encerrados na lei de um mesmo assunto, não podiam deixar de competir sobre a preferência.

Bocalino. Contudo o Cardeal nos seus “Fragmentos Históricos” maltrata ao Famiano.

Quevedo. E o pior é que dá razão do seu dito. (935-938)

A competição entre especialistas, “engenhos grandes”, “encerrados na lei de um mesmo assunto”, seria, como se vê, “cousa natural”, observação que interessa à pesquisa de uma prática historiográfica, nos termos fixados por Michel de Certeau.²⁹⁸ A “república das letras”, ao invés de uma rede colaborativa, como gostaríamos de acreditar em nossos dias, define-se antes – se não for esta uma visão idiossincrática de D. Francisco Manuel – como a concorrência entre talentos empregados na mesma especialidade.

O jesuíta Famiano Strada (1572-1649), definido por Agostino Mascardi como “elegantíssimo (...) nelle sue leggiadre [= graciosas] prolusioni”²⁹⁹, escreveu sobre a Guerra de Flandres o tratado “De bello belgico decades duae” (Roma, 1632 e 1647). “ouvrage qui fut traduit en italien, français, anglais et espagnol”, segundo Colomès.³⁰⁰ “Il fut aussi l’objet de continuations par divers auters”.

MD76 João de Barros, “o segundo Lívio” (939-942).

²⁹⁸ Certeau, Michel de. “A operação historiográfica”, in “A Escrita da História”, 2ª. ed., pp. 65-119. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002. Original: “L’Écriture de l’Histoire”, Paris: Gallimard, 1975.

²⁹⁹ Mascardi, Agostino. Dell’arte istorica (Roma, 1636), ed. fac-simil. citada, p. 88. A passagem incide no capítulo dedicado à “verdade na história” (“Della verità dell’Istoria”). Pp. 82-88

³⁰⁰ Colomès, nota 508, p. 330.

Várias observações no módulo dedicado ao exame de João de Barros interessam vivamente ao estudo das concepções melianas em historiografia, algumas como reiterações ou ilustrações de pontos levantados anteriormente.

Primeiro, volta ao quadro de exame dos interlocutores a questão dos “aforismos”, já reconhecida no MD55 relativo a “Tácito, o Tacitismo e os Tacitistas” (ver particularmente a análise do item “Baltasar de Álamos” no SM dos “Tradutores, anotadores e comentadores”), aforismos nos quais se contêm as lições da História, sendo por esta razão o lugar historiográfico, por excelência, da passagem da História à Política.

Com os aforismos, volta à baila também a questão dos modos narrativos (ver MD71 sobre “As duas maneiras de escrever a História”), diferenciados segundo a extensão e âmbito do objeto e tendo em vista a sua legibilidade (com as escrituras “de uma só ação”, isto é, monografias, a solicitar e mesmo a requerer obrigatoriamente as “sentenças, juízos, discrições”, isto é, aforismos, e com as “histórias gerais” deixando de solicitá-los, dada a “variedade e estranheza de eventos” que por seu âmbito ampliado contêm).

Em conexão com essa temática, o módulo em tela traz valiosa definição de “epanáfora”, vale dizer, da espécie de narração na qual, para os clássicos gregos, “a história, sem advertência, chegava ao fim de sua ação, havendo de caminho informado aos leitores de tudo o que lhe pertencia”, definição importante para o esclarecimento do significado do projeto historiográfico das “Epanáforas de Vária História Portuguesa”, que D. Francisco Manuel faria publicar em 1660, e que formam a sua mais importante obra de historiador em língua portuguesa.³⁰¹

Novamente vemos o Autor na posição de campeão da causa lusa, uma vez encerrada a visitação dos autores castelhanos e da Guerra de Flandres. Sejam as entradas iniciais:

Autor. Mais queixa pudera eu agora ter, que todos, da parte da minha nação, havendo-se passado tantos historiadores sem se nomear o famoso historiador português João de Barros, a quem uns e outros estudiosos chamam, sem medo, o segundo Lívio.

Lípsio. Podeis dele prezar-vos à boca cheia, porque, se bem alguns críticos o caluniaram de casual e quase incivil, pela inteireza com que se não diverte a algum apóstrofe ou aforismo político, basta que insensivelmente os deixe com grande arte embebidos na narração, pela qual e suas geografias é eminentíssimo, sendo esta “História” de Barros uma das perfeitas epanáforas, que disseram os gregos, quando a história, sem advertência, chegava ao fim de sua ação, havendo de caminho informado de tudo o que lhe pertencia. (939-941)

³⁰¹ “Epanaphoras de Varia Historia Portugueza”. A ElRey Nosso Senhor D. Afonso VI. Em cinco relações de sucessos pertencentes a este Reyno. Que contem negócios públicos, Políticos, Trágicos, Amorosos, Bélicos, Triunfantes. Por Dom Francisco Manuel. Lisboa. Com todas as licenças necessárias. Na Officina de Henrique Valente de Oliveira Impressor delRey Nosso Senhor. Anno 1660.

Em Barros, censurado por “alguns críticos” precisamente “pela inteireza com que se não diverte a algum apóstrofe ou aforismo político”, vale dizer, por recusar-se às intervenções autorais que explicitam no próprio corpo do texto as lições a tirar dos acontecimentos históricos, os “aforismos” estariam “com grande arte embebidos na narração”, vale dizer (antecipando expressão das falas seguintes), “eles não aparecem à face do estilo”. Em relação às conclusões anteriores (dos MDs relativos a Tácito e às maneiras de escrever a História), andamos mais um passo, pois deduz-se que também as “histórias gerais”, como a de Barros, “uma das perfeitas epanáforas”, podem implicitamente conter essas “advertências”.

As duas entradas seguintes (941-942) trazem novos esclarecimentos sobre este paradoxo nas obras de Barros (são “historias gerais” mas trazem “aforismos”):

Quevedo. Não! Quanto é a falta de aforismos políticos, não perdera nada João de Barros, se D. Fernando de Álvia e Castro continuara os que dele tirou e imprimiu das entradas da “Primeira Década”.

Bocalino. Buscou-os, sem falta, de mergulho, porque eles não aparecem à face do estilo, mas por isto se verifica a observação do outro que dizia que todo o homem tinha sua graça se lha sabia buscar e lha queriam achar. (941-942)

Fernando Alvia de Castro, destinatário de uma das “Cartas Familiares” (III, 32) de D. Francisco Manuel, castelhano de Logroño, residiu muito tempo em Portugal, ocupando as funções de “vedor geral da gente de guerra de presídios”. Entre os sete livros que publicou entre 1616 e 1633, segundo Colomès, reportando-se a Sousa Viterbo (“A Literatura Espanhola em Portugal, pp. 134-200) acham-se os “Aforismos y exemplos políticos y militares sacados de la primera Década de Juan de Barros” (Lisboa, P. Craesbeeck, 1621).³⁰²

Já citado anteriormente no “Hospital das Letras”, a propósito de seu “Diálogo da Viciosa Vergonha” (à entrada 443, MD28, “Julgamento de Quevedo”), João de Barros o será novamente nas “Glórias do engenho português” (MD78, 947) como o historiador paradigmático entre os lusos. As obras a que se refere o trecho são, naturalmente, a sua “Ásia” cujas “Décadas” apareceram em 1552, 1553, 1563 e (a quarta) em 1615.³⁰³

Sobre as “suas geografias”, anota Colomès que, nunca localizadas, embora mencionadas por Barros, formam objeto de controvérsia entre Luciano Ribeiro e Hernani Cidade. O primeiro informa em artigo da revista “Studia” que nos arquivos da marquesa de Fronteira e Alorna acha-

³⁰² Colomès, nota 512, p. 332.

³⁰³ Colomès, nota 509, p. 330.

se codex com esboços de uma geografia de João de Barros, e o segundo, em comunicação à “Academia Internacional de Cultura Portuguesa” (outubro de 1965), sublinha que o autor do manuscrito declara ter interrogado peregrinos e pescadores de pérolas no reino de Delhi, onde nunca esteve o historiador da “Ásia”.³⁰⁴

A propósito ainda do termo “epanáfora”, do grego, anota com perplexidade Colomès que o sentido emprestado à expressão por D. Francisco (“quando a história sem advertência chegava ao fim de sua ação” ou, na versão do francês, “relation historique sans observations politiques ou morales”) não se encontra em nenhum outro lugar, sejam os dicionários portugueses, seja o grego-francês de Bailly³⁰⁵ – e, poder-se-ia acrescentar, nos tratados de retórica, que registram a sinonímia entre “epanáfora” e “anáfora”, mas com o sentido de figura de dicção, vale dizer, repetição de uma ou mais palavras ao princípio de várias frases ou versos, como, por exemplo, nas apóstrofes iniciais das “Catilinárias” (“*nihilne te nocturnum praesidium Palatii, nihil urbis vigiliae, nihil timor populi, nihil consensus bonorum omnium, nihil hic munitissimus habendi senatus locus, nihil horum ora vultusque moverunt?*”).³⁰⁶ Pode ser, acrescenta Jean Colomès, que tenha sido empregada em espanhol, antes dele, com o sentido historiográfico que lhe atribui Melo, “mais nous n’avons trouvé en Espagne aucune oeuvre portant ce titre”.³⁰⁷

MD77 Esquadra de velhos historiadores lusos (943-946).

Na composição da Quinta Estante do “Hospital das Letras”, o rol de 29 nomes de historiadores portugueses, entre antigos e modernos, tem função semelhante à das “valas” já encontradas nos MDs 72 e 73, ou seja, representa, à guisa de estante um tanto desarrumada, a tradição historiográfica, no caso a crónica de Portugal, remontando a Fernão Lopes e, antes que todos, mas não mais antigo, “Gomes Anes de Azurara, cronista antigo, tão cândido de barba como de pena”.

Autor. Tende paciência, que eis ali vem entrando, dos nossos, essa esquadra de velhos, com quem nos não autorizamos pouco.

Bocalino. Houvéreis (de) dizer: E nos enfadamos muito.

Lípsio. É obrigação ouvi-los.

³⁰⁴ Colomès, nota 510, p. 331.

³⁰⁵ Colomès, nota 511, p. 331.

³⁰⁶ Exemplo de anáfora encontrado por Quintiliano numa das “Catilinárias” de Cícero, e citado entre as figuras de linguagem “por acréscimo” (9.3). Quintilian. *The Orator’s Education*, p. 117. The Loeb Collection. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 2001.

³⁰⁷ Colomès, nota 511, pp. 331-332.

Autor. Vede ali está Gomes Anes de Azurara, cronista antigo, tão cândido de pena como de barba, Fernão Lopes e Fernão Lopes de Castanheda, Rui de Pina, Duarte Galvão, D. Rodrigo de Ilma, Damião de Góis, Garcia de Resende, Duarte Nunes, Antonio de Mariz, Diogo do Couto, Gaspar Estaco, Garpar Barreiros, o mestre André de Resende, Frei Bernardo de Brito, Francisco de Andrade, Diogo de Paiva e seu adversário Frei Bernardino da Silva, Manuel de Faria, Frei Antonio e Frei Francisco Brandão, Luis Coelho de Barbuda, o chantre Manuel Severim, Frei Luis de Sousa, D. Agostinho Manuel, Luis Marinho de Azevedo, D. Gonçalo Coutinho, o Conde da Ericeira e João Nunes da Cunha, porque então andam os moços por bons passos quando seguem os passos dos velhos. Todos estes não vêm positivamente a se emendar; mas grande sandice seria se, sabendo que a saúde era chegada à terra, não fossem haver tanto dela que nunca lhes faltasse. (943-946)

Anotar que alguns dos nomes citados ao final da lista, como D. Agostinho Manuel e Manuel Severim, foram, já idosos, coetâneos de D. Francisco, ou integram gerações imediatamente anteriores, como Gonçalo Coutinho e frei Luis de Sousa, pai e filho, já visitados no “ninho das águias” (MD38).

Dois dos autores, o conde de Ericeira, D. Fernando de Meneses (1614-1699), e João Nunes da Cunha (1619-1668), além de mais jovens do que Melo, ainda não haviam publicado obra alguma, como anota Colomès³⁰⁸, e sua presença na lista possivelmente explica a observação, feita ao final dela, de que “então andam os moços por bons passos quando seguem os passos dos velhos”, além talvez de servir como um afago semelhante aos que lhe merecem os familiares inéditos do clã dos Sousa Coutinho (MD38).

Diogo de Paiva “e seu adversário” frei Bernardino da Silva vêm assim referidos pela polêmica historiográfica que sustentaram acerca da fantasiosa obra de Bernardo de Brito, inçada de milagres, “travada fundamentalmente – como explicam António José Saraiva e Óscar Gomes – não em torno da autoridade e autenticidade dos textos alegados, mas de pormenores de sua interpretação. Não se discutia a autoridade histórica de Homero, mas sim o itinerário de Ulisses, que ninguém duvidava ser o fundador de Ulisseia (Lisboa)”.³⁰⁹

Ao excluir da enumeração João de Barros, examinado no MD anterior na condição de “segundo Lívio”, o autor mais o enaltece, pelo contraste entre a atenção que acaba de receber (MD76) e a simples enumeração dos demais (MD77), que se lhe segue.

A despeito desta valorização das cores de Portugal no relevo conferido a Barros, não há como desconhecer a preferência meliana pelos hispânicos. No “Hospital das Letras”, a filiação literária de D. Francisco Manuel à tradição castelhana, o seu “gosto espanhol” (expressão, como

³⁰⁸ Colomès, nota 513, pp. 332-333.

³⁰⁹ Saraiva, A.J. e Lopes, Óscar, “História da Literatura Portuguesa”, 13ª. ed. corrigida e actualizada, p. 454. (1ª. edição de 1955). Porto: Porto Editora, 1985.

vimos, de Georges Le Gentil, a propósito do autor), reafirmam-se em historiografia já pelo contraste que se verifica entre o espaço concedido ao exame dos historiadores espanhóis (MD74) e ao tema associado da Guerra de Flandres (MD75), de um lado, e do outro lado o diminuto peso que atribuí aos cronistas lusos.

Não bastasse a diferença de tratamento, nosso autor não oculta, pela voz de Bocalino (944), o “enfado” que lhe inspira a historiografia lusa, embora, como aparteia Lípsio (945), seja “obrigação ouvi-los”. O exame que será feito de Diogo do Couto, já nos adendos da Estante dos Historiadores, adiante (965-970, MD81), deve ter sido inspirado também na intenção de atenuar o desequilíbrio em favor dos castelhanos.

MD78 Glórias do engenho português (947-947)

Preparada às pressas e descuidadamente, no MD anterior, pelo rol dos cronistas lusos (como parece indicar o desalinho de sua composição, que inclui numa “esquadra de velhos” figuras até mais jovens que o autor), a “apoteose” que se constrói com o elogio da intelectualidade portuguesa nos mais diversos campos das letras, artes, ciências, leis, diplomacia, governo e mesmo da mística (com Santo Antonio), encerra a parte sistemática da Quinta Estante e talvez teria a função (sugerida acima, nas anotações sobre a sua estrutura) de concluir tanto a Estante como o próprio conjunto do “Hospital das Letras”.

A mobilização do “travesso” Bocalino, quase sempre nas visitas críticas da junta o portador da negação e o interlocutor mais atrevido e irreverente, para o papel daquele que pronuncia o elogio dos portugueses, além da valorização desse discurso (pois vale como exceção ao seu papel negativo), apóia-se no anti-castelhanismo que, na vida real e também nas visitas dos interlocutores, se associa ao seu nome.

Note-se ainda que o discurso se organiza sobre a figura da “anáfora”, isto é, da continuada repetição das mesmas palavras (“tal poeta como vos deu, tal historiador como [vos deu], tal orador como [vos deu], (...) não vimos que, juntos, a outra nação se dessem”).

Bocalino. Bem confesso a travessura do meu gênio, como todos sabeis, mas, sem embargo dele e dela, sou obrigado a confessar, e confesso que não foi a Natureza nem a fortuna avara com os portugueses na glória do engenho, porque tal poeta como vos deu no Camões, tal historiador como em João de Barros, tal orador como em Jerônimo Osório, tal retórico como em Cipriano, tal jurista como em João das Regras, tal escriturário como em Oleastro, tal teólogo como em Egídio, tal matemático como em Pedro Nunes, tal médico como em Amato Lusitano, tal canonista como em Luis Correia, tal pregador como em Antonio Vieira, tal filósofo como Baltasar Teles, tal antiquário como em Resende, tal tangedor como Alexandre

Moreira, tal músico como João Cordeiro, tal destro como Gonçalo Barbosa, tal compositor como João Soares, tal escrivão como Manuel Barata, tal pintor como Manuel Campelo, tal engraçado como Antonio Panasco, tal cômico como Gil Vicente, tal nobiliário como Manuel Delgado de Matos, tal embaixador como Francisco de Sousa, tal ginetário como D. João Pereira, tal capitão como D. Nuno Álvares, tal rei como D. João o II, enfim tal santo como Santo Antonio, não vimos que, juntos, a outra nação se dessem. (947)

Além da nova menção a João de Barros como o historiador exemplar de Portugal, interessa ao estudo historiográfico, em especial, a indicação de “Resende”, provavelmente o quinhentista André de Resende, autor da “História da Antiguidade da Cidade de Évora”, como o antiquário a se ter em conta.³¹⁰ A menção a D. João II como, entre todos, o mais notável rei, importa à construção da visão histórica de Melo.

Também, numa leitura atenta, interessaria ao conhecimento das concepções historiográficas de D. Francisco e de sua época a ordem seqüencial que dá ao “historiador” um lugar entre o “poeta”, de um lado, e do outro lado o “orador”, o “retórico” e o “jurista”.

Sobre a indicação de Antonio Vieira como o “pregador” por excelência, anota Colomès que “comme oracle des prédicteurs portugais”, essa escolha não era matéria de controvérsia, e ainda que “Vieira devait rester pour les portugais l’oracle de la chaire sacrée, très longtemps, si l’on en juge par le petit livre de l’abée João Baptista de Castro publié à Lisbonne, en 1734, sous l’anagramme Custódio Jesam Baratta, intitulé ‘Espelho de Eloquência Portuguesa’”.³¹¹

Parece haver consenso também quanto a se endereçarem a Vieira, e particularmente ao “Sermão da Sexagésima”, as críticas formuladas, em SM (785-792) do MD60 relativo aos “Autores religiosos em Política” (774-792), Estante dos Estadistas), a “um também notável pregador dos vossos, donde sobeja austeridade, e se acusam e castigam os pregadores modernos à reveria”, ainda que neste exato pronunciamento (786) esteja o Autor a apartear Bocalino (785) ou talvez a Quevedo (784) e a expressão “dos vossos” poderia referir-se a orador sacro não-luso. O pregador que castiga os pregadores sofre o peso da censura da junta em 788-792:

Lípsio. Manuscrito dou fé que passou este papel ao Colégio de Sorbona, do qual foi comunicado aos teólogos lovanienses e de uns e outros, quanto no engenho da invectiva foi louvado o engenho do seu autor, no modo dela o julgaram repreensível, dizendo que o fim da repreensão não é o escândalo e que essa deve ser ministrada primeiro secreta e depois pública, ambas, porém, por pessoa pertencente e modo discreto, de tal sorte que repreender um pregador a todos os pregadores é manifesta incompetência, por ser

³¹⁰ José Pereira Tavares anota, na edição de 1959: “André de Resende (séc. XVI): além de vários trabalhos em latim, “História da Antiguidade da Cidade de Évora”. “Vida do Infante D. Duarte”; “A Santa Vida e Religiosa Conversação de Frei Pedro” (1570, reeditada há pouco no Rio de Janeiro por Serafim da Silva neto.”. Apólogos Dialogais, vol. II, p. 256.

³¹¹ Colomès, nota 514, p. 333-334.

coisa que só pudera e devera fazer um concílio; e repreender com uma pregação aos pregadores, antes lhes serve de calúnia que de emenda. Quanto mais que parece toca de temeridade inculcar por sofística a doutrina comum dos mais oradores cristãos, de que lança mão o povo malévolos, porque se consegue, por intercessão da malícia humana, primeiro nos ouvintes o desprezo que nos pregadores a melhora.

Autor. A razão só enfurecer-se, pelo menos inflamar-se com o excesso, como vemos que o rio sai da mãe, pela abundância das águas.

Quevedo. Não é razão o que não é arzoado.

Bocalino. Ajuntai-lhe a essa invectiva juízo, crises ou censura que em mil partes tropeça e cai em os próprios laços de que pretende desviar-nos.

Lípsio. Assim foi já o antigo Demóstenes que, orando contra a perigosa eloquência dos advogados de Grécia, nunca tão eloquente oração fez em sua vida, como aquela que repreendia o mesmo que executava. (788-792)

As relações entre D. Francisco Manuel de Melo e o padre Antonio Vieira, ambos nascidos em 1608, ambos exímios homens de letras, ambos atentos à política e movendo-se em espaços paralelos, aguardam melhor estudo, e por enquanto o que se tem são especulações, fundadas nas coincidências cronológicas, de que Melo teria assistido ou deixado de assistir aos vários sermões lisboetas de Vieira, como em Jean Colomès³¹², ou de que Vieira teria apoiado ou deixado de amparar a causa de D. Francisco. Sobre as críticas dirigidas ao orador dos “Sermões”, assim se pronuncia, por exemplo, um historiador da literatura:³¹³

É de presumir que Vieira haja feito menos em favor de D. Francisco Manuel de Melo, nas difíceis circunstâncias em que este se encontrava desde 1644, do que ele provavelmente esperava – se é que não fez exatamente o contrário; assim se explica a acidez desses comentários que, paralelamente, resolveram silenciar sobre os aspectos de doutrina estilística mais afins com a matéria do “Hospital das Letras”.

A ser verdadeira a suposição de Wilson Martins, contra as várias provas de isenção já vistas (e demonstradas nos casos extremos: ao louvar os Sousa Coutinho (564), o Autor não deixa de fazê-lo com critérios técnicos; ao vituperar Antonio Enriquez Gómez, não deixa de admitir, pela voz de Lípsio (891), que “isso parece ramo de paixão” e que também Gómez ausente precisaria ser ouvido), o reconhecimento de Vieira como o principal orador português, no elogio aos lusos, assinalaria pelo menos o respeito de Melo ao consenso que se fazia em torno desse nome.

A censura de Martins acerca do “silêncio” que na passagem do pregador se faz “sobre os aspectos de doutrina estilística mais afins com a matéria do ‘Hospital das Letras’” ilustra a leitura

³¹² Colomès, nota 514, pp. 333-334.

³¹³ Martins, Wilson. História da Inteligência Brasileira, vol. I (1550-1794), 4ª. edição, p. 224. S. Paulo: T.A. Queiroz, 1992.

superficial que por vezes tem vindo em detrimento da fortuna crítica do diálogo. O contexto do episódio, em plena Estante dos Estadistas, é o da discussão da doutrina política e, no caso, dos efeitos políticos do discurso.

MD79 Exclussões nos autores de matérias universais (948-949)

Com os agradecimentos do Autor a Bocalino por seu discurso de exaltação dos portugueses, acompanhado de uma queixa semelhante àquela empregada por D. Francisco para justificar o projeto da “Bibliotheca Lusitana”³¹⁴, e com pronunciamento de Lípsio, de duplo valor para a historiografia e para o estudo do próprio diálogo, tem início a série de adendos ao corpo sistemático da Quinta Estante.

Autor. Agradeço-vos o episódio, ainda que, se foi restituição, vosso será o proveito por vos não verdes na injúria do moderno João Imperial que, escrevendo, no seu “Museu de Varões Ilustres”, quantos advogados e físicos de meio tostão achou no Estado de Lombardia, só dos varões portugueses não achou algum digno de encaixar entre aqueles senhores.

Lípsio. Neste desatino incorrem todos os que se querem ao mundo introduzir autores de matérias universais. E que vos parece a vós? Que de nós outros se queixarão muitos, porque, ainda que fossem para fazermos aqui anatomia deles, os não trouxemos a este lugar, sendo que procuramos mais que ninguém o nome e remédio de todos. (948-949)

“João Imperial”, segundo Colomès, refere-se a Giovan Vincenzo Imperiale, escritor italiano do século XVII, autor do poema didático “Lo stato rústico” (Veneza, 1613), aqui mencionado por seu “Museum historicum” (Veneza, 1640).³¹⁵

Mais uma vez encontramos o Autor na posição de defensor dos méritos portugueses, silenciados nessa obra. Note-se a convicção de ordem estóica que permeia o seu agradecimento (“vosso será o proveito por vos não verdes na injúria do moderno João Imperial”), a mesma que Bocalino expressa, na Primeira Estante (034-035), ao saber do arrependimento de Quevedo pelas traduções que fez de alguns autores clássicos:

³¹⁴ Na carta 558 das “Cartas Familiares”, Na carta-circular dirigida “Aos Varões doctos de Portugal”, “Pedindo-lhes informação dos autores que escreveram para se formar a Biblioteca Portuguesa”, pondera o autor: “Há poucos anos que na cidade Lugdunense de Batavia, na Oficina Elzeveriana, se imprimiu a ‘República de Portugal’; donde, havendo de tratar seu autor dos escritores portugueses, antigos e modernos, põe tão poucos e com tão falta informação, que ali mais se vê Portugal ofendido que gabado. Este agravo feito à nossa nação e aos sujeitos que nela floresceram, a que se ajuntaram algumas outras considerações, me serviu de motivo para me dispor a ajudar que se escrevesse um Catálogo de todos os escritores deste Reino, em qualquer ciência, arte, faculdade e disciplina.” Carta 558 (III,25) da edição de Maria da Conceição Morais Sarmiento. Biblioteca de Autores Portugueses. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1981.

³¹⁵ Colomès, nota 515, p. 336.

Bocalino. Não te arranhes, amigo, nem te carpas, que erros há que ficam por castigo a quem os comete. Sempre tive para mim que a maior pena das cousas mal feitas era o havê-las feito. (035)

Quanto ao “desatino” das exclusões, característico dos “autores de matérias universais”, interessa ao estudo historiográfico, tanto pela óbvia ilação de que as “histórias gerais” (descritas em 905, MD71, “As duas maneiras de escrever a História”) sempre deixarão de fora alguma coisa do objeto de que tratam, como pela necessidade, que implicam, de escolhas entre os dados disponíveis.

O pronunciamento de Lísio (949) reflete-se sobre a própria missão em que se acham empenhados os quatro interlocutores do diálogo, a de fazer, afinal, “anatomia deles”, isto é, dos autores chamados ao exame, na biblioteca convertida em hospital. Os “muitos” excluídos, que “se queixarão” de que “os não trouxemos a este lugar”, não o foram não por culpa dos interlocutores, pois “procuramos mais que ninguém o nome e o remédio de todos”. Declaração que supõe, como se vê, para o “Hospital das Letras”, um projeto exaustivo – a visitação crítica de toda a literatura disponível, o exame, enfim, “de todos”.

MD80 Julgamento de Virgilio Malvezzi (950-964)

A passagem dedicada ao exame do historiador bolonhês Virgilio Malvezzi (1595-1694) forma o primeiro dos adendos ao corpo sistemático da Quinta Estante, introduzidos a partir do pronunciamento de Lísio sobre as inevitáveis exclusões nos “autores de matérias universais”, e pode ser fracionada em quatro unidades temáticas.

Na primeira (950-954), o “Bolonhês” entra no quadro de análise a pedido de Quevedo, com abordagem que se prende inicialmente ao uso que faz, nos seus “livrinhos”, do “vulgar” pseudônimo (e anagrama) de “Grevílio Vezalmi”. Anotar o paralelo com a idêntica utilização do pseudônimo como argumento de acusação, no longo módulo 46 (640-652) em que é examinada a “Guerra de Catalunha”, durante o “Julgamento do Autor”.

A “leviandade dessa máscara” merece nada menos que duas espécies de punição, a despeito de sua “fama” e de sua “pátria” (pois quem propõe seja punido é seu patrício Bocalino). Além de “gentilíssimos açoutes”, sugere que Malvezzi não deixe de “ir muito bem sarjado” – referência ao procedimento médico da “sarjação” ou “escarificação”, que consiste de incisões na pele para retirar sangue ou do lanceteamento de um tumor para drenar o pus.

Amparado no “direito”, Lípsio justifica ambas as “curas”, prescritas para os “doudos e delirantes”, pois “tudo parece que lhe cabe a um homem que”, sem boa razão para isso, “muda o nome”. Propõe o Autor que se lhe apliquem “ventosas”, talvez melhor remédio para o caso, pelas “inchações” a que “este Marquês é muito sujeito”.

Acusando a “turbulência de vossos afectos”, vale dizer, a elevada temperatura emocional demonstrada pelos interlocutores nesta primeira conferência, Lípsio refluí para a postura isenta e conciliadora que deve guardar (“sou obrigado a ser a paz da casa”) não apenas por ser o mais velho como também pela “flegma natural dos flamengos”.

Eis o trecho, encadeado ao MD anterior (das inevitáveis exclusões):

Quevedo. Bem diz o Lípsio, mas por agora não quisera que, a título de miúdos, se nos passassem pelos dedos os livrinhos de meu amigo Virgílio Malvezzi, ainda que algum dissimulado do vulgar anagrama de “Grevilio Vezzalmi”.

Bocalino. Nem a fama nem a pátria lhe valerá, se eu posso, para deixar de ir muito bem sarjado, porque a levandade dessa máscara merece gentilíssimos açoutes.

Lípsio. Cura é de doudos e delirantes a primeira e segunda que lhe receitais; e tudo parece que lhe cabe a um homem que, sem quê nem para quê, muda o nome, tanto que logo o direito presume mal daqueles que, sendo uns, se nos inculcam por outros.

Autor. Porventura que as ventosas viessem melhor aí, por ser mezinha que se aplica às inchações – mal a que este Marquês é muito sujeito.

Lípsio. Ora já sei que, por mais velho, sou obrigado a ser a paz da casa, entendendo que não a idade, mas a flegma natural dos flamengos é quem me conserva mais igual na turbulência de vossos afetos. (950-954)

Nos três movimentos seguintes, que deslocam do homem para a obra o objeto de exame, somente Quevedo interroga Lípsio, obtendo respostas acerca: 1. do estilo, definido como “sincopal”, e figurado por metáfora como um calçado de número menor que o tamanho, para designar as “palavras” que revestem apertadamente os “conceitos”; 2. da relação entre o “caso” e o “discurso” na historiografia de Malvezzi, cujo desacordo vem em detrimento da sua legibilidade; e 3. das obras escritas sob o signo da lisonja e adulação, e dos prêmios mundanos que lhe valeram.

Vejamos os três SMs correspondentes aos momentos do exame.

SM “O Tacitismo como estilo historiográfico”. O pronunciamento de Lípsio (956) sobre os problemas de estilo de Virgílio Malvezzi vem posto em perspectiva por uma finalidade, a de que os “conceitos” sejam inteligíveis “ao juízo comum dos homens, para quem se escreve”. Observação que define um público e um nível de compreensão. Os destinatários últimos das

obras são os homens de “juízo comum”, vale dizer que o historiador deve em última instância endereçar-se ao senso comum dos leitores.

Autor. Pois que nos dizeis, agora, em ordem à saúde desse nobilíssimo engenho da Itália?

Lípsio. Digo-vos que o Bolonhês tem altos pensamentos, proporcionados a seu profundo saber. Passando, porém, ao modo prático de explicá-lo, quanto foi louvável em desterrar a tediosa prolixidade dos italianos, foi repreensível no sincopal estilo que abraçou; donde, de ordinário, gemem apertados os conceitos, calçando muito menos pontos de palavras do que seus pés pediam, para se fazerem práticos e inteligíveis ao juízo comum dos homens, para quem se escreve. O “Rômulo”, “Tarquínio” e “David” têm a sabida doença deste Marquês. (955-956)

O julgamento do estilo malveziano busca o equilíbrio. De um lado, admite-se que “foi louvável em desterrar a tediosa prolixidade dos italianos”. De outro, acusa-se que “foi repreensível no sincopal estilo que abraçou”, com a explicação de que, neste, “de ordinário, gemem apertados os conceitos, calçando muito menos pontos de palavras do que seus pés pediam, para se fazerem práticos e inteligíveis (...)”.

Estaríamos em presença de uma crítica orientada, primeiro (quando nomeia a “prolixidade dos italianos”), ao “ciceronianismo”, referido por Momigliano³¹⁶ e associado igualmente³¹⁷ à maneira de Tito Lívio, com sua “abundância de linguagem” e “preferência por assuntos que se prestavam a um desenvolvimento estético e declamatório”; e em seguida ao Tacitismo estilístico, o “sincopal estilo que [Malvezzi] abraçou”, marcado exatamente pelas construções “apertadas” (isto é, concisas, lacônicas) e “sincopadas” (isto é, abruptas, “amputadas”)³¹⁸. A passagem do “prolixo” ao “sincopal” corresponderia à substituição do modelo ciceroniano pelo modelo tacitista³¹⁹ (e talvez se pudesse falar, com o sentido fixado por Thomas Kuhn³²⁰, na substituição de um paradigma historiográfico por outro).

³¹⁶ Verbetes “Tacito”, Enciclopedia Italiana di Scienze, Lettere ed Arti. Ristampa fotolitica del volume XXXIII pubblicato nel 1937, edizione 1949, pp. 172-173. Roma: Istituto della Enciclopedia Italiana: Roma, 1950.

³¹⁷ Cf. Samuel Gili Gaya, “Introducción”, p. XXXV, in Francisco de Moncada, “Expedición de los catalanes y aragoneses contra turcos y griegos”. Madri: Espasa-Calpe, 1954.

³¹⁸ O “sincopal estilo” é característico de Tácito e, antes dele, de Salústio. “It is mainly on grounds of style that the ancients admired Sallust and dared to compare him with Thucydides. If there is one representative feature of Sallust it is brevity (‘illa Sallustiana brevitatis’), a brevity which Quintilian advised his student of oratory to avoid. Seneca in one of his letters refers to the Sallustian fashion for lopped sentences and words ending unexpectedly and obscure brevity (‘amputatae sententiae et verba ante expectatum cadentia et obscura brevitatis’). But fashion there was, and we can see its influence extending as far as Tacitus. It is a mannered brevity, harsh and constrained.”, apud W.A. Laidlaw, “History and Historians”, in “Latin Literature”, p. 187. London: Methuen, 1951.

³¹⁹ A própria evolução estilística de Tácito significou um abandono do estilo ciceroniano. Conforme W.A. Laidlaw, “The periodic style of Cícero is abandoned; to the antithetical style of Seneca’s prose is added a new compression, asyndeton, and a quality of muscular strength beyond Sallust”. “Latin Literature”, p. 190.

SM Versão B do Teorema de Melo-Tácito. A reiteração da fórmula de desacordo entre “caso” e “discurso”, agora aplicada ao exemplo concreto de Malvezzi (957), permite avançar na compreensão de seu significado. Se no SM anterior se oferece – aliás no “modo prático” – a explicação do estilo (que consideramos tacitiano) de Malvezzi, entra-se agora no terreno de suas conseqüências historiográficas. Vejamos o trecho:

Lípsio. (...) O “Rômulo”, “Tarquínio” e “David” têm a sabida doença deste Marquês.

Quevedo. E que tal? Porque eu, sempre que os vi, me pareceram de saúde perfeita.

Lípsio. Estar sempre, em sua história, todo o caso suprimido do discurso e abafado dele, de sorte que, **havendo o discurso de servir ao caso, este serve àquele**, lendo-se ou adivinhando-se o caso no discurso, o que notavelmente suspende o juízo dos leitores. (frag. 956-958)

A perspectiva é novamente a da legibilidade. A supressão e o “abafamento” do “caso” pelo “discurso” resultam em detrimento da sua compreensão pelos leitores, de tal maneira que a simples leitura já não basta, pois será preciso também “adivinhar” a História assim “abafada” (e até mesmo “suprimida”).

O núcleo da fórmula de desacordo – “havendo o discurso de servir ao caso, este serve àquele” – agora estabelece um dever-ser na relação entre os dois elementos, antes postos sem essa **exigência**, e de modo genérico, na primeira formulação, vista em 734 no SM do MD “Tácito, Tacitismo e Tacitistas” (717-737). Para cotejá-las, transcrevemos (negritando-a) aquela menção:

Autor. Pois como se conta o Tácito entre os políticos, se ele foi histórico?

Lípsio. A pergunta é tão formal que requeria mais tempo para vos satisfazer, porém, para o ficardes por agora, bastará advertirdes que, **neste autor, como nos mais historiadores, não serve o discurso ao caso, antes o caso serve ao discurso**, sendo contado como acaso tudo que se conta.(...) (734)

Os pronunciamentos 734 (primeira versão) e 958 (versão B) ensejam a formulação de uma hipótese cuja verificação ultrapassa os limites da dissertação, a de que expressam o desconforto de D. Francisco Manuel de Melo com o código retórico-historiográfico, de viés tacitista, predominante à sua época. Se o binômio caso-discurso (que pode ser reduzido à tradicional antinomia forma/conteúdo ou “res”/“verba”) não apresenta em si nenhuma novidade, a novidade estaria na exigência, para a escrita da História, de que o “discurso” sirva ao “caso”, isto é, que os

³²⁰ Kuhn, Thomas S., La estructura de las revoluciones científicas. Primeira ed. em inglês, 1962. Primeira ed. em espanhol, 1971. México: Fondo de Cultura Económica, 1971.

meios expressivos, codificados pela Retórica, sejam postos ao serviço da História (vale dizer, da historiografia conformada aos dados do real).

Estaríamos em presença de uma reivindicação de verdade historiográfica equivalente a um, digamos, proto-realismo³²¹, temperado ainda, no plano da narração, pela necessidade de entreter o leitor com “sentenças, observações e juízos” (como se viu no MD71 acerca das “Maneiras de escrever a História” e também no fragmento restante da entrada 734), mas já sujeito à “ciência”, à “experiência” e a observação (como em Carlos Coloma e em Salústio, 931, no MD75 acerca da “Guerra de Flandres”,).

O fato de ter nosso autor inscrito uma segunda versão do “Teorema” nos adendos ao corpo sistemático da Quinta Estante, com o que isso significa em termos de reflexão sobre o que já havia composto anteriormente (pois devemos presumir que os adendos foram escritos para completar o diálogo e supõem essa revisão), empresta à Versão B um valor declarativo que vai além dos seus teores. A reiteração agora desenvolvida e desdobrada em conseqüências equivale a uma tomada de posição ou manifesto. Em historiografia, o “discurso” deve servir ao “caso”; a História deve ultrapassar a condição de gênero retórico.

As três obras citadas por Lípsio (“O ‘Rômulo’, ‘Tarquínio’ e ‘David’ têm a sabida doença deste Marquês”) integram as biografias de Malvezzi, responsáveis, segundo Beatriz A. Martínez, por sua “enorme popularidade” em escala continental, traduzidas que foram aos principais idiomas europeus e ao latim. Seriam essas biografias “glosadas”, vale dizer, com glosas ou comentários, “la base sobre la que se apoyó el edificio del biografismo político, género que en nuestra pátria se convirtió en refugio del Tacitismo”.³²²

A primeira deles, “Il Romulo” (Bolonha, 1629), obtém já em 1632 duas traduções para o castelhano, uma das quais (Pamplona) pelo próprio Francisco de Quevedo, qualificando-a no prólogo como “una obra tan admirable como inimitable (...) inmensa en su pequeñez”³²³, observação que esclarece, primeiro, a referência do Quevedo interlocutor no “Hospital das Letras” (950) aos “livrinhos de meu amigo Virgilio Malvezzi”, os quais “não quisera que, a título de miúdos, se nos passassem pelos dedos”, e, segundo, que seja Quevedo, admirador de Malvezzi, a quem imita no “Marco Bruto” (ver 914-917, SM “Escrevendo pela pauta de

³²¹ Hipótese alcançada em colaboração com o Prof. Dr. R. Vainfas na correspondência de orientação.

³²² Martínez, Beatriz A., *El Tacitismo en el siglo XVII en España: el proceso de “receptio”*, p. 118. Valladolid: Universidad de Valladolid, 1991.

³²³ Idem, *ibidem*.

Malvezzi” do MD74 relativo aos “Nossos historiadores castelhanos”), quem interroga Lísio sobre a obra malveziana no SM em tela e no SM seguinte.

Também “Il Tarquínio Superbo” (Bolonha, 1632) e “Davide Perseguitato (Bolonha, 1634), este dedicado a Felipe IV de Espanha, foram vertidos quase imediatamente ao castelhano, com várias traduções de cada obra aparecendo às vezes ao mesmo tempo.

Virgilio Malvezzi ocupa na recepção do Tacitismo na Espanha um lugar que, segundo Beatriz Martínez, não se limita a esse movimento enquanto corrente de pensamento político mas “también del Tacitismo literario”, um papel aliás “crucial” na “introducción del nuevo estilo”³²⁴, tendo sido o Bolonhês, como observa outro autor, por ela citado, “il maestro del neolaconismo barroco”³²⁵. Anotar que já em 1622 apareciam em Veneza os seus “Discorsi sopra Cornelio Tacito”.³²⁶

SM A lisonja e seus prêmios. A última unidade temática do “Julgamento de Virgilio Malvezzi” (959-964) reúne juízos negativos sobre três itens da historiografia do marquês de Castelguelfo como apologista de Olivares e de Felipe IV:

Quevedo. E da “Livra” que direis?

Lísio. Que é falsa como impertinente.

Quevedo. Como julgais do livro que intitula “Sucessos do Ano Trinta e Nove”?

Lísio. Padece esse miserável volume uma lisonja coral e adulação canina, de que não convalescerá jamais o livro nem o autor.

Quevedo. Pois a “Vida do Conde-Duque”, que sentis dela?

Lísio. Nessa acho mais desculpa, porque lhe valeu o posto de conselheiro de guerra, o cargo de embaixador da Grã-Bretanha, honras, comendas e soldos que lhe soldarão quantas quebras e quebraduras possa ter a sua fama por todo o mundo, visto que por muito menos prêmio, canta e baila e representa um homem muito contra sua vontade. (959-964)

Como ensina Beatriz Martínez, o aristocrata bolonhês Virgilio Malvezzi é chamado a Madri em 1636 pelo “valido” de Felipe IV, o conde-duque de Olivares, com o encargo de compor uma história da Espanha nos reinados desse rei e de Felipe III, seu pai. A essa altura um autor renomado, Malvezzi passa a integrar o círculo pessoal de conselheiros e propagandistas de Olivares. “(...) a sua llegada su talento y fidelidad a la administración española pronto le

³²⁴ Idem, 117.

³²⁵ Raimondi, E., *Letteratura baroca. Studi sul 600 italiano*. Firenze, 1961, cap. XII. In Beatriz A. Martínez, ob. cit. 119.

³²⁶ Martínez, Beatriz A., ob. cit., 118.

proporcionaron empleos adicionales. Fue consejero privado de F. de Melo y se le nombró Cronista Real en 1646.”³²⁷

Assinalar que Francisco de Melo, primo de D. Francisco Manuel de Melo, a quem vai dedicada a sua “Carta de Guia de Casados”, ocupou altos postos na hierarquia militar durante o reinado de Felipe IV e estava no comando das forças de Castela por ocasião da histórica derrota face aos franceses em 1643, na batalha de Rocroi, que marca o fim da invencibilidade dos “tercios” castelhanos.³²⁸

Um novo grupo de três obras de Malvezzi é agora citado, numa espécie de escala crescente de parcialidade e lisonja, em graus que correspondem ao crescendo da crítica e da ironia.

Da “Livra” ou “Libra”, sobre a qual não encontramos data e local de publicação, assinala Colomès que nessa obra “Malvezzi pèse les gains et les pertes de la monarchie espagnole”.³²⁹

Os “Sucessos do Ano de Trinta e Nove”, por extenso, segundo Tavares, “Sucesos principales de la Monarquia de España en el año de 1639”, publicada em 1640³³⁰, a despeito da “lisonja coral e adulação canina, de que não convalescerá jamais o livro nem o autor” (962), busca justificar a gestão de Olivares num ano difícil, assinalado pela derrota e destruição da armada espanhola no confronto com os holandeses no Canal de Inglaterra, tema aliás da “Epanáfora Bélica”, a quarta das “Epanáforas de Vária História Portuguesa” (1660) de D. Francisco Manuel.

Quanto à “Vida do Conde-Duque”, objeto de sátira em 964, trata-se de “El Ritratto del Privato Politico Christiano estratto dall’originale d’alcune attioni del Conte Duca di S. Lucar” (Bolonha, 1635), traduzido ao castelhano por Francisco de Balboa y Paz (para quem “Virgilio Malvezzi es el Tacito de nuestros tiempos”) com o título de “Retrato do privado Christiano Politico deducido de las acciones del Conde Duque” (Nápoles, 1635).³³¹

³²⁷ Ob. cit., 117.

³²⁸ D. Francisco de Melo é citado por Colomès (nota 290) a propósito de versos endereçados por DFM ao príncipe de Espanha. “En 1642, le “Niño Augusto” D. Baltasar Carlos, âgé de 11 ans, écrivait sa première lettre à un parent de D. Francisco Manuel de Melo, le fameux D. Francisco de Melo (1597-1651) qui venait de se couvrir de gloire, à la tête des troupes espagnoles, à Honnecourt, pres de Châtelet, mais qui, un an plus tard, devait être vaincu à Rocroi.

³²⁹ Colomès, nota 519, p. 338.

³³⁰ Tavares, José Pereira, nota, p. 261, Hospital das Letras, in Apólogos Dialogais, vol. II. Lisboa: Sá da Costa, 1959.

³³¹ Martínez, Beatriz A., ob. cit., p. 119.

Num balanço do conjunto do “Julgamento de Virgílio Malvezzi”, anotar que o extenso tratamento, em quinze entradas, serve-nos desde logo como um dos indicadores da importância dessa personagem e de suas obras no conjunto das preocupações historiográficas de D. Francisco.

O texto oferece base para afirmar que, para nosso autor, o “Marquês Virgílio” representa um problema, sendo a passagem uma espécie de acerto de contas em vários planos.

Malvezzi é a expressão mais nítida e visível do Tacitismo como estilo que D. Francisco, a essa altura, pela voz de Lípsio, vê como uma “doença”, a subordinar o “caso” ao “discurso” até a ilegibilidade. É também o “Bolonhês” o exemplo do historiador que, a despeito ou talvez em razão de seu estilo, alcança a fama em escala europeia, fama que afinal contrasta com a modesta repercussão das obras de Melo. E finalmente, será o anti-modelo daquele que, servindo ao poder e sujeitando a História à lisonja – adulando ao mais notável algoz de D. Francisco Manuel, o conde-duque de Olivares, responsável pela mutilação de sua carreira militar – colhe prêmios invejáveis.

Não admira que as restrições a Malvezzi se traduzam como uma irritação que se desata, na abertura do módulo, em vitupérios dirigidos “ad hominem”, raro momento de ataque pessoal (comparar com a “desconstrução” de Antonio Enriquez Gómez) que transgride aliás a proposta de crítica impessoal e objetiva da junta, fixada por exemplo no pronunciamento de Lípsio em 227 (“*Não falemos aqui nos homens, mas nos talentos*”).

As restrições à personalidade, naquela abertura – marcada por um destempero que, envolto sempre em leve ironia, com referências ao “vulgar anagrama”, à “leviandade dessa máscara”, aos “doudos e delirantes”, à falsidade do pseudônimo, às “inchações”, de entremeio com a proposta de “finíssimos açoutes” e da dolorosa “sarjadura” como castigos adequados – denuncia uma espécie de revide pessoal, de tal rigor e tal vigor que, arrastando-o num primeiro momento, obriga Lípsio a restabelecer a serenidade, e a acusar a “turbulência de vossos afetos”.

Em seguida, arrefecida a ira, com a volta à razão, busca-se o equilíbrio, e se contrasta o aspecto favorável do estilo malvezziano (ao “desterrar a tediosa prolixidade”) com o seu aspecto “repreensível”, no “sincopal estilo que abraçou”. As críticas se prolongam às conseqüências historiográficas dessa “doença”, oferecendo a aplicação do Teorema de Melo-Tácito ao caso concreto.

Finalmente, num terceiro movimento, a “questão Malvezzi” resolve-se em ironia e sátira, sem dúvida amargas, tendo em vista a ampla fama, os prêmios obtidos pela “lisonja coral e

adulação canina”, tais como “o posto de conselheiro da guerra, o cargo de embaixador”, as “honras, comendas e soldos”, tão contrastantes com o modesto reconhecimento literário, a desgraça política, a desconfiança na pátria, os dez, onze anos de cárcere, as finanças abaladas, o banimento e talvez também a enfermidade que caracterizam a situação pessoal de nosso autor ao tempo da escrita do “Hospital das Letras”.

MD81 Diogo do Couto; a História em desapareço (965-970)

O segundo dos adendos ao corpo sistemático da Quinta Estante, o exame de Diogo do Couto, introduzido a rogo do Autor à penúltima hora, no quadro das visitas críticas dos interlocutores, que ora se encaminha celeremente para o final, compreende quatro unidades temáticas encadeadas entre si, todas elas de interesse para o estudo das concepções historiográficas em D. Francisco Manuel.

Além do pronunciamento que abre o módulo com a apresentação do pedido (965), encontramos os SMs relativos: 1. ao desapareço em que é tida a historiografia em contraste com o alto valor fazendário de outras modalidades de representação; 2. ao tópico da História como pintura viva; 3; ao exame propriamente dito de Diogo do Couto; 4. à anedota do autor de um mau livro que pede ao bispo o lance no índice para que, proibido, seja mais procurado, e a ilação que dela se extrai sobre o gosto dos leitores.

SM História e historiadores valem “pouca fazenda”. Vejamos o trecho, formado por um pronunciamento apenas (966), em resposta ao pedido do Autor (965):

Autor. Rogo-vos que, se puder ser, ainda que seja depressa, tomeis o pulso ao nosso bom velho Diogo do Couto, sucessor, na história oriental, de João de Barros; porque é Diogo do Couto pessoa que não merece o deixemos por incurável, a troco do fraco dispêndio de quatro receitas que se podem gastar com ele.

Lípsio. Não o duvido, porque toda a história nobre é digna de alto preço. E muitas vezes, tenho lástima quando leio, vejo e ouço, que um mármore, um madeiro e, quando muito, um metal, por remedar um rosto na fé dos padrinhos de um dos nossos passados, valha tão grande máquina de fazenda, e um livro histórico, donde não já as feições do rosto, mas os afetos da alma se vêem tão vivos como nela própria, ao mesmo tempo valham estas estátuas e estatuários tão pouca fazenda. (965-966)

A desproporção entre, de um lado, os preços alcançados pelo “livro histórico” e pelo retrato esculpido ou então gravado em madeira ou metal com base apenas em testemunhos indiretos (“na fé dos padrinhos”) e, de outro lado, o valor das verdades que respectivamente representam, forma o núcleo do lamento pela História pronunciado por Lípsio.

Merece especial atenção a seqüência de verbos empregados pelo velho interlocutor (“leio, vejo e ouço”), contendo os verbos excelentes da experiência direta (ver e ouvir), os mesmos aliás de que o próprio autor se vale (“Vi, li, ouvi”), às primeiras páginas da sua “Carta de Guia de Casados”, em contexto que importa à construção da visão historiográfica meliana exatamente por traduzir a valorização da experiência, contrastada aos saberes herdados dos antigos.³³²

Embora não incida aqui diretamente sobre os objetos a serem comparados, a seqüência de verbos por assim dizer prepara esta comparação. Lípsio os emprega como avalizadores de seu próprio conhecimento do contraste entre o objeto “livro histórico”, vale dizer, a historiografia fundada (como propõe noutros lugares do diálogo) na observação, e o mero “remedar (...) na fé dos padrinhos”.

Note-se a menção aos “afetos da alma”, que no “livro histórico” “se vêem tão vivos como nela própria”. Na passagem, entende-se que o autor, pela voz de Lípsio, coteja o valor de retratos, mas a passagem diz também da importância atribuída na historiografia meliana ao conhecimento psicológico dos protagonistas. Aliás, um dos aspectos de sua obra histórica sobre o qual parece haver consenso na fortuna crítica é o da penetrante análise psicológica de indivíduos e grupos.

Sobre a continuação da “história oriental” de João de Barros por Diogo do Couto nas suas “Décadas”, objeto de um terceiro SM, a ser visto adiante, a mesma seria, no juízo de Lípsio, uma “história nobre”, e por isso “digna de alto preço”, numa “deixa” que desencadeia a comparação. Não obstante, anotar que o Autor se endereça à “pessoa” do ‘nosso bom velho Diogo do Couto’ como merecedora de atenção, e não exatamente à obra, que talvez lhe inspirasse o mesmo “enfado” já visto a propósito dos cronistas lusos (cf. Bocalino em 944).

O tratamento da historiografia como uma das artes, suscetível de comparação com a pintura e a estatuária, ainda que se considere o sentido figurado da passagem, num símile forçado ao ponto de referir os historiadores e suas obras como “estas estátuas e estatuários”, deve servir-nos de advertência. Estamos em face de concepção da História ainda muito distante de um estatuto científico, uma História ainda compreendida como o domínio indisputado de Clio. Sob essa luz atenuante devem ser lidos os sinais de inquietação presentes no Teorema de Melo-Tácito (734 e 958), e também a valorização (931) dos saberes técnicos, da experiência e da observação “para os acertos do que se escreve”.

³³² Carta de Guia de Casados. D. Francisco Manuel de Melo. Quadros cronológicos, introdução, texto anotado. Edição de Pedro Serra, p. 91. Letras Portuguesas. Braga e Coimbra: Angelus Novus, 1996.

SM O que dizem todos: história, pintura viva. Único pronunciamento (967) de Bocalino forma o sub-módulo, com brevíssima referência a um dos “topoi” ou lugares retóricos da tradição, a ser precisamente localizado, que aproxima como termos de um binômio a História, de um lado, e do outro lado a pintura e a escultura:

Bocalino. Acabai já de dizer, aí, o que neste passo dizem todos: que a pintura e escultura é história morta e a história pintura viva. Mas adverti que, se com todos estes velhos, nos formos assim detendo, virá um rancho de potrilhas que se não acabará nunca. (967)

O estudo da influência entre as artes, com a busca de recursos expressivos que pudessem ter aplicação recíproca, enriquecendo os códigos respectivos, remonta pelo menos ao Renascimento e, no plano técnico, à Roma clássica.

Como “parte integrante de toda a cultura” já na antiguidade romana e Idade Média, segundo Curtius,³³³ a retórica teria servido de ponte de passagem de umas para as outras artes, sendo a interface comum a todas:

A retórica não marcou apenas a tradição e a produção literárias. No Quattrocento florentino, L. B. Alberti aconselhou os pintores a familiarizarem-se ‘com os poetas e retóricos’, porque estes poderiam inspirá-los para a invenção (“inventio”) e criação de temas pictóricos. A isso corresponde o fato de ter sido Policiano o erudito conselheiro de Botticelli. Seu “Nascimento de Vênus” e sua “Primavera”, como demonstrou A. Warburg, só podem ser interpretados iconograficamente pelas alusões a autores antigos, que lhe foram sugeridas através da poesia e da erudição.³³⁴

O mesmo esforço de aproximação (diríamos hoje interdisciplinar) seria válido para o Barroco. No tratado “Dell’arte istorica” (1636), avaliado no “Hospital das Letras” como “livro de grande e bem logrado estudo”(903), Agostino Mascardi estuda as relações entre a historiografia e a poesia, dedicando-lhe um dos capítulos (“VI. Dentro a che confini si restringa la somiglianza tra il poeta e l’istorico nella locuzione”) do seu Tratado Quinto (“Della struttura dell’Istoria”), e

³³³ Curtius, Ernst Robert. *Literatura Européia e Idade Média Latina*, Paulo Rónai e Teodoro Cabral. São Paulo: Hucitec, Edusp, 1996. (Clássicos, 2), p. 117. “Ao lado e acima da ‘ars dictaminis’ conserva-se, no século XII, o ideal antigo: a retórica como parte integrante de toda a cultura. Esse pressuposto era comum a Cícero, Quintiliano e Agostinho. Repousa ainda na fantasia de Marciano Capela de celebrar um casamento entre Mercúrio e a donzela Filologia. E alimenta, na primeira metade do século XII, o humanismo da escola de Chartres, cuja atmosfera impregna os escritos de João de Salisbury (...). Por intermédio dele tomamos conhecimento da mudança no ideal cultural. Sua resistência à corrente da moda dialética dirige-se contra um inidentificável Cornifício, que considerava a retórica supérflua e pensa ser possível filosofar sem ela. Objetou-lhe João que a retórica é a graciosa e fecunda união entre a razão e a palavra. Mantém unida a comunidade humana pela harmonia. (...) João reproduz aqui a doutrina exposta por Cícero (‘De Officiis’, I, 50 e ‘De oratore’, III, 56 e ss.), que remonta a Posidônio e a Isócrates, segundo a qual a Razão e a Oração (“ratio et oratio”) formam juntas, a base da moral e da sociedade”.

³³⁴ Curtius, Ernest Robert, ob. cit., 118.

endereça às descrições na escrita da História todo o capítulo seguinte (“Delle descrizioni”), definindo-as em termos que sugerem o paralelo com a pintura: “un ragionar espositivo, il quale pone evidentemente sotto gli occhi la cosa di che si ragiona”³³⁵

A segunda parte do pronunciamento (“*se com todos estes velhos, nos formos assim detendo, virá um rancho que potrilhas que se não acabará nunca*”) denuncia o andamento apressado dos interlocutores, e talvez do autor, a essa altura do diálogo (e já vimos no início do MD que o Autor roga seja Diogo do Couto examinado, “ainda que seja depressa”). Colomès anota que a expressão “potrilhas” deve ser adaptação do espanhol “potrilla”, com o significado de “vieillards qui ont la prétention de rester jeunes”, e não de “égua novas”, como parece à primeira vista.

A propósito da pressa de que dão mostra os interlocutores, sinalizando para uma conclusão já próxima do “Hospital das Letras”, resulta incompreensível a tese de Colomès, abraçada também por Pedro Serra, de que, nos termos do primeiro, “o ‘Hospital’ termina bruscamente, inacabado” e, nos do segundo, de que “O diálogo não possui uma efectiva conclusão”. Veremos a seu tempo essa controvérsia. Por ora, vale assinalar os sinais da mencionada pressa, como argumento contrário.

SM Duas horas para a cura de Diogo do Couto. Na visitação clínica que fazem de Diogo do Couto, não cogitam os interlocutores de questões internas à obra, dispensadas de maior exame porque, afinal, “Ele não tem achaque de perigo”. A atenção da junta volta-se para os episódios – antes editoriais do que propriamente historiográficos – que resultam em duas espécies de desventura para Diogo do Couto.

Segundo Colomès, o cronista, como continuador de João de Barros, escreveu uma quarta “Década” sem saber da existência de obra de igual teor do mesmo Barros, inédita em vida deste mas publicada pelo cronista-mor e grão-cosmógrafo João Baptista Lavanha em Madri (1615).³³⁶

O segundo episódio é o da “queima” de sua “Quinta Década”, narrada por Manuel Severim de Faria na biografia do Couto incluída nos “Discursos Vários Políticos” (Évora, 1624). Colomès supõe que esta obra de Severim deve ter sido a fonte de D. Francisco Manuel para o relato do incêndio.³³⁷

³³⁵ Marcardi, Agostino. *Dell'arte istorica trattati cinque*. (Primeira ed. Roma, 1636). Ed. a cura di Adolfo Bartoli. Firenze: Le Monnier, 1859. Ed. fac-similar Modena: Mucchi Editore, 1996, p. 402.

³³⁶ Colomès, nota 523, p. 339.

³³⁷ Colomès, nota 524, p. 339.

O sub-módulo consiste de três pronunciamentos, o primeiro dos quais acusando novamente a pressa em que vão, a essa altura, os quatro interlocutores.

Quevedo. Também eu assim o digo, mas, a troco de duas horas mais, não é razão deixar a Diogo do Couto gemendo, e passar adiante.

Lípsio. Ele não tem achaque de perigo e o que mais o lastima são quatro arranhaduras que lhe deu João Baptista Lavanha, meu amigo, acerca da “Quarta Década”; vê mal de um olho, de puro chorar a queima da sua “Quinta”, donde procede a falta do fio das histórias orientais, escapando poucos e maltratados volumes.

Bocalino. Também aí com ele se devia queimar a obrigação, respeito e curiosidade dos que podiam; pois, sendo-lhes tão fácil fazer nova edição por um desses exemplares, lhes passou isso por alto. (968-970)

Note-se a referência à “falta do fio das histórias orientais” resultante da queima da “Quinta Década” de Diogo do Couto. O “fio dos acontecimentos” é um elemento valorizado por Melo em historiografia. Em 734 adverte-se para o risco de que este fio se quebre, “sendo tirado fortemente para outra parte, pela força do discurso”.

Na curiosa proposta de Bocalino, de que no incêndio se queimassem também à “obrigação, respeito e curiosidade” dos que podiam fazer nova edição por um dos exemplares disponíveis, como castigo da omissão, interessam ao estudo historiográfico sobretudo as atitudes que se projetam como desejáveis ou possíveis, por parte de um círculo de editores e leitores apenas insinuado: “os que podiam”. O que se denuncia são os avessos da “obrigação, respeito e curiosidade”. Em outras palavras, a “Quinta Década” desapareceu levada não apenas pelas chamas como também pela irresponsabilidade, desrespeito e indiferença de quem detinha os meios para conservá-la e editá-la.

SM “A gulodice do vedado”. A anedota de Quevedo, que diz do estratagema utilizado por “certo compositor meu contemporâneo” para forçar as vendas de um livro encalhado, isto é, de “um livro mau que se lhe não gastava”, ensina algo a respeito das convicções e opiniões de D. Francisco Manuel acerca do gosto dos leitores e sua relação com o bom sucesso editorial e, digamos, comercial.

Quevedo. Se eu do livro e do autor não tivera tanto conhecimento, persuadira-me a que sucedera, neste caso, o que a certo compositor meu contemporâneo que, fazendo um livro mau que se lhe não gastava, fez diligência ao bispo, a que lho mandasse recolher sob graves penas, as quais ainda não bem eram públicas, quando já o livrinho se gastava às punhadas.

Bocalino. De longe nos vem a gulodice do vedado. (971-972)

Note-se como o autor, através da personagem de Quevedo, se movimenta com desembaraço entre as interdições e mecanismos de censura vigentes, primeiro ao gracejar sobre o índice de livros proibidos (como se uma “diligência ao bispo” fosse bastante para nele inserir um título qualquer) e em seguida ao surpreender o súbito aumento da procura, que implica, desde logo, um mercado de livros clandestino, indiferente àquela proibição.

Outra camada de significados se localiza na passagem, com a possibilidade de manipulação da demanda de livros, nela implícita, mediante o emprego de recursos que hoje diríamos compreendidos entre as técnicas do “marketing” e que visam, justamente, à administração dos níveis de consumo. A ordem episcopal para que o “mau livro” seja recolhido “sob graves penas” atiza e aguça a atração dos leitores pela matéria proibida – a “gulodice do vedado”.

Outra incidência da expressão se encontra em passagem da “Visita das Fontes”, em meio à analogia com o aquecimento das armas em batalha e à maliciosa referência aos “canos novos e dourados” da Fonte Nova, quando aparece, no campo de visão das duas fontes, do soldado e da estátua de Apolo, o “procurador de Cortes”:

Fonte Velha. Tá, tá tá Bem caio em quem dizeis! Esse é um procurador de cortes, de uma das melhores cidades deste reino.

Fonte Nova. Se é ele tão bom procurador como a cidade?

Fonte Velha. Mudemos, se vos praz, o prepósito, porque a mesma artelharía de bronze, com ser feita do mais paciente dos metais, também se esquenta com perigo, e às vezes estala com dano, se a apertam com tiros demasiados.

Fonte Nova. Mau remédio pusestes contra o meu apetite. Agora sou eu a que estalo por saber que homem é este.

Soldado. Não foras tu fêmea, se não foras gulosa do vedado!

Fonte Velha. Ora não arreberteís, que tendes canos novos e dourados! Será lástima que tão cedo se malogrem!

Apolo. Bem fizestes, por escusar neste tempo entre as mais a monstruosidade de ver uma fonte com sede.

Sempre atento à legibilidade dos escritos, e convencido de que, “para conduzir a gente a qualquer leitura honesta, quanto mais piedosa, é necessário dourar-lhe a pírula como ao enfermo, ou adoçar-lhe o freio como ao potro” (segundo declara a título pessoal, em 664, MD 48 relativo à sua hagiografia de Francisco de Assis em “El Mayor Pequeño”), nosso autor experimentou o sucesso de público com teores bem diferentes na “Carta de Guia de Casados”, espécie de (digamos) manual de auto-ajuda do marido prudente, que toca na matéria ardente do casamento e, em subtexto, da sexualidade.

Será a “Guia de Casados”, a propósito, a primeira de suas obras em prosa portuguesa, aquela que assinala a virada estilística de D. Francisco para o “estilo corriqueiro”, revelada num paralelo com a pintura de El Greco (MD51, 677-684), na Terceira Estante, logo após o exame de seu hermético “Panteón”, poema (e livro) à maneira de Góngora cuja “escuridão” é definida como “contagiosa”:

Bocalino. Por isso, essoutro é tão claro que de claro teve nota.

Lípsio. Qual é essoutro?

Bocalino. A “Guia de Casados”.

Lípsio. Nunca vi esse livro dos olhos e nunca outro tanto me ocupou os ouvidos. A homens sábios ouvi falar nele com esquisita variedade.

Autor. Sucedeu-me, fazei conta, como ao Grego, pintor famoso, que celebraram todos os poetas deste século. Era o seu modo de pintar tão severo e tão escuro que aos mais desagradava. Nunca se lhe gastou painel em pessoa do vulgo. Vivia a este respeito pobre, como soberbo da grandeza do seu espírito. Finalmente, persuadido da fome e dos amigos, se foi a Sevilha em tempo de frota, e tantos ricos feitos pintou, até que ficou rico. Conhecendo que o estava, tornou-se à solene pintura a que o chamava seu natural, dizendo: “Antes quero viver mísero que rudo”. **A metade desta história me serve, porque eu me acho agora tão bem com o estilo corriqueiro que protesto de não tornar ao majestoso, por mais que o espírito lá procure conduzir-me, como fiz enquanto dele deixei levar-me.** Só das mulheres me temo neste livro, assim porque, como são dos homens as melhores amigas, são as maiores inimigas, como porque algumas não tomarão em graça as minhas graças. (677-681)

A propósito ainda das condições de legibilidade, que estão ao fundo da discussão sobre “as duas maneiras de escrever a História” (MD71, 905) e que põem em perspectiva as duas versões do que aqui se denomina o Teorema de Melo-Tácito (734 e 958), sobre as relações entre “caso” e “discurso”, o módulo em tela (sobre a “gulodice do vedado”) introduz no debate historiográfico do “Hospital das Letras”, ainda que de modo oblíquo, numa simples anedota sobre a proibição procurada de um certo livro, a questão do objeto e do seu valor atrativo.

Nosso autor parece ter encontrado as condições excelentes tanto da maneira quanto da matéria na “Carta de Guia de Casados”, que poderia ser considerada, aliás, espécie de estudo etnográfico do casamento, ainda que posto na perspectiva de um tratado de cunho moral. A mesma “Guia de Casados” interessa diretamente à questão dos gêneros e seu modo confessional, escrita no “estilo corriqueiro”, permite-nos surpreender Melo em revelações pessoais como quando, referindo-se à mulher, admite que “por mais que o meu estado seja já isento dos perigos de sua indignação, todavia os passados danos fazem como ainda agora tema, e as tema”, ou quando expressa a convicção de que:

(...) assim como os humores mais sutis e delgados são os que primeiro se revolvem e corrompem, assim as mulheres são as que primeiro dão causa a qualquer movimento; por onde é necessário viver com elas muito regrado (...)

MD82 Lavanha “nunca acabou de mostrar donde era” (973-977).

O penúltimo dos módulos da Quinta Estante e dos adendos introduzidos a partir do episódio das “Glórias do engenho português” (MD78, 947), versa sobre a origem, o lugar social, os saberes e a espécie de engenho reconhecidos no cronista João Baptista Lavanha, cujo nome primeiro vem à baila no MD anterior, a propósito das “quatro arranhaduras” que teria causado em Diogo do Couto. A pedido do Autor, ingressa agora, por mérito próprio, no quadro das atenções da junta:

Autor. Reparaí que o cronista Lavanha parece que está e fica queixoso de o não fazerdes digno de um reparo, sendo dos beneméritos do seu século.

Bocalino. Esse homem não acabei de conhecer nunca; e, suposto que o nome me parece transalpino, nunca acabou de mostrar donde era; lá se enxeriu em Portugal e achou quem o favorecesse.

Autor. Não! Quanto é por aí, por onde ides, nesses sinais bem me parece estrangeiro, porque, a ser português, eu vos fico que, por mais que ele soubesse outro tanto do que sabia e por mais cego que fosse, não acharia em Portugal quem lhe fizesse carreira.

Quevedo. Teve em Castela boa opinião de suas letras e costumes.

Lípsio. Com justa causa, porque dou fé que era varão doutíssimo nas ciências e faculdades humanas, sobre que o engenho não foi liberal nem ditoso. (973-977)

Sobre esse autor, Colomès anota que viveu entre 1556 e 1625, vale dizer, com os anos de sua maturidade situados sob o regime da União Ibérica, e ocupou as posições de cronista-mor e grão-cosmógrafo de Portugal. Sua edição da quarta “Década” de João de Barros (Madri, 1615), refundida, vem acompanhada de notas e cartas geográficas.³³⁸ Barbosa Machado o cita em sua bibliografia como lisboeta e filho de lisboetas.³³⁹

Lípsio o considera “meu amigo” num pronunciamento anterior (969) e vê “justa causa” (976) na “boa opinião” que em Castela se teve “de suas letras e costumes” (975), “porque dou fé que era varão doutíssimo nas ciências e faculdades humanas”, a despeito de ter engenho nem “liberal nem ditoso”.

Justificado por ter sido “dos beneméritos do seu século”, o exame de Lavanha, apresenta reduzida importância historiográfica se considerado literalmente, mas ganha relevo quando visto nas suas implicações para o estudo do lugar social do próprio Melo.

³³⁸ Colomès, nota 523, p. 339.

³³⁹ Colomès, nota 525, p. 340.

A propósito, o pesquisador francês levanta a possibilidade de que nosso autor aceita, para Lavanha, a condição de estrangeiro, suscitada por Bocalino (“o nome me parece transalpino”), apenas porque isso lhe dá um ponto de partida “pour critiquer la manie des portugais de ne reconnaître de valeur qu’aux étrangers”.³⁴⁰

A presteza e a irada ênfase com que, em nome próprio, confirma a hipótese de que Lavanha deve, sim, ser estrangeiro, é forte indício textual de que o autor projeta no cosmógrafo, ou a pretexto de julgar o cosmógrafo, uma espécie de retrato de sua própria situação. O pronunciamento sobre as dificuldades de “fazer carreira” que se reservavam em Portugal aos filhos da terra que, além de bem informados, não fossem cegos, se apresenta como um desabafo pessoal:

Não! Quanto é por aí, por onde ides, nesses sinais bem me parece estrangeiro, porque, a ser português, eu vos fico que, por mais que ele soubesse outro tanto do que sabia e por mais cego que fosse, não acharia em Portugal quem lhe fizesse carreira. (975)

O aparte de Quevedo (“Teve em Castela boa opinião de suas letras e costumes”) faz ressaltar a hostilidade do ambiente na pátria, e diz também da situação em que se achavam os intelectuais portugueses ao tempo da União Ibérica, quando podiam eventualmente encontrar em Castela um reconhecimento que Portugal lhes negava.

Talvez ainda mais importante, como projeção das condições pessoais do autor, seja o fragmento da entrada de Bocalino que negritamos:

Esse homem não acabei de conhecer nunca; e, suposto que o nome me parece transalpino, **nunca acabou de mostrar donde era**; lá se enxeriu em Portugal e achou quem o favorecesse. (974)

Também nosso autor, afinal, “nunca acabou de mostrar donde era”. Visto com suspeita em Castela por ser português e por esse motivo preso, quando da Restauração, “sem mais delito que o nascimento” (651); visto com suspeita em Portugal ao desertar de Castela em favor do novo regime, por seus anteriores vínculos aos castelhanos; boa parte da obra meliana em língua portuguesa reflete a ruptura do espaço político em que se movia e o resultante conflito identitário que dele fez uma espécie de exilado na própria pátria.

³⁴⁰ Colomès, *ibidem*.

As constantes demonstrações de lealdade ao Portugal restaurado, as persistentes reivindicações de coerência em meio às ambigüidades produzidas pela transição da União Ibérica para a Restauração compõem, na obra de D. Francisco, e particularmente no “Hospital das Letras”, o esforço para reconstruir seu lugar social e, podemos acrescentar, reencontrar-se como bom súdito português.

Neste sentido, a passagem que contém o exame de João Baptista Lavanha serve, além de protesto e lamento, de confirmação e reiteração do que já se disse, na Primeira Parte, sobre as auto-explicações produzidas pelo autor, seja no modo explícito da Terceira Estante (“Julgamento do Autor”), seja no modo implícito, mediante a arquitetura do diálogo, construído segundo um princípio de simetria que lhe permite traduzir, por analogia estrutural, os dilemas históricos que viveu e conseguiu superar.

MD83 Última vala dos historiadores lusos (978-981).

Por seus teores, o último dos módulos da Quinta Estante poderia ser excluído da série de adendos inscritos após o episódio das “glórias do engenho português”, uma vez que não forma a rigor um aparte nem traz a rigor matéria nova. Sua função na composição da Estante é a de encerrar de alguma forma o exame dos historiadores.

Bocalino. Vós vedes o que lá vem de velhos corcovados, tossindo e arrojando os pés; esta gente se faz com terra ou se vai desfazendo nela tudo quanto pode.

Autor. Já sei quem são, ainda que os vejo de longe: o primeiro é Gomes Anes de Azurara, Fernão Lopes e o de Castanheda, Rui de Pina e Duarte Galvão, os dous Resendes, Luis coelho, Castilho, Amaral e Toscano.

Bocalino. Oh! Que cousa lá vem!

Quevedo. Antes entendia eu que triunfáveis com o arcepreste Juliano, Paulo Orósio, o arcebispo D. Rodrigo da Cunha, D. Lucas de Tui e o invisível D. Raimundo Ortega, tão mentado dos vossos modernos antiquários. (978-981)

O protesto e o lamento de D. Francisco Manuel acerca das condições de sua recepção em Portugal, implícito no exame do cosmógrafo Lavanha, no módulo anterior, conclui a série de adendos mencionados, todos eles marcados por nota negativa, sejam os prêmios mundanos colhidos pelo adulator Malvezzi, a desdita de Diogo do Couto com o desaparecimento de sua quarta “Década”, o desvalor em que é tida a História no confronto com outras artes de representação, seja a atração do vulgo pela matéria proibida – e não serviria talvez como a melhor

conclusão, ou como uma conclusão assertiva, para a Estante dos Historiadores e, afinal, para as visitas críticas da junta.

O desfile final de alguns autores representativos da tradição historiográfica lusitana, ainda que bem humorado (“*Vós vedes o que lá vem de velhos corcovados, tossindo e arrojando os pés*”), produz o fecho que permite ao autor citar nomes antes omitidos, acenar com o inexaurível da matéria e preparar a transição, em 982, para nova temática, a das leis e dos juriconsultos.

Essa conclusão é, porém, algo desajeitada. Dos nomes repetidos na primeira parte da lista (979), cinco o são na mesma ordem em que inauguram a primeira listagem (MD77, 943-946), a saber, Gomes Anes de Azurara, Fernão Lopes, Fernão Lopes de Castanheda, Rui de Pina, Duarte Galvão.

Colomès interpreta que “os dous Resendes” seriam Garcia de Resende, que aparece naquele módulo, e Lúcio André de Resende, referido apenas por “Resende” no elogio dos engenhos portugueses (MD78, 943) como o mais notável antiquário.³⁴¹

“Castilho”, sempre segundo o pesquisador francês, seria o português Antonio de Castilho, filho do arquiteto João de Castilho.³⁴² Foi juiz, embaixador em Londres, conservador dos arquivos da Torre do Tombo e autor do “Comentário do Cerco de Goa e Chaul no Ano de 1570” (Lisboa, 1573). Anota Colomès que “Il ne doit pas s’agir de l’historien espagnol Julián del Castillo”, autor de uma “Historia de los Reyes Godos” (Burgos, 1582) citado na Estante dos Estadistas, durante o exame da “Idea de un Principe Cristiano” de Diego de Saavedra Fajardo (MD64, 822-836):

Bocalino. (...) Mandemos-lhe se vá embora ou mande em seu lugar a “Corona Gótica” de seu próprio autor, a quem não faltam mazelas que ele bem escusara, por ser história já honestamente escrita por Julião de Castilho. (829)

“Amaral” seria frei Nicolau Coelho do Amaral, morto em 1568, autor de uma “Cronologia, seu ratio temporum maxime in theologorum atque bonarum litterarum studiosorum gratiam” (Coimbra, 1553). “Toscano” seria o místico português frei Sebastião Toscano, agostinho, cronista de sua ordem na Itália, e também autor da “Mística Teologia” (Lisboa, 1568) e de uma tradução das “Confissões” de Agostinho (Salamanca, 1554?).³⁴³

³⁴¹ Colomès, nota 526, p. 340.

³⁴² Colomès, *ibidem*.

³⁴³ Colomès, nota 526, p. 340.

Verifica-se na passagem uma nova incidência da expressão “trunfo” ou “triunfo”, ambas as formas presentes na edição *princeps* de 1721, utilizadas pelo autor para anunciar grupos de autores ou temas, como em 405 (“Parece que saiu o triunfo de engenhos nobres!”) ou em 570 (“Parece que saiu o trunfo de autores aquáticos”), expressão que ora reaparece na forma verbal:

Quevedo. Antes entendia eu que **triunfáveis** com o arcepreste Juliano, Paulo Orósio, o arcebispo D. Rodrigo da Cunha, D. Lucas de Tui e o invisível D. Raimundo Ortega, tão mentado dos vossos modernos antiquários. (981)

O arcepreste Juliano deve ser, para Jean Colomès, o arcebispo de Toledo, mais tarde canonizado como São Julião (ou “Julianus”), autor da “Historia Galliae”, que permaneceu manuscrita e que poderia ser conhecido por Melo somente através da “Hispaniae illustratae seu rerum, urbiumque Hispaniae, Lusitaniae, Aethiopiae et Indiae scriptores varii...”, publicada em quatro volumes em Frankfurt (1603-1608).³⁴⁴

Paulo Orósio, do século V, escreveu por sugestão de Santo Agostinho as “Historiarum ab exordio mundi libri septem”. O bibliógrafo Barbosa Machado assinala várias edições ao final do século XV e início do XVI. A edição *princeps* do “Hospital das Letras” faz de Orósio e Juliano uma só personagem, “o arcepreste Juliano Paulo Ozório”, forma guardada na edição Sá da Costa.³⁴⁵

D. Rodrigo da Cunha (1577-1643), “étrangement cité à côté de ces chroniqueurs latins du très haut Moyen-Age”, escreveu histórias eclesiásticas de Braga (1634, 1635) e de Lisboa (1642). Também publicou as crônicas de João I, Duarte e Afonso V, de Duarte Nunes de Leão (1643). A história eclesiástica de Lisboa seria continuada por seu sobrinho D. Antonio Álvares da Cunha, secretário da Academia dos Generosos e bom amigo de nosso autor, que na versão manuscrita de diversos poemas se lhe refere como seu “compadre”. D. Rodrigo da Cunha desempenhou papel de primeiro plano nos acontecimentos da Restauração, tendo sido eleito governador de Portugal enquanto se aguardava a chegada a Lisboa do novo soberano, João IV. Foi bispo em diversas dioceses e arcebispo da capital portuguesa.³⁴⁶

D. Lucas de Tui, do século XIII, bispo da vila galega de Tuy, escreveu o “Chronicon Mundi”, primeiro ensaio de história geral da Espanha, compilação apenas parcialmente original,

³⁴⁴ Colomès, nota 527, p. 341.

³⁴⁵ Colomès, nota 527, p. 341.

³⁴⁶ Colomès, *ibidem*.

com reelaborações a partir de Isidoro de Sevilha e de São Julião, acima referido. Talvez seja a mesma obra o “Crônicon dos Tempos” citado (721) em passagem acerca da cronologia (SM do MD55 relativo a Tácito).³⁴⁷

Quanto ao “invisível Raimundo Ortega tão mentado dos vossos modernos antiquários”, teria sido, conforme o cronista cisterciano Bernardo de Brito, confessor do último rei visigodo da Espanha, Roderico (ou Rodrigo), e autor, em 878, de “De antiquitatibus Lusitaniae”, descoberta por Brito no convento de Alcobaça. Tanto nos manuscritos como na edição *princeps* consta como “Raimundo”, embora Brito empregasse a forma “Laymundo Ortega”.³⁴⁸

Com esse “trunfo” encerra-se a Quinta Estante e, em termos literais, o conjunto dos Elos Historiográficos do “Hospital das Letras”.

Muito do que até agora se encontrou representa o acerto de contas meliano com a história de seu tempo, e com os modos de escrevê-la. O melhor, contudo, está por vir, se estivermos atentos às razões históricas e biográficas que tanto vincam a estrutura e os teores do quarto dos “Apólogos Dialogais” – se reconhecermos que, nestas páginas, o autor, afinal, *também escreve a História*.

A “Coda” como um último Elo Historiográfico

Com efeito, o diálogo se prolonga por mais dez entradas, nas quais apenas se vislumbra a possibilidade de serem examinados “mais de dois mil jurisconsultos, amarelos como cera”.

Tanto Jean Colomès quanto Pedro Serra, os mais recentes editores do “Hospital das Letras”, sustentam que, nos termos deste, “O diálogo não possui uma efectiva conclusão”, sendo desprovido de uma cena final como a que se constata nos três primeiros apólogos.

O que temos, sim, é uma última intervenção de Lípsio que antes configura uma digressão introdutória do que uma conclusão. Os jurisconsultos ficam por tratar. De resto, como se compreende, é difícil perspectivar um fim para uma situação dialógica deste tipo e, especificamente, com os parâmetros que a definem.³⁴⁹

Jean Colomès, a quem tanto devem os estudos melianos, em artigo póstumo, publicado em agosto de 1971, pela revista “Ocidente”, diz quase a mesma coisa:

³⁴⁷ Colomès, *ibidem*.

³⁴⁸ Colomès, *ibidem*.

³⁴⁹ Pedro Serra, Introdução. Apólogos Dialogais, vol. II, p. XI. O Escritório Avarento. O Hospital das Letras. Obras Clássicas da Literatura Portuguesa, Século XVII. Braga e Coimbra: Angelus Novus, 1999.

Lembremos, a propósito, que o “Hospital” termina bruscamente, inacabado, quando Justo Lísio anuncia que é tempo de julgar os juristas após os historiadores e que ele vai começar este exame por uma definição geral da ciência em oposição à jurisprudência a que dá o nome de faculdade. Esta interrupção brusca é devida à censura ou foi D. Francisco que não foi mais longe no seu trabalho e deixou o diálogo incompleto? Impossível dar uma resposta.³⁵⁰

Ora, o que se encontra, nas cinco entradas que se seguem ao anúncio, por Lísio (982), de que vê chegarem “dois mil juristas, amarelos como cera, bom testemunho do mal que trazem dentro dos corpos”, é a constatação da impossibilidade de serem julgados “os que se criaram para juizes”, como afirma em seguida Bocalino (983).

A razão clínica, apressa-se a esclarecer Quevedo (984), seria que “*esta tal gente não é a que mais depressa mostra, no rosto, o mal que tem no coração*”. Lísio devolve-lhe que, ainda assim, “se vos parecesse, devíamos aplicar todos os remédios e estudos, porque na saúde destes livros consiste a saúde da república, e a vida muito mais”.

Tem-se então, nos termos da própria situação dialogal, vale dizer, da proposta de exame crítico e clínico de autores e livros, em que afinal consiste o “Hospital das Letras”, a definitiva pronúncia da impossibilidade de “julgar os julgadores”.

Quevedo. Bom fora, se eles quiseram receber leis. Eu apostarei que não há livro dessa faculdade, o que mais está para dar conta a Deus, que não diga pode vender saúde e disposição boa pelas praças, e que os mais, em sua comparação, são uns sandeus contagiosos. (986)

Compreensivo, Lísio observa que esta auto-suficiência, para não dizer arrogância, “Vem-lhes da grandeza do exercício de sua faculdade, sempre encaminhada ao grande fim do regimento, moderação e conservação da república”.

Até este ponto, já se tem uma perfeita desforra de Melo contra a máquina judicial que o manteve acorrentado por dez anos. Mas o acerto de contas com seus algozes imediatos vai além, e alcança a diminuição dos próprios saberes em que se fundamenta aquela “grandeza” e as ambições que se lhe associam:

Autor. Reparo que lhe chamais faculdade e não ciência.

Lísio. Chamar a uma pessoa o nome que lhe não pertence, é uma cortês injúria por que muitos passam alegremente. Eu chamo a cada um pelo seu nome e não pelo alheio, suposto que a vaidade dos homens se tem destemperado de sorte que cada qual se acha acanhado e estreito em seu próprio nome ou ofício.

³⁵⁰ Colomès, Jean. Ocidente. Revista Portuguesa de Cultura, n. 400, nova série, Agosto de 1971, p. 40. Citado em Pedro Serra, Introdução, ob. cit., p. XI, nota de rodapé.

Bocalino. Dizeis bem, e lhes sucede uma galante cousa a esses marmanjos, a qual é que eles logo de contado se envilecem o novo grau ou exercício que possuam, e, como estranhos de essoutros a que aspiram, nunca se afirmam nele; de sorte que nos deixam certos do mal, e do bem incertos, com o que entemdem têm feito grande negócio. (988-990)

O Autor insiste junto a Lípsio por uma “resposta do que vos perguntei” e afasta definitivamente – ele que é no diálogo o apresentador dos “enfermos” e dos seus “males” – a possibilidade de estender a pauta da junta, pois “com escrúpulo não quisera se divertisse, por ora, a outros sujeitos a conferência”.

Serenamente, o velho interlocutor pronuncia a palavra final:

Lípsio. Não quisera que me obrigásseis a começar por Aristóteles, suposto que o tenho por mestre, mas por ser princípio que muito me enfada. Contudo bom é levar a candeia diante. Olhai, haveis de saber que a ciência é a segura e imóvel certeza que mora em nossa almas, de alguma cousa ilustre, útil e honesta, continuada em hábitos intelectuais que jamais caduquem em nosso entendimento nem sejam sujeitos a algum acidente. Esta é a definição da ciência que, mais ou menos claramente, assinam os sábios. Por esta causa, há no mundo poucas ciências, ainda que, ao comum entender, toda a doutrina que se aprende e ensina parece ciência cujo nome só cabe onde há certeza e evidência. (992)

BIBLIOGRAFIA

1. Obras do corpus meliano:

1.1. Edições dos “Apólogos Dialogais”, incluindo o “Hospital das Letras”; além de edições isoladas do “Hospital das Letras”; e dos outros “apólogos”; por ordem cronológica.

D. Francisco Manoel de Mello. Apologos Dialogaes. Reprodução fiel do texto da edição de 1721. Anotados e precedidos de um esboço bio-bibliografico do Autor. Por Fernando Nery. Biblioteca de Clássicos Escolhidos. Rio de Janeiro: Livraria Castilho, A. J. de Castilho – Editor, 1920.

D. Francisco Manuel de Melo. Apólogos Dialogais. Prefácios e notas do prof. José Pereira Tavares. 2 vols. Vol. I. Relógios Falantes. Visita das Fontes. Vol. II. Escritório Avarento. Hospital das Letras. Coleção de Clássicos Sá da Costa. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1959.

_____. A Visita das Fontes. Apólogo Dialogal Terceiro. Edição Fac-similada e leitura do autógrafo (1657). Introdução e comentário. Por Giacinto Manuppella. Acta Universitatis Conimbrigensis. Coimbra: Por ordem da Universidade, 1962.

_____. Hospital das Letras. Apólogo Dialogal Quarto. Rio de Janeiro: Editorial Bruguera, s. d. (Anos 1960?).

_____. Le dialogue “Hospital das Letras” de D. Francisco Manuel de Melo. Texte établi d’après l’édition princeps et les manuscrits, variantes et notes. Jean Colomès. Série histórica & literária – III. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, Centro Cultural Português, 1970.

_____. Relógios Falantes. Prefácio e notas de Rodrigues Lapa. 6ª. edição. Textos Literários. Lisboa: Seara Nova, 1974.

_____. Apólogos Dialogais. Edição de Pedro Serra. 2 vols. Vol. I. Os Relógios Falantes. A Visita das fontes. Vol. II. O Escritório Avarento. O Hospital das Letras. Obras Clássicas da Literatura Portuguesa. Século XVII. Braga e Coimbra: Ângelus Novus, 1998 (Vol. I) e 1999 (Vol. II).

1.2 Edições de outras obras do corpus meliano, por ordem cronológica:

_____. Cartas Familiares. Seleção, prefácio e notas pelo prof. M. Rodrigues Lapa. Coleção de Clássicos Sá da Costa. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1937.

_____. Política militar en avisos de generales. Clásicos Emecé. Buenos Aires: Emecé Editores, 1943.

_____. D. Teodósio II. Segundo o código 51-III-30 da Biblioteca da Ajuda. Tradução e prefácio de Augusto Casimiro. Porto: Livraria Civilização Editora, s.d.

_____. As Segundas Três Musas. Ensaio crítico, seleção e notas de António Correia de A. e Oliveira. 2ª. Edição. Clássicos Portugueses. Trechos Escolhidos. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1966.

_____. Alterações de Évora. 1637. Introdução, fixação do texto, apêndice documental e notas por Joel Serrão. Coleção Portugália. Lisboa: Portugália Editora, 1967.

_____. Epanáforas de Vária História Portuguesa. Introdução e Apêndice documental por Joel Serrão. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1977.

_____. Cartas Familiares. Prefácio e notas de Maria da Conceição Morais Sarmento. Biblioteca de Autores Portugueses. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1981.

_____. A Tuba de Calíope: quarta musa das Obras Métricas. Introdução, estabelecimento do texto, notas e glossário de Segismundo Spina. São Paulo: Brasiliense, Edusp, 1988.

_____. Tácito Português. Vida, Mortes, Ditos e Feitos de El Rey Dom João IV de Portugal. Prefácio e leitura do manuscrito por Raul Rêgo. Coleção de Clássicos Sá da Costa. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1995.

_____. Carta de Guia de Casados. Quadros cronológicos, Introdução, Texto Anotado. Edição de Pedro Serra. Braga e Coimbra: Angelus Novus, 1996.

_____. Historia de los movimientos, separación y guerra de Cataluña. Edición, introducción y notas de Joan Estruch Tobella. Clásicos Castalia. Madrid: Editorial Castalia, 1996.

Dom Francisco Manoel de Mello. Tratado da Ciência Cabala ou Notícia da Arte Cabalística. Comentários: Elias Lipiner. Apresentação: Alberto Dines. Série Diversos. Rio de Janeiro: Imago, 1997.

_____. O Fidalgo Aprendiz. Edição crítica. Introdução, notas e índice de formas de Evelina Verdelho. A Coruña: Universidade da Coruña, 2007.

1.3. Estudos sobre a vida e/ou a obra de D. Francisco Manuel de Melo:

Amado, M.T. e Lisboa, J.L. Teoria da história em F. M. de Melo. Lousã, 1983, inédita (?).

Amado, Maria Tereza. A representação do poder em Francisco Manuel de Melo. Dissertação de mestrado, inédita, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1987, 2 vols.

Belardinelli, Renata Cusmai. I ‘Doze Sonetos’ per la morte di Inés de Castro di Don Francisco Manuel de Melo. Introduzione, lettura critica, commento e glossário. Arquivos do Centro Cultural Português, Vol. XVII, pp. 845-935. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, 1982.

Braga, Teófilo. História da Literatura Portuguesa. Vol. III. Os Seiscentistas 3ª. Edição, pp. 88-276. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2005.

Carvalho. Aspectos do desengano e da aceitação da vida em D. Francisco Manuel de Mello. Separata da “Brotéria”, Vol. LXXVIII (1964) 277-291 e 423-438. Lisboa: Edições Brotéria, 1964.

Carvalho, José Adriano de. A poesia sacra de D. Francisco Manuel de Melo. Arquivos do Centro Cultural Português, Vol. VIII, pp. 295-402. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, 1974.

Castro, C. Nogueira de. O conceito de História em D. F. M. de Melo. Tese de licenciamento. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1948.

Colomès, Jean. La Critique et la Satire de D. Francisco Manuel de Melo. Thèse pour le doctorat ès lettres. Bordeaux: Biscaye Frères, 1969.

Le Gentil, Georges. *La Littérature Portugaise*, cap. VIII, “Le goût espagnol”, pp. 86-93. Paris: Armand Colin, 1935.

Leal, Maria Luisa. *Le Fait et la Fiction dans un Récit Baroque de l’Histoire de la Découverte de Madère*. In “Dedalus”. *Revista Portuguesa de Literatura Comparada*. Número 2, dezembro de 1992. Órgão da Associação Portuguesa de Literatura Comparada, Lisboa.

Manuppella, Giacinto. *Acerca do cosmopolitismo intelectual de D. Francisco Manuel de Melo*. Separata de “*Brasília*”, vol. XI. Coimbra: Coimbra Editora, 1960.

_____, Giacinto. *Uma Sinfonia Crítica Incompleta: o “Hospital das Letras” de D. Francisco Manuel de Melo*, in “*As Grandes Polémicas Portuguesas*”, pp. 229-277. Lisboa: s.d.

Maffre, Claude. “*La Guerra de Cataluña*”: Don Francisco Manuel de Melo, Écrivain et Philosophe de l’Histoire”. *Arquivos do Centro Cultural Português*, vol. III, pp.371-400. Paris: Fundação C. Gulbenkian, 1971.

Nider, Valentina. *Documenti inediti su D. Francisco Manuel de Melo (1648-1653)*. *Arquivos do Centro Cultural Português*, Vol. XXV, 597-635. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, 1988

Prestage, Edgar. *Esboço Biographico*. Coimbra: Por ordem da Universidade, 1914.

Saraiva, A. J., e Lopes, Óscar. *História da Literatura Portuguesa*. 13^a. ed. corrigida e actualizada, pp. 481-502. Porto: Porto Editora, 1985.

Teensma, Benjamin Nicolaas. *Don Francisco Manuel de Melo, 1608-1666. Inventario general de sus ideas*. Groningen: Fa. Wm. Veenstra, 1966.

Williams, Robert H.. *Boccalini in Spain. A Study of his Influence on Prose Fiction of the Seventeenth Century*, pp. 81-82. Menasha, Wisconsin: George Banta, 1946.

2. História do período:

Clark, George. *La Europa moderna, 1450-1720*. México, Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1963. Original: “*Early Modern Europe from about 1450 to about 1720*”, Oxford Univ. Press, 1954.

Croce, Benedetto. *España en la vida italiana del Renacimiento*. Trad. da 2^a ed. italiana por Francisco González Rios. Buenos Aires: Ediciones Imán, 1945.

Cuesta, Pilar Vasquez. *A Língua e a Cultura Portuguesas no Tempo dos Filipes*. Do original “*La lengua y la cultura portuguesas en el siglo del Quijote* (Madri: Espasa-Calpe, 1986). Trad. Mário Matos e Lemos. Lisboa: Publicações Europa-América, s.d.

Elliott, J. H. *Imperial Spain, 1469-1716*. New York: Mentor Books, 1966. Primeira ed., 1963.

_____, J.H. *Spain and its world, 1500-1700. Selected essays*. New Haven and London: Yale University Press, 1989.

_____, J. H. *The Count-Duke of Olivares. The Statesman in an Age of Decline*. New Haven and London: Yale University Press, 1986.

França, Eduardo D’Oliveira. *Portugal na Época da Restauração*. *Estudos Históricos* 28. Direção de Fernando Novais, István Jancsó. São Paulo: Hucitec, 1997.

Maravall, José Antonio. *La cultura del Barroco. Análisis de una estructura histórica*. 7^a. ed. Barcelona: Ariel, 1998. Primeira ed. 1975.

Martínez, Beatriz Antón. *El Tacitismo en el siglo XVII en España. El proceso de ‘receptio’*. Valladolid: Universidad de Valladolid, 1992.

Molinié-Bertrand, Annie. *Vocabulaire historique de l’Espagne classique. Ouvrage publié sous la direction de Bernard Darbord*. Paris: Nathan, 1993.

Moreau, Pierre-François. *Le stoïcisme au XVIe. et au XVIIe. siècle. Le retour des philosophies antiques à l'âge classique. Tome 1.* Paris: Albin Michel, 1999.

Westphalen, Cecília Maria. *Carlos-Quinto. Seu Império Universal. 1500-1558.* Curitiba: Center Design, 2000.

Williams, E. N.. *The Penguin Dictionary of English and European History, 1485-1789.* London: Penguin Books, 1980.

3. Estudos de história literária, retórica e relacionados:

Artaza, Elena. *El "ars narrandi" en el siglo XVI español.* Bilbao: Universidade de Deusto, 1989.

Curtius, Ernst Robert. *Literatura Européia e Idade Média Latina.* Trad. Teodoro Cabral e Paulo Rónai. São Paulo: Hucitec, 1996.

Díaz-Plaja, Guillermo. *Historia general de las literaturas hispánicas. Vol. III. Renacimiento y Barroco.* Barcelona: Editorial Barna, 1953.

Figueiredo, Fidelino de. *Historia da Crítica Literária em Portugal. Da Renascença à Actualidade.* 2ª. Ed. revista e seguida de apêndices documentários. Lisboa: Clássica, 1916.

_____, Fidelino de. *História da Literatura Clássica. II Época (1580-1756).* 3ª. Ed. revista. São Paulo: Editora Anchieta, 1946.

Fontanier, Pierre. *Les figures du discours.* Paris: Flammarion, 1977.

Grigera, Luisa López Grigera. *La retórica em la España del Siglo de Oro.* Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 1994.

Hansen, João Adolfo. *A sátira e o engenho. Gregório de Matos e a Bahia do século XVII.* São Paulo: Cia das Letras, 1989.

Laidlaw, W.A. *Latin Literature.* London: Methuen, 1951.

Mascardi, Agostino. *Dell'arte istorica.* (Roma, 1636). Ed. fac-simil. da edição florentina de Le Monnier de 1859. Modena: Mucchi ed., 1994.

Martins, Wilson. *História da inteligência brasileira. Vol. I (1550-1794).* 4ª. ed. São Paulo: T. A. Queiroz Editor, 1992.

Montoliu, Manuel de. *Manual de historia de la literatura castellana.* 6ª. ed. ampliada. Barcelona: Editorial Cervantes, 1957.

Paraíso, Isabel (coord.). *Retóricas y poéticas españolas, siglos XVI-XIX.* Valladolid: Universidad de Valladolid, 2000.

Saraiva, Antonio J. *O discurso engenhoso. Estudos sobre Vieira e outros autores barrocos.* São Paulo: Perspectiva, 1980.

Tasende, Ana María Platas. *Diccionario de términos literários.* 3ª. ed. Madrid: Espasa Calpe, 2004.

Valdés, Juan de. *Diálogo de la lengua.* Edición de Juan Lope Blanch. Madrid: Castalia, 1969.

4. Historiografia e História da Historiografia:

Brownley, Martine Watson. *Clarendon and the Rhetoric of Historical Form.* Philadelphia: Univ. of Pennsylvania Press, 1985.

Certeau, Michel de. *A Escrita da História.* 2ª. ed. Trad. Maria de Lourdes Menezes. Do original "L'Écriture de l'Histoire", Paris, Gallimard, 1975. Rio: Forense Univ., 2002.

Fueter, Eduard. *Historia de la Historiografía Moderna*. Do original: *Geschichte der neueren Historiographie*, 1928. Trad. Ana María Ripullone. Buenos Aires: Nova, s.d.

Kantor, Iris. *Esquecidos e Renascidos. Historiografia Acadêmica Luso-Americana (1724-1759)*. São Paulo: Hucitec, Centro de Estudos Baianos/UFBA, 2004.

Malerba, Jurandir (org.). *A História escrita. Teoria e história da historiografia*. São Paulo: Contexto, 2006.

Silva, Rogério Forastieri da. *História da Historiografia. Capítulos para uma história das histórias da historiografia*. Bauru: Edusc, 2001.

Struever, Nancy S. *The Language of History in the Renaissance. Rhetoric and Historical Consciousness in Florentine Humanism*. Princeton, N. Jersey: Princeton University Press, 1970.

Taine, H. *Essai sur Tite Live*. 6ème édition. Paris: Hachette, 1896.

Vainfas, Ronaldo. *Os protagonistas anônimos da História: Micro-história*. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

DIAGRAMAS

ILUSTRAÇÕES

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)